Luciana de Souza Gracioso | Andre Vieira de Freitas Araujo
Vinicios Souza de Menezes | Gustavo Silva Saldanha
Organização

O PENSAMENTO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

RESSONÂNCIAS CIENTÍFICAS, MEMORIALÍSTICAS E AFETIVAS

Editora Ibict

O PENSAMENTO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

RESSONÂNCIAS CIENTÍFICAS, MEMORIALÍSTICAS E AFETIVAS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Tiago Emmanuel Nunes Braga
Diretor

Carlos André Amaral de Freitas
Coordenador de Administração – COADM

Ricardo Medeiros Pimenta
Coordenador de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia – COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes
Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – COPAV

Cecília Leite Oliveira
Coordenadora Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade – CGIT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo
Coordenador Geral de Informação Científica e Técnica – CGIC

Alexandre Faria de Oliveira
Coordenador Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku
Coordenador de Tecnologias para Informação – COTEC

Gustavo Silva Saldanha
Divisão de Editoração Científica - DIECI

Luciana de Souza Gracioso
Andre Vieira de Freitas Araujo
Vinicios Souza de Menezes
Gustavo Silva Saldanha
Organização

O PENSAMENTO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

RESSONÂNCIAS CIENTÍFICAS, MEMORIALÍSTICAS E AFETIVAS

Brasília
Editora Ibict
2026

Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons* - Atribuição CC BY-NC-ND 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte, de uso não comercial e sem derivações.

CONSELHO EDITORIAL

Gustavo Silva Saldanha | Milton Shintaku | Luana Sales | Franciéle Garcês
Leyde Klébia Rodrigues da Silva | Stella Moreira Dourado | Pedro Giovâni da Silva

COMITÊ EDITORIAL

Tiago Braga
Henrique Denes
Ricardo Pimenta
Carlos André Amaral de Freitas
Alexandre Oliveira
Emanuelle Torino
Milton Shintaku
Cecília Leite Oliveira
Leda Cardoso Sampson Pinto
Marcel Souza
Washington Segundo
Alexandre Faria de Oliveira

COMITÊ CIENTÍFICO

Ania Rosa Hérnandez Quintana – Universidad de La Habana, Cuba
Fernanda do Valle – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Brasil
María Arminda Damus – Universidad Nacional de Misiones, Argentina
Martha Sabelli – Universidad de La Republica - Uruguai
Natalia Duque Cardona – Universidad de Antioquia, Colômbia
Vinicios Menezes – Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil
Carlos Alberto Ávila Araújo – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

Editor-chefe	Gustavo Silva Saldanha
Revisão linguística	Pedro Giovâni da Silva
Diagramação	Pedro Giovâni da Silva; Franciéle Garcês
Normalização	Pedro Giovâni da Silva; Franciéle Garcês
Revisão	Pedro Giovâni da Silva; Franciéle Garcês
Imagem	Vecteezy
Capa	Franciéle Garcês

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P418 O pensamento de Maria Nélida González de Gómez: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas / Luciana de Souza Gracioso; Andre Vieira de Freitas Araujo; Vinícios Souza de Menezes; Gustavo Silva Saldanha. (org.). – Brasília, DF: Editora Ibict, 2026.
438 p. : il.

ISBN digital: 978-65-82912-45-0
ISBN físico: 978-65-82912-43-6
DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450

1. Maria Nélida González de Gómez. 2. Informação. 3. Relação. I. Gracioso, Luciana de Souza (org.). II. Araujo, Andre Vieira de Freitas. (org.). III. Menezes, Vinícios Souza de (org.). IV. Saldanha, Gustavo Silva (org.). V. Título.

CDU 001.102

Bibliotecária: Stella Dourado - CRB-5/2013

Como citar:
GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinicios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. 438 p.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Endereço: Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5° andar. CEP: 70.070-912 - Brasília, DF.

SUMÁRIO

SOBRE ESTA COLETÂNEA-HOMENAGEM..... 9

PREFÁCIO 13

Rosali Fernandez de Souza

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS..... 19

I. EIXO MEMORIALÍSTICO..... 25

PRÓLOGO: UN HONOR SER PARTE DE ESA HISTORIA HOMENAJE A MARÍA NÉLIDA GONZÁLES DE GÓMEZ 27

Miguel Ángel Rendón Rojas

UMA MESTRA QUERIDA..... 35

Evelyn Orrico

MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ, OU, DA RELAÇÃO: UMA CARTA-RELATO..... 43

Vinícios Souza de Menezes

II. EIXO CIENTÍFICO..... 53

MEMÓRIA INSTITUCIONAL, REGIMES E DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO: DIÁLOGOS EM TORNO DO PENSAMENTO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ 55

Icléia Thiesen

O MOVIMENTO DE CIÊNCIA ABERTA À LUZ DO CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO TRAZIDO PELA PROFESSORA MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ 71

Ivanilma de Oliveira Gama
Juliana Loureiro Alvim Carvalho

PRAGMÁTICA COMUNICACIONAL E AÇÃO DE INFORMAÇÃO A PARTIR DA OBRA DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ 95

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

VALIDADE E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA POR GONZÁLEZ DE GÓMEZ 115

Márcia Feijão de Figueiredo

INFORMAÇÃO E CIÊNCIA NA DISSERTAÇÃO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ: APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 129

Marcus Vinícius Pereira-Silva
Asy Pepe Sanches Neto

REGIME DE INFORMAÇÃO E SOCIEDADE DO ALGORITMO: UMA REFLEXÃO..... 153

Gustavo Henrique de Araujo Freire

SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO GLOSSÁRIO FILOSÓFICO-INFORMACIONAL MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ 169

Lourdes Maria dos Santos
Gustavo Silva Saldanha

III. EIXO PROSPECTIVO..... 219

LOGOLOGIA E POLITOLOGIA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SEGUNDO MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ: AS TRANSGRAMÁTICAS DA POLÍTICA DO DISCURSO AO DISCURSO DAS METARREPRESENTAÇÕES COMO POLÍTICA 221

Gustavo Silva Saldanha

SUPERFÍCIES QUE PROJETAM MUNDOS: UM DIÁLOGO ENTRE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ E VILÉM FLUSSER SOBRE MEDIAÇÃO, IMAGENS TÉCNICAS E REGIMES DE INFORMAÇÃO 255

Ricardo M. Pimenta

REGIME DE IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTADA DOS CIDADÃOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL CARTEIRA DE IDENTIDADE NO BRASIL..... 283

Thiara dos Santos Alves
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

DAS DESCONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES EPISTEMOLÓGICAS: COMO MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ NOS ENSINA A REPENSAR AS LINGUAGENS 313

Luciana de Souza Gracioso

IV. EIXO ENSAÍSTICO 333

ABORDAGENS RELACIONAIS DO DOCUMENTO E DA INFORMAÇÃO: INCURSÕES ONTOMEDIACIONAIS..... 335

Rodrigo Rabello

POSFÁCIO 421

Solange Puntel Mostafa

SOBRE AS AUTORIAS 427

SOBRE ESTA COLETÂNEA-HOMENAGEM

Foi durante o ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), realizado em 2025, na cidade do Rio de Janeiro, que esta coletânea foi sonhada. Naquela ocasião, o GT1 (Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação), coordenado na ocasião pela professora Luciana de Souza Gracioso (UFSCar) e pelo professor Andre Vieira de Freitas Araujo (UFPR), organizou uma sessão especial em homenagem à Professora Maria Nélida González de Gómez, reunindo pesquisadoras e pesquisadores que, em diferentes momentos de suas trajetórias, haviam sido seus orientandos, estudantes, interlocutores, colegas e leitores.

A Professora Nélida esteve presente conosco em uma sala repleta de pessoas cujos percursos de formação e pesquisa haviam, de alguma maneira, se encontrado com seu pensamento e com sua presença acadêmica. Embora fossem distintas as formas de aproximação com sua obra, havia algo que nos reunia de maneira inequívoca naquele espaço, pois todos compartilhávamos profunda admiração por sua trajetória intelectual, por sua dedicação à formação de pesquisadores e pela generosidade com que, ao longo de décadas, construiu relações acadêmicas.

Aquele foi um encontro especialmente sensível, no qual a Professora Nélida compartilhou conosco passagens de sua trajetória de vida e de sua formação intelectual, percorrendo décadas de dedicação à educação, à pesquisa e à Ciência da Informação. Ao narrar esse percurso, foi também tornando visível o modo como seu pensamento filosófico, epistemológico, conceitual e metodológico foi sendo construído ao longo do tempo, sempre em diálogo com os problemas, as transformações e as inquietações que atravessaram o campo informacional.

Sua fala nos permitiu perceber, mais uma vez, a dimensão de uma trajetória que acompanha a constituição e as transformações da Ciência da Informação e participa ativamente desses movimentos. Conceitos, questões, categorias analíticas e possibilidades metodológicas elaboradas, apropriadas e ressignificadas em sua obra são referências para diferentes gerações de pesquisadoras e pesquisadores e permanecem estruturantes para múltiplas vertentes dos estudos informacionais.

Ao final daquela homenagem presencial, entre o compartilhamento de lembranças, manifestações de afeto e referências à importância de sua produção científica, nasceu o desejo de que aquele encontro continuasse. Parecia necessário registrar, ainda que parcialmente, as muitas ressonâncias produzidas pela presença intelectual e humana da Professora Nélida. E foi desse sentimento compartilhado que começou a nascer o sonho deste livro, pensado coletivamente por pessoas que, em diferentes momentos de suas trajetórias, tiveram a oportunidade de encontrá-la por meio de suas aulas, de suas orientações, de sua obra, de projetos de pesquisa, de eventos científicos ou da convivência acadêmica.

Ao longo de 2026, em parceria com a Editora IBICT, esse desejo começou a se transformar em um projeto editorial, a partir da aproximação com pesquisadoras e pesquisadores cujas trajetórias haviam se cruzado mais diretamente com a da Professora Nélida, seja pela orientação e pela formação, seja pela colaboração científica, pela interlocução teórica e profissional.

Os textos recebidos foram, portanto, acolhidos em sua diversidade, uma vez que alguns autores e autoras escolheram narrar encontros, aprendizagens e experiências de formação, enquanto outros e outras retornaram a conceitos, textos e problemas centrais da produção de Nélida. Outros ainda projetaram seu pensamento sobre questões contemporâneas e caminhos de investigação que permanecem abertos. Por conta disso, o livro foi organizado em quatro eixos inter-relacionais. O Eixo I Memorialístico reúne relatos de experiências, vivências e

encontros acadêmicos e intelectuais com a Professora Nélida, enquanto o Eixo II Científico congrega estudos e análises diretamente dedicados à sua obra e às suas contribuições teóricas; o Eixo III Prospectivo se volta às ressonâncias e aos desdobramentos contemporâneos de seu pensamento, colocando conceitos e proposições desenvolvidos pela autora em diálogo com problemas atuais do campo informacional, ao passo que o Eixo IV Ensaístico acolhe uma reflexão aprofundada e propositiva, na qual a potência epistemológica de sua obra é mobilizada para repensar categorias fundamentais da informação e do documento.

Desde aquele encontro ocorrido no ENANCIB de 2025, tornou-se ainda mais evidente para nós que falar de Maria Nélida González de Gómez significa falar, simultaneamente, de pensamento, formação, relações, deslocamentos epistemológicos, política e das muitas perguntas que continuam a se mover a partir de sua presença e de seu pensamento. Assim, dedicamos essa coletânea a todas as pessoas que se sintam tocadas, mobilizadas e transformadas, a partir de sua vida e sua obra viva. Viva!

PREFÁCIO

Rosali Fernandez de Souza

É com muita honra e apreço que escrevo o Prefácio da presente obra dedicada à brilhante trajetória acadêmica de Maria Nélida González de Gómez. Assim como cada autor dos capítulos deste livro relata memórias e experiências do convívio acadêmico com a homenageada, farei o mesmo como colega de trabalho no Ibict e amiga de Nélida por 40 anos. Nesse período, atuamos em colaboração acadêmica na coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), no compartilhamento de aulas, orientações e bancas de dissertações e teses no Ibict e como integrantes de comissões de avaliação de docentes na Unirio. Tivemos também a oportunidade de desfrutar de várias conversas em almoços, em idas aos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib), nas caronas de volta do trabalho por morarmos no mesmo bairro no Rio de Janeiro e, especialmente, nos momentos em que nas nossas vidas pessoais precisamos de um apoio amigo.

Atuando como pesquisadoras e professoras em Ciência da Informação, mas com formações distintas, Nélida, em Filosofia, e eu, em Biblioteconomia, nossos diálogos partiam de perspectivas diferentes. No entanto, chegávamos sempre a resultados que se complementavam nas nossas aspirações reflexivas, o que no início até nos surpreendia. Nossas primeiras discussões foram em torno do que hoje é conceituado como Organização do Conhecimento abrangendo aspectos teórico-epistemológicos da lógica filosófica, trazidos pela Nélida, e aspectos empírico-práticos da minha experiência como bibliotecária documentalista atuando em biblioteca singular com acervo em política científica.

Considerando as três dimensões da área da Organização do Conhecimento no contexto da Ciência da Informação, como definidas e propostas pelo capítulo nacional da *International Society for Knowledge Organization*, a Isko Brasil: Dimensão Epistemológica, Dimensão Tecnológica ou Aplicada e Dimensão Cultural, é gratificante considerar, após 40 anos, que as nossas discussões nas orientações acadêmicas giravam em torno de cada uma delas. Na dimensão epistemológica, olhávamos a organização do conhecimento segundo teorias, metodologias, paradigmas e escolas de pensamento. Na dimensão tecnológica ou aplicada, observávamos a organização do conhecimento no desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento, especialmente classificações e linguagens de indexação como produtos de representação visando a recuperação de informação. Na dimensão cultural, discutíamos a organização do conhecimento e a mediação de universos culturais e a apropriação do conhecimento em seu contexto.

Como exemplos, cito pesquisas orientadas ou coorientadas por Nélida e por mim. Na dimensão epistemológica, a dissertação de mestrado de Geni Chaves Fernandes: *O que é Ciência da Informação: identificação através de relações conceituais entre três visões*, defendida em 1992. Na dimensão tecnológica ou aplicada são exemplos a dissertação de Maria Salet Ferreira Novellino, intitulada *Indexação de assuntos baseada em computador: o caso dos sistemas articulados*, defendida em 1992, e a dissertação de Laffayete de Souza Álvares Junior, *Infra-estrutura de informação: classificação e padronização como fatores de convergência em gestão de Ciência e Tecnologia*, defendida em 2007. Na dimensão cultural, destaco a tese de doutorado de Vania Garcia de Freitas defendida em 2025, com o título *A contribuição dos professores norte-americanos e britânicos para o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil: o Curso de Mestrado do Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação na década de 1970*. Esta tese representa um mergulho no nosso passado como alunas desse curso, o primeiro no Brasil, que marca a nossa trajetória acadêmica na Ciência da Informação do início até a nossa aposentadoria.

O meu primeiro encontro intelectual com o pensamento de Nélida ocorreu quando de minha participação na banca examinadora de sua tese de doutorado intitulada *Informação, Inovação e Democratização: a Transferência de Conhecimento e o Movimento Associativo.* A tese foi orientada por Aldo de Albuquerque Barreto e defendida em 1992. Refletindo, depois de acompanhar as produções de pesquisa de Nélida ao longo dos anos, é notável observar que as palavras-chave da então tese: Produção de Conhecimento, Transferência da Informação, Movimento Associativo e Profissionais da Informação, firmaram-se e se desdobraram como os naturais do desenvolvimento de pesquisa, e se tornaram carro-chefe por toda a sua vida de pesquisadora.

Quando membro da Comissão Coordenadora do PPGCI Ibict, consciente da importância da divulgação da pesquisa nos níveis local e nacional, Nélida idealizou e organizou em 1995 *o I Encontro de Pesquisa da Pós-graduação em Ciência da Informação*. O evento teve como objetivo principal divulgar as pesquisas desenvolvidas no Programa, assim como as atividades da ANCIB. O evento contou com a palestra da então presidente da ANCIB, Solange Mostafa, autora do Posfácio da presente obra.

No caso específico dos encontros da ANCIB, Nélida sempre fez questão de participar do Enancib, desde o primeiro, realizado em 1994. Naquele evento, apresentou a comunicação *Organização do Conhecimento visando à recuperação de informação: uma linha de pesquisa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,* em que relacionava os projetos e subprojetos do PPGCI Ibict em que estávamos envolvidas.

Com o passar dos anos, as contribuições de resultados de suas pesquisas se diversificaram para outras linhas de pesquisa que com toda certeza muito contribuíram para a formação e concretização do Grupo Temático I - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Tanto é assim que no XXV ENANCIB, realizado em 2025 no Rio de Janeiro, Nélida foi homenageada pelo grupo. Tal reconhecimento se concretiza nas inúmeras contribuições dos autores para a presente obra.

A sutileza do título e do subtítulo *O pensamento de Maria Nélida González de Gómez: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas*, assim como a estrutura da obra em eixos temáticos tão bem documentados, referenciam a reconhecida e indubitável personalidade da homenageada, exemplo de realização profissional como professora, orientadora, pesquisadora. Revela ainda a estima pessoal de alunos e professores do PPGCI Ibict e de pesquisadores do Brasil e do exterior por Nélida.

O Eixo Memorialístico relembra experiências e vivências com Nélida em encontros acadêmicos e com pesquisadores do Brasil e do exterior; o Eixo Científico apresenta estudos, análises e reflexões sobre sua obra, com destaque às contribuições teóricas que sempre marcam a sua trajetória nas linhas de pesquisa em Filosofia e Epistemologia, Ética e Política de Informação e Informação, Cultura e Sociedade; o Eixo Prospectivo abrange discussão das ressonâncias, desdobramentos e atualidade do pensamento da Professora Nélida no campo informacional, compreendendo uma vasta abrangência temática, perpassando da política do discurso ao discurso das metarrepresentações como política, mediação, imagens técnicas e regimes de informação, desconstruções e reconstruções epistemológicas, temas particularmente desafiantes e motivadores da sua produção; o Eixo Ensaístico articula análise teórica, regimes emergentes de materialidade da informação e a potência epistemológica temas tão caros e com contribuições inovadoras da Professora Nélida.

Dois aspectos do pensamento de Nélida, no meu olhar, merecem ser enfatizados: o prazer e a indiscutível paixão pela leitura e a pesquisa e sua intuição sobre a importância do estabelecimento de associações e sociedades científicas em Ciência da Informação, prenunciando a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB) e do capítulo nacional da *International Society for Knowledge Organization,* a Isko Brasil.

Como apartes sobre nossas vidas pessoais, permito-me revelar o companheirismo de Nélida como pessoa. Enquanto

ministrávamos juntas uma disciplina no PPGCI, no meio do semestre acadêmico, fui surpreendida por um parto prematuro. Ao saber do ocorrido, imediatamente, Nélida foi ao meu encontro e me tranquilizou no apoio para o cumprimento da disciplina em curso. Eu me permito ainda mencionar uma semelhança entre nós que não é de natureza acadêmica, mas que pudemos constatar como outra sintonia: o gosto pelo presunto de Parma, pelas empanadas argentinas e por "vino", como ela ainda hoje diz com sotaque que não nega a sua origem natal. Para ainda complementar a vertente pessoal de Nélida que conheci e testemunhei, ressalto sua dedicação amorosa como esposa e mãe. Nélida discretamente me revelou um dia que também escreve poemas e poesias.

Nesta oportunidade, expresso meus agradecimentos à Nélida com o pensamento de Ortega y Gasset: *Uno no es uno. Uno es uno y sus circunstancias*, circunstâncias essas que permitiram a realização da nossa parceria como profissionais e pessoas durante 40 anos no PPGCI Ibict.

Refletindo sobre o passar dos anos, considero que este livro, seus múltiplos capítulos, ilustra perfeitamente a relevante trajetória de Nélida como professora, pesquisadora, palestrante e autora de inúmeras obras, principalmente no Brasil e em países da América Latina.

Este livro retrata o legado de uma personalidade marcante do PPGCI do Ibict. É leitura fascinante como registro histórico, ao mesmo tempo motivador e incentivador para a atual e para as futuras gerações de pesquisadores em Ciência da Informação. É ler para crer! Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES JUNIOR, Laffayete de Souza. **Infra-estrutura de informação**: classificação e padronização como fatores de convergência em gestão de Ciência e Tecnologia. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, Geni Chaves. **O que é Ciência da Informação**: identificação através de relações conceituais entre três visões. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1992.

FREITAS, Vania Garcia de. **A contribuição dos professores norte-americanos e britânicos para o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil**: o Curso de Mestrado do Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação na década de 1970. 2026. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Informação, Inovação e Democratização**: a Transferência de Conhecimento e o Movimento Associativo. 1992. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1992.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Indexação de assuntos baseada em computador**: o caso dos sistemas articulados. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1992.

Como citar

SOUZA, Rosali Fernandez de. Prefácio 1. In: GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 13-18. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.pref.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

I. Eixo Memorialístico

Em "Un honor ser parte de esa historia homenaje a María Nélida Gonzáles de Gómez", Miguel Ángel Rendón Rojas reconstrói uma interlocução intelectual e uma amizade que atravessam três décadas. O encontro entre dois pesquisadores interessados nos fundamentos filosóficos e epistemológicos da Ciência da Informação se transforma, ao longo do texto, em testemunho da circulação ibero-americana das ideias e, sobretudo, da generosidade com que Nélida construiu redes, acolheu colegas e fez da cooperação científica também um lugar de amizade.

Evelyn Orrico, em "Uma mestra querida", escolhe outro caminho igualmente revelador e apresenta Nélida por meio das lições que recebeu como orientanda e que depois levou consigo para sua própria prática de orientação. Eleger prioridades, exercer a empatia, reconhecer os limites e as possibilidades de cada estudante, respeitar o trabalho efetivamente realizado e manter um compromisso inabalável com a ciência aparecem como aprendizagens que ultrapassam qualquer conteúdo disciplinar.

Em "Maria Nélida González de Gómez, ou, Da Relação: uma carta-relato", Vinícios Souza de Menezes na sua escrita, entrelaça formação intelectual, origem, família, universidade, amizade e transformação. Nélida surge em suas memórias como mestra que ensina justamente porque nunca abandona a condição de aprendente. Ao contar sua própria travessia, Vinícios nos mostra como uma relação acadêmica pode exceder a academia e habitar a vida seja nos gestos, nas conversas, nas lembranças e naquilo que uma geração acende na seguinte.

II. Eixo Científico

Icléia Thiesen, com "Memória institucional, regimes e dispositivos de informação: diálogos em torno do pensamento de Maria Nélida González de Gómez", recupera uma história de interlocução iniciada ainda na década de 1980. A autora aproxima memória, instituição, regimes e dispositivos de informação, mostrando como formação científica e trajetória pessoal podem se constituir conjuntamente. Seu capítulo guarda uma característica que atravessa toda esta obra que é pensar a história da Ciência da Informação é também recuperar os encontros, redes e diálogos pelos quais o próprio campo foi sendo construído.

Em "O movimento de ciência aberta à luz do conceito de regime de informação trazido pela Professora Maria Nélida González de Gómez", Ivanilma de Oliveira Gama e Juliana Loureiro Alvim Carvalho projetam esse legado sobre uma das discussões centrais da ciência contemporânea. O conceito de regime de informação permite às autoras examinar a ciência aberta a partir das relações entre Estado, Universidade e sociedade, evidenciando que a abertura não se reduz ao acesso, mas envolve políticas, responsabilidades, participação e direito à informação.

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti, em "Pragmática comunicacional e ação de informação a partir da obra de Maria Nélida González de Gómez", retorna a uma dimensão particularmente fecunda de sua contribuição em relação à possibilidade de pensar a informação nas relações entre linguagem, sujeitos, instituições e contextos sociais. A informação deixa de aparecer como entidade abstrata e passa a ser observada em ação, nas condições concretas em que sentidos são produzidos, negociados e compartilhados.

Márcia Feijão de Figueiredo recupera, em "Validade e informação científica por González de Gómez", um conceito profundamente atual. Ao acompanhar a elaboração da noção de validade em diferentes momentos de sua produção, o capítulo se

aproxima das discussões sobre ética, autoridade epistêmica, integridade e validação do conhecimento científico.

Em "Informação e ciência na dissertação de Maria Nélida González de Gómez: aproximações com a história da Ciência da Informação", Marcus Vinícius Pereira-Silva e Asy Pepe Sanches Neto retornam à dissertação de mestrado de Nélida para buscar ali elementos de uma elaboração intelectual que ganharia novos desdobramentos nas décadas seguintes. O capítulo nos convida a olhar para uma obra não apenas a partir de seus conceitos mais conhecidos, mas por meio de sua historicidade, identificando permanências, deslocamentos e questões que começaram a ser formuladas muito cedo em sua trajetória.

Gustavo Henrique de Araújo Freire, em "Regime de informação e sociedade do algoritmo: uma reflexão", conduz o conceito de regime de informação ao encontro das configurações sociotécnicas do presente. Dados, plataformas, algoritmos, opacidade e concentração de poder informacional recolocam antigas e novas questões para a Ciência da Informação. Nesse cenário, o conceito desenvolvido e amplamente difundido por Nélida demonstra sua vitalidade ao oferecer possibilidades para compreender relações entre informação, tecnologia, política e poder em uma sociedade cada vez mais mediada algoritmicamente.

O eixo se encerra com "Subsídios teórico-metodológicos para a construção do Glossário Filosófico-Informacional Maria Nélida González de Gómez", de Lourdes Maria dos Santos e Gustavo Silva Saldanha. Aqui, a própria densidade conceitual da obra de Nélida se torna objeto de organização e sistematização, tornando visível sua riqueza terminológica e epistemológica.

III. Eixo Prospectivo

Gustavo Silva Saldanha abre esse movimento com "Logologia e politologia da Organização do Conhecimento segundo Maria Nélida González de Gómez: as transgramáticas da política do discurso ao discurso das metarrepresentações como

política". Retomando uma interlocução intelectual construída ao longo de sua própria formação, o autor percorre linguagem, discurso, metarrepresentação, epistemologia e política para examinar implicações do pensamento de Nélida para a Organização do Conhecimento.

Ricardo M. Pimenta, em "Superfícies que projetam mundos: um diálogo entre Maria Nélida González de Gómez e Vilém Flusser sobre mediação, imagens técnicas e regimes de informação", coloca Nélida em interlocução com Vilém Flusser para pensar imagens técnicas, mediação, dispositivos e agências algorítmicas. Diante das caixas-pretas tecnológicas e da expansão da inteligência artificial generativa, seu capítulo pergunta como programas, aparelhos e infraestruturas participam da constituição dos sentidos.

Em "Regime de identificação documentada dos cidadãos: contextualização e considerações sobre a atual carteira de identidade no Brasil", Thiara dos Santos Alves e Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano demonstram a força analítica do conceito de regime de informação em um domínio concreto da vida social. Ao examinar a identificação civil e a Carteira de Identidade Nacional, as autoras tornam visíveis as relações entre documentação, Estado, cidadania, tecnologia e poder.

Em "Das desconstruções e reconstruções epistemológicas: como Maria Nélida González de Gómez nos ensina a repensar as linguagens", Luciana de Souza Gracioso retorna a textos que marcaram sua própria formação para refletir sobre informação, representação, linguagem e ação. O capítulo parte de uma experiência de orientação que foi, ao mesmo tempo, científica e humana, e acompanha algumas das desestabilizações que a leitura de Nélida produz sobre concepções neutras ou naturalizadas de representação. Ao projetar essas questões para experiências contemporâneas relacionadas às línguas e aos conhecimentos indígenas, procura-se mostrar que desconstruir categorias só adquire sentido quando também nos dispomos a reconstruir nossas práticas.

IV. Eixo Ensaístico

O eixo ensaístico é constituído pelo profundo estudo de Rodrigo Rabello, "Abordagens relacionais do documento e da informação: incursões ontomediacionais". Em diálogo especialmente com Maria Nélida González de Gómez e Bernd Frohmann, o autor questiona concepções essencialistas e transmissivas da informação e do documento e desenvolve uma perspectiva relacional, processual e situada. Ao deslocar a pergunta sobre o que a informação "é" para os modos pelos quais ela se constitui, o ensaio parece encontrar um lugar particularmente apropriado para concluir este percurso, não fechando o pensamento, mas reabrindo-o.

Ao chegarmos ao final desse conjunto, percebemos que talvez a palavra ressonância, presente no título desta coletânea, diga algo fundamental sobre aquilo que os capítulos realizam. Ressonar não é repetir e sim fazer com que algo encontre outras superfícies, outros corpos, outros tempos e, ao encontrá-los, evoque novas vibrações. O pensamento de Maria Nélida González de Gómez ressoa nestas páginas justamente porque não permanece imóvel. Torna-se pergunta para uns, método para outros, conceito, memória, orientação, crítica, amizade, possibilidade de pesquisa e maneira de estar no mundo acadêmico. Intentamos reunir, assim, uma obra para celebrar a trajetória e a força de seu pensamento na constituição da Ciência da Informação e para agradecer a delicadeza e a grandiosidade de seus gestos humanos e amorosos, na construção de relações acadêmicas e afetivas.

I. EIXO MEMORIALÍSTICO

PRÓLOGO: UN HONOR SER PARTE DE ESA HISTORIA HOMENAJE A MARÍA NÉLIDA GONZÁLES DE GÓMEZ

Miguel Ángel Rendón Rojas

Un filósofo de la ciencia que ha ejercido una notable influencia en la epistemología contemporánea es Thomas Kuhn, el cual ha aportado diversas ideas para explicar el proceso del desarrollo científico. Nociones como paradigma científico, inconmensurabilidad, traducibilidad, ciencia normal, ciencia extraordinaria, crisis científica, anomalía, enigma, revolución científica, el papel de la fe y publicidad en el desarrollo de la ciencia, la racionalidad de la misma, entre otras, han ingresado en el vocabulario de la filosofía de la ciencia y muchas de ellas han sido puestas bajo el crisol del análisis y crítica. Sin embargo, existe una que ha sido aceptada de manera unánime por ser evidente y dar luz a la forma en que se desarrolla la ciencia: la ciencia es una actividad social, es decir, se lleva a cabo por una comunidad, la comunidad científica. Como corolario de esa afirmación se sigue que como toda sociedad humana, la comunidad científica, padece las virtudes y vicios propios del ser humano. Lo anterior significa que los científicos no son seres totalmente puros, inmaculados, moralmente intachables; sino que como toda persona humana tienen sus filias, fobias y misos; emociones, sentimientos y pasiones. Algunos científicos son altruistas, apasionados por la verdad, el bien común, inspirados en Prometeo y Apolo; pero también hay otros en los que se pueden encontrar envidias, egoísmos, oportunismo, sed de poder. Al mismo tiempo, como

toda sociedad humana busca organizarse, aparecen líderes que dirigen grupos de investigación, marcan políticas, temas de estudio, fundan y coordinan publicaciones, otorgan becas, entre otras cosas. Dicho liderazgo puede encontrar su legitimidad en un reconocimiento a sus logros científicos, a su carisma personal, o a maniobras políticas, ideológicas e incluso coercitivas o de manipulación.

En este momento la comunidad científica de la Ciencia de la Información brasileña ha decidido realizar un reconocimiento público y explícito a una de las líderes de esta área del conocimiento no solo en Brasil, sino a nivel Iberoamericano: a la Dra. María Nélida González de Gómez. Un homenaje muy merecido porque es uno de los casos en que la legitimidad de su liderazgo descansa en sus logros científicos, en publicaciones con propuestas originales, en su visión aguda y crítica para plantear temas de investigación, la dirección de tesis que propició el crecimiento, fortalecimiento y consolidación de la comunidad científica, la organización de eventos, conferencias, ponencias, y un largo etcétera. Además de que ese liderazgo se ve fortalecido por una personalidad cálida, amigable, abierta, amable, honesta, alegre. Es uno de esos raros casos en que se conjugan la inteligencia, la visión crítica, la erudición y la calidez humana.

Conocí a Nélida, permítanme ese trato familiar, debido a la convergencia en nuestros temas de investigación: la filosofía y epistemología de la Ciencia de la Información, y en nuestra formación profesional: la filosofía. En el ya lejano verano de 1996 el entonces Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas (CUIB) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) del cuál yo era un joven investigador que acababa de ingresar para trabajar la línea de investigación de Filosofía de la Bibliotecología me encomendó la tarea de organizar el XIV Coloquio de Investigación bibliotecológica sobre esa temática y que tuviera un carácter internacional. Debido a ello, me propuse buscar autores que trabajaran en Iberoamérica temas de Filosofía y epistemología de la Bibliotecología o su equivalente,

Documentación en España o Ciencia de la Información en Brasil. En esos tiempos Internet se encontraba en sus inicios y los resultados de la búsqueda no me llevaron a los trabajos de la Dra. Nélida, sino a los de la Dra. Solange Puntel Mostafa. Pero el destino ya estaba preparado para que nos encontráramos.

En el transcurso del mencionado Coloquio la Dra. Solange me habló de una excelente investigadora, argentina de nacimiento, aunque ya llevaba años radicando en Brasil, con formación filosófica, que trabajaba los mismos temas que yo estudiaba y que sería muy provechoso conocernos. Como la Dra. Solange en ese entonces era directora de la revista *Transinformação* de la Pontifícia Universidade Católica de Campinas, me propuso incluir en el número que iba a publicarse próximamente un apartado que denominó "Temas em debate: Informação e Linguagem", donde yo escribiría un texto que serviría como "pretexto" para el análisis y reflexión a través de comentarios que realizarían destacadas especialistas. Una de las especialistas invitadas a escribir en ese debate fue la Dra. María Nélida González de Gómez. Fue así como conocí y tuve contacto por primera vez con tan brillante colega. Así salió a la luz el volumen 8, número 3 de la revista *Transinformação* en 1996, donde a mi "Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología" la Dra. Nélida escribió "Comentários ao artigo Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología". Ese texto empieza "El trabajo de Miguel Ángel Rendón Rojas me ofrece una doble oportunidad de diálogo: por el mútuo reconocimiento de la relevancia de la pragmática para los estudios de la información, y por permitirme el ejercicio de mi lengua materna…".

¿Quién hubiera podido adivinar que ese diálogo se prolongaría, hasta el momento, 30 años, más los que aún nos faltan, espero mínimo otros 30? Durante ese diálogo hemos encontrado puntos de convergencia y no dudamos en señalar diferencias teóricas; no solo hemos cooperamos en proyectos conjuntos, sino me atrevo a decir, surgió una sincera amistad. En cuanto a la posibilidad del ejercicio de su lengua materna, como anécdota solo puedo recordar las palabras de Solange Mostafa años más tarde

cuando me comentó que "cuando Nélida hablaba español se necesitaba un traductor para que yo entendiera"… Existen los términos *Spanglish* y *portuñol*. Creo que debe aparecer un *"españotugués"*…

Dentro de esas cooperaciones hemos publicado trabajos tanto míos en revistas coordinadas por la Dra. Nélida, es el caso por ejemplo en *Informare "Ciência da Informação & Epistemologia"* en su Volumen 5, número 2 de 1999, apareció mi artículo "Cuestiones epistemológicas de la ciencia bibliotecológica y de la información"; como trabajos de la Dra. Nélida publicados en obras coordinadas por mí, como lo es su "Cuestiones metodológicas de la ciencia de la información y de la bibliotecología" en el libro *Problemas sobre teoría y epistemología de la ciencia bibliotecológica y de la información. Discusión y análisis.* (2000). Asimismo, hemos participado en seminarios, simposios y otros encuentros académicos como el "Seminario sobre Teoría y epistemología de la bibliotecología, en el CUIB, UNAM en 1999; el "Seminario Epistemología de la Bibliotecología" organizado por mí, pero realizado en Río de Janeiro en 2012; el Seminario "Conhecimento, Comunicação, Informação: Antigas e novas Questões" en 2012; el encuentro "O desenvolvimento da pesquisa em epistemologia da Ciência da Informação na América Latina e no Caribe" en 2013; el Simpósio Internacional Filosofia e História da Ciência da Informação "Filosofar sobre la Ciencia de la Información. Retos, oportunidades, resultados y prospectiva" en 2020, todos ellos organizados por Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) del Instituto Brasileiro da Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e de la Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ). Por cierto, este último fue suspendido por la pandemia y se realizó posteriormente a distancia. El último evento hasta ahora que la he invitado, aunque espero haya algunos más posteriormente, es el "V Seminario del Círculo Iberoamericano de la Ciencia de la Información Documental". "Conocimiento y democracia, perspectivas desde la información" realizado en el IIBI en 2022.

De todas las actividades realizadas junto a la Dra. Nélida, me gustaría resaltar tres momentos que considero significativos e importantes por sus consecuencias y muestran el valor humano de homenajeada. Como ya he mencionado, en 1999 organicé el "Seminario sobre Teoría y epistemología de la bibliotecología", en el CUIB UNAM en el cual por supuesto asistió Nélida. Como es sabido, uno de los momentos que las reuniones a distancia nos arrebataron es la convivencia personal extramuros donde se continua el diálogo académico unido al diálogo personal. Recuerdo que los integrantes del Seminario salimos a recorrer el centro histórico de la Ciudad de México, pero nos transportamos no en carro particular o taxi, sino como "pueblo" en el Metro con las incomodidades y contingencias que ello conlleva; y al finalizar los trabajos del Seminario fuimos a comer al barrio colonial de Coyoacán y recorrerlo en una no muy corta caminata. Nélida compartió alegre esas "incomodidades", no apeló a su posición privilegiada como reconocida investigadora, ni protestó por el hecho de tener que convivir con jóvenes investigadores que apenas empezaban su trabajo.

Otro evento compartido con la Dra. Nélida y que fue un parteaguas en mi relación con la Ciencia de la Información brasileña y sus investigadores y profesores fue que en 2007 me invitó a realizar una estancia de investigación en el Ibict, en Rio de Janeiro, para realizar el proyecto "Epistemologia e metodologia das Ciencias Sociais: tendências e inserção da pesquisa em Ciência da Informação. Conocer comunidad científica brasileña". Independientemente de los logros académicos, participé en una serie de conferencias y oficinas, que posteriormente sirvieron para escribir algunos trabajos, esa experiencia fue muy enriquecedora tanto a nivel personal como a nivel profesional. Mi estancia se prolongó tres meses, tiempo en el cual Nélida se preocupó y ocupó para que mi permanencia en ese bello país que es Brasil fuera lo más agradable posible. Me ayudó a encontrar un departamento amueblado, bien ubicado y no muy caro para rentarlo; tener una persona que me ayudara con el aseo del mismo y de mi ropa; me

enseñó a desplazarme en el transporte público (tal vez fue la venganza de haberla llevado en Metro en la Ciudad de México), me preguntaba por mi alimentación. Incluso, me ayudó a cumplir un capricho de viajar a Manaus, pidiendo que me auxiliaran para comprar el boleto de avión y la reservación del hotel. En fin, se mostró no solo colega, sino una verdadera amiga. Asimismo, en esa estancia tuve la oportunidad de visitar la Escola de Comunicações e Artes (ECA) de la Universidade de São Paulo (USP) y la Escola de Ciência da Informação (ECI) de la Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) gracias a la invitación de las directoras de esas escuelas y la generosidad de Nélida de permitirme ir, aunque eso implicara dejar momentáneamente las actividades inherentes a mi estancia de investigación. Gracias a esos nuevos contactos se me abrió la posibilidad de tener acceso a la vida y actividad de la comunidad de Ciencia de la Información brasileña. Conocí a colegas que a su vez pasaron a ser también queridos amigos, como Carlos Alberto Ávila Araujo, Gustavo Silva Saldanha, Cristina Dotta Ortega; fui profesor invitado en el Programa de Posgraduación en Ciencia de la Información de la ECA USP, dictar conferencias de apertura de la ENANCIB, ser co-tutor o miembro de examen de doctorado de varios estudiantes brasileños, recibir estudiantes brasileños en estancias de investigación o de doctorado, ser conferencista o ponentes en varios eventos académicos en Brasil.

El último detalle realizado por Nélida para conmigo que deseo expresar es que ella escribió la recomendación para que yo fuera aceptado como miembro de la Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) de Brasil en 2013.

Por todo ello estoy profundamente agradecido y guardo un afecto especial a Nélida.

Así pues, por todo lo rememorado considero que el homenaje a la gran investigadora María Nélida González de Gómez es totalmente justo, por sus logros académicos y la valía de su persona. Me uno a ese reconocimiento al que le agrego mucho

agradecimiento y por supuesto cariño. Enhorabuena querida Nélida.

Ciudad de México, septiembre, 2026.

Como citar

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Prólogo: un honor ser parte de esa historia homenaje a María Nélida Gonzáles de Gómez. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 27-34. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450. cap1.

UMA MESTRA QUERIDA

Evelyn Orrico

Ao receber o convite para participar desta coletânea, não hesitei! Era um desafio, mas aceitei de imediato. De maneira alguma poderia ficar de fora dessa justíssima homenagem. Considerei a importância de relatar minha experiência em ter sido sua orientanda por entender relevante ressaltar seu *modus operandi* nessa arte de orientar. Para lembrar de minha história com Nélida, retomo a 1996.

Recém-concursada como professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, e tendo defendido minha dissertação de mestrado logo depois do meu ingresso no magistério, andava à procura de um tema que me apaixonasse a ponto de me aventurar a realizar um doutorado, título que já àquela altura se tornava imperioso conquistar para desfrutar uma vida acadêmica de sucesso.

Eis que, durante uma aula da disciplina que eu ministrava para o curso de Biblioteconomia, uma aluna comentou que o que eu estava falando sobre a língua portuguesa se assemelhava ao que, como estudantes, eles faziam na disciplina de Análise da Informação. Naquele momento, pela primeira vez, percebi uma possibilidade de aproximar o que estudei no mestrado, Linguística, e o campo da Informação, no qual estava começando a me inserir no trabalho. Aí, "dando trato às bolas", procurei a colega de Departamento, cujo campo de estudo era justamente o de Análise de Informação e Organização do Conhecimento, a hoje Prof.ª emérita da UNIRIO e minha amiga, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei, que me sugeriu ler textos do grupo TEMMA, Grupo de Pesquisa em Análise Documentária / Organização e Representação do Conhecimento) criado em 1986, cujo foco de

estudo era aproximar a linguística do tratamento temático da informação e das linguagens documentárias.

O grupo, criado na Universidade de São Paulo, foi inicialmente constituído pelas docentes, em ordem alfabética aqui listadas, Anna Maria Marques Cintra, Johanna W. Smit, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Marilda Lopes Ginez de Lara e Nair Yumiko Kobashi, posteriormente incorporando a docente Vânia Mara Alves Lima. O grupo se ampliou com docentes da Universidade Estadual Paulista (UNESP – campus de Marília), João Batista Ernesto de Moraes, José Augusto Chaves Guimarães e Mariângela Spotti Lopes Fujita. Muitos desses docentes acabaram por também se tornarem grandes amigos. Ler as publicações desse grupo me ajudou a construir uma proposta de pesquisa para um doutorado em que eu procurava estabelecer aproximação entre fundamentos de linguística e a organização do conhecimento, visando à recuperação de informação na internet.

Procurei a Prof.ª Rosali Fernandez de Souza, à época coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ela me direcionou à Prof.ª Maria Nélida, pois seus interesses acadêmicos estariam mais afetos ao que eu estava me propondo aprofundar. Foi quando, então, tive o meu primeiro contato com a Prof.ª Nélida. Dentre as muitas lições que aprendi tendo Nélida como inspiração, trago aqui SEIS, escolhidas não por acaso, mas pela importância em minha vida acadêmica.

COMO INICIAR UMA ORIENTAÇÃO DE DOUTORADO

No primeiro encontro, após conversarmos sobre o que eu tinha intenção de investigar no curso de doutorado, a Prof.ª Nélida me solicitou escrever uma lauda sobre o que eu pensava estudar, e essa foi a primeira grande lição que recebi de Nélida: ensinou-me que, mesmo inexperiente, o doutorando deve ter condições de minimamente delimitar seu campo de investigação e igualmente

delimitar onde gostaria de chegar com a investigação acadêmica. Alguns objetivos já deveriam estar esboçados, tendo em mente algum suporte teórico e apontando algum caminho metodológico. Passei a levar essa orientação como norteadora para os meus futuros orientandos de doutorado.

SOBRE ELEGER PRIORIDADES

Ante a aceitação de Nélida em ser minha orientadora no doutorado, encarei com afinco os estudos para me preparar à submissão ao processo seletivo. Era um campo de estudo completamente novo para mim. Empreendi muito esforço na leitura dos textos teóricos, na preparação do projeto de pesquisa etc.

Tive a honra, naquele processo seletivo, não só de ter sido aprovada em primeiro lugar, mas também, e muito especialmente, de compartilhar bancos escolares com colegas altamente competentes, simpáticos e colaborativos. Alguns vieram a se tornar colegas como professores universitários. Foi um período de imenso aprendizado. Tinha em Nélida, claro, o amparo para leituras complementares às bibliografias das disciplinas, acompanhamento dos textos que ia produzindo ao longo das tarefas disciplinares, enfim, um acompanhamento valioso, especialmente, para quem estava entrando em um campo de estudo fascinante, mas completamente novo para mim.

Então, não somente o campo era novo, como também todos os docentes eram pessoas com quem estava tendo contato pela primeira vez. Desse modo, os docentes eram profissionais que aprendi a reconhecer como pesquisadores importantes na área e, portanto, confesso, inspiravam certa cerimônia no trato.

Com uma delas, estando eu em sua aula, acabei me atrasando para a reunião de orientação com Nélida. Saí da sala de aula correndo e fui ao encontro de Nélida em sua sala e a encontrei saindo. Pedi desculpas, muito sem graça, quando ela me interrompe e diz: – "É preciso eleger as suas prioridades. Agora, o

nosso horário acabou." Fiquei meio sem chão, mas acabei entendendo que limites devem ser sempre respeitados e as prioridades definidas com clareza. Essa foi outra importante lição que aprendi para levar adiante com os meus futuros orientandos.

EMPATIA EM PRIMEIRO LUGAR

Outra grande lição que aprendi foi por ocasião de uma orientação compartilhada de uma aluna que havia sido minha orientanda em um curso de especialização. Era uma aluna especialíssima. Oriunda das camadas populares, talvez tenha sido a primeira em sua família a se graduar em curso universitário, precisava trabalhar muito para seu sustento e o de sua família. Nesse quadro, seu tempo de dedicação para as leituras necessárias ao curso de mestrado, bem como executar as tarefas solicitadas pelas disciplinas, era exíguo. De qualquer modo, ela surpreendia na sua capacidade executora, mas a compreensão mais profunda dos textos teóricos, por vezes, deixava um pouco a desejar. Confesso que muitas vezes temi pelo término exitoso de um trabalho de dissertação, ao que Nélida sempre argumentava que, ***se a trouxemos até aquele estágio de formação, era imperioso ajudá-la a terminar com sucesso***. Com isso, ela nos fazia despender mais tempo em reuniões de orientação, releituras dos textos apresentados e tudo mais. Essa foi outra grande lição: pegar o aluno pela mão e ajudá-lo com mais intensidade a caminhar no processo do fazer acadêmico.

DOSAGEM DE NOSSAS EXPECTATIVAS

Outra grande lição que, de certa forma, dialoga com a anterior, diz respeito às diferentes expectativas que nós, na qualidade de orientadores, projetamos nos orientandos que nos procuram. Em outra oportunidade de coorientação, eu me frustrava ao ler o texto que nos era entregue pelo orientando porque nunca evidenciava a profundidade dos argumentos

levantados pelo autor. As inferências do orientando se restringiam à superfície dos textos, sem adentrar – e consequentemente – apresentar grandes *insights* para formulação de seu próprio texto e argumentos. Eu já estava a ponto de desistir, quando Nélida, gentilmente, me diz que o orientador deve ser capaz de aprender a exigir do aluno aquilo que ele é capaz de dar… e assim, as orientações refletiam de forma mais apropriada as necessidades de cada um dos orientandos.

RESPEITO AO TRABALHO DESENVOLVIDO

Uma outra grande lição diz respeito às participações em bancas avaliativas seja de mestrado ou de doutorado. Mais de uma vez eu a ouvi iniciar sua participação em bancas com a seguinte observação: – "Estou aqui para avaliar o trabalho desenvolvido e não o trabalho que eu teria realizado ou orientado". Essa observação é de extrema sensibilidade.

Todos que já passamos pela experiência de participar de bancas, ao lermos o texto que temos em mãos, especialmente se ele é instigante, somos levados a prospectar outras possibilidades de encaminhamento que não essencialmente a que foi levada a cabo pelo mestrando ou doutorando e seu respectivo orientador/orientadora. Ter essa premissa em mente nos permite avaliar o que realmente foi realizado e, dessa forma, é possível formular questões mais pertinentes e atribuir ao trabalho o valor que realmente reflita o seu valor.

COMPROMISSO INABALÁVEL COM A CIÊNCIA

Durante o doutorado, tive oportunidade de participar, junto com Nélida, de inúmeros eventos científicos dada a importância que ela sempre dedicou à divulgação de suas investigações e de submetê-las à apreciação dos pares. E sempre vi com admiração como ela interagia com cada observação, comentário, sugestão recebida nesse processo e como ela os

absorvia e incorporava quando pertinente ao desenvolvimento do trabalho. E nessas ocasiões, tive oportunidade de ver como ela participava ao lado de seus alunos, ajudando-os a enfrentar esses escrutínios acadêmicos que, por vezes, sobretudo para os iniciantes, podem ser bastante duros e assustadores.

Em certa ocasião, passamos por uma situação inusitada: estávamos em um evento na UFMG, e a organização do evento nos solicitou postergar a ordem de apresentação do meu trabalho, o que viria a ocorrer mais para o final da tarde. Naquele dia, houve uma mudança abrupta na situação meteorológica, ameaçando cair uma chuva torrencial com ventos muito fortes. Estávamos todos na sessão, eu apresentando a minha pesquisa, quando, repentinamente, a luz sumiu do auditório. É preciso dizer que estávamos em um auditório sem janela para o exterior, somente com uma porta de entrada perto do palco onde os apresentadores se localizavam e uma outra saída ao fundo do anfiteatro. Essa descrição nos diz que, sem luz elétrica, ficávamos completamente no escuro.

Então, quando a luz terminou, parei imediatamente de falar porque fiquei completamente atordoada. Ficamos todos, apresentadora e plateia, pensando no que fazer, quando a luz retornou e eu, imediatamente, retomei a apresentação. Mas logo depois, *oh! Céus*, a luz acabou novamente, a chuva caía fortemente e todos ficaram preocupados em como sairíamos dali. Nesse momento, impulsionada pelo espírito criterioso de minha orientadora, falei a todos que terminaria a minha apresentação. Assim, impostei mais a voz, de modo que todos na sala pudessem me ouvir e terminei o relato sobre a minha pesquisa, respondi às perguntas que me foram formuladas e, ao final, encerramos a sessão. Esse caso evidencia a seriedade e compromisso em relação ao trabalho de investigação acadêmica, muito aprendido pelo exemplo dessa magnífica orientadora a quem muito me orgulha hoje considerar amiga.

ENFIM, acredito ter relatado, por intermédio desses pequenos episódios, pontos que me fortaleceram tanto na

trajetória de pesquisadora, quanto nessa desafiadora tarefa de orientar futuros mestres e doutores. Sim, foram eventos muito importantes na minha formação docente, porém, revelam mais do que tudo, o exemplo de vida, de profissionalidade que tem sido a professora Nélida para os felizardos, e não são poucos, que tiveram a oportunidade de com ela aprender.

Tenho muito a agradecer a essa pessoa maravilhosa, íntegra, estudiosa e solidária. Uma honra ter sido sua – até hoje – orientanda.

Como citar

ORRICO, Evelyn. Uma mestra querida. *In:* SOUZA, Rosali Fernandez de. Prefácio 1. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 35-42. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap2.

MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ, OU, DA RELAÇÃO: UMA CARTA-RELATO

Vinícios Souza de Menezes

Para: Maria Nélida González de Gómez

Mestre não é quem sempre ensina,
Mas quem de repente aprende.
João Guimarães Rosa

Esse texto é um relato pessoal do convívio e da influência de Maria Nélida González de Gómez em minha formação. O amplo repertório mobilizado e a capacidade argumentativa de Nélida conectar múltiplos saberes para a leitura contemporânea do social desde o ponto de vista da informação provocou em mim uma abertura perceptiva: a possibilidade evocada de ler as intersecções dos mundos informacionais em que me encontro a partir das dimensões semiótica-materiais que me implicam. Em outras palavras, em meu exercício ininterrupto de aprender sempre e mais uma vez, Maria Nélida González de Gómez me ensinou a pensar desde a perspectiva contingente e relacional da informação. Os ensinamentos excederam os limites acadêmicos e ressoaram para a vida, em sua amplitude: o respeito pelo saber, pelo aprender, pelo pequeno, pelo outro, pelos limites do humano. Mais do que o imenso saber e a sua disponibilidade para partilhá-lo, a força de Maria Nélida González de Gómez está em sua humanidade. Na fonte, me fiz, e através do seu legado, me enredo.

"Um belo dia resolvi mudar". Este é o primeiro verso de uma música escrita pela eterna mutante Rita Lee e pelo gigante guitarrista Luiz Sérgio Carlini para o álbum Fruto Proibido (1975). Em minha vida, os dias foram transformados pela educação e, na relação com Nélida, pude ver as belezas da travessia.

Inicio, assim, esta breve e condensada carta, por ser da ordem da transformação o que eu desejo expressar. A mudança e todas as mutações ocorridas em minha vida foram vicejadas pelo "fruto proibido" – o desejo de saber relatado pelo espanto de Aristóteles diante das fabricações humanas e suas metafísicas.

Nasci no menor estado da Federação brasileira: Sergipe. Em sua capital, Aracaju, na primavera de 1987, despontei. Apesar de toda a minha família morar na zona rural do município de Umbaúba, cidade do interior no sul do estado, minha mãe, minha irmã e meu pai moravam em Salvador, capital do estado da Bahia. Dos povoados da Matinha e da Estiva, em Umbaúba, após os três meses do resguardo e do apoio familiar, minha mãe retornou comigo para casa. Lá vivemos por 24 anos na comunidade do Alto da Santa Terezinha, morro localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Vida materialmente pobre, mas não miserável; simbolicamente rica, mas atravessada pelas contradições sociais da violência do Estado e das facções. Sob a mirada dos olhares policialescos, por linhas tortas, aprendi com os despossuídos que é no rolar da fúria da *palavramundo* que as coisas rasteiras nos celestam.

À minha revelia, vi de tudo, e, por conta disso, aprendi a ser um leitor astuto dos perigos do mundo. Santa Terezinha, protetora da minha comunidade, é conhecida pelo conforto dos corações angustiados, pela simplicidade, intensidade e amor com que ampara humildemente os aflitos. A parede da nossa casa era a mesma parede da Igreja de Santa Terezinha. Geminadas e sempre à mesa, minha mãe invocava um trecho mais ou menos assim da oração da santa: "Assim recorro a vós, para que não me desampareis nunca, Óh querida santinha, da simplicidade e da infância! Ensinai-nos a amar em nosso cotidiano, naquilo que é

mais simples e ordinário. Ajudai-nos, também, a viver a vida com toda a gratuidade que é própria do amor. Pela Tua intercessão, seremos o amor. Amém!"

Não me considero uma pessoa religiosa, mas certamente estive amparado pelo colo de Santa Terezinha: em sua humildade, amor e simplicidade. Os milagres do povo nunca cessaram de brotar do impossível chão. A minha comunidade nunca me desamparou e hoje vejo, passados tantos anos, que o meu povo sempre foi para mim um portador de primaveras. O despertar não veio de dentro, o meu povo me mostrou a saída. Nos anos 2000, a universidade disse para tantos como eu: – Filho, aqui é também a sua casa! – e essa voz ecoou no meu peito.

Em 2005, ingressei na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no curso de Biblioteconomia e Documentação. Saía de casa às 5h40 da manhã para descer o morro e pegar o ônibus das 6h00, para chegar à universidade às 7h10, nos dias bons. Assistia às aulas durante manhã e tarde e, no crepúsculo do dia, me deslocava para o estágio no outro extremo da cidade. Saía do estágio às 22h00 e chegava em casa às 23h30, para, no dia seguinte, tudo recomeçar. Esse percurso me custava, em média, 5 horas por dia dentro dos ônibus e 56 km diários de deslocamentos entre a minha casa, a universidade, o estágio e o retorno, que nem sempre era tranquilo – visto que, como sabem, o clima por volta de meia-noite, numa favela brasileira com altos índices de violência, nem sempre era amistoso. Por conta disso, aprendi a valorizar o sangue, o suor e as lágrimas das pessoas que fazem do trabalho o seu meio de subsistência e o horizonte das suas lutas – nesse voo firme para perseverar e resistir em meio a tantas tempestades.

A Universidade quebrou em mim o silêncio das coisas anônimas. Foi entre 2008 e 2009, no final da graduação, que, através dos textos, conheci Maria Nélida González de Gómez por meio da minha outra mestra, Nanci Oddone. Uma leitura difícil para um neófito nas letras acadêmicas, todavia, admirável pela força dos argumentos e pela capacidade de mobilizar tantas autorias e escolas de pensamento para sustentar o ponto de vista

do seu pensamento. Nanci e Nídia Lubisco – minha orientadora de iniciação científica – me incentivaram a ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA.

Em 2010, iniciei o mestrado e, logo no primeiro ano, junto com Nanci, agora minha orientadora, enviamos para o XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (XI Enancib) o texto: "Situando a Epistemologia Social no contexto da ciência contemporânea". Era um texto que conversava diretamente com a pesquisa de Nélida e, não por coincidência, ao sair a programação do evento, vimos que ela estava na coordenação da mesa de apresentações. Seria a primeira vez que eu encontraria Nélida presencialmente. A data da minha apresentação era 27 de outubro de 2010, às 14h00. Porém, o destino antecipou o acontecimento que fundou a nossa relação: em 26 de outubro, um dia antes, ao chegar ao Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Nélida aguardava o elevador. Eu e minha esposa, Stella Dourado, entramos com ela no elevador e eu me apresentei. Nélida olhou para mim e disse: "Nanci me falou de você, trouxe este livro para presenteá-lo". E tirou da pastinha do evento o livro "Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento", organizado por ela e pela professora Evelyn Orrico (2006).

No dia seguinte, apresentei o trabalho sobre Epistemologia Social e nossos laços foram se estreitando. Tempos depois, Nélida, por intermédio de Nanci me convidou para participar de uma aula/mesa sobre Epistemologia Social no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), com a presença do professor Antônio Saturnino Braga. Como desdobramento desses contatos e diálogos via e-mail, no dia 16 de agosto de 2012, defendi a minha dissertação com a professora Nélida na banca, presencialmente, em Salvador.

Em setembro de 2012, com a contribuição inestimável de Nanci, mudei-me para o Rio de Janeiro com a minha companheira Stella. Reiniciamos as nossas vidas, agora juntos no mesmo lar e em busca das nossas realizações. Falei com Nélida sobre a minha mudança para o Rio e disse que desejaria que ela me orientasse, caso eu fosse aprovado no processo seletivo do doutorado do Ibict. Vesti-me de sonhos e, em março de 2013, após a aprovação, iniciei o doutorado com Nélida como minha orientadora.

Os anos que se seguiram não foram fáceis. Nélida estava de mudança para a Universidade Federal Fluminense (UFF) como professora visitante e sentia preocupações a respeito do meu acompanhamento no Ibict. As reuniões da Rua Antônio Basílio, na Tijuca (Rio de Janeiro), passaram a ocorrer na Rua Osvaldo Cruz, em Icaraí (Niterói). Além das aulas do doutorado no Ibict, por alguns semestres atravessei a Baía de Guanabara na barca da Praça XV rumo à Arariboia, seguindo em uma caminhada de 15 minutos, para acompanhar as aulas de Epistemologia em Ciência da Informação de Nélida na Rua Tiradentes, nº 148, Ingá (Niterói) – antigo edifício onde ocorriam algumas aulas do PPGCI-UFF.

Em 2014, meu mundo tornou a começar. Stella engravidou e nossa primeira filha, Moira, foi gestada. Assim que soube, Nélida disse: – Que felicidade, terei uma netinha acadêmica! Foi sempre assim que tratou Moira, carinhosa e muito gentil: da barriga aos últimos encontros. Ainda em Icaraí, Nélida e Benigno presentearam Moira com o livro: "Mafalda: todas as tiras" e nos disseram: "Esta é uma metáfora argentina que dribla o desencanto com lúcida ironia".

Em setembro de 2015, após a minha qualificação, diante das circunstâncias das nossas vidas, decidimos que eu deveria mudar de orientação. Nélida indicou que eu ficasse sob a orientação de Gustavo Silva Saldanha, um ex-orientando dela e um irmão que a vida me deu. Diante da nossa amizade e do nosso vínculo com Nélida, esta mudança ocorreu de modo tranquilo e sem grandes impactos.

Com o seu retorno à Tijuca, passamos a nos encontrar novamente. Com alguma frequência, ela nos convidava para almoçar em sua casa na Rua São Francisco Xavier. Nélida adorava escutar Moira conversando. Perguntava sobre a Mafalda, sobre a escola, as atividades, como eram seus dias, e Moira, reciprocamente, adorava contar as suas aventuras cotidianas, pequenas e de um brilho infantil apenas pronunciável por suas palavras, em suas primeiras fricções com a linguagem do mundo. Moira lhe contava que ainda não sabia dar cambalhotas em inglês, mas que as cores não eram tão difíceis. Certa vez, nos disse: – As minhas ideias caíram, não consigo mais pensar – em referência ao fato de não conseguir lembrar como escrevia a palavra jaca. Ao se machucar, dizia que as palavras faziam com que seu dodói doesse; nas noites do calor carioca, ela derretia de sono e, nas de frio, a nuvem cobria a montanha para que ela não congelasse. Dizia que, após o verão, as árvores vão ficando carecas e, no inverno, as ondas grandes ficam maiores e a chuva nasce da barriga da nuvem. Havia um fascínio em nossos encontros. Maria Nélida González de Gómez, a grande pesquisadora da Ciência da Informação, ali era como uma mãe para mim, minha companheira era como uma nora e nossa filha, sua neta. Este é o meu cristal de memória.

As virtudes atribuídas à Santa Terezinha na mesa da minha infância e adolescência não cessavam de reaparecer para mim no mundo secular. Tantos anos depois, vejo hoje Nélida a nos ensinar, talvez até inconscientemente, a simplicidade do tratar, a intensidade do aprender, a humildade no amparar, a gratuidade e a humanidade no lidar simples e ordinário dos dias. E Moira, para todos nós, ainda incorporou o sublime: a infância.

Em 2019, Moira, Stella e eu retornamos para o meu estado natal, Sergipe. Daqui hoje, na primavera de 2026, escrevo este breve relato da nossa relação. Nélida, em diversos dos seus textos, escreveu: a informação é um operador de relação, um agir relacionante que se sustenta em um jogo contingente de previsão e imprevisão, de redundâncias e de diferenças. Ou seja, a informação nos recobre com o manto da vida: nos relaciona de um

modo incerto, duvidoso, meio livre entre as certezas e as dúvidas do existir, entre as redundâncias e a hibridez que o tempo instaura sobre nós, mortais.

Nesse tempo, Stella e eu tivemos outra filha: Maya. A esta, Nélida ainda não conheceu pessoalmente, mas sempre me envia mensagens ao vê-la feliz e risonha em fotografias nas redes sociais. Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), me tornei professor e hoje escrevo essas breves memórias a partir do lugar onde Nélida sempre esteve para mim. A educação é transformadora – um fruto proibido para os tiranos.

Nélida nunca deixou de repetir, em diversas oportunidades: "Sou eu quem aprendo com vocês". Ainda que com seu vasto saber, sua capacidade de articulação e leitura de mundo nos ensinava algo novo a cada instante que enunciava uma determinada temática, Nélida sempre se colocou na posição de aprendente: não de quem sempre ensina, mas de quem de repente aprende. Na reavaliação das minhas memórias, essa é uma das lições mais relevantes da nossa relação: o sentimento profundo e respeitoso pelo saber, movido pela nossa capacidade quase irrestrita de aprender.

De modo recorrente, tratava as suas pesquisas e os seus textos a partir de uma retórica da diminuição, sem evocações de grandiloquência, de originalidade ou de grandezas outras associadas à percepção social do seu prestígio acadêmico-científico. Em nossa relação, nunca fez uso da sua distinção; ao inverso, portava-se como uma aprendente dedicada a entender de modo crítico as intersecções dos mundos informacionais nas relações de sociabilidade e as diferentes maneiras pelas quais as construções informacionais da realidade estavam implicadas nas relações sociais. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação.

Como dizia Clarice Lispector, "não sou um intelectual, escrevo com meu corpo". Nesse sentido, fabrico em mim essa voz de fazer nascimentos: Maria Nélida González de Gómez. Fabulo essa ficção que somos a partir do que aprendi e aprendo com

Nélida. Sonho a Nélida como essa pessoa-mestra que no outro viceja em aprendizagens, como o vento na fogueira de São João das minhas tradições populares.

Compartilhantes dos modos críticos de ver as sociedades, acreditamos em uma utopia concreta, uma pura inauguração (ou imaginação) de um outro mundo possível, que visa irromper, irrigar e recompor a natureza e os nossos modos de convivência. A terra tem suas páginas: os caminhos de aprendizagens que arejam as nossas vidas. Nessa travessia de bordar o caminho que percorremos para nos reconhecer, fica a lição das bordadeiras sergipanas: o mais importante do bordado é o avesso, o trabalho interno que tornou possível reluzir a figura. Essa figura que se aperfeiçoa na vasta imensidão de cores das humanidades e seus saberes. Nos matizes das minhas memórias, seguem vivas essas lembranças, às quais não darei um nome, pois espero que sejam livres.

Esta carta-relato escrevo como um trato de tradição afro-ameríndia e latino-americana: ao não nos esquecermos, tramamos um acordo contra a morte. Iremos nos encantar, mas nunca morrer. Seguiremos vivos e entramados nas nossas mais profundas lembranças, posto que não ser esquecido é a chama viva da vida. Espero que nosso acordo não se desfaça e eu siga vivo nas suas lembranças, assim como você permanecerá presente nas minhas. A vida, quando assim, nesse instante, para de morrer e a gente se acende nos outros – como você, Nélida, se acendeu em mim, como eu me acenderei em meus alunos e eles se acenderão em outras pessoas. Esta é a nossa condição conjunta: testemunhar a glória da vida, iluminar. Muito obrigado por permitir que eu participasse de sua vida, Nélida, e, assim, fabricássemos juntos as nossas existências, as máscaras poéticas que encenam as nossas subjetividades.

Nesse rio chamado tempo, nessa casa chamada terra, aguardo sem foz nem nascente sempre por um retorno – como este, deste texto. O bom do caminho é haver volta, para ida sem vinda, basta o tempo. Assim é a vida, sutil para quem sente. Seres

informes como eu são fabulistas por natureza. Procuramos estar na pessoa dos outros – escutar. Assim, para concluir esse breve relato em homenagem a você, Nélida, contarei uma pequena estória acontecida há pouco mais de dois anos. Quando ocorreu, me lembrei demais da nossa relação, dos nossos encontros e de Moira a contar as suas estórias.

Estávamos, minha filha mais velha e eu, à época já com oito anos – Moira, a fiandeira dos meus destinos –, assistindo ao filme infantil "Encanto" – baseado nas obras real-fantásticas de Isabel Allende e Gabriel García Márquez. Enquanto assistíamos ao filme, Moira e eu discutíamos acerca dos dons da família Madrigal – superforça, cura, controle do clima – e nos perguntávamos: – Qual seria o "superpoder" da aparentemente comum Mirabel, personagem principal da obra? No auge dessa conversa, Moira pausou o filme, olhou para mim e disse: "Papai, somos parecidos com Mirabel, o nosso superpoder é aprender!"

Concluo aqui e, pensando agora sobre este relato, vejo-o como uma carta de amor à vida, minhas companhias e seus dons. Como o argentino de Rosário, Ernesto Guevara de la Serna, ao caminhar ficam as palavras: "Deixe-me dizer-lhe, correndo o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor". Fernando Pessoa (Álvaro de Campos), poeta português, em 21 de outubro de 1935, também escreveu: "todas as cartas de amor são ridículas. Não seriam cartas de amor se não fossem ridículas. [...] As cartas de amor, se há amor, têm de ser ridículas. Mas, afinal, só as criaturas que nunca escreveram cartas de amor é que são ridículas". Minha mãe, sob o manto de Santa Terezinha, repetia: "pela Tua intercessão, seremos o amor. Amém!". Portanto, ao final, espero ter sido ridículo em declarar como Nélida revolucionou a minha vida, ainda que, sob os seus olhos, de forma menor e miúda. O amor é a liberdade de voar acompanhado.

Muito obrigado pela nossa relação, Maria Nélida González de Gómez!

E todo o não-dito é ainda maior...

Como citar

MENEZES, Vinícios Souza de. Maria Nélida González de Gómez, ou, da relação: uma carta-relato. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 43-52. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap3.

II. EIXO CIENTÍFICO

MEMÓRIA INSTITUCIONAL, REGIMES E DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO: DIÁLOGOS EM TORNO DO PENSAMENTO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Icléia Thiesen

"*[...] a função do intelectual consiste em diagnosticar o presente, não em raciocinar em termos de totalidade para formular as promessas de um tempo que virá*".
Michel Foucault
(Castro, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. p. 229)

DE VOLTA AO PASSADO: APROXIMAÇÕES, FRAGMENTOS, ELOS

A formação de redes de pesquisadores, desde as primeiras décadas do século passado, se inicia nas práticas acadêmicas e pode prosperar e se fortalecer à medida que se desdobre em outros espaços institucionais – laboratórios, revistas científicas, linhas e grupos de pesquisa, associações de pesquisadores, eventos científicos, entre outros. Quando se expande para além das salas de aula e dos laboratórios, ganha visibilidade e se desdobra na

produção e formação de novos professores, pesquisadores e grupos identificáveis por seus trajetos, linhas de pesquisa, produção científica, redes de citações, entre outras formas de identificação de núcleos de pesquisa incentivados por políticas científicas preocupadas em estabelecer as bases da institucionalização da ciência no Brasil.

A História da ciência é rica em fatos, acontecimentos e representações assinalados ao longo dos séculos cujo processo de institucionalização se deu, inicialmente, de forma mais livre e através de indivíduos que foram construindo caminhos, métodos e percursos. Com o passar do tempo, a produção de conhecimento tomou rumos diversificados de acordo com inúmeras variáveis e foi se complexificando. À pesquisa histórica cabe identificar, analisar e divulgar resultados dessa experiência que não para de se transformar e de agregar valor às suas bases epistemológicas.

A materialidade documentária acumulada em arquivos, bibliotecas, museus, bases de dados e testemunhos atesta e fundamenta o grau de historicidade dessas tentativas de conhecer e reconhecer os passos que levaram às discussões sobre os fundamentos históricos da Ciência da Informação em seus processos de institucionalização no Brasil.

As primeiras sementes desse domínio do conhecimento foram plantadas antes mesmo da criação do primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, (antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD), em 1970[1]. Naqueles momentos inaugurais pesquisadores estrangeiros tiveram importante participação na formação das primeiras turmas, como professores e/ou orientadores.

O Curso de Especialização em Informação e Documentação Científica (CDC), criado em meados dos anos

[1] Há uma relevante bibliografia sobre a formação dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil (*e.g.*, Oddoni, 2004). Ver também: https://www.gov.br/ibict/pt-br/atuacao/pesquisa-servicos-e-iniciativas/pos-graduacao-em-ci. Acesso em: 23 maio 2026.

1950 e tendo como público, majoritariamente, bibliotecários, "contribuiu para o aperfeiçoamento de diferentes profissionais dos campos da informação e da documentação" (Costa, 1990). Ao dar uma resposta às demandas por uma política nacional de informação, de certa forma, forneceu também as bases para o futuro Mestrado em Ciência da Informação nessa mesma instituição. Laços entre a Documentação, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação se fortaleceram e contribuíram para a formação de um perfil identitário que se manteve durante as décadas de 1970 e 1980. Mudanças aguardavam os dias e chegaram.

Questões sobre a natureza da Ciência da Informação perduraram durante décadas em busca de respostas: suas origens, fronteiras disciplinares, estatuto científico, e sobretudo sua suposta "identidade" enquanto área do conhecimento. Com o intuito de estabelecer elos com o passado e seus nexos com outras disciplinas, o recurso à história se impôs e se viu refletido nos Grupos de Trabalho da recém-criada Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em 1989 – marco inicial da busca de estabilização e legitimação das relações entre pesquisadores, universidades e instituições de pesquisa.

O recurso à história também foi objeto de debate nos momentos inaugurais das Ciências da Informação-Comunicação na França, no âmbito da equipe MICS[2]:

> enquanto uma abordagem crítica, reflexiva e explícita do diálogo entre as duas disciplinas e, de forma mais ampla, a contribuição que o pensamento histórico, as mediações da história e as problemáticas conquistas do trabalho historiográfico podem dar à construção teórica adequada de uma abordagem info-comunicacional da cultura e da sociedade (Jeanneret, 2017, p. 17).

[2] MICS – *Médiations en Information-Communication Spécialisées*, equipe do LERASS – *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales*, *l'Université Toulouse* 3, fundada por Viviane Couzinet em 1999.

Na sequência, argumenta o que seria recorrer à história:

> Chamo de "recurso à história" o lugar dado, em um discurso explicativo sobre os processos de informação-comunicação, às estruturas históricas de inteligibilidade, independentemente de essas estruturas serem ou não emprestadas da disciplina de história (Jeanneret, 2017, p. 17).

Já na experiência brasileira inaugural, durante os primeiros anos de sua existência, a ANCIB, a mais importante sociedade científica da área, construiu as vias que a levariam posteriormente a organizar grupos de trabalho nos quais seriam debatidas questões teóricas, empíricas e metodológicas oriundas da pesquisa e do ensino realizados nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Thiesen, 2010, p. 57).

No decorrer do seu processo de institucionalização, foram sendo incorporadas temáticas voltadas para questões sociais, históricas e epistemológicas, na busca dos fundamentos históricos do campo, suas fronteiras, influências, conceitos fundadores, teorias e metodologias. Aqui tem início um encontro que marcou minha vida acadêmica.

Maria Nélida González de Gómez, ao relatar as discussões no âmbito das Oficinas realizadas no IBICT em seu grupo de pesquisa, integrado também pela Prof.ª Lena Vania Ribeiro Pinheiro, esclarece o seguinte:

> Enquanto a Epistemologia nos demanda o exercício de reabrir de modo permanente o escopo e a abrangência da área, de modo crítico e reflexivo, a abordagem histórica nos retorna ao percurso de suas práticas, seus atores, seus produtos, em sua ancoragem espaço-temporal (González de Gómez, 2007, p. 2).

Essa experiência se refletiu na temática do GT-1 – Estudos históricos e epistemológicos da Informação[3], assim denominado no Encontro de 2005, ano em que os GTs passam a ter coordenações próprias, renovadas periodicamente, ocasião em que os Encontros passam a se realizar anualmente (Marteleto; Lara, 2008, p. 3). A ementa do GT-1, não por acaso sob a coordenação da Prof.ª Maria Nélida González de Gómez, no Encontro de 2005 espelhava as preocupações daquele momento:

> Paradigmas da CI, constituição do seu campo científico e questões epistemológicas subjacentes. Inclui discussões sobre disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade da área, bem como a construção do conhecimento em CI do ponto de vista histórico (Marteleto; Lara, 2008, p. 6).

A dimensão histórica, social e política da informação já se configurava no horizonte, no âmbito das discussões sobre a relevância da informação em relação ao documento. Afinal, dizia-se, estávamos na era da informação. Bernd Frohmann, leitor de Foucault, chamou a atenção para a informatividade dos documentos, com vistas à configuração da verdade e à natureza da sua episteme, o que nos conduziria às propriedades das práticas documentárias – a sua materialidade, as instituições onde estão inseridas, a disciplina social que dá forma a essas práticas e a sua historicidade (Frohmann, 2012; Thiesen, 2023) –, destacando, ainda, "o caráter social, material e político da informação" (Frohmann, 2008).

Yves Jeanneret também nos lembra que "as ciências da informação e da comunicação, assim como as ciências humanas, precisam recorrer à história, pois não se pode compreender a

[3] O GT-1 foi criado em 1994, no I ENANCIB, com a seguinte ementa: Administração/Gestão/Avaliação e estudos de usuário. Sofreu alterações nos anos seguintes até se configurar, em 2005, com a temática histórico-epistemológica. Ver: Marteleto e Lara (2008, p. 6).

atualidade sem examinar o passado" (Jeanneret, 2008, p. 128). Contra a (falsa) constatação de que "não manipulamos mais documentos, mas informações", o autor francês argumenta que "a informação emerge da confrontação do pesquisador com o documento (...). Nenhum saber é indissociável de seu suporte material" (Jeanneret, 2007, p. 96-97).

Tais controvérsias já se mostravam visíveis nos primeiros anos dos encontros da ANCIB, quando passou a acolher, sobretudo no GT-1, temáticas ligadas às questões da memória, da história, do arquivo, da biblioteca, do museu, bem como suas relações com a formação do campo da Ciência da Informação, problematizando as diferentes visões do documento, não mais tratado como mero portador e superfície de inscrição de informações (Thiesen, 2010, 2023)[4].

Em consequência dessas discussões e dos novos doutores da área da Ciência da Informação, com formação básica em museologia, arquivologia e biblioteconomia, campos do conhecimento que, àquela época, não possuíam programas de pós-graduação *stricto sensu*, com o passar do tempo, foram criados Grupos de Trabalho específicos, como o GT-9 e o GT-10, Isso não apenas modificou o perfil dos participantes no conjunto dos Grupos de Trabalho, mas evidenciou os laços indissociáveis entre informação, documento, memória e história nas práticas cotidianas de pesquisa no campo informacional. Problemáticas do contexto cotidiano suscitam novas temáticas.

Na seção a seguir, laços acadêmicos e de amizade são contextualizados e destacados com o intuito de indicar os

[4] À medida que a área cresceu e amadureceu, pesquisadores que anteriormente se identificavam com questões gerais afeitas ao GT-1 propuseram nas assembleias da ANCIB a criação de grupos de trabalho específicos, como o de Museu e Informação (2009) e o de Informação e Memória (2010). Atualmente, são 12 Grupos de Trabalho. O GT-11 – Informação e Saúde foi criado em 2011 e, mais recentemente, o GT-12 – Informação, Estudos étnico-raciais, Gênero de Diversidades.

caminhos que nos reúnem enquanto pesquisadores em formação que encontram os mestres certos nos momentos propícios.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL, REGIMES E DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO: APROXIMAÇÕES E DIÁLOGOS

Alguns fragmentos de memória permitem a reconstrução de laços acadêmicos e afetivos solidificados em relações construídas a partir da sala de aula, num primeiro momento vivenciadas no Curso de Especialização em Informação e Documentação Científica (CDC), em 1987, ano seguinte ao Cinquentenário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comemorado em 1986[5]. Ao buscar a retomada dos estudos acadêmicos, movida pelo interesse em compreender questões sobre o funcionamento da memória no âmbito das instituições, buscava sobretudo leituras, referências, autores. Foi, então, o momento em que nossa agora homenageada – Maria Nélida González de Gómez – sugeriu a primeira referência bibliográfica relevante, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi – um marco em meu pensamento e nas construções que se seguiram.

Teóricos fundadores das teorias da memória – individual, coletiva, social, involuntária –, analisados por Bosi no seu livro (1987), iluminaram os caminhos para a compreensão dos

[5] Os 50 anos do IBGE foram festejados com a realização de algumas efemérides, mas em especial com uma grande exposição realizada no Palácio Gustavo Capanema, com a representação de todas as áreas afetas às pesquisas até então realizadas pela instituição – Geografia, Geodésia, Cartografia, Economia, Estatística, Demografia, Meio Ambiente etc. Especialistas dessas áreas de atuação participaram ativamente da seleção de temas e objetos considerados representativos das respectivas áreas. Em função da dupla formação em museologia e biblioteconomia, deparava-me então com desafios a serem enfrentados na nova condição de responsável pelo relevante acervo reunido por ocasião da referida Exposição Comemorativa dos 50 anos do IBGE, sob a custódia da Biblioteca Central.

diferentes aspectos a serem considerados nos "trabalhos da memória". Bergson, Halbwachs, Benjamin, Bartlett, Proust, entre outros, ocuparam o espaço de reflexão, indicando possibilidades de configuração da memória no âmbito institucional, naquele momento ainda carecendo de compreensão, clareza e precisão. Era o ano de 1987. Outros autores importantes foram surgindo no decorrer das disciplinas cursadas sob a direção de outros professores do CDC, que aceitaram o desafio de acolher minhas inquietações sobre o tema da memória, ainda novo na Ciência da Informação, em um ambiente acadêmico que, naquele momento, tinha apenas a informação como problema de pesquisa em suas múltiplas configurações.

Um segundo momento de trocas acadêmicas contribuiu para o estreitamento dos laços agora em pesquisa mais vertical. Dando continuidade ao interesse no tema da memória, ingressei no Mestrado do IBICT em 1989, com o propósito de compreender o que, porque e como os ibgeanos de diferentes perfis definiam critérios de seleção representativos da trajetória do IBGE e, sobretudo, como percebiam as possibilidades de constituição da memória institucional. Sob a orientação da Prof.ª Heloísa Tardin Christovão, a quem não canso de homenagear, desenvolvi na dissertação um estudo de caso que intitulei "Memória institucional do IBGE: um estudo exploratório-metodológico", ampliando o leque de autores que contribuíram para a compreensão da experiência de meio século dessa instituição que ainda hoje, nos seus 90 anos, cumpre papel fundamental na produção de informações sobre o Brasil, com vistas ao planejamento das ações do Estado.

A ideia central que perpassou esse estudo foi a tentativa de definir parâmetros teórico-metodológicos que servissem de base para a criação de um Sistema de Recuperação da Memória do IBGE[6]. Ferramentas teórico-metodológicas testadas nas relações

[6] Apesar da provisoriedade dos resultados desse estudo de caso, a banca examinadora sob a presidência da Prof.ª Heloísa Tardin Christovão – constituída ainda pelos Profs. Hilton Ferreira Japiassu e Prof.ª Maria Nélida González de

de orientação foram alicerces que ainda hoje sustentam estudos empíricos que desenvolvo nas atividades do Programa de Pós-Graduação em História da Unirio, nas atividades do LAHODOC – Laboratório de História oral, Informação e Documentação.

Finda essa etapa da experiência na Pós-Graduação, em nível de mestrado, a retomada ocorreu dois anos depois, em 1994, com o desafio de conceituar Memória institucional para além de uma instituição concreta – o maior de todos os desafios dos movimentos do pensamento. Esse terceiro momento coroou uma década de estudos comprometidos com os desafios de compreender o que significa uma pesquisa em suas múltiplas etapas, da definição de um projeto a ser implementado posteriormente, em nível de especialização (História oral do IBGE), seguindo o caminho em direção à pesquisa científica e/ou ao ensino superior, no âmbito do mestrado (Memória institucional do IBGE), tema aprofundado no doutoramento em busca da produção de conhecimento (Memória Institucional).

Ao invés de analisar a instituição como produto, escolhi investigar os processos que tornaram possível o surgimento das instituições, o que permite compreender sua natureza. A instituição é um corpo que nasce, cresce e se transforma no curso das suas atividades cotidianas. Durável, está sujeita a normas e regras que definem seu funcionamento e que se reproduzem em rotinas que garantam sua manutenção. Suscetível a mudanças e crises, a depender da sua natureza e do seu grau de permeabilidade ao olhar da sociedade, a instituição é abalada em sua legitimidade (Thiesen, 2023).

Essa é a condição mais relevante com vistas à institucionalização de práticas sociais que se formalizam e se instituem – a legitimidade. Trata-se de uma questão maior que a

Gómez - recomendou o prosseguimento da pesquisa, razão pela qual ingressei em 1994 no Doutorado em Ciência da Informação do IBICT, sob a orientação dos referidos professores que participaram da banca. O doutorado até então vinculado ao CNPq e desenvolvido em convênio com a UFRJ-ECO, em 1994 tornou-se independente e autônomo.

define e a diferencia das organizações que privilegiam aspectos da eficiência no sentido de garantir sua permanência na sociedade. Daí a importância de compreender a diferença entre instituição e organização para não tomar uma pela outra. Embora a segunda esteja presente na primeira, enquanto conjunto de meios, isso por si só não evidencia as "relações de força que determinam o plano institucional que, por sua vez, define a organização" (Thiesen, 2013, p. 31). A instituição é um dispositivo que atende aos regimes de verdade no jogo das relações de saber-poder, conforme assinalado por Michel Foucault (1996).

Estudiosa da obra de Michel Foucault, Maria Nélida González de Gómez contribui para as primeiras discussões por ele propostas, ao incorporar em seus estudos a noção de "regime" no campo da Ciência da Informação. Regime de informação é assim definido:

> Um regime de informação é o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. (González de Gómez, 2003, p. 61).

Nossos caminhos seguiram cruzamentos teóricos que permanecem vivos e efetivos[7]. Dezesseis anos após ter sido defendida, Memória institucional foi publicada pela editora da

[7] Sua colaboração como membro da equipe do projeto "Regime de informação, regime de verdade, regime de pós-verdade – um estudo das práticas documentárias da Comissão Nacional da Verdade (CNV)", que tem apoio do CNPq, atesta a permanência dos laços intelectuais e afetivos construídos há quase quatro décadas.

Universidade Federal da Paraíba[8]. Autora do prefácio, a Prof.ª Maria Nélida assim destacou o que considerou relevante:

> Em nossas terras, longínquas e distantes da Europa idealizada, as instituições permaneciam sendo o horizonte naturalizado e implícito das formações sociais e formavam, como inconsciente civilizatório, as premissas de muitas das abordagens e modelos dos sistemas, ciência e tecnologias de informação. A definição seletiva do que seja informação, e a guarda e o controle da informação assim definida, pareceria constituir um domínio específico da instituição. A pesquisa-tese de Icléia vai questionar essa relação apriorística de informação e instituição, desnaturalizá-la, para desocultar as dinâmicas da institucionalização: do acontecimento-instituinte, como ruptura de evidências dos dispositivos de reprodução, como força e efeito de estabilização das relações sociais (González de Gómez, 2013, p. 18-19).

Em cada momento mencionado, tive o privilégio de conviver com professores/pesquisadores a quem devo grande parte de minha carreira. A Prof.ª Maria Nélida tem um destaque especial por ter exercido o papel, não apenas de orientadora do doutorado, mas por ter permitido que eu pudesse "voar" com segurança!

Trata-se de uma intelectual cujo pensamento crítico exerce influência duradoura entre os pesquisadores do campo de estudos da Informação, comunicação em várias de suas especialidades, fronteiras e recortes epistemológicos. Com formação em filosofia pela Universidade de Rosário, na Argentina, essa pesquisadora vive e se alimenta de leituras e de reflexões que acompanham o avanço do conhecimento e as mudanças epistemológicas que atravessam o mundo da informação, ou melhor, as ações de informação e seus regimes – de informação, de verdade e de memória.

[8] Nunca é demais agradecer aos Profs. Raimundo Nonato Macedo dos Santos (UFPE) e Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (UFPB).

Diálogos com a obra de Michel Foucault, Sandra Braman, Bernd Frohmann e uma miríade de outros intelectuais atestam seu papel de destaque no universo da Ciência da Informação e domínios conexos. Ela mesma declina os nomes de alguns autores que tiveram relevância em seus estudos – Nietzsche, Habermas, Ibsen, Wittgenstein, Wallerstein, entre outros (González de Gómez, 2026).

Em entrevista concedida à InCID, em 2012, provocada pela entrevistadora sobre seus estudos tendo por base a obra de Jürgen Habermas, filósofo que marcou sua trajetória de pesquisadora, em dado momento, revela como se vê em face desse e de outros tantos autores que leu e lê e com os quais dialoga:

> No me siento habermaseana, sin embargo; una teoría o escuela son guías temporales de la búsqueda de entendimiento, tenemos que poder ser infieles a los autores para no atropellar las exigencias de la vida y el rigor del pensamiento (González de Gómez, 2012, p. 179).

Com o impacto da "infosfera" e suas implicações, passou a se dedicar a temáticas que analisam as questões da integridade da informação, bem como as transformações profundas nos objetos e nas práticas da Ciência da Informação, considerando a complexidade e a pluralidade de seus objetos e contextos (González de Gómez, 2026). No decorrer de sua argumentação, para dar conta das dinâmicas contemporâneas, seria necessária

> uma revisão epistemológica e metodológica da Ciência da Informação, diante das novas configurações de seus objetos. Destaca-se a relevância da proposta de Floridi como eixo integrador de diferentes saberes, bem como o reconhecimento da interdisciplinaridade como orientação paradigmática consolidada no campo (González de Gómez, 2026, p. 2).

Dos estudos históricos e epistemológicos desenvolvidos em toda a sua trajetória, com ênfase na ética da produção científica e na formação de grupos de estudos pertinentes aos temas de seu interesse, destaco meu reconhecimento, minha gratidão e o privilégio de ter sido sua aluna e orientanda. Nossas trocas permanecem vivas ainda hoje e se traduzem em amizade duradoura que guardo em minhas memórias como um tesouro!

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Antônio Felipe Corrêa da. Ciência da Informação: o passado e a atualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 137-143, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus – Estudos interdisciplinares em Memória social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, 2012. Disponível em: http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828. Acesso em: 15 set. 2023.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e político da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Gines de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação**. Marília: FUNDEPE, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Ciência da Informação e a abordagem epistemológica: estado atual da questão. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Oficinas de pesquisa em Ciência da Informação**: epistemologia, metodologia e práticas. Rio de Janeiro: IBICT, 2007. p. 33.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-77, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Bibliotecas, símbolos e algoritmos: autoridades epistêmicas, materialidade, institucionalidade e formas simbólicas no regime de informação das plataformas digitais. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 7, p. e184, 2026. DOI: https://www.doi.org/10.60144/v7i.2026.184. Acesso em: 24 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Entrevista. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 172-181, jan./jun. 2012.

JEANNERET, Yves. Aspects du recours à l'histoire en sciences de l'information-communication. *In*: FRAYSSE, Patrick; Gardiès, Cécile; Fabre, Isabelle (dir.). **Sur les sciences de l'information et de la communication**: contributions hybrides autour des Travaux de Viviane Couzinet. Toulouse: Cépaduès-Éditions, 2017. p. 15-42.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité**: la vie triviale des êtres culturels. Paris: Hermès Sciences Publications, 2008.

JEANNERET, Yves. **Y-a-t-il (vraiment) des technologies de l'information?** Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2007.

MARTELETO, Regina; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Os Grupos de Trabalho – GTs da Ancib e a promoção da pesquisa em Ciência da Informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008. p. 3-15.

ODDONI, Nanci Elizabeth. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. 161f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2004.

THIESEN, Icléia. L'information entre réalité et imaginaire : approches historiques au Brésil. *In*: JOURNÉE SCIENTIFIQUE INTERNATIONALE DU RÉSEAU MUSSI MÉDIATIONS DOCUMENTAIRES: ENTRE RÉALITÉS ET IMAGINAIRES, 1., 2010, Avignon. **Actes de la première Journée scientifique internationale du Réseau Mussi**. Avignon: Université d'Avignon et des Pays du Vaucluse, 2010. p. 53-70.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THIESEN, Icléia. Memória institucional: elementos constitutivos de sua (re)configuração. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 23., 2023, Aracaju. **Anais eletrônicos** [...]. Aracaju: ANCIB/UFS, 2023. p. 1-24.

Como citar

THIESEN, Icléia. Memória institucional, regimes e dispositivos de informação: diálogos em torno do pensamento de Maria Nélida González de Gómez. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 55-70. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap4.

O MOVIMENTO DE CIÊNCIA ABERTA À LUZ DO CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO TRAZIDO PELA PROFESSORA MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Ivanilma de Oliveira Gama
Juliana Loureiro Alvim Carvalho

INTRODUÇÃO

A informação e as inovações tecnológicas como partes constituintes da sociedade atual remodelam diversas áreas da sociedade, dentre elas a ciência. A classificação da sociedade como sociedade da informação ou sociedade do conhecimento evidencia a centralidade que a informação assume na sociedade.

Não por acaso, tem-se tratado amplamente do acesso à informação que se constitui em um direito fundamental que todo o cidadão possui. Em todas as épocas, a informação esteve no centro da luta pelo poder: os homens reconhecem nela a arma privilegiada da conquista da sua liberdade ao mesmo tempo que o instrumento da limitação dos seus semelhantes (Rousseau; Couture, 1998). Contudo, percebe-se um regime, entendido como um conjunto de regras ou disposições legais, destinado a garantir que a informação se torna acessível. No campo científico, no final

do século XX, surgem iniciativas que visam deliberar sobre isso. Classifica-se o movimento de ciência aberta como uma das ações para a promoção da abertura científica.

Para tanto, um regime de informação na ciência vem emergindo, trazendo um diálogo com a esfera social que promove o direito informacional como condição *sine qua non* do cidadão. Diante disso, esse capítulo parte da pergunta: como os estudos sobre Regime de Informação trazidos pela professora Maria Nélida González de Gómez se relacionam com este novo cenário científico?

Para isso, compreendemos, neste capítulo, regime de informação como

> o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição. Um "regime de informação" desdobra-se, logo, num conjunto de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata, por nele ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados (González de Gómez, 1999, p. 27).

Tal definição, segundo Alves e Bezerra (2019), no artigo "Informação, política e poder: 20 anos do conceito de "regime de informação" em Maria Nélida González de Gómez", surgiu na literatura científica brasileira por meio de uma publicação de 1999 da filósofa e pesquisadora argentina (radicada no Brasil) Maria Nélida González de Gómez. No trabalho intitulado "O caráter

seletivo das ações de informação", a autora esclarece que o conceito de regime de informação, inspirado na perspectiva foucaultiana, possibilita abordar as relações entre política e poder para além dos limites do Estado e das políticas públicas. Nas palavras de González de Gómez (1999, p. 27), o "conceito de regime de informação nos permite falar de política e de poder sem ficarmos restritos ao Estado e às políticas públicas."

Anos depois, Pinheiro e Ferrez (2014), no *Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação*, pontuam que o termo "regime de informação" está inserido, como uma subárea do grupo "Políticas e ações de informação". Este grupo compõe a subclasse "Transferência e acesso à informação", que se encontra vinculada à classe mais ampla denominada "Comunicação e acesso à informação", evidenciando sua relação com os processos de circulação, acesso e uso da informação.

Este capítulo está estruturado em cinco seções, incluindo esta parte introdutória. A segunda seção aborda o regime de informação sob a ótica da informação, poder e sociedade, enquanto a terceira debate o percurso da construção do direito à informação. Na quarta seção, ocorrem debates sobre o movimento de ciência aberta e, por último, as considerações que enfatizam o quanto as ponderações realizadas pela autora colaboram para uma análise da estrutura científica e no regime estabelecido pela ciência moderna, assim como a proposta de reconfiguração que inclui discussões políticas e sociais relevantes para a contemporaneidade, como transparência, equidade, diversidade, inclusão e tecnologias.

REGIME DE INFORMAÇÃO: INFORMAÇÃO, PODER E SOCIEDADE

Os processos de produção, organização, circulação e apropriação da informação demonstram que esta não circula em espaços neutros e não podem ser analisados de modo desvinculado das instituições, dos atores sociais, das normas, das tecnologias e das relações de poder que participam de sua constituição. Nesse

contexto, o conceito de regime de informação, conforme desenvolvido por Maria Nélida González de Gómez (1999, 2012, 2015, 2019, 2026), oferece possibilidades para analisar as condições sociais, políticas, institucionais e tecnológicas pelas quais determinados recursos informacionais são produzidos, reconhecidos, organizados e disponibilizados, ao mesmo tempo em que outros podem permanecer invisibilizados, restringidos ou situados à margem dos circuitos legitimados de informação.

A contribuição de González de Gómez para a Ciência da Informação brasileira deve ser compreendida a partir de um percurso teórico no qual a informação e a ação social aparecem estreitamente relacionadas. A autora problematiza a possibilidade de tomar a informação como uma entidade previamente constituída e dotada de valor universal. Argumenta, também, que a constituição de algo como informação envolve processos de seleção e decisão realizados por sujeitos individuais e coletivos em contextos históricos determinados (González de Gómez, 1999). Dessa maneira, compreender a informação implica analisar quem participa de sua produção, quais critérios orientam sua seleção, quais dispositivos possibilitam sua materialização e quais instituições possuem condições de legitimar determinadas formas de conhecimento.

Nessa perspectiva, a dimensão política da informação não se estabelece apenas após sua produção, como uma espécie de interferência externa sobre informações previamente constituídas. A própria definição do que será reconhecido como informação, registrado como documento, preservado como memória ou disponibilizado para determinados públicos envolve decisões que apresentam implicações políticas. González de Gómez (1999) evidencia que a seletividade está presente na constituição dos valores informacionais e que as ações de informação se encontram atravessadas pelas relações estabelecidas entre atores sociais, práticas, instituições e dispositivos. Inclusive, a autora destaca que há um cenário característico das sociedades modernas: enquanto se afirma a autonomia informacional dos sujeitos, desenvolvem-se

estruturas capazes de concentrar ou exercer controle sobre os meios de produção, de armazenamento e de circulação da informação.

Essa compreensão permite deslocar a análise dos aparatos de informação de uma perspectiva predominantemente instrumental para uma abordagem que examina as condições que sustentam seu funcionamento. Para tanto, torna-se necessário observar também os atores responsáveis por estabelecer critérios de seleção, de descrição, de classificação, de acesso e de preservação. Em bibliotecas, arquivos, centros de documentação, universidades, instituições de pesquisa e órgãos públicos, por exemplo, as decisões aparentemente técnicas podem produzir e conduzir a consequências sobre aquilo que se torna recuperável, reconhecido e acessível. Com isso, as práticas profissionais relacionadas à informação passam a ser compreendidas como parte dos processos de mediação que participam da constituição dos próprios regimes de informação.

Tratar do regime de informação, nos estudos de González de Gómez, encontra-se associado às discussões acerca das políticas de informação. Neste sentido, a autora (2002, 2019) propõe ultrapassar a compreensão restrita às ações formalmente estabelecidas pelo Estado (Braman, 2004) e considerá-las numa escala micro e macro, assim como nos níveis local, nacional e global. Esse deslocamento apresenta consequências importantes. Se a política de informação estivesse limitada exclusivamente às leis, programas governamentais ou documentos institucionais que recebem formalmente essa denominação, diversas decisões que interferem diretamente sobre as possibilidades de produção e circulação da informação, especialmente, no âmbito científico, permaneceriam pouco visíveis. Políticas editoriais, critérios de avaliação em ciência, modelos de financiamento da pesquisa, normas de propriedade intelectual, padrões tecnológicos, mecanismos de indexação e formas de classificação são exemplos de elementos que podem participar da configuração de um regime de informação sem necessariamente se apresentarem formalmente.

O regime de informação permite, dessa maneira, analisar como diferentes sujeitos ocupam posições distintas nos processos de produção e circulação informacional. Não se trata apenas de identificar quem produz ou usa determinada informação, mas de examinar quem dispõe de autoridade para estabelecer normativas, definir critérios de qualidade, fundar infraestruturas, legitimar conhecimentos e determinar critérios de acesso. Alves e Bezerra (2019) evidenciam justamente sua capacidade de funcionar como recurso interpretativo das relações entre informação, política e poder.

Nesse contexto, a governança informacional não se limita à administração dos recursos informacionais. Em seu cerne, estabelece-se "[...] pelas condições de transparência, convergência e articulação das relações de comunicação-informação entre o Estado e a sociedade" (González de Gómez, 2002, p. 36). Por isso, encontram-se as negociações em diversas esferas, disputas de poder e divergentes capacidades de intervenção dos atores participantes. Determinar quais conhecimentos serão registrados, quais dados serão disponibilizados, quais documentos serão preservados ou quais informações serão consideradas fidedignas significa participar de processos nos quais se distribuem possibilidades de visibilidade, reconhecimento e autoridade. No entanto, tais relações não são necessariamente fixas. Os regimes de informação são constituídos historicamente e podem ser objeto de disputas, transformações e reconfigurações produzidas por novos atores, práticas, tecnologias e formas de organização social.

Portanto, a análise do regime de informação contribui para compreender as políticas de informação como espaços de acordos sociais e disputas de narrativas. Assim sendo, a questão fundamental envolve o exame das condições pelas quais diferentes sujeitos participam da definição de seus objetivos, suas prioridades, seus critérios e seus instrumentos. Essa perspectiva conduz à necessidade de analisar os elementos que constituem materialmente os regimes de informação e seus métodos de articulação.

DO SILÊNCIO AO ACESSO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À INFORMAÇÃO

O direito à informação constitui um dos pilares essenciais dos direitos humanos, consolidou-se no século XIX a partir da afirmação progressiva dos direitos civis e políticos, bem como dos direitos econômicos e sociais (Cruz Mundet, 2001). Ao traçar um panorama sobre o direito à informação, Duchein (1983) afirma que, até o século XVIII, o acesso era considerado um privilégio, permitido somente para alguns. A grande virada nessa prática vem do direito, isto é, quando se anuncia que todo acusado deve ter direito a ter acesso aos testemunhos de seus acusadores. Para o autor, isso significou a "primeira brecha" no princípio herdado do direito romano, isto é, do segredo absoluto dos arquivos judiciários. Por outro lado, é interessante lembrar que, desde 1795, o filósofo alemão Immanuel Kant, em seu projeto "Para a paz perpétua", formulou o que ele chamou de noções de "direito público" e "direito das gentes".

No entanto, Cruz Mundet (2001) ressalta que, desde a Antiguidade até os períodos medieval e moderno, o acesso à informação permanece rigidamente restrito aos representantes do poder com a única exceção do caso ateniense. Apenas, no final desse longo período, os acervos históricos começaram a ser parcialmente abertos, ainda que limitados a um pequeno grupo de estudiosos vinculados à elite política. Os fundos, concebidos para servir à administração do poder, continuaram inacessíveis ao público em geral. A única exceção relevante foi a Suécia, cuja lei da "Liberdade de Imprensa" (1766) proclamava expressamente, entre outros pontos, o direito dos cidadãos ao acesso aos documentos oficiais. Posteriormente, esse país tornou-se referência para outras nações, desenvolvendo uma legislação abrangente que assegura a publicidade dos documentos públicos e o livre acesso a eles, embora estabeleça restrições em casos específicos, como segurança nacional e proteção da privacidade (Cruz Mundet, 2001).

Em continuidade a esse processo de afirmação do direito à informação, o contexto da Revolução Francesa trouxe à tona a concepção de uma sociedade transparente, entendida como aquela em que não haveria espaço para escuridão social. Meijer (2014) destaca Rousseau como um das principais influências do pensamento iluminista presente nesta ideia, pois o filósofo associava a opacidade ao mal e via na transparência o caminho para recuperar o estado natural perdido.

Além disso, ampliando esse movimento histórico, Meijer (2014) observa que, no século XIX, os países europeus e os Estados Unidos passaram a adotar legislações voltadas à transparência governamental, incluindo a abertura de decisões, tratados e reuniões públicas. A Suécia foi a pioneira nesse campo, como já abordado, sua legislação de acesso à informação, marcou a transição do regime absolutista para o liberal burguês.

Na concepção de Cruz Mundet (2001), a situação jurídica relacionada ao direito ao acesso à informação demorou muito tempo a se transformar. Somente após o fim da Primeira Guerra Mundial os aliados passaram a exercer o acesso por meio da abertura dos arquivos, com o objetivo de investigar e divulgar os crimes contra a humanidade. Para o autor, os Estados Unidos podem ser considerados líderes nesse domínio, sobretudo porque instituíram a Lei da Liberdade de Informação de 1966, que garante aos cidadãos o amplo direito de solicitar acesso aos registros das agências federais, sujeito às exceções legalmente previstas. A única exigência prevista é que o requerente apresente uma breve descrição dos documentos desejados, sendo a administração obrigada a fornecer previamente ao cidadão os instrumentos necessários para esse acesso.

Dando sequência ao avanço das legislações de transparência, apenas em 1951 a Finlândia se tornou o segundo país a promulgar uma lei específica sobre o tema. Posteriormente, a *Freedom of Information Act* (FOIA) ganhou grande relevância internacional, sobretudo após sua adoção nos Estados Unidos em 1966, quando o presidente da época sancionou a legislação. Esse

marco impulsionou uma ampla disseminação das normas de acesso à informação, que se expandiram de forma significativa a partir da década de 1970 (Meijer, 2014).

Rodrigues (2011) destaca que, a partir de meados da década de 1950, as reivindicações para que os governos prestassem contas de seus atos ganharam maior força. Esse movimento se articula com a análise de Iacovino (2016), ao afirmar que as leis de acesso à informação existem há décadas, em quase todas as democracias ocidentais estáveis e que, desde 1989, um movimento internacional pelo livre acesso impulsionou a aprovação de legislações semelhantes nos países do Leste Europeu, especialmente com o objetivo de conceder acesso às informações de regimes passados. Entretanto, apesar desses avanços, a efetiva participação dos cidadãos em debates sobre políticas públicas foi comprometida pelo elevado número de isenções e pela morosidade na localização de informações, atrasos esses que são derivados do mau processamento e tratamento de informações.

No cenário brasileiro, o direito de acesso à informação consolidou-se por meio de um percurso legislativo árduo e descontínuo. Conforme aponta Rodrigues (2011), o Decreto nº 27.583, de 1949, estabeleceu o primeiro marco regulatório, focado na proteção e classificação de informações sensíveis à segurança do Estado, em consonância com o contexto da Guerra Fria. A restrição ao acesso agravou-se com a Constituição Federal de 1967 e o Decreto nº 60.417, do mesmo ano, que refletiram o regime ditatorial vigente. Essa ênfase na salvaguarda de assuntos sigilosos perdurou na década seguinte, consolidando-se com o Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977.

Cougo Júnior (2021) detalha o percurso legislativo da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 1991). O trâmite do Projeto de Lei nº 4.895, de 1984, estendeu-se por anos e sofreu diversas modificações. Entre os pontos mais debatidos, destacam-se o acesso e o uso dos arquivos, especialmente em razão do contexto de transição da ditadura militar e da permanência de militares em cargos estratégicos. Nesse cenário, a atuação da então diretora do

Arquivo Nacional, Celina Vargas, foi decisiva: ao retirar temporariamente o projeto de circulação e articular demandas de acesso e gestão documental junto aos constituintes, demonstrou notável perspicácia política. Com a Constituição de 1988, o Arquivo Nacional compôs a comissão técnica responsável por reestruturar o projeto, incorporando um capítulo específico sobre o acesso e o sigilo de documentos públicos, em conformidade com os novos preceitos constitucionais. Finalmente, em 8 de janeiro de 1991, o presidente Fernando Collor de Mello sancionou a Lei nº 8.159, que não apenas consolidou a acessibilidade aos documentos arquivísticos, como também abriu caminho para outra conquista democrática: a Lei de Acesso à Informação, aprovada duas décadas mais tarde.

Contudo, essa trajetória de abertura enfrentou oscilações. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram assinados diversos decretos relacionados ao sigilo, o que resultou em restrições significativas ao acesso público. Segundo Rodrigues (2011), o presidente promoveu um retrocesso na Lei de Arquivos ao sancionar o Decreto nº 4.553, de 2002, conhecido como o do "sigilo eterno". Em contrapartida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva é apontado como exemplar nesse aspecto; a autora destaca, em especial, o projeto de lei encaminhado em maio de 2009, que apresenta dois méritos centrais: enfrentar a questão do acesso a informações, sobretudo as de caráter sigiloso, tema amplamente debatido em razão dos arquivos da ditadura militar, e propor a redução dos prazos de acesso às informações classificadas nos três níveis previstos (ultrassecreta, secreta e reservada).

No governo de Dilma Rousseff, foi promulgada a Lei de Acesso à Informação (LAI) que, na concepção de Barros (2020), aconteceu no Brasil com um atraso histórico, sendo a sua consolidação fruto de nove anos de tramitação de projetos de leis na Câmara dos Deputados. Do ponto de vista da autora, a LAI tornou-se um mecanismo que pode contribuir para superar descompassos da participação social nas várias esferas públicas,

pois possibilita municiar os cidadãos para se engajarem na luta contra corrupção.

Posteriormente, foi promulgada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Conforme destaca Schwaitzer, Nascimento e Costa (2021), essa legislação assegura os direitos fundamentais de liberdade e privacidade do indivíduo, já previstos no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Sua criação resulta de um processo contínuo de propostas legislativas e intensos debates no Congresso Nacional acerca da proteção de informações pessoais, especialmente após a edição da LAI, em 2011.

Dessa maneira, a tradição brasileira em relação ao direito ao acesso assenta-se, preferencialmente, na "salvaguarda" das informações, o que se traduz, pela ênfase no sigilo, como bem lembra Rodrigues (2011). O acesso à informação e à contestação legal de ações governamentais depende da existência de informações confiáveis, como aborda Iacovino (2016). Apesar dessa afirmação, Bobbio (2006), na obra "O Futuro da democracia", afirma que há uma falsa concepção de que os cidadãos controlam o Estado, mas, na verdade, quem controla o Estado são os detentores do poder.

O panorama histórico sobre o direito à informação permite alinhar as discussões acerca do movimento de ciência aberta com as perspectivas de González de Gómez sobre o funcionamento dos regimes de informação. Para a autora, os fenômenos informacionais articulam dimensões semântico-pragmáticas, regulatórias ou metainformacionais e infraestruturais ou tecnológicas. Essas camadas não devem ser compreendidas de modo isolado, visto que sua articulação participa da configuração das condições pelas quais a informação adquire significado, legitimidade, materialidade e possibilidades de circulação (González de Gómez, 1999, 2003a, 2003b, 2012).

O semântico-pragmático relaciona-se aos processos de significação e às formas pelas quais sujeitos e grupos atribuem valor e relevância à informação. Nesse plano, analisar um regime

de informação requer considerar as práticas sociais e os diferentes contextos nos quais os atores constroem sentidos. Isso significa reconhecer que as necessidades, os usos e os critérios de relevância não podem ser definidos unicamente pelos sistemas ou pelas instituições responsáveis pela organização da informação. Eles também são produzidos nas experiências e práticas dos sujeitos.

Por sua vez, o estrato regulatório ou metainformacional compreende as normas, os contratos, as regras institucionais e os padrões responsáveis por estabilizar determinadas práticas informacionais. É nesse nível que podem ser examinadas, por exemplo, políticas de acesso, legislações, normas de funcionamento institucional, critérios de avaliação, princípios éticos e procedimentos profissionais, como a LAI. Esses mecanismos estabelecem limites e possíveis cursos de ação desenvolvidos pelos diferentes atores e, por essa razão, constituem uma dimensão relevante das relações de poder presentes nos regimes de informação.

A camada infraestrutura compreende os recursos técnicos e materiais que possibilitam registrar, armazenar, processar e transmitir informações. No entanto, a infraestrutura não deve ser compreendida como dimensão neutra ou exclusivamente instrumental. Tecnologias, plataformas, bases de dados, sistemas de recuperação da informação, padrões de interoperabilidade e mecanismos algorítmicos incorporam modelos, critérios e decisões que condicionam aquilo que poderá ser realizado pelos sujeitos. Nesse sentido, infraestrutura, regulamentação e significação participam conjuntamente da constituição das práticas informacionais.

A aplicação dessa abordagem tem permitido analisar regimes de informação em diferentes contextos institucionais. Estudos desenvolvidos a partir das proposições de González de Gómez evidenciam, por exemplo, a possibilidade de articular os estratos semântico, regulatório e infraestrutural para investigar ações de informação em laboratórios, instituições científicas e sistemas públicos. Freire (2013), ao analisar o Laboratório de

Tecnologias Intelectuais, demonstra como o conceito possibilita relacionar atores, ações e dispositivos informacionais. Mais recentemente, Pereira-Silva, Freitas e Ribeiro (2026) propõem sua utilização para examinar a produção e a divulgação do conhecimento científico por meio da articulação entre os três estratos e entre níveis macro e microssociais. A partir dessas considerações, é possível apresentar um quadro sintetizador dos estratos com as ações de ciência aberta, conforme é possível observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo analítico de estrato na ciência aberta

Estrato	Aplicação à ciência aberta
Semântico-pragmático	Valores de abertura Colaboração Participação e reconhecimento de saberes e necessidades dos sujeitos cientistas e não cientistas
Regulatório/metainformacional	Políticas de ciência aberta Avaliação científica Propriedade intelectual Licenças abertas Ética Financiamento à pesquisa Normas institucionais
Infraestrutural	Repositórios digitais Plataformas abertas Bases de dados Identificadores persistentes Sistemas interoperáveis Sistemas algorítmicos

Fonte: Elaborado pela autoria (2026).

Com isso, o regime de informação adquire não somente uma dimensão conceitual, mas também possibilidades metodológicas para a pesquisa e para a práxis. No que tange à ciência aberta, a análise deve considerar não somente a infraestrutura tecnológica que permite o compartilhamento de dados e informação científicos, mas o exame dos grupos que participam das decisões, as normas que estabelecem os critérios de organização e acesso, às tecnologias que condicionam os processos

e as comunidades cujas necessidades informacionais podem ser incorporadas às políticas institucionais. Tal exercício permite diagnosticar a reconfiguração do regime de informação associada ao movimento para o sistema científico, apresentando as disputas de poder e as nuances de acesso e uso da produção científica.

As camadas que compõem o regime de informação propostas por González de Gómez possibilitam compreender que assegurar a informação enquanto direito coletivo e individual não decorre exclusivamente de insuficiências técnicas. Pode resultar de conflitos entre atores, ausência de participação nas decisões, desigualdade na distribuição de recursos, modelos de governança pouco transparentes ou critérios de legitimidade que privilegiam determinados conhecimentos. Essa articulação conduz, portanto, à necessidade de problematizar as formas pelas quais autoridade e mediação são constituídas em determinados regimes de informação, como aquele que se estabelece na ciência.

MOVIMENTO DE CIÊNCIA ABERTA: RECONFIGURAÇÕES DO REGIME DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICO

Antes da discussão sobre o movimento de ciência aberta é necessário um breve relato sobre a constituição da ciência moderna. O regime que se estabelece está alicerçado por uma perspectiva funcionalista, conforme apontam Merton (2013) e Shinn e Ragouet (2008), que constitui um sistema com normas regulatórias que modelam as práticas, designa quais atores estão aptos a terem uma participação ativa ou quais estão de forma passiva, alinhado a um modelo de recompensas a estes participantes ativos.

Este sistema de retribuição que se encontra intrínseco no cerne da comunidade científica constitui uma lógica de autoridade dentro de um núcleo científico. A questão da autoridade configura-se como elemento relevante para analisar os regimes de informação. A produção do conhecimento pressupõe

procedimentos de validação pelos quais determinados atores, instituições, documentos ou dispositivos passam a ser reconhecidos como referências autorizadas, o que imprime, segundo Merton (2013), uma desigualdade ao *ethos* da ciência.

No campo científico, universidades, periódicos, agências de financiamento, sistemas de avaliação, sociedades científicas e bases de dados participam da construção dessas formas de autoridade. No entanto, a autoridade não deve ser compreendida apenas como atributo individual; ela resulta de relações institucionalizadas e de mecanismos que estabelecem condições para o reconhecimento e para a circulação dos conhecimentos.

A estrutura estabelecida por esse regime de informação culmina no "domínio institucional da ciência" (Merton, 2013) que engloba elementos como propriedade intelectual, lucro psíquico e capital humano. Essa questão adquire novos contornos diante das transformações tecnológicas. Ao analisar tecnologias digitais no contexto da saúde coletiva, por exemplo, González de Gómez (2018) destaca que um regime de informação envolve agentes, contextos normativos, infraestruturas, meios e artefatos, além de definições relativas à autoridade epistêmica e aos padrões de reconhecimento e validação da informação. Assim, os processos tecnológicos permanecem relacionados às estruturas organizacionais, às normas e às diferentes agências que participam da produção e utilização da informação.

Neste sentido, o movimento de ciência aberta, origina-se no movimento de acesso aberto nas décadas finais do século XX, resulta na discussão das desigualdades promovidas pelo regime de informação dentro do *corpus* científico. A busca por ferramentas tecnológicas que permitissem que a informação científica pudesse ser acessível pela comunidade científica promoveu uma discussão mais amplificada sobre o que se omitia neste sistema social.

Deste modo, a ciência aberta constitui-se como o conjunto de movimentos heterogêneos, mas conectados entre si, que visam a transparência na pesquisa (Araújo; Canato; Rezende, 2025). Nos primeiros 20 anos do século XXI, a ciência aberta vem traçando

um novo paradigma frente ao regime estabelecido até o momento em busca de mecanismos que garantam a reprodutibilidade, o compartilhamento e a colaboração entre os pares e a sociedade (Unesco, 2022).

Dentre as discussões que a ciência aberta promove, possivelmente a principal está na possibilidade de responder às transformações sociais, políticas e tecnológicas que perpassam o sistema científico, conforme destaca Silveira (2026). Neste sentido, González de Gómez (2026) examina as transformações associadas às tecnologias digitais, aos algoritmos e à inteligência artificial, chamando atenção para novas configurações das autoridades epistêmicas e para a participação de diferentes domínios, como tecnológicos, econômicos, culturais e sociais, na organização da informação. Nesse cenário, analisar a ciência aberta requer observar os regimes de informação ligados a ela; não apenas instituições tradicionalmente responsáveis pela mediação do conhecimento, mas também plataformas e infraestruturas privadas que passaram a exercer as funções relacionadas à organização, à seleção, à recomendação e à visibilidade da produção do conhecimento.

Nesta perspectiva, Silveira *et al.* (2023) apresentam as ramificações que se relacionam no movimento e que contribuem para aspectos diversos do sistema científico, como acesso aberto; dados abertos; reprodução aberta; avaliação aberta e responsabilidade científica; política, declarações e diretrizes da ciência aberta; educação aberta; inovação aberta; infraestruturas e ferramentas abertas; ciência cidadã aberta e participativa; e diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento.

A questão não se limita, portanto, ao acesso à informação, mas envolve compreender como ocorre a hierarquização da estrutura científica, quais critérios orientam sua recuperação e quais atores humanos e não humanos interferem na configuração dessas infraestruturas. A mediação não se restringe apenas à atuação humana diretamente identificável, mas engloba os arranjos sociotécnicos constituídos pela articulação entre decisões

humanas, normas institucionais, interesses econômicos e sistemas tecnológicos. Desta forma, o documento orientador da Unesco (2022, p. 20-33) traz sete áreas de ação que os países membros devem adotar para alcançarem a plenitude de um regime de informação que prime pela ciência aberta. Dentre elas, estão:

a) Promover um entendimento comum sobre a ciência aberta, seus benefícios e desafios associados, assim como diversos caminhos que levam a ela;
b) Desenvolver um ambiente político favorável à ciência aberta;
c) Investimento em infraestruturas e serviços de ciência aberta;
d) Investir em recursos humanos, treinamento, educação, alfabetização digital e capacitação para a ciência aberta;
e) Promoção de uma cultura de ciência aberta e alinhamento de incentivos para a ciência aberta;
f) Promoção de abordagens inovadoras para a ciência aberta em diferentes estágios do processo científico;
g) Promoção da cooperação internacional e de várias partes interessadas no contexto da ciência aberta e com o objetivo de reduzir as lacunas digitais, tecnológicas e de conhecimento.

Esse curso de ação consolida que os países respaldam as instituições científicas e as suas sociedades caminhem para uma ciência pautada em valores como qualidade e integridade científica; os constructos da ciência são bens públicos e devem ser partilhados abertamente; deve haver equidade no compartilhamento e a colaboração entre pesquisadores do Norte e do Sul Global; e o regime científico deve ser um reflexo da sociedade e representar o pluralismo epistêmico (Unesco, 2022).

Cabe aqui mencionar o papel dos profissionais que atuam em bibliotecas, arquivos, centros de documentação e outros na consolidação da ciência aberta. Essa discussão apresenta implicações que ultrapassam o domínio técnico dos instrumentos de organização e recuperação, requerendo o desenvolvimento de

competências que cooperam com o regime de ciência aberta (Sánchez Tarragó; Oliveira, 2025). Pessoas bibliotecárias, arquivistas e demais profissionais participam de decisões relacionadas à descrição, à classificação, à preservação, à seleção, ao acesso e à mediação da produção científica. Examinar essas atividades a partir dos regimes de informação que a ciência aberta propõe significa problematizar os critérios adotados e compreender seus efeitos sobre diferentes grupos sociais, o que envolve reconhecer como as práticas profissionais podem reproduzir assimetrias institucionalizadas, mas também podem participar da construção de formas mais transparentes e participativas de governança da informação científica.

Nesse sentido, a atuação profissional pode ser compreendida como parte das disputas que constituem os regimes de informação. A elaboração de políticas de informação, a definição de critérios de acesso, o desenvolvimento de sistemas, a indexação, a descrição de documentos e a preservação de determinados registros implicam escolhas. Tornar essas escolhas explícitas e alinhadas ao interesse social é fundamental para analisar suas implicações políticas e ampliar a participação dos sujeitos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo trata dos princípios do movimento de ciência aberta, tendo como referencial os estudos de Maria Nélida González de Gómez sobre Regime de Informação. A trajetória das pesquisas de González de Gómez permite compreender o regime de informação como uma fundamentação teórica que articula não somente a informação, mas outros elementos como poder, política, tecnologia e instituições. Sua contribuição consiste, entre outros aspectos, em deslocar a análise de uma concepção da informação como objeto previamente constituído para uma abordagem voltada para os processos pelos quais algo passa a ser

produzido, reconhecido e mobilizado como verdade legítima e incontestável.

Dessa maneira, analisar um regime de informação pressupõe examinar os relacionamentos entre os sujeitos e as instituições, mas também normas, dispositivos, infraestruturas, práticas de mediação e critérios de autoridade. Presume, ainda, que compreender esses componentes é avaliar as suas capacidades de intervenção, de forma isolada, ao mesmo tempo em que possibilita entender como a sua articulação pode produzir formas distintas de visibilidade, silenciamento, acesso e legitimação. A dimensão política encontra-se, portanto, inscrita nas próprias condições de produção e circulação informacional.

No entanto, considerar a existência de relações de poder não significa compreender os regimes de informação como estruturas imutáveis. Ao contrário, sua constituição histórica permite identificar espaços de conflito, negociação e transformação. Políticas públicas, práticas profissionais, movimentos sociais, instituições científicas e comunidades podem participar da redefinição das normas, dos dispositivos e dos critérios que orientam a circulação da informação e, neste sentido, o movimento de ciência aberta torna-se um exemplo para a análise desse processo.

O movimento de ciência aberta, mais do que a reunião de diversas iniciativas que visam à abertura do acesso, o uso e a disseminação da informação e de dados científicos, propõe a transparência, a equidade, a colaboração e o compartilhamento no *ethos* científico. Com isso, a interpretação proposta por González de Gómez fornece subsídios para alcançar questões atuais relacionadas à governança da informação científica, à produção do conhecimento e à distribuição da autoridade informacional em ciência. Ao evidenciar que as políticas, os aparatos tecnológicos e práticas de sujeitos científicos participam conjuntamente da constituição dos regimes de informação, sua perspectiva oferece bases para examinar como diferentes atores institucionais e sociais se posicionam diante das condições de produção, acesso e

apropriação do conhecimento científico, em especial na discussão sobre ciência aberta.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. S.; BEZERRA, A. C. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de regime de informação em Maria Nélida González de Gómez. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, 2019. DOI: https://doi.org/10.59289/abz3b480. Acesso em: 10 ago. 2026.

ARAÚJO, P. C.; CANATO, D. E.; REZENDE, P. Ciência aberta: conceitos e perspectivas. *In*: ARAÚJO, P. C.; LIMA, K. C. R. (org.). **Práticas de ciência aberta**. Brasília, DF: Ed. Ibict, 2025. p. 18-29. DOI: https://doi.org/10.22477/9788570131966. Acesso em: 20 ago. 2026.

BARROS, D. S. **A Lei brasileira de acesso à informação**: uma análise da sua construção, do contexto nacional ao contexto político oligárquico do estado do Maranhão (2009-2014). São Luís: EDUFMA, 2020.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, S. (ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave, 2004. p. 12-37.

COUGO JÚNIOR, F. Um longo e disputado caminho: uma análise do processo de tramitação da Lei de Arquivos brasileira. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. VII, n. 13, p. 23-33, dez. 2021. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/13/index.php. Acesso em: 29 jul. 2026.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

DUCHEIN, M. **Les obstacles à l'accèss, à l'utilisation et au transfert de l'information contenue dans les archives**: une étude RAMP. Paris: UNESCO, 1983.

FREIRE, I. M. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTi. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, 2013. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/download/59102/62100/75921. Acesso em: 31 ago. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/KQV7G77RcxK7F6cCH96pVDb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 set. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Bibliotecas, símbolos e algoritmos: autoridades epistêmicas, materialidade, institucionalidade e formas simbólicas no regime de informação das plataformas digitais. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 7, p. e184, 2026. DOI: https://doi.org/10.60144/v7i.2026.184. Acesso em: 12 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004. Acesso em: 10 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação**. Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/41753. Acesso em: 10 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O contrato social da pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. **DataGramaZero**, Brasília, v. 4, n. 1, fev. 2003b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Políticas e regimes de informação: perspectivas. *In*: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. (org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 321-351.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/44357. Acesso em: 4 set. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 01 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. esp., p. 9-29, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38040. Acesso em: 3 jul. 2026.

IACOVINO, L. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 261-303.

MEIJER, A. Transparency. *In*: BOVENS, M.; SCHILLEMANS, T.; GOODIN, R. E. **The Oxford Handbook of Public Accountability**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 1-23.

MERTON, R. K. **Ensaios de sociologia da ciência**. São Paulo: Ed. 34, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. Paris: UNESCO: Representação da UNESCO no Brasil, 2022. 34 p. Título original: UNESCO Recommendation on Open Science. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 31 ago. 2026.

PEREIRA-SILVA, M. V.; FREITAS, L. S.; RIBEIRO, T. Regime de informação e estudos sobre produção e divulgação do conhecimento em uma instituição de pesquisa: uma proposta de modelo analítico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/en/article/view/885/909. Acesso em: 1 ago. 2026.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2014. Disponível em: https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA_24102014.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

RODRIGUES, G. M. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/383. Acesso em: 20 jun. 2026.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SÁNCHEZ TARRAGÓ, N.; OLIVEIRA, T. A. Bibliotecários, publicação científica e ciência aberta: competências e desafios em um ecossistema em

transformação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 23, n. 00, p. e025024, 2025. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8680042. Acesso em: 4 set. 2026.

SCHWAITZER, L.; NASCIMENTO, N.; COSTA, A. S. Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD). **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1732. Acesso em: 30 jun. 2026.

SHINN, T.; RAGOUET, P. **Controvérsias sobre a ciência**: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

SILVEIRA, L. *et al.* Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1-22, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91712. Acesso em: 4 set. 2026.

SILVEIRA, L. R. Perspectivas das áreas do conhecimento sobre a Ciência Aberta nos documentos de Área da Capes. *In*: SILVEIRA, L. R.; MENDES, S. O.; PECEGUEIRO, C. **Convergências para o acesso aberto**: políticas, tecnologias e práticas em transformação. São Luís: EDUFMA, 2026. p. 146-177. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.18912538. Acesso em: 14 jun. 2026.

Como citar

GAMA, Ivanilma de Oliveira; CARVALHO, Juliana Loureiro Alvim. O movimento de ciência aberta à luz do conceito de regime de informação trazido pela professora Maria Nélida González de Gómez. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 71-94. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap5.

PRAGMÁTICA COMUNICACIONAL E AÇÃO DE INFORMAÇÃO A PARTIR DA OBRA DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

INTRODUÇÃO

Discutido por Maria Nélida González de Gómez como uma possibilidade teórico-metodológica para compreensão de fenômenos informacionais na área da Ciência da Informação, a pragmática comunicacional é uma abordagem de caráter qualitativo que admite sobre as investigações de informação um plexo de relações entre linguagem, sistemas sociais, sujeitos e organizações na ação de informação. Nessa perspectiva, a proposta de González de Gómez é provocativa e profícua, pois concentra o desenvolvimento da investigação na forma como os sujeitos interagem com a informação em contextos sociais específicos, diferentemente de visões tradicionais que tratam a informação de maneira abstrata ou puramente cognitiva.

A pragmática comunicacional na obra de González de Gómez compreende a imbricação das dimensões física, cognitiva e social na conformação de ação de informação, ao qual busca-se identificar como o objeto informacional é agenciado e em quais condições, a partir das ações e significações atribuídas por sujeitos

e agentes em suas interações. Essa abordagem marca o campo informacional a partir da virada pragmática nas ciências ou do paradigma hermenêutico-retórico (Capurro, 1991), em que o valor do que um ator diz ou faz e o momento das ocorrências estão intrinsecamente ligados à situação concreta que se busca apreender em pesquisas sobre fenômenos informacionais. Nesse sentido, a pragmática comunicacional se afasta de uma análise exclusivamente semântica, focada no significado, para priorizar o contexto e a intencionalidade que envolvem a construção de sentido nas relações formais e informais. Para tanto, a informação deixa de ser vista como um ente absoluto para ser compreendida como um artefato cultural articulado em contextos de ações que envolvem sujeitos, instituições e sistemas sociais em um movimento *continuum*.

DIMENSÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA, META-INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA

A proposição é uma opção teórico-metodológica para a compreensão de um sistema de pensamento. Nesse sentido, a pragmática comunicacional opera por meio de estratégias comunicacionais que visam buscar a gênese da produção de sentido dos atores sociais. Nessa proposta, González de Gómez (2000) sugere que a análise da ação de informação seja feita por meio das dimensões: semântico-discursiva, referente ao conteúdo informacional propriamente dito em uma mensagem, a dimensão da metainformação, que compreende as regras de interpretação no contexto que delimitam como uma determinada informação deve ser compreendida e por fim, a dimensão infraestrutural que diz respeito à mediação e ao suporte, o dispositivo onde a informação é disponibilizada, como em redes ou canais tradicionais de comunicação.

Sob essa ótica, o foco dessa abordagem metodológica não é apenas a informação em si, mas as práticas informacionais, ou seja, a relação entre a metainformação e os aspectos da inscrição e

da materialidade da informação, dentro do que se pode identificar como um regime de informação específico. Isso envolve considerar simetrias construídas por vezes intencionalmente entre sujeitos, dispositivos tecnológicos e redes interconectadas, reconhecendo que os objetos informacionais possuem poder de agência e participam ativamente da construção do social.

Em diálogo com os jogos de linguagem de Wittgenstein (1979), a pragmática comunicacional enfatiza o manuseio da linguagem nas relações sociais, como uma dimensão das práticas informacionais que se constituem pela historicidade, cultura e valores de grupos específicos em determinado marco temporal, ou seja, a práxis de ser e estar no mundo sob a lente informacional. Nesses aspectos, na obra de González de Gómez a pragmática comunicacional é um caminho para entender que um fenômeno informacional é um processo social e comunicacional onde o sentido é construído no cotidiano e nas interações que se fazem simétricas entre os atores e o meio onde estão inseridos, cujo objeto da investigação é o agenciamento da informação observado em um recorte temporal ou em um acontecimento. Nesse aspecto, ainda que os acontecimentos sejam transitórios, porque se referem a um determinado momento, não são aleatórios, pois marcam a história, a cultura e os valores de um determinado grupo em um determinado tempo.

Para a compreensão da ação de informação que conforma o agenciamento da informação, a proposta se articula em estratos, sendo que a semântica discursiva é uma das camadas para compreendê-la. Nessa camada o foco está no aspecto ao qual a informação se liga às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo que remete aquilo que 'está dado' na mensagem para a apreensão da comunicação aplicada no contexto, no acontecimento, ou no *locus* que participa das significações atribuídas em situações específicas. A dimensão semântica-discursiva presente nessa abordagem metodológica refere-se ao conteúdo informacional propriamente dito da inscrição, estabelecida em uma situação. Observa-se, nesse

contexto, que se trata de processos transitórios que agenciam a informação a partir da produção e interações dos sujeitos de um determinado regime de informação, que se caracteriza como uma forma de apropriação da informação nas circunstâncias em que ocorre. Na investigação da genealogia da formação de um regime de informação entendida como uma maneira singular de se desnovelar a ação de informação, os significados dados pelos sujeitos às informações são percepções constituídas em conformidade de alinhamentos entre os elementos da ocorrência, formando as condições necessárias para que seja compreendida a mensagem no status requerido.

Para González de Gómez (2012), a análise da constituição de regimes pode ser feita por meio da pragmática das ações, que representa uma transversalidade de configurações contemporâneas de práticas, meios, recursos tecnológicos e linguagens em uma expansão indefinida para determinados fins e de alta complexidade. Considerada como um espaço de operacionalização, a autora destaca o uso de estratégias comunicacionais para uma abordagem pragmática. Isso porque, quando são abordadas as práticas informacionais e a ação de informação, as estratégias são para reconstruir a produção de sentido dos atores sociais, ou seja, construir e interpretar indicadores operacionalizados sobre produtos e resultados observáveis das ações de informação.

Capurro (1991) apontou tais aspectos ao se referir à virada pragmática, paradigma social ou ainda paradigma hermenêutico-retórico. O autor relacionou a valorização das significações sociais da informação em contextos específicos, em oposição à informação abstrata e ao enfoque cognitivo. Araújo (2012), em concordância, discorre como sendo uma abordagem microssociológica e interacionista, e Rendón Rojas (1996) como um enfoque pragmático, dialético, diferenciando-a de uma abordagem exclusivamente semântica que abarca os significados, mas desconsidera o contexto e a intencionalidade que envolvem a construção do sentido nas relações informacionais. Wersig (1993)

também apontou esses aspectos ao tratar do fenômeno da informatização, a existência de acontecimentos informacionais específicos que ele chama de atores, dentro de situações problemáticas atribuídas aos aspectos da comunicação.

Em conformidade com esses autores, a pragmática defendida por González de Gómez (1996) outorga à informação o sentido de artefato cultural que se articula em contextos concretos de ação, vinculados a diversas camadas ou estratos de realizações de sujeitos múltiplos, instituições, sistemas sociais e políticos que compõem o valor atribuído a uma determinada informação a partir da ação de informar. Corroborando com González de Gómez (1996), Rendón Rojas (1996) destaca que a pragmática informacional pode ser reveladora pelas características informacionais e comunicacionais sobre a forma de informar, que perpassam aspectos representacionistas, mas que se aprofunda na discussão de contexto e cotidiano que é apreendido num movimento hermenêutico da informação.

González de Gómez (1996) amplia a discussão sobre a importância do contexto de informação ao destacar o valor das práticas sociais que marcam as diferenças situacionais, ao mesmo tempo que se distancia de uma visão homogeneizada da comunicação, reforçando os aspectos das significações partilhadas nas ações, ligadas aos atos de fazer e falar referentes à subjetividade dos próprios atos. O percurso da opção metodológica é construído a fim de orientar "[...] um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas" (González de Gómez, 2000, online). Conforme a autora, a Ciência da Informação tem caráter poliepistemológico e perpassa esferas fluídas em processos que abarcam determinados conceitos em diferentes contextos. Na proposição de González de Gómez a investigação reforça a informação como um construto social, de forma que a linguagem é parte nuclear do fenômeno e a simetria entre a informação e as ações dos sujeitos conformaram

um tipo de regime específico ligado à cultura, às referências sociais e sobretudo à intencionalidade.

O conjunto dos elementos da pragmática comunicacional a partir da obra de González de Gómez se constituiu um caminho profícuo à compreensão das práticas informacionais, ou seja, apreender a relação da ação dos sujeitos, com os valores que os cercam e os influenciam no seu cotidiano, considerando interseccionalidades, tendo em vista que os significados do mundo são formados ou reforçados pelos sujeitos dotados de vontades e interesses, diferenciando-se de outras abordagens fenomenológicas, pela singularidade do objeto informacional. Na pragmática comunicacional o que está por detrás das ações de informação e conforma o valor da informação é o agenciamento estabelecido em uma relação de prática discursiva, tanto do objeto quanto dos sujeitos que se constituem nas interações de diferentes elementos, ou seja, a informação e os sujeitos suscetíveis às mudanças das ocorrências.

Uma outra camada considerada na proposição de González de Gómez é a apreensão da metainformação que trata de observar as regras para a interpretação de uma determinada informação, delimitando seu contexto em que se configura o sentido específico. Para a autora, nessa dimensão "[...] não teria como objeto a informação e suas especificações, mas antes as pragmáticas sociais de informação ou, dito em termos mais frequentes, a metainformação e suas relações com a informação" (González de Gómez, 1990, p. 121). Nesse sentido, as relações informacionais assumem uma simetria contextual de processos semânticos e comunicacionais que se equilibram nas ações sociais, nos processos de interação, nos contextos culturais e históricos, ampliando-se nas esferas infraestruturais e tecnológicas. Em concordância, com a pragmática comunicacional, encontra-se na obra de Latour (2012), aproximações em relação a tais aspectos metodológicos, para o autor é preciso ponderar a centralidade dos sujeitos de modo que a simetria e o relativismo das ações precisam ser assumidos, reforçando que nas situações, ocorrências e acontecimentos os

objetos ainda que diferentes, informação, sujeitos e até a natureza, participam do valor que se implica na ocorrência, caracterizando o movimento pragmatista. Na obra de Latour (2012) observa-se o posicionamento a respeito do poder de agência dos objetos, no qual o autor destaca a importância do espaço de escuta (na mesma intensidade dos sujeitos) por participarem ativamente de um social cada vez mais restrito, o que na abordagem metodológica significa apresentar os elementos descritos e como eles compõe a ocorrência investigada.

Destaca-se, contudo, que as concepções de simetria e relativismo são balizadores da compreensão da interação dos elementos da ação. A simetria está ligada à condição indissociável dos elementos presentes na ocorrência, considerados unidades de forças iguais por se autorregularem à construção da lógica social. Nesse sentido, a compreensão de como se articulam à ação de informação em relação aos aspectos de simetria e relativismo são atribuições pragmáticas que propiciam a compreensão pela articulação dos estratos presentes nas dimensões indicadas por González de Gómez (semântico-discursiva, metainformação e infraestrutura), apropriadas nas formas operacionais das investigações. Ademais, o marco temporal das ocorrências comunicacionais em acontecimentos, marca tanto seu aspecto existencial quanto uma objetividade que se inscreve nos espaços sociais e públicos. Isso significa que as três dimensões da ação de informação conformam a materialidade do regime de informação e dão materialidade ao agenciamento da informação, observadas na emergência da ocorrência e do acontecimento, peculiaridades projetadas na situação, como considera Frohmann (1995) e igualmente relevante na obra de González de Gómez (2000).

Na terceira camada, a dimensão da infraestrutura se refere ao dispositivo ou ao local que ambienta a ocorrência da investigação. Essa infraestrutura implica em um valor, pois é mais do que um espaço de transmissão quando influencia, marca e condiciona a informação em função dos seus aspectos de alcance,

público, historicidade e elementos estruturantes à forma de comunicar, implicados no social.

Outra vez, em concordância com essas características, encontram-se os apontamentos de Latour (2012) sobre o social que não existe *a priori*, constitui-se na ação, ao contrário de um valor aparentemente pronto ou encapsulado. Compreendido dessa maneira, a relação simétrica com a infraestrutura que abriga e conforma um fenômeno, como um dispositivo por exemplo, é mediada por interações dos sujeitos com a informação agenciada, produzida pelo uso de ferramentas, abrangências e construções de significação. Destacando que uma das características de um regime de informação é como num rizoma "[...] produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 28).

Frohmann (1995) na obra de referência para González de Gómez, trata das características da informação ao apontar que estas estão submetidas a diferentes regimes de informação e ressalta a cultura e as interações. Para o autor, a informação está relacionada ao processo de produção, intencionalidade e legitimação. Para entender o que isso quer dizer e sua implicação nas práticas informacionais, como anuncia Frohmann, é necessário buscar a construção das ocorrências responsáveis pela emersão dos fenômenos informacionais, possíveis de serem vistos no cotidiano, por meio das ações das pessoas e da abordagem pragmatista. Na concepção do autor, a constituição de regimes de informação específicos ocorre em todas as relações que envolvem pessoas, instituições e informação, ao qual destaca que, com o advento das tecnologias de informação e da interação virtual, esses elementos passaram a ser colaboradores para o acirramento das relações de poder no processo de validação das ações, à medida que os significados dos discursos são amplificados, tornando-se variáveis importantes para estabelecimento do valor da informação, que está subjacente a busca estabelecida por meio da pragmática comunicacional.

Tal posicionamento teórico-metodológico encontra na Ciência da Informação a possibilidade de uma epistemologia que integra a natureza ontológica do objeto informacional e não uma justaposição de teorias, mas em um esforço de ir a cabo para apreender a formação do valor informacional constituído na ação de informação. Como considera Frohmann (1995, p. 5) o foco em problemas instrumentais e em questões epistemológicas envolvidas com a demarcação e policiamento das fronteiras entre as disciplinas desvia a atenção das questões de como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação – especialmente de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação. González de Gómez (2012), em concordância com Frohmann, entende o conceito de regime de informação como um modo operacional para explicar as configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos de informação, aliadas às tecnologias da linguagem que caracterizam uma pluralidade de ocorrências e expansão, são indefinidos nos processos informacionais. Para a autora, a cadeia de produção da informação, a infraestrutura que a envolve e o modo de informação são aspectos que conformam regimes de informação específicos e definem o valor e a significação da informação nos contextos a que estão relacionados.

Na concepção de González de Gómez, um regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem "[...] cada nova configuração de um regime de

informação resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política" (González de Gómez, 2012, p. 43).

O ponto de inflexão, nesse caso, é como apreender as configurações de regimes de informação que se constituem por ações de informação. González de Gómez defende que um dos elementos estruturais de construção de um regime de informação é a cadeia de produção que pode ser investigada pela pragmática comunicacional. A autora aponta o exercício descritivo da cadeia de informação abordada por Weinberg (United States of America, 1963; Weinberg, 1995), cuja tese se concentra na Filosofia da administração e é abordada por Sandra Braman (2004, 2006) da Universidade do Texas – A&M, que discute as relações burocráticas e informacionais do Estado e o poder da informação quanto aos processos sequenciais da informação que interferem nas tomadas de decisão. Esse aspecto coloca em evidência a importância dos fluxos informacionais relacionados aos caminhos e aos agentes por onde passa a informação e quais os sujeitos presentes na relação, de maneira que estabelecem e condicionam os critérios do valor informacional.

No contexto dos elementos que compõem um regime de informação, González de Gómez (2012) reforça a importância da infraestrutura que abriga o fenômeno. Nesse sentido, o lugar da ocorrência informacional influencia, modifica e altera o valor da informação. Nessa concepção, se o fluxo informacional ocorre na esfera institucional, nas relações interpessoais ou nas redes, por exemplo, suas características definem em parte as significações, pois uma informação escrita num documento de uma empresa, em uma carta ou em um dispositivo cuja visibilidade é aberta ou acessível a um público específico, sua aderência, significação e reflexão acompanham as possibilidades da infraestrutura que comporta a relação informacional.

González de Gómez (2012) destaca, ainda, o modo de informação baseado nos apontamentos de Poster (1984, 1995) também como constituinte dos regimes de informação. Poster faz

uma analogia dos modos de informação com os modos de produção de Karl Marx (1978), centrados nas relações econômicas, sociais e culturais, ao expor a visibilidade e os modos sociais de poder e dominação a que a informação está submetida. Poster chama atenção ao que Foucault (2003) considera como tecnologias do poder, referentes às mudanças contemporâneas, aos aspectos da linguagem e subjetividade dos sujeitos e suas identidades, ou seja, a relação entre a estruturação das classes econômicas, a linguagem e a cultura, de maneira que esses elementos não se dissociam das ações dos sujeitos, tanto no plano simbólico, como no plano da ação. De acordo com Foucault, as tecnologias do poder são como uma "'biopolítica' da espécie humana" (Foucault, 2003, p. 242-243). Segundo González de Gómez, um regime de informação corresponde à transversalidade de elementos intervenientes no processo de significação e valor da informação, assim representados. Para a autora, os aspectos culturais compõem o modo de produção da informação presente na conformação dos regimes de informação. Tanto para Frohmann (1995) quanto para González de Gómez (2012), os regimes de informação acontecem nas esferas institucionais e informais, desse modo, os elementos constituintes se cruzam por meio das ações de informação, movimento que constrói o significado e o valor da informação no contexto em que está inserido.

Na obra de Frohmann (1995), os elementos destacados por González de Gómez (2012) são abordados como aspecto social, material e público da informação, cujas características estão presentes na forma como é articulada a informação para determinados fins, em determinados contextos que perpassam a informação digitalizada, materializada por meio de sua imersão em tecnologias de processamento informacional. O autor chama a atenção para os fluxos da informação e a necessidade de serem investigados como um "[...] fenômeno da informação em nosso tempo com estudos das práticas sociais e públicas e das realidades políticas, da economia e da cultura" (Frohmann, 1995, p. 1).

Conforme Frohmann, González de Gómez considera que existem tipos diferentes de regimes de informação em diferentes esferas sociais que refletem na vida comum das pessoas à luz da relação informacional. Para os autores, em decorrência dos aparatos tecnológicos, dispositivos e sistemas de informação, aos quais a sociedade tem acesso por meio das práticas sociais e públicas, ocorre um profundo efeito na tessitura, compasso, ritmo e estrutura da vida cotidiana, relacionada a como uma determinada informação age sobre os contextos, a qual o autor atribui a centralidade da materialidade da informação passível de ser descrita por meio da pragmática comunicacional, em busca da compreensão da ação da informação subjacente aos valores atribuídos.

A BUSCA PELA GENEALOGIA DA INFORMAÇÃO

A obra de González de Gómez é referência para a compreensão dos fenômenos informacionais, especialmente porque se fundamenta na filosofia pragmatista da informação e na articulação das dimensões do objeto que abarcam os aspectos da representação, organização e comunicação da informação como constructo social. Ao tratar da genealogia, a autora ressalta a importância de não desenvolver investigações que se fundamentam exclusivamente em categorias construídas *a priori*, sujeitando os estudos a questões que deixam de fora o valor da informação relacionada ao contexto das ocorrências.

Para compreensão desse posicionamento com autores que estão presentes na obra de González de Gómez, destacamos reiteradamente Frohmann (1995), para apresentar a materialidade da informação que é uma das formas indicadas para a apreensão do valor da informação. Na perspectiva do autor, a materialidade compreende as práticas informacionais ligadas aos sistemas de informação, tratadas por ele para compreender o trânsito social da informação, com base na lógica institucional e pessoal. Para o autor, assim como para um conjunto de autores (Wersig, 1993;

Capurro, 2003; Rendón Rojas, 2005; Araújo, 2010), os atributos da condição subjetiva e abstrata aplicados à informação não correspondem à sua reflexão social naturalizada. Nesse caso, é observada a necessidade da informação ser vista no interior das situações que ocorrem, onde são negociados os significados da sua existência, cujo foco está nos sujeitos informacionais e nos objetos que agenciam o valor da informação e fazem dela uma actante, ao lhe conferirem força a partir do entendimento que, por meio da informação, situações mudam, decisões são tomadas e fenômenos reais acontecem.

Frohmann (1995), ao discutir a materialidade da informação, faz uma separação importante para o entendimento da informação como um actante social, destacando que as pessoas não são os únicos agentes, posição assumida pela informação em situações específicas, cuja materialidade corresponde à sua existência. O fator existencial da informação tão presente na obra de González de Gómez é um aspecto importante da informação em uma posição pragmatista, pois nas suas características existenciais é que estão impressos publicamente seu significado e valor, passíveis de interpretação. Para Frohmann, o caráter público e social da informação depende da materialidade e dela emergem considerações éticas, políticas, culturais e sociais indissociáveis, como aponta González de Gómez. Nesse sentido, a autora critica a maneira de pensar a informação exclusivamente como um ente imaterial, referente às atribuições dadas a ela, ao limitá-la no isolamento do processo informacional, relacionado apenas ao que os indivíduos pensam sobre as ocorrências informacionais.

Outro autor presente na obra de González de Gómez é Foucault (2000). O autor corrobora com a abordagem material da informação ao tratar de enunciações na sua obra "Arqueologia do Saber". Na concepção de Foucault, as enunciações estão envolvidas com o modo de existência das ações e ocorrências, ou seja, os significados das informações nos discursos, imbricados ao modo como aparecem, onde, quando e por que aparecem de uma determinada forma e não de outra. A discussão de Foucault põe

em evidência a desnaturalização dos acontecimentos, assim como Savolainen (1995), ao destacar nas práticas informacionais os fatores intervenientes ao modo de vida, abordagem também discutida por Latour (2012) ao tratar do social em contínua construção, cujas informações dão sentidos aos aspectos existenciais do mundo.

Nessa concepção, Frohmann (1995), Foucault (2000) e Latour (2012), em conformidade com González de Gómez, consideram que a informação não está ligada apenas ao que ela representa, mas a sua existência negociável, ou seja, como ela surge, as regras que regem sua aderência, aplicação, transformação, abrangência e conexões entre declarações, ocorrências e situações. Observa-se que na existência material da informação estão impressas as práticas sociais e culturais que perpassam o espaço e o tempo e vão além da apreensão momentânea, num plexo entre o passado, o presente e o anúncio futuro, um exercício pragmático para as investigações das ações de informação.

Nas palavras de Frohmann (1995), os regimes de informação podem ser medidos pela massa, inércia ou resistência das informações, analogia baseada na teoria da relatividade geral de Albert Einstein (1916) utilizada por Frohmann para explicar que a força de uma informação é formada pela confluência da matéria de que é feita e dos elementos externos a ela, uma situação em que a força gravitacional centraliza a ação. Os atributos da materialidade informacional frente à analogia da física moderna, realizada por Frohmann (1995), apresentam uma teoria sobre as enunciações. Segundo essa teoria, a informação sofre com as forças do poder que operam energia para que sejam interpretadas no interior das ocorrências. Ao imprimir valor, a materialidade ou enunciações, como aborda Foucault (2003, p. 25), reflete

> [...] graus de estabilidade e graus de acomodação e resistência à transformação, enfraquecimento ou desestabilização. Sua Massa leva em conta a energia de seu poder emocional, ou seja, o poder de criar efeitos.

Isso significa que a materialidade (os efeitos de manipulação, manifestação) da informação exerce uma inscrição social que muda, critica e transforma a situação, exercendo poder na própria existência que a constitui, como um elemento ativo de construção social da realidade, conforme os apontamentos de Berger e Luckmann (2013), escapando-se, no entanto, da limitação de sentido único para uma determinada informação, movimento implicado na pragmática comunicacional.

Sobre esses aspectos, Berger e Luckmann (2013, p. 75) trazem uma importante contribuição sobre os processos de institucionalização que perpassam os sentidos e a valoração da informação, ao ser interpretada e assumida no âmbito social. Segundo os autores, a institucionalização pode ser entendida como a formalização de um determinado valor social, cujo entendimento pode representar um aspecto qualitativo, sem, no entanto, considerar os níveis de sua constituição. A institucionalização abarca os papéis sociais, a continuidade, a permanência e a historicidade das ações, construídas com base na interpretação legalizada, que surge da repetição do significado de uma determinada ação informacional, ligada ao que se entende como hábito. O hábito é um tipo de prática que orienta as atividades humanas moldadas por um padrão, cuja reflexão é deslocada em detrimento do costume em pensar de uma determinada forma ou agir sem uma análise ou um esforço de avaliação.

Segundo Berger e Luckmann (2013), a institucionalização encontra-se em processo de formação do hábito e das objetivações, formando estruturas sociais que perpassam aspectos linguísticos e operacionais. Na concepção dos autores, à medida que as estruturas institucionais são compartilhadas e ganham adesão são fortalecidas, do contrário, no caso de pouca adesão, podem ser fragmentadas na esfera social, oportunizando novos sentidos. Berger e Luckmann (2013) destacam ainda que os processos de legitimação são capazes de produzir novos sentidos e significados, associados aos significados já existentes, a partir dos valores dados como instituídos.

Na concepção de Berger e Luckmann (2013), as instituições representam um tipo de poder e atuam nos casos em que as sedimentações passam a ser questionadas, nesses casos, os valores institucionalizados são evocados para validar cognitivamente os significados objetivados, autorizando normativamente as práticas, atribuindo valor às novas ações, tornando-as acessíveis e subjetivamente plausíveis. Esse movimento, para Berger e Luckmann (2013), relaciona-se com elementos que detêm poder, condição capaz de oferecer resistência ou institucionalização de uma mudança na esfera social. O poder permite a mobilização de recursos na ordem vigente, provocando uma nova ordem de ocorrência de uma determinada situação. Nesse sentido, o aspecto interpretativo perpassa a dominação e a legitimidade das ações que constituem o poder, uma vez que esse poder necessita da sustentação social cognitiva-normativa que chancela o entendimento de um determinado valor.

Em conformidade com a proposta de González de Gómez, por uma abordagem pragmática comunicacional para apreensão do valor da informação presente em ações de informação, a materialidade da informação é transversal às dimensões semântico-discursivas, da metainformação e da dimensão infraestrutural que se associa à função comunicativa por meio da construção de sentido, apontando para o como, quando, onde e por que, ligados às circunstâncias que configuram a vida social. Nesse sentido, com o propósito de compreender como se estruturam os regimes de informação desnovelados nas ações de informação, é possível torná-los visíveis em situações cotidianas, evidenciando a imanência da sua existência e a forma como operam na organização social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 2-32, maio/jun. 2010. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3856/3403. Acesso em: 2 set. 2026.

ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_d6ab172dde_0000012706.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRAMAN, S. **Change of state**: information, policy and power. Cambridge: MIT Press, 2006.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, S. (ed.). **The emergent global information policy regime**. Hampshire: Palgrave, 2004.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

CAPURRO, R. Foundations of information science: review and perspectives. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, 1., 1991, Tampere. **Proceedings** [...]. Tampere: University of Tampere, 1991. Disponível em: http://www.capurro.de/tampere91.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. (TRANS, 3).

EINSTEIN, A. Os fundamentos da teoria da relatividade geral. **Annalen der Physik**, Lisboa, n. 49, p. 769-822, 1916. Disponível em: http://www.fisica.net/relatividade/teoria_de_relatividade_geral_27022000.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Society must be defended**: lectures at the Collège de France, 1975-1976. New York: Picador, 2003.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (org.). Annual Conference of the Canadian Association for Information Science, 23., 1995, Edmonton. **Proceedings** […]. Edmonton: CAIS, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 2 set. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, 1996. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/41142. Acesso em: 12 mar. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 333-346, 2000. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46566. Acesso em: 12 mar. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v19i2.332. Acesso em: 12 mar. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/256018. Acesso em: 12 mar. 2026.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores, 2).

POSTER, M. **Foucault, marxism and history**: mode of production versus mode of information. New York: Basil Blackwell, 1984.

POSTER, M. Postmodern virtualities. *In*: POSTER, M. **The second media age**. New York: Blackwell, 1995.

RENDÓN ROJAS, M. A. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, nov. 1996. Disponível em:

https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1598. Acesso em: 2 set. 2026.

RENDÓN ROJAS, M. A. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor: semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652005000200006. Acesso em: 2 set. 2026.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of 'way of life'. **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/24432337/Everyday_life_information_seeking_Approaching_information_seeking_in_the_context_of_way_of_life_. Acesso em: 2 set. 2026.

UNITED STATES OF AMERICA. **President's Science and Advisory Committee. Science, government and information**: the Responsibilities of the Technical Community and the Government in the Transfer of Information. Washington: Government Printing Office, 1963. 52 p. (The Weinberg Report).

WEINBERG, A. M. Entrevista. Entrevistadores: Bill Cabage e Carolyn Krause. **ORNL Review**, Apr. 1995.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, New York, v. 29, n. 2, p. 229-239, Mar. 1993. DOI: https://doi.org/10.1016/0306-4573(93)90006-Y. Acesso em: 2 set. 2026.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores, 56).

Como citar

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. Pragmática comunicacional e ação de informação a partir da obra de Maria Nélida González de Gómez. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 95-114. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap6.

VALIDADE E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA POR GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Márcia Feijão de Figueiredo

INTRODUÇÃO

González de Gómez é uma pesquisadora que trouxe para a Ciência da Informação conceitos que consolidaram uma epistemologia no campo, e é frequentemente citada para descrever ações de informação ou regimes de informação. Mas o conceito de validade da informação também foi inserido e depois desenvolvido pela autora em pesquisas e continua atual, necessário e latente para que a área aponte critérios para uma informação com verdade, relevância e alinhada ao conceito de autoridade. Os apontamentos de González de Gómez sobre esses critérios para julgamento avaliativo contribuem para a ciência brasileira e não se restringem à CI.

Nesse ano o CNPq publicou uma nova *Política de Integridade na Atividade Científica* através do Decreto 2664, e inseriu no documento um código de boas práticas científicas para que sejam respeitadas as diretrizes de integridade no âmbito científico (CNPq, 2026). Contudo, González de Gómez (2015) já tratava da integridade da pesquisa há mais de dez anos, alinhando ao campo a necessidade de atividades éticas com vistas à validação dos pares.

Esse capítulo tem como objetivo elencar alguns trabalhos de González de Gómez sobre o conceito de validade da informação. Para isso optou-se por uma construção teórica a partir de trabalhos da autora que apontam caminhos para o conceito (González de Gómez, 1999, 2007, 2013, 2015, 2020). Esse texto

utiliza como fio condutor as relações elaboradas pela autora em cada documento publicado onde se percebe que, a cada trabalho, o termo traz novas nuances nas relações entre a *práxis* científica e a ética no campo de ação.

A validade da informação é elaborada pela autora a partir de uma lógica habermasiana onde o uso da linguagem, numa práxis discursiva, compõe a razão comunicativa, "uma orientação na base de pretensões de validade" (Habermas, 2012, p. 21).

VALIDADE DA INFORMAÇÃO: DAS AÇÕES À INTEGRIDADE CIENTÍFICA

A organização desse capítulo se inicia na temática de ações de informação, onde as pretensões de validade aparecem na relação de interlocução numa etapa comunicativa do indivíduo até a adoção do termo como critério para escolha de informações íntegras, dentro do escopo científico.

Nesse sentido, González de Gómez aponta que a epistemologia do testemunho nas sociedades modernas não se sustenta perante as novas práticas de autorias nos ambientes digitais, e por isso a busca pelas demandas de validação nas interações direciona para uma autoridade epistêmica distribuída, num escopo voltado para a ética.

AÇÕES DE INFORMAÇÃO E AS PRETENSÕES DE VALIDADE

Nesse texto que aborda o conceito de *ações de informação* é possível observar que o uso da palavra informação é mais plural e contextualizável do que se percebe a princípio, chamado de "termo flutuante" (González de Gómez, 1999, p. 3). Isso porque sua ação depende de várias nuances, como o agente (que pode ser individual ou coletivo) que a realiza e no propósito que essa "informação" se atém, o campo de ação.

Poderíamos afirmar, assim, que um fenômeno, processo ou construção informacional está vinculado a diversas "camadas" ou "estratos". Inclui-se nestes estratos uma pluralidade de linguagens, sonoras, imagéticas, verbais, textuais, digitais/analógicas, que ora se reúnem ora se contrapõem na constituição de um valor de informação (González de Gómez, 1999, p. 3). Logo, uma ação de informação se exerce em dois planos da informação: informacional e metainformacional.

Metainformacional remete ao "plano que regula e orienta as operações de relação que tem como núcleo um valor de informação". Nessa ação se define o plano das regras produtivas e articuladores onde o recorte apresenta "as possibilidades e alternativas de relacionamento entre duas ou mais informações e documentos" (González de Gómez, 1999, p. 4).

Informacional é a ação de informação que "responde a condições daquilo acerca do que informa, estabelecendo relações com uma ordem cultural, cognitiva, ética e estética, na qual estão enraizadas suas referências semânticas e de conteúdo. Remete, neste sentido, a uma formação discursiva e a seus universos de referência" (González de Gómez, 1999, p. 5).

Mais à frente, González de Gómez insere as pretensões de validade a partir de uma leitura habermasiana de ação social. A autora aponta que essas pretensões são apresentadas a partir de asserções ou demandas postas numa interação comunicativa.

> As "pretensões de validade" em que se sustenta a dimensão comunicativa do vínculo social, podem ser tematizadas como perguntas:
> a) Como devo entender isto? (Inteligibilidade, plano das interpretações);
> b) Por que isto é assim e não de outra maneira? (Explicações);
> c) É lícito ou legítimo agir deste modo? (Retidão normativa);
> d) Alguém está falsificando intencionalmente alguma coisa? (Autenticidade,

> veracidade com respeito a um juízo, um teste, um enunciado). (González de Gómez, 1999, p. 18).

Ainda que o conceito de validade neste momento não seja o seu objeto de pesquisa é possível observar as nuances necessárias para compreender como o pesquisador produz uma ação de informação e considera no momento da produção a quem ele se remete, e isso determina a linguagem utilizada, a forma e a cultura do seu público-alvo. Nesse contexto, o critério de validade é apresentado como parte do quadro normativo na reconstrução das ações de informação como ações estratificadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Estratos da informação e regras

PLANO DE CONSTITUIÇÃO DAS REGRAS		**QUADRO NORMATIVO**
Redes prático-discursivas		**Critérios de validade e aceitação da informação**
Arcabouços organizacionais		Micropolíticas organizacionais
Mediação técnico-tecnológica	Concepção de serviços, redes e interfaces	Modelos operacionais, normas técnicas
	Infra-estrutura computacional e telemática	Padrões "de fato"

Fonte: González de Gómez (1999, p. 28, grifo nosso).

Nesse documento o quadro normativo ainda não apresenta as características concernentes aos ambientes digitais. A condição dita tradicional começou a demonstrar novas relações nos contextos de produção de conhecimento e das relações entre as autoridades.

No Enancib de 2007 a validade da informação é pensada a partir de redes heterogêneas na sociedade, como uma questão epistemológica. Ela utiliza validade como uma "expressão genérica que, neste estudo, remeteria por igual ao conjunto dos outros termos enumerados a seguir, tal como acuidade, precisão, credibilidade e confiabilidade da informação". O pensamento de

Habermas é retomado quando busca uma abordagem pragmática para o tema, a partir de um "reconhecimento intersubjetivo de demandas de validade" (González de Gómez, 2007, p. 3).

> Podemos agregar, que não há uma relação direta e necessária entre a validade de uma informação e a verdade ou falsidade de um conhecimento do qual procede ou ao qual se reporta: uma estrutura informacional bem construída, numa base de dados, pode se remeter a um conhecimento insuficientemente elaborado ou ainda, a registros de falsos conhecimentos. Do mesmo modo, um conhecimento que atende as mais rigorosas demandas de validade pode ficar invisível sob estruturas de representação inadequadas ou dispositivos informacionais confusos e descontextualizados (González de Gómez, 2007, p. 5).

Há nos estudos de validade a influência da teoria habermasiana na construção dos princípios no cenário contemporâneo, essencialmente complexa e desenvolvida através de redes, permeadas pela linguagem. Uma observação de González de Gómez remonta às questões de Habermas sobre a "pragmática universal", mas nesse caso atrelada à validade do apresentado por alguém, a autoridade questionada.

> Poderíamos identificar regras ou condições gerais para definir e reconhecer o que seja a retidão ou precisão de uma informação, de sua remissiva a aquilo acerca do qual informa e critérios para estabelecer a credibilidade subjetiva de quem a afirma ou a aceita como tal? (González de Gómez, 2007, p. 6).

A autoridade de uma fonte é tida por Fallis como importante para bibliotecários e cientistas da informação, enquanto para os filósofos outras questões são relevantes, como "de que trata a informação, a plausibilidade da demanda de

validade (*claims*) e quais as razões oferecidas para sustentar essa demanda" (Fallis, 2004, p. 11 *apud* González de Gómez, 2007). Contudo, no mesmo texto observa-se que algumas restrições, como o fato de ser leigo em uma determinada área ou a indisponibilidade de alguns mecanismos de aferição da informação, não permitem um julgamento acessível a todos. "Retorna-se assim a privilegiar quem é a testemunha e como foi dado o testemunho (ponto de vista preferencial em Biblioteconomia e Ciência da Informação)" (González de Gómez, 2007, p. 6).

Sobre as novas formas de produção de conhecimento em comunidades complexas, desenvolvidas em ambientes de rede e sob novas formas de colaboração que afetam diretamente o modo de validar uma informação, González de Gómez (2007, p. 9) apresenta o termo "autoridade epistêmica distribuída", "para referir-nos as condições e possibilidades de articulação, social e epistêmica, das diferentes culturas de evidência que participam da produção de conhecimento em redes sociais e digitais".

Em 2013 surge uma nova questão que afeta o julgamento avaliativo nas práticas científicas a partir de critérios como a validade, os algoritmos. Em tom de preocupação, a autora aponta que nas últimas décadas houve um investimento em práticas tecnológicas que mensuram fatores de impacto como o *Science Citation Index* do Garfield e a saída da documentação científica das bibliotecas para o ambiente político de estado.

> Observa-se, assim, que a análise da inovação e aperfeiçoamento dos dispositivos de representação da ciência, deveria considerar com maior cuidado as mudanças dos contextos normativos e de validação das práticas de produção científica, as quais afetam os pressupostos prévios de homologia entre certos algoritmos e determinados paradigmas epistêmicos (González de Gómez, 2013, p. 15).

Em 2015, González de Gómez retorna ao conceito "autoridade epistêmica distribuída", afirmando que o conceito reconstrói o conceito de "autoridade epistêmica a partir dos agentes do agir comunicativo". Tratava-se de entender, naquela fase inicial da pesquisa, casos de miscigenação: da ciência pública e do conhecimento corporativo; dos saberes tradicionais e locais e os saberes especializados; de saberes e interesses de plurais atores públicos e privados. Isso aconteceria no ensino e na pesquisa inter e transdisciplinar, assim como em contextos deliberativos e decisórios em que ações do Estado deveriam articular as estruturas geopolíticas (esferas municipal, estadual, federal, internacional) e sua estruturação jurisdicional e temática (saúde, educação, transporte, por exemplo).

Naqueles cenários, a afirmação de uma autoridade epistêmica distribuída equivalia a sustentar a impossibilidade epistêmica de um observador isolado e onisciente, capaz de sustentar uma interpretação preferencial e inapelável de um estado de coisas no mundo ou de impor uma metaperspectiva única sobre assuntos morais, sem buscar a descentração e equacionamento dos plurais pontos de vista (González de Gómez, 2015, p. 354).

DA VALIDADE A INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Os trabalhos desenvolvidos por González de Gómez em 2007 e em 2015 sobre o conceito de validação demonstram evoluções. No primeiro trabalho torna-se clara a necessidade de maiores estudos na epistemologia e na ética.

> Daí que a ética pode estabelecer condições de confiança e compromisso, como condições iniciais para que seja reconstituída a comensurabilidade local dos plurais discursos e das práticas – ainda que científicas (González de Gómez, 2007, p. 12).

É reconhecido na filosofia da ciência três contextos que intervêm na constituição dos conhecimentos científicos: a descoberta, etapa anterior ao conhecimento científico; a demonstração, onde há o conhecimento científico constituído; e o de aplicação, sujeito aos interesses e posterior ao conhecimento científico (González de Gómez, 2015, p. 343). É possível afirmar que essa sujeição propriamente dita é o objeto de estudos desse trabalho.

Reconhecida nos estudos da filosofia da ciência como a teoria dos três contextos, nessa concepção se afirma a relativa independência de três instâncias que intervêm na constituição dos conhecimentos científicos: o contexto de descoberta, sujeito a fatores psicológicos e subjetivos, à motivação e à imaginação, e se constitui *ex ante* do conhecimento dito propriamente científico; o contexto de demonstração, no qual fica constituída a cientificidade do científico, já que é o contexto da experimentação controlada, codificada e plausível de formalização probatória; o contexto de aplicação, que é o mais sujeito aos interesses econômicos e políticos, mas que se constitui *ex post* a emergência do conhecimento científico (González de Gómez, 2015, p. 343).

Sobre a validade da informação, principalmente as que tratam dos conhecimentos científicos, os estudos de 2015 demonstram que, para além dos critérios e procedimentos de validação no ato do julgamento, há instâncias políticas e éticas por demanda social que afetam todas as instâncias de fazer pesquisa, intervindo "nas agendas e práticas se pesquisa", chamado no texto de "mediatização social e seletiva". "O que pode surpreender, no momento atual, o modo como as questões cruzam fronteiras antes bem estabelecidas, embaralhando princípios epistemológicos, éticos e políticos" (González de Gómez, 2015, p. 340).

E nessas questões há o que a autora chama de uma "nova crise de legitimação" baseando-se na teoria habermasiana e, dentre várias dúvidas sobre os conhecimentos científicos, tecnológicos e suas práticas, "colocam em xeque tanto a consistência e efetividade das expectativas motivacionais dos pesquisadores quanto os

mecanismos normativos institucionalizados e sua implementação" (González de Gómez, 2015, p. 342). Para além da validação por item informacional, a autora trata da validade da ciência em meio à sociedade e das ações políticas que decorrem na perda de autonomia.

> De fato, encontram-se indicações da existência de um mal-estar epistêmico que coloca em questão *o lugar e a qualidade dos recursos de validação* que, em circunstâncias anteriores, foram usados como aval para resolver controvérsias e litígios, garantir prospecções e avaliações; enfim, para tomar decisões em tribunais, políticas públicas, empreendimentos econômicos e programas coletivos de ação (González de Gómez, 2015, p. 346, grifo da autora).

Assim, diante das dúvidas em torno das práticas científicas, a autora aponta um novo momento chamado de "integridade da pesquisa", com possíveis consequências e relevante para uma validação pela sociedade. Algumas características sobre a integridade da pesquisa são a adoção por países destacados por volume e relevância "medidas públicas e privadas para reconhecer, desencorajar e punir práticas desviantes que afetam a confiabilidade e a excelência da pesquisa" (González de Gómez, 2015, p. 347).

Esse movimento em busca da integridade no exterior tem sido embasado em ações políticas. Como exemplo é mencionado a agência criada pelos Estados Unidos apenas para essa finalidade, *The Office of Research Integrity* (ORI). González de Gómez cita que já ocorreram eventos internacionais voltados para a temática, como a primeira Conferência Mundial sobre Integridade da Pesquisa (*World Conference on Research Integrity - WCRI*), realizada em Portugal no ano de 2007 (World..., 2007).

Alguns critérios apontados por Steneck (2006 *apud* González de Gómez, 2015, p. 348) demonstram o caráter desviante da pesquisa:

> a) *má conduta deliberada* – cujas principais manifestações são a fabricação e a falsificação (fraude em relação aos dados ou fontes da pesquisa), e o plágio (apropriação das ideias, textos ou imagens de outros, sem o devido crédito); b) *práticas de pesquisa questionáveis* – seriam aquelas que afetam a seriedade e a confiabilidade de pesquisadores e instituições de pesquisa, mas que não comprometeriam de modo radical o andamento e o sucesso das pesquisas, tais como a demora na divulgação de dados ou o não compartilhamento de fontes; c) *práticas não éticas* – seriam aquelas que refletem as escolhas do pesquisador como agente moral, mas que não teriam impactos específicos sobre as práticas de pesquisa (por exemplo, a discriminação de gênero, problema que tem caráter cultural, social e econômico, mas que contribuiria para excluir ou dificultar a inserção da mulher em certos domínios de pesquisa).

Há também um olhar para o cenário brasileiro da época. O Brasil tinha algumas instituições que tratavam a temática mas de forma complexa, como os conselhos de ética nacional e locais para pesquisa com seres humanos; os conselhos nacionais e locais para experimentos em animais; e as agências voltadas para o patrimônio genético. Essa diversidade de agências e conselhos, para a autora, não conseguem suprir garantias normativas para "as demandas de legitimidade e validade dos conhecimentos científicos, seus efeitos e produtos" (González de Gómez, 2015, p. 349).

A categorização do que chamam no trabalho de práticas desviantes de pesquisa, pode servir de critérios norteadores para validar uma informação e insumos para buscar os elementos de retórica afetados, quando há a publicação e absorção pela comunidade acadêmica.

O último trabalho da autora onde menciona o termo validação é de 2020 no periódico *Informação & Sociedade*. Neste trabalho aponta que, em contraponto ao dualismo, o filósofo John Dewey entende que é possível superar o reducionismo a partir de

contextos para julgamentos a partir de critérios de relevância como a validade, "conforme um repositório de saber comúm" (González de Gómez, 2020, p. 8).

A autora também observa que o termo confiança, na teoria dos mundos de Boltanski e Thevenot (2006), se direciona para o cotidiano e as fontes não são científicas, mas pessoas do entorno do indivíduo, igualmente permeada de critérios para questões corriqueiras. "Os critérios contextuais de valoração, de validação e de confiabilidade, atuariam na tomada de decisão, por vezes com mais de um critério disputando a função evidenciaria, na tomada de decisão" (González de Gómez, 2020, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento do termo validade da informação possui um trajeto muito interessante e pertinente aos estudos epistemológicos. O que se percebe no início são leituras com influência da literatura habermasiana para desenvolver estudos pragmáticos das demandas de validade em contextos de interlocução, a luz de ações comunicativas. Contudo, há um amadurecimento da autora sobre a validade enquanto critério normativo e avaliativo, e a percepção de novos desafios na sociedade, como as construções de autoria em ambiente de redes digitais, atravessados por algoritmos e por políticas estatais que normatizam a ciência.

Como autora visionária e atenta às questões contemporâneas, em 2015 já aborda o conceito de integridade da pesquisa e as ações feitas por Estados nacionais estrangeiros para garantir que as condutas e as práticas científicas sejam respeitadas, e as condições de validade alcançadas, observando o cenário nacional como complexo enquanto já existem agências nacionais para tratar apenas dessa demanda. Ademais, acredita-se que toda a literatura elaborada por González de Gómez para a construção de uma fundamentação epistemológica para a Ciência da Informação

ainda se encontra presente, é necessária para as discussões sobre integridade da informação e para os novos rumos da área.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification**: Economies of worth. Princeton: Princeton University Press, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Portaria 2664, de 06 de março de 2026, institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. **Diário Oficial da União**, 11 de março de 2026, Seção 1, página 4. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775. Acesso em: 22 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As Ações de Informação e seus contextos: aportes da pragmática ao campo investigativo da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-20, 2020. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57788. Acesso em: 22 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 7-31, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA/PPGCI; ANCIB, 2007. p. 1-15. Disponível em: https://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2733/1861. Acesso em: 23 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Sobre normas e algoritmos: os critérios de validade da Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/184056. Acesso em: 23 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Validade científica: da epistemologia à política e à ética. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 339-359, nov. 2015. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3649 Acesso em: 22 jul. 2026.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: 2012.

WORLD CONFERENCES ON RESEARCH INTEGRITY. Lisbon, 2007. Disponível em: https://www.wcrif.org/homepage-1st-wcri-in-lisbon Acesso em: 23 jul. 2026.

Como citar

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de. Validade e informação científica por González de Gómez. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 115-128. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap7.

INFORMAÇÃO E CIÊNCIA NA DISSERTAÇÃO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ: APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Marcus Vinícius Pereira-Silva
Asy Pepe Sanches Neto

INTRODUÇÃO

A publicação de uma obra dedicada à trajetória intelectual de Maria Nélida González de Gómez constitui um testemunho do lugar que a pesquisadora ocupa na história da Ciência da Informação (CI) brasileira. Ao longo de mais de quatro décadas, sua atuação acompanhou e participou de importantes momentos da consolidação do campo, contribuindo para a formação de pesquisadores, para o fortalecimento de programas de pós-graduação e para a elaboração de um conjunto de conceitos que permanece mobilizando pesquisas na CI.

Os estudos desenvolvidos por González de Gómez promoveram um importante deslocamento epistemológico ao questionarem as concepções de informação como entidade autônoma ou mera representação mental e ao compreenderem o fenômeno informacional como resultado de práticas sociais, processos de significação, relações de poder e políticas de informação. Essa inflexão teórica aproximou a CI de abordagens

voltadas às dimensões históricas, sociais e políticas da informação, ampliando o escopo das investigações desenvolvidas no campo (Fernandes; Saldanha, 2012).

Entre as diversas contribuições desenvolvidas pela pesquisadora, o conceito de regime de informação tornou-se um dos mais difundidos e apropriados pela literatura do campo da CI[9]. Como ocorre frequentemente com autores cuja produção permanece ativa ao longo de muitos anos, a consolidação de determinados conceitos acaba organizando retrospectivamente a leitura de sua trajetória intelectual, conduzindo pesquisadores a retornarem aos textos anteriores em busca dos caminhos que tornaram possível sua elaboração.

Foi justamente esse movimento que orientou a pesquisa sobre o conceito de regime de informação desenvolvida por Pereira-Silva (2021). Naquela investigação, analisou-se o processo de elaboração do conceito na obra de González de Gómez e constatou-se que sua formulação não poderia ser compreendida apenas a partir do texto "O caráter seletivo das ações de informação", publicado em 1999, quando a autora empregou pela primeira vez o termo *regime de informação* (González de Gómez, 1999). Segundo Pereira-Silva (2021), as pesquisas de González de Gómez publicadas antes de 1999 pavimentaram o caminho para a formulação do conceito de regime de informação e, portanto, para entendê-lo é importante recuperar os trabalhos anteriores.

A proposição formulada naquela pesquisa conduziu-nos à dissertação de mestrado defendida, em 1982, por González de

[9] Em levantamento no Google Acadêmico realizado em 22 de julho de 2026, entre os trabalhos de González de Gómez mais citados, destacam-se: 1) Novos cenários políticos para a informação, publicado em 2002, com 382 citações. 2) Regime de Informação: construção de um conceito, publicado em 2012, com 217 citações. 3) Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação, publicado em 2000, com 196 citações. 4) Caráter seletivo das ações de informação, publicado em 1999, com 194 citações. 5) As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação, publicado em 2003, com 176 citações. Em todas essas publicações, o conceito de regime de informação é utilizado como elemento importante ou central.

Gómez no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Intitulada "Configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: estudo de caso", a dissertação constitui um marco inicial da trajetória intelectual de González de Gómez no campo da Ciência da Informação.

A leitura da dissertação suscitou um novo problema de investigação. As discussões sobre linguagem, produção do conhecimento, relações entre estruturas cognitivas e sociais, críticas às perspectivas dicotômicas entre internalistas e externalistas da ciência e a incorporação dos Estudos Sociais da Ciência pareciam dialogar com questões que, alguns anos mais tarde, ocupariam posição central naquilo que parte da literatura do campo da CI convencionou denominar de paradigma social (Capurro, 2003).

Se, na investigação anterior, a dissertação de González de Gómez foi examinada como momento inicial do percurso que contribuiu para a formulação do conceito de regime de informação (Pereira-Silva, 2021), neste capítulo ela passa a constituir o próprio objeto da análise. Essa mudança de perspectiva permite formular perguntas diferentes daquelas que orientaram o estudo anterior, como: Que problemas organizam a reflexão de González de Gómez? Que autores sustentam sua argumentação? Que objetos recebem centralidade em sua análise? Que compreensão da informação, da ciência e da produção do conhecimento pode ser identificada nesse trabalho? E como essa leitura dialoga com a narrativa historiográfica construída posteriormente para explicar o desenvolvimento da Ciência da Informação?

Essas perguntas são importantes ao considerarmos que algumas narrativas historiográficas tradicionais privilegiam autores da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, colocando em segundo plano contribuições da América Latina, de outros países considerados periféricos ou publicadas em idiomas diferentes do inglês. Entre essas reconstruções mais utilizadas nos últimos anos,

destaca-se o esquema proposto por Rafael Capurro (2003), segundo o qual a Ciência da Informação pode ser analisada a partir de três paradigmas: o físico, o cognitivo e o social. Em relação ao último paradigma, Capurro destaca a emergência na década de 1990 e as contribuições de pesquisadores como Bernd Frohmann, Birger Hjørland e Søren Brier, além de sua própria produção. A leitura da dissertação de González de Gómez suscita, entretanto, uma questão historiográfica relevante: em que medida sua dissertação, publicada em 1982, mobiliza problemas que posteriormente seriam reconhecidos como característicos do paradigma social?

Para responder a essa questão, realizamos uma análise da dissertação de mestrado de González de Gómez, em especial, a primeira parte. A leitura foi orientada pela identificação dos conceitos mobilizados pela autora, dos objetos privilegiados em sua reflexão, dos referenciais teóricos que sustentam sua argumentação e das concepções de informação e de ciência presentes no trabalho.

Na seção seguinte, apresentamos brevemente a categorização das pesquisas desenvolvidas na CI proposta por Capurro (2003), utilizando-a como referência para organizar a análise, mas não como uma esquematização na qual a dissertação deva ser retrospectivamente enquadrada. Em seguida, analisamos a dissertação de 1982, procurando compreender como seus conceitos, autores, objetos e problemas dialogam com a história epistemológica da Ciência da Informação e quais questões essa leitura suscita para a compreensão da obra de Maria Nélida González de Gómez.

OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO REFERÊNCIA HISTORIOGRÁFICA

A reflexão de Rafael Capurro sobre a epistemologia da Ciência da Informação parte de uma preocupação com os pressupostos que sustentam diferentes modos de compreender a

informação, o conhecimento, os usuários, os sistemas e os critérios de relevância. Em "Epistemologia e Ciência da Informação", texto apresentado no V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, em 2003, o autor propõe uma leitura da área a partir de três paradigmas epistemológicos predominantes: o físico, o cognitivo e o social. Essa divisão tornou-se uma das formas mais conhecidas de organizar historicamente as abordagens da Ciência da Informação, embora o próprio Capurro advirta que sua proposta tem caráter esquemático e deve ser lida com cuidado.

Essa advertência impede que a divisão entre paradigmas seja tomada como uma sucessão rígida. Teorias e abordagens, de acordo com Capurro (2003), se cruzam, convivem e reaparecem em diferentes momentos na trajetória da CI. Assim, ao utilizarmos a proposta de Capurro para ler a dissertação de González de Gómez, não buscamos enquadrá-la em uma categoria previamente definida. A análise concentra-se na identificação dos principais conceitos, autores mobilizados, objetos privilegiados, problemas epistemológicos e pressupostos teóricos presentes na dissertação, posteriormente postos em diálogo com a periodização proposta pelo autor. Ressaltamos que a dissertação de González de Gómez é compreendida, neste capítulo, como parte de um campo ainda em formação, atravessado por debates epistemológicos sobre a natureza da informação, sobre as relações entre ciência e tecnologia, sobre o papel da linguagem e sobre as condições sociais de produção do conhecimento.

O primeiro paradigma, chamado por Capurro de físico, é associado à Teoria Matemática da Comunicação, à Cibernética e aos primeiros sistemas de recuperação da informação. Nessa perspectiva, a informação é concebida por analogia com a transmissão de sinais, privilegiando problemas de codificação, recuperação e eficiência técnica. Seu principal limite, segundo o autor, consiste em excluir "o papel ativo do sujeito cognoscente ou, de forma mais concreta, do usuário" (Capurro, 2003, n.p.).

O paradigma cognitivo, consolidado na década de 1980 e com forte influência na década de 1990, desloca a atenção do

suporte para o sujeito que busca e utiliza informação. Capurro observa que os estudos de abordagem cognitiva buscam compreender "de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente" (Capurro, 2003, n.p.). A Teoria dos Estados Anômalos do Conhecimento expressa esse movimento ao entender que a busca informacional surge quando o conhecimento disponível já não é suficiente para resolver um problema. Embora, segundo Capurro, represente um avanço em relação ao paradigma físico, essa perspectiva permanece centrada em um sujeito individual, pouco atento às condições sociais e históricas.

O paradigma social emerge justamente da crítica a essa concepção individualizada do sujeito. Nele, os processos como a produção, a circulação e o uso da informação são socialmente constituídos e não podem ser reduzidos a estados mentais individuais. Nessa direção, Hjørland propõe a análise de domínio, segundo a qual documentos, discursos e comunidades de usuários devem ser compreendidos em conjunto. Como sintetiza Capurro, "o objeto da Ciência da Informação é o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos" (Capurro, 2003, n.p.).

Capurro (2003), contudo, reconhece que aquilo que aparece ao final de sua reconstrução como paradigma social já estava presente, de alguma forma, nas origens da Biblioteconomia e da Documentação. O paradigma social, portanto, não deve ser compreendido como uma invenção repentina da década de 1990. Ele ganha nova forma nesse período, especialmente no contexto das tecnologias digitais e das críticas ao cognitivismo, mas possui raízes anteriores.

Nesse cenário, este capítulo parte do pressuposto de que a dissertação de Maria Nélida González de Gómez, bem como sua produção intelectual posterior, integra um conjunto de reflexões que permaneceu relativamente periférico nas reconstruções historiográficas da Ciência da Informação produzidas, especialmente, por autores situados em países do Norte Global,

embora já mobilizasse questões epistemológicas posteriormente reconhecidas como centrais ao paradigma social.

Esse pressuposto se torna relevante ao considerarmos que a institucionalização da CI no Brasil ocorreu sob forte influência do modelo estadunidense e britânico, marcado inicialmente pelo predomínio da abordagem física e, posteriormente, da cognitiva (Fernandes; Saldanha, 2012). Ao ampliarmos a perspectiva de análise e incluirmos o desenvolvimento da CI em outros países, pode-se verificar "a vasta rede de determinação e indeterminação de um estatuto seguro para uma informação reconhecida tanto como artefato cotidiano, como técnica profissional, ou objeto científico" (Marteleto; Saldanha, 2016, p. 72).

No contexto brasileiro, Fernandes e Saldanha (2012) destacam que os estudos desenvolvidos por González de Gómez promoveram um deslocamento epistemológico ao questionar as concepções de informação como entidade autônoma ou uma representação mental e ao compreender o fenômeno informacional como resultado de práticas sociais, processos de significação, relações de poder e políticas de informação. Nessa perspectiva, a dissertação de 1982 é entendida tanto como um antecedente do conceito de regime de informação quanto como a formulação inicial de um modelo interpretativo de análise ou programa de pesquisa que questionava os limites do paradigma físico e apresentava questões posteriormente associadas ao paradigma social da Ciência da Informação.

O IBICT E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Com formação em Filosofia pela Universidade Nacional de Rosário, na Argentina, Maria Nélida González de Gómez apresentou, em 1982, a dissertação intitulada "Configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do Ibict: estudo de caso", sob a orientação de Ana Maria Marques

Cintra, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT, à época com mandato universitário na UFRJ.

Primeiro mestrado em Ciência da Informação da América Latina, o curso do Ibict/UFRJ foi criado em um contexto marcado pela preocupação, sobretudo dos Estados Unidos e da Europa, com a formação de profissionais capacitados para lidar com o crescimento da produção de informação científica e tecnológica após a Segunda Guerra Mundial (Ferreira, 1995). Entretanto, entendemos que a história da Ciência da Informação não deve ser explicada somente como uma resposta à chamada explosão informacional. Também é necessário considerar o papel dos Estados e das diferentes etapas do industrialismo e do capitalismo na constituição da informação como objeto de intervenção técnica e científica.

Partimos do pressuposto de que o desenvolvimento das ciências esteve relacionado à lógica da acumulação capitalista, na medida em que o conhecimento e a tecnologia foram incorporados sistematicamente ao processo produtivo e convertidos em forças produtivas e fontes de criação de novas mercadorias. Após a Segunda Guerra Mundial, a intensificação das relações entre ciência, Estado e indústria ampliou a necessidade de organizar, controlar e otimizar os fluxos de informação científica e tecnológica, especialmente nos países industrializados, contribuindo para a institucionalização da CI (Pereira-Silva, 2021).

No Brasil, essa configuração materializou-se na vinculação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), posteriormente transformado em Ibict, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e na orientação do curso de mestrado para as demandas do sistema nacional de ciência e tecnologia. Nos primeiros anos de funcionamento, entre 1970 e 1983, o mestrado tinha como principal finalidade formar profissionais para lecionar nas escolas

e cursos de Biblioteconomia e Documentação (Comissão, 1987[10] *apud* Bufrem, 1996). Seu currículo apresentava caráter predominantemente instrumental e de cunho científico e tecnológico, com ênfase nos sistemas de armazenamento e recuperação da informação e em suas práticas operacionais (Barreto, 1995; Ferreira, 1995; Bufrem, 1996). Desse modo, a orientação técnica do curso não decorria apenas do crescimento quantitativo da literatura científica, mas também das políticas de desenvolvimento que atribuíam à ciência, à tecnologia e à informação um papel estratégico de desenvolvimento econômico e social.

Nesse cenário, a maioria das pessoas egressas do mestrado em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ possuía formação em Biblioteconomia. Esse grupo correspondia a 86,7% do total de egressos desde a criação do curso, em 1970, até 1981 (Silva, 1995). Como, no momento de implantação do curso, não havia no Brasil número suficiente de docentes com a qualificação exigida para um curso de mestrado, pesquisadores estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, participaram do ensino e da orientação das primeiras turmas. Essa presença influenciou os temas e, principalmente, as abordagens metodológicas das dissertações na década de 1970 (Bufrem, 1996; Souza; Carvalho; Ramos, 2020).

Considerando o pioneirismo do curso e seu papel central na formação dos primeiros pesquisadores com título de mestre no campo, essa influência também pode ter contribuído para a consolidação de determinadas agendas de pesquisa na CI brasileira. Ao analisar as opções metodológicas das dissertações apresentadas no curso do Ibict/UFRJ, entre 1972 e 1995, Bufrem (1996) observa uma predominância de estudos empíricos e de abordagem quantitativa, como experimentos de recuperação, avaliação de

[10] COMISSÃO DO CONVÊNIO CNPq/IBICTIBICT-UFRJ/ECO. A Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFRJ. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 1987.

sistemas, aplicação de questionários, análise estatística e estudos bibliométricos.

Em outro *corpus* documental, constituído pelos artigos publicados na revista Ciência da Informação durante a década de 1970, Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005) também identificaram alto número de artigos sobre bibliometria, que correspondeu a 20,93% dos trabalhos, seguida pela representação da informação, com 9,3%, e pela comunicação científica, com 8,13%. Embora as pesquisas de Bufrem (1996) e de Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005) tenham analisado objetos e adotado categorias distintas, seus resultados indicam uma convergência em torno da bibliometria e dos problemas relacionados à organização, à representação, à recuperação e à circulação da informação na fase inicial da CI brasileira.

Os primeiros anos da década de 1980 marcam a segunda fase do Programa de Pós-Graduação do Ibict. Com o encerramento do regime de mandato universitário e a celebração de novo convênio, o instituto fez um novo convênio com a UFRJ e, em 1983, o mestrado passou a integrar a estrutura acadêmica da Escola de Comunicação da UFRJ como área de concentração do Mestrado em Comunicação. Essa mudança ocorreu em um contexto de transferência da sede do instituto para Brasília, dificuldades institucionais e desestruturação de parte da infraestrutura de ensino e pesquisa. No entanto, a aproximação com a Escola de Comunicação contribuiu para a ampliação de estudos para outras dimensões sociais e culturais da informação (Barreto, 1995; Bufrem, 1996).

A DISSERTAÇÃO DE GONZÁLEZ DE GÓMEZ

MOTIVAÇÃO, OBJETIVOS E CONTEXTO INSTITUCIONAL

No ambiente acadêmico apresentado na seção anterior, marcado pelo predomínio de abordagens instrumentais e

quantitativas, pelo foco na ciência e na tecnologia e pela presença majoritária de discentes com formação em Biblioteconomia, González de Gómez desenvolveu sua pesquisa de mestrado. A dissertação analisou a configuração temática da CI nos conteúdos curriculares dos cursos do Ibict, incluindo o curso de mestrado, durante a década de 1970. Por meio de um estudo de caso, a pesquisadora buscou relacionar os conteúdos ofertados à percepção dos egressos sobre seu impacto e utilidade na execução de suas atividades profissionais.

Produzida no contexto do "Projeto de Avaliação dos Cursos de Pós-graduação do Ibict"[11], a investigação articulou sua formação em Filosofia e experiências anteriores às questões da CI, especialmente aos problemas da educação e da transferência do conhecimento. Além da contribuição direta à avaliação dos cursos, a pesquisa, de caráter exploratório e conceitual, problematizou os critérios empregados na seleção e na valorização dos conteúdos curriculares.

A motivação da pesquisa estava relacionada, portanto, à necessidade de avaliar a formação oferecida pelo Ibict. Para tal, González de Gómez questionou os pressupostos que orientavam a seleção dos conteúdos ensinados e buscou compreender quais concepções de ciência e de desenvolvimento fundamentavam sua organização. Nesse contexto, discutiu a transferência de modelos de conhecimento produzidos nas sociedades industrializadas ou centrais e sua adequação às condições sociais, cognitivas e profissionais brasileiras[12].

---

[11] O "Projeto de Avaliação dos Cursos do IBICT" foi uma iniciativa institucional desenvolvida na Divisão de Ensino e Pesquisa iniciada em 1980 por Nice Menezes de Figueiredo e teve a participação de Gilda Olinto, Esther Lück de Araujo e Maria Nélida González de Gómez. O projeto tinha como objetivo mapear as atividades profissionais dos egressos e conhecer suas opiniões sobre a formação recebida nos dois cursos regulares oferecidos pelo Ibict: o Curso de Especialização em Documentação Científica (CDC) e o Mestrado em Ciência da Informação (Araujo, 1982; Silva, 1982).

[12] Embora González de Gómez reconheça a divisão geopolítica entre os blocos capitalista e socialista vigente naquele período e identifique diferenças entre o

Para cumprir os objetivos propostos, González de Gómez dividiu a dissertação em duas partes. Na primeira, objeto de análise deste capítulo, a autora discute as relações entre o modelo de desenvolvimento científico-tecnológico e sua influência na organização do espaço temático-disciplinar. A segunda parte foi dedicada à análise da configuração temática dos conteúdos curriculares dos cursos de pós-graduação do Ibict na década de 1970.

REFLEXÕES SOBRE O MODELO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A primeira parte da dissertação, intitulada "A questão do modelo de conhecimento científico e os pontos de partida do projeto educacional", reúne três capítulos e constitui a fundamentação conceitual do estudo de caso desenvolvido posteriormente. Antes de analisar os conteúdos curriculares dos cursos do Ibict e a percepção de seus egressos, a pesquisadora procura compreender as concepções de ciência, conhecimento, informação e desenvolvimento que orientam a organização de um espaço acadêmico-disciplinar. O currículo de um curso, para a autora, não é considerado um conjunto neutro de conteúdo, mas sim o resultado de processos de seleção, valorização e exclusão realizados a partir de determinados modelos de conhecimento e projetos de sociedade.

No primeiro capítulo, "O modelo de conhecimento científico e o desenvolvimento científico-tecnológico", González de Gómez parte da crítica à tese segundo a qual existiria uma relação direta entre o desenvolvimento científico e tecnológico e o desenvolvimento econômico e social. Associada a ela, havia a expectativa de que o ensino superior e a pós-graduação

modelo mercantil-competitivo e o modelo governamental-promotivo, essas questões não são abordadas com profundidade. Sua análise concentra-se nas relações assimétricas entre sociedades industrializadas e sociedades dependentes.

promoveriam a produção e a transferência de conhecimentos capazes de responder às demandas das sociedades nacionais. Nas palavras da pesquisadora:

> Entre as teses que orientaram os principais projetos de ensino-pesquisa em Ciência e Tecnologia, uma se apresenta como central [...] a tese da relação direta e necessária entre desenvolvimento científico e tecnológico e desenvolvimento econômico e social (González de Gómez, 1982, p. 1).

Essa afirmação estabelece o problema que atravessará todo o capítulo. González de Gómez relata que a experiência dos países periféricos demonstrava, entretanto, que as relações entre ciência, tecnologia, educação e sociedade eram mais complexas. A transferência de conhecimentos produzidos nas sociedades industrializadas não conduzia necessariamente à inovação ou ao desenvolvimento autônomo. Em determinadas situações, poderia reproduzir a dependência, formando operadores de conhecimentos produzidos externamente ou pesquisadores cuja comunidade de referência continuava localizada nos países centrais. Mesmo os conhecimentos produzidos localmente poderiam circular prioritariamente em direção às demandas científicas e tecnológicas desses países.

A discussão, portanto, deixa de girar em torno da validade abstrata do modelo e passa a considerar as condições concretas nas quais ciência e tecnologia são produzidas. A experiência dos países periféricos aparece como um elemento capaz de tensionar explicações construídas a partir das sociedades industrializadas, sugerindo que a relação entre ciência e desenvolvimento não pode ser compreendida, portanto, nem como universal nem independente das condições históricas de cada sociedade.

Essa preocupação explica por que o problema central da autora não é, nesse primeiro momento, a conformação da CI. Seu interesse dirige-se às concepções de ciência que sustentam

determinadas políticas científicas e educacionais, para, posteriormente, discuti-las no contexto disciplinar da CI.

A crítica à dicotomia internalismo-externalismo

A partir dessa problemática, a autora examina os limites das interpretações dicotômicas entre as abordagens internalista e externalista da ciência[13]. O internalismo concebe a ciência como atividade autônoma, orientada por critérios lógicos e metodológicos internos. Essa crítica aparece sintetizada na passagem:

> O 'internalismo', assim, realiza uma dupla redução da contextualidade da Ciência. Por um lado, a Ciência é tratada como saber autônomo e isolável das condições sociais e históricas de sua constituição. Por outro lado, apresenta essa normativa formal-justificacional como autoridade na avaliação do status dos saberes históricos e factuais. (González de Gómez, 1982, p. 4-5).

O trecho acima merece atenção por condensar um dos principais argumentos desenvolvidos pela autora ao longo do capítulo. Nele, a autora atribui ao internalismo uma "dupla redução" da contextualidade da ciência. A primeira consiste em tratar a ciência como um saber autônomo, cuja inteligibilidade dependeria apenas de sua lógica interna. A segunda decorre da anterior, essa mesma racionalidade passa a funcionar como critério normativo para julgar e hierarquizar outras formas de produção do conhecimento.

É essa segunda consequência que, em nossa leitura, assume relevância para o desenvolvimento desta pesquisa. Se

[13] A crítica à oposição dicotômica entre internalismo e externalismo das ciências ganhou força a partir da década de 1960, especialmente com Thomas Kuhn (1962). Nas décadas de 1970 e 1980, essa crítica foi aprofundada pela Sociologia do Conhecimento Científico e pelos estudos das práticas científicas, destacando-se Barnes, Bloor, Latour e Woolgar, Knorr-Cetina e Shapin.

determinados modelos de racionalidade científica passam a ser concebidos como universais, eles deixam de constituir apenas uma forma de explicar a produção do conhecimento e tornam-se também parâmetros para avaliar instituições, currículos, políticas científicas e formas de organização do conhecimento produzidas em contextos históricos distintos. A crítica formulada por González de Gómez, portanto, desloca a discussão da validade interna das teorias para os efeitos produzidos quando determinados critérios de cientificidade são universalizados.

A discussão sobre o internalismo, portanto, extrapola o campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Filosofia da Ciência e dialoga diretamente com a CI. Não há informação científica e tecnológica independente das concepções de ciência, pois essas últimas definem o que é reconhecido como conhecimento válido, quais práticas são legitimadas, quais instituições adquirem autoridade e quais formas de registro, organização e circulação do conhecimento são valorizadas. Antes de discutir documentos, sistemas ou fluxos informacionais, González de Gómez retorna a questões mais elementares: quais pressupostos epistemológicos sustentam aquilo que chamamos de ciência?

A perspectiva externalista, por sua vez, reconhece a ciência como uma atividade social constituída por instituições, comunidades profissionais, sistemas de comunicação, recursos financeiros, equipamentos, relações com a economia e a política, entre outros. González de Gómez considera, entretanto, que ela pode manter a separação entre estruturas cognitivas e sociais. Da mesma forma, o estabelecimento de uma relação direta entre a ciência e o sistema produtivo não explica como as condições sociais participam da própria constituição do conhecimento.

Um aspecto importante da crítica à perspectiva externalista está em mostrar que ela desloca o problema sem efetivamente superá-lo. Ainda que reconheça a importância das instituições, das comunidades científicas e das políticas de pesquisa, esses elementos passam a explicar a organização da atividade científica, mas não a constituição do próprio conhecimento. Ou seja, há um

entendimento de que a sociedade influencia a ciência, mas não participa da constituição de seus critérios de validade, de seus objetos ou de suas formas de produção do conhecimento.

A crítica de González de Gómez se dirige, portanto, à dicotomia entre internalismo e externalismo. O primeiro tende a reduzir a ciência às suas estruturas formais e cognitivas, enquanto o segundo pode reduzir o conhecimento a seus condicionantes ou manifestações exteriores. Em vista disso, faz-se necessário elaborar uma perspectiva capaz de compreender os processos cognitivos articulados às condições sociais de produção do conhecimento.

Essa discussão é importante para compreender os fenômenos informacionais em sociedades dependentes, conforme colocado por González de Gómez. Os modelos elaborados a partir da experiência das sociedades industrializadas transformam-se em parâmetros universais para avaliar a produção científica, definir prioridades, organizar currículos e orientar políticas educacionais. A transferência passa a ser regulada pelo polo emissor, enquanto os países periféricos são posicionados como receptores, consumidores ou adaptadores dos conhecimentos produzidos externamente.

A autora procura, então, uma perspectiva capaz de compreender ciência e sociedade de forma integrada, sem reduzir uma dimensão à outra. Não se trata de explicar a ciência exclusivamente por sua racionalidade interna nem de tratá-la como simples reflexo das estruturas sociais. Parece-nos que esse é, ainda, um dos grandes desafios das Ciências infodocumentárias e, especialmente, da Ciência da Informação.

Superando a dicotomia e as matrizes sociocognitivas

No segundo capítulo, "Reelaboração de conceitos como instrumento de análise", González de Gómez desenvolve o conceito de matriz sociocognitiva como resposta às limitações das perspectivas dicotômicas internalistas e externalistas da ciência. A ciência é compreendida simultaneamente como extensão simbólica

e lógica da ação humana e como produto da extensão social e histórica da ação individual. González de Gómez procura, desse modo, superar a separação entre uma dimensão cognitiva considerada universal e uma dimensão social tratada apenas como contexto externo. De acordo com González de Gómez (1982, p. 29),

> Todo conhecimento implica na dimensão subjetiva, um "estado de consciência" de um sujeito individual, e limites e restrições próprios dos pontos de vista dos indivíduos que o concretizam.
>
> Todo conhecimento implica uma dimensão social necessária, dado que nenhum indivíduo se desenvolve como sujeito pleno de conhecimento, isolado do meio social, sem a comunicação e a linguagem. Essa naturalidade social do conhecimento se concretiza em quatro dimensões dos processos cognitivos.

Partindo dessas premissas, González de Gómez define a matriz sociocognitiva como um *a priori* do desenvolvimento do conhecimento. Esse *a priori*, entretanto, não é universal ou imutável, é entendido como uma configuração histórica e sociocultural formada por conhecimentos prévios, categorias, valores, critérios de relevância, linguagens e representações compartilhadas.

Para a pesquisadora, todo conhecimento possui, portanto, uma dimensão subjetiva, pois é concretizado por sujeitos individuais, mas também apresenta uma dimensão necessariamente social. Nenhum indivíduo se constitui como sujeito do conhecimento de maneira isolada da comunicação, da linguagem e das experiências compartilhadas. A dimensão social do conhecimento manifesta-se na possibilidade de exteriorizar e interiorizar conhecimentos por meio da linguagem; na interação necessária à produção cognitiva; na constituição de um 'tesauro'

social compartilhado; e nas representações pelas quais uma sociedade exprime e reproduz sua própria existência.

No ambiente acadêmico, a autora entende que as disciplinas constituem formas especializadas e institucionalizadas dessas matrizes sociocognitivas. Elas articulam quadros conceituais, conhecimentos reconhecidos, normas, valores, critérios de relevância, procedimentos metodológicos, sistemas de comunicação, recursos materiais e comunidades profissionais. Esse conceito permite, assim, compreender as disciplinas e os currículos como formações históricas e é central para compreender os conteúdos curriculares não como uma perspectiva neutra, mas como resultado de processos de seleção, valorização e exclusão orientados por determinadas concepções de ciência, informação e desenvolvimento científico e tecnológico.

Ao reelaborar os conceitos de paradigma e matriz disciplinar de Thomas Kuhn e incorporar contribuições de Lakatos e outras dos Estudos Sociais da Ciência, González de Gómez recusa a ideia de que toda disciplina deveria evoluir para uma estrutura unificada e mononuclear. Uma disciplina, chamada pela pesquisadora de disciplina polinuclear ou polifocal, pode possuir vários núcleos, perspectivas ou princípios de articulação sem que essa pluralidade corresponda necessariamente a um estágio de imaturidade,

No terceiro capítulo, "A Ciência da Informação: constituição e articulação do campo temático", a autora aplica essas reflexões apresentadas anteriormente à CI. Conforme relatado na introdução desse capítulo, González de Gómez também indica que o surgimento da CI está relacionado às transformações da comunicação documentária e da transferência de conhecimentos ocorridas nas sociedades industrializadas durante a segunda metade do século XX. Esse surgimento não está ligado apenas à chamada explosão informacional. Também está relacionado à crescente valorização social e econômica da informação, ao desenvolvimento da automação e das telecomunicações, à expansão das abordagens administrativas e sistêmicas e à

transformação do conhecimento em produto de uma "indústria do conhecimento". Nesse contexto, a informação passou a ser considerada recurso, insumo ou mercadoria.

Ao analisar a demarcação do objeto da CI, a autora reconhece que o conceito de informação é contextual. Entretanto, o objeto situa-se no espaço da produção social de conhecimentos, delimitado pelas dimensões cognitiva e comunicacional. Nesse contexto, González de Gómez critica a aplicação direta da Teoria Matemática da Comunicação aos processos de comunicação humana. Embora sinais ou signos participem do fenômeno informacional, não constituem determinações suficientes da informação. A informação também não se reduz ao conteúdo do documento, à estrutura da mensagem ou à forma da linguagem. Sua constituição envolve os propósitos dos sujeitos, seus conhecimentos prévios, arcabouços conceituais, códigos, repertórios, valores e interesses.

A autora propõe, então, substituir uma relação restrita entre informação e texto por outra que inclua o sujeito social. Essa mudança permite questionar a predominância do produto sobre o processo que teria caracterizado a fase inicial da CI. O enfoque informacional teria surgido vinculado a uma concepção estática e positivista do conhecimento, na qual a informação era reificada como matéria ou substância e o sujeito cognitivo assumia uma posição passiva. González de Gómez não abandona, contudo, a dimensão cognitiva. Sua crítica se dirige às concepções que tratam o conhecimento como representação especular do mundo e a informação como algo transferido de fora para dentro do sujeito. Como alternativa, concebe os sujeitos como ativos, intencionais e situados em ambientes sociais, históricos e culturais. O fenômeno informacional é constituído na interação entre a estrutura do texto e a estrutura interna do sujeito, que inclui componentes individuais e um a priori social.

O conceito de metainformação ocupa posição importante nessa formulação. Ele não se limita ao conhecimento sobre a organização da informação em um texto, mas abrange os códigos,

as normas e as formas de organização que regulam socialmente a produção, a recuperação e a transferência da informação. O plano metainformacional inclui sistemas, redes, instituições, políticas, normas jurídicas e outros mecanismos pelos quais sujeitos sociais organizam os processos informacionais. Esse conceito, em especial, pode ser entendido como um dos antecedentes da formulação de regime de informação, conforme indicado por Pereira-Silva (2021). No entanto, há diferenças entre eles.

Em 1982, González de Gómez já não restringia a metainformação ao conhecimento sobre a organização da informação em um texto, pois incluía nesse plano os códigos sociais, as normas, as instituições, os sistemas e as políticas que regulavam sua produção e transferência. Todavia, em 1999, essa problemática é ampliada pelo conceito de regime de informação, entendido como uma configuração abrangente na qual sujeitos, organizações, normas, regras, autoridades, dispositivos, entre outros, se articulam em um determinado contexto social. A metainformação não equivale, portanto, ao regime de informação, ela designa principalmente um dos estratos ou camadas propostas por González de Gómez para compreender os fenômenos informacionais. O estrato de metainformação está relacionado às regras, códigos e mecanismos que organizam e regulam as ações de informação (González de Gómez, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo analisou a primeira parte da dissertação de mestrado defendida por Maria Nélida González de Gómez, em 1982, procurando compreender os problemas, os referenciais teóricos, os objetos e as concepções de informação, ciência e produção do conhecimento. Apesar da investigação ter como objeto empírico a configuração temática dos conteúdos curriculares dos cursos do Ibict e sua relação com a percepção dos egressos, sua fundamentação teórica e metodológica não é limitada à avaliação curricular.

A argumentação de González de Gómez parte do questionamento da adequação entre ciência e sociedade em condições de dependência. A autora questiona a existência de uma relação direta e necessária entre desenvolvimento científico-tecnológico e desenvolvimento econômico e social, bem como a transferência descontextualizada de modelos de conhecimento produzidos nas sociedades industrializadas. A transferência não pode, portanto, ser compreendida como deslocamento de um produto cognitivo, mas como processo de seleção, interpretação e reelaboração diante das condições da sociedade receptora.

A crítica à dicotomia entre internalismo e externalismo constitui outro eixo central da argumentação. Se o internalismo reduz a ciência às suas estruturas formais e cognitivas, determinadas modalidades de externalismo mantêm as condições sociais em posição exterior ao conhecimento. Como alternativa, González de Gómez procurou demonstrar que as dimensões cognitivas e sociais são constitutivamente relacionadas. Essa proposição ganhou forma no conceito de matriz sociocognitiva, por meio do qual as disciplinas, os currículos e as instituições científicas passaram a ser compreendidos como formações históricas que articulam conceitos, valores, linguagens, critérios de relevância, procedimentos, recursos materiais e comunidades profissionais.

Os autores mobilizados pela pesquisadora expressam esse esforço de articulação. As contribuições de Kuhn e Lakatos são reelaboradas na discussão sobre paradigmas, matrizes disciplinares e pluralidade dos campos científicos, e Piaget e outros estudiosos da cognição fornecem elementos para pensar a construção e a aprendizagem do conhecimento. A informação que se delineia na dissertação não constitui uma entidade autônoma, uma substância transmissível ou uma representação exclusivamente mental. A inclusão do sujeito não conduz, entretanto, a uma concepção individualizada da cognição. O sujeito é ativo e situado em ambientes históricos, sociais e institucionais. A informação pode

ser caracterizada, assim, como relacional, contextual, processual e sociocognitiva.

Essas formulações propostas por González de Gómez permitem estabelecer um diálogo com a narrativa historiográfica posteriormente sistematizada por Rafael Capurro. A dissertação apresenta uma crítica explícita à abordagem fisicalista e aos pressupostos estáticos e positivistas que reduziam a informação a sinal, quantidade, produto ou substância. Ao mesmo tempo, incorpora contribuições das abordagens cognitivas então emergentes no período em que a pesquisa de dissertação foi desenvolvida. No entanto, cabe destacar que González de Gómez questiona as concepções que isolavam o sujeito de suas condições sociais. Não se trata, portanto, de uma rejeição do cognitivo, mas de sua reelaboração em uma perspectiva sociocognitiva, na qual conhecimento e sociedade participam de um mesmo processo.

A leitura e a análise da dissertação permitiram identificar problemas que seriam posteriormente associados ao paradigma social, como a crítica à reificação da informação e a relevância do sujeito social e da contextualidade nos estudos dos fenômenos informacionais. A principal contribuição historiográfica desta leitura encontra-se, portanto, no reconhecimento de uma genealogia situada da dimensão social da informação produzida no Brasil e orientada pelos problemas da dependência e da transferência internacional de conhecimentos. Convém destacar que nosso objetivo não é refazer a categorização das pesquisas em CI, mas tornar visíveis a coexistência, a circulação e a reelaboração de diferentes perspectivas no processo de constituição do campo.

Por fim, alguns dos conceitos e noções apresentados na dissertação, como os de matriz sociocognitiva e metainformação, podem ser compreendidos como condições epistemológicas que contribuíram para a formulação posterior do regime de informação na obra de González de Gómez. Desde a dissertação, a pesquisadora procurava compreender como sujeitos, conhecimentos, instituições, normas, linguagens e critérios de seleção participavam da organização social da informação. O

retorno ao trabalho de 1982 permite, desse modo, não apenas reconstruir um momento inicial de sua trajetória intelectual, mas indicar a possibilidade de formação de um programa de investigação.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Esther Lück de. **Estudo da atuação profissional dos egressos do curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBICT, comparativamente à situação dos profissionais da informação na Inglaterra e Estados Unidos**. 1982. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma elegante esperança. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 7-9, jan./abr. 1995.

BUFREM, Leilah Santiago. **Linhas e tendências metodológicas na produção discente do Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972- 1995). 1996. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

FERNANDES, Geni Chaves; SALDANHA, Gustavo Silva. As contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. **Ponto de Acesso**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 2-31, abr. 2012.

FERREIRA, José Rincon. 25 anos do Programa de Pós-Graduação do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 5-6, jan./abr. 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **A configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT**: estudo de caso: a transferência de conhecimentos científico-tecnológicos na situação de dependência, através do espaço acadêmico disciplinar. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1982.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962. (International Encyclopedia of Unified Science, v. 2, n. 2).

MARTELETO, Regina Maria; SALDANHA, Gustavo Silva. Informação: qual estatuto epistemológico? *In*: MORIGI, Valdir José; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação.** Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 69-90.

PEREIRA-SILVA, Marcus Vinícius. **Regime de informação na pesquisa em saúde**: uma análise da produção e divulgação do conhecimento na Fundação Oswaldo Cruz (2009–2016). 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; BRÄSCHER, Marisa; BURNIER, Sonia. Ciência da Informação: 32 anos (1972–2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 23-75, set./dez. 2005.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Mestre em Ciência da Informação: 25 anos do curso do Ibict/UFRJ. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. O impacto dos cursos do IBICT sobre a atividade profissional dos egressos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 3-12, jul./dez. 1982.

SOUZA, Rosali Fernandez; CARVALHO, Priscila Ramos; RAMOS, Márcio Gonçalves. 50 anos do PPGCI IBICT: análise textual da produção científica com IRAMUTEQ. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 117-141, 2020.

Como citar

PEREIRA-SILVA, Marcus Vinícius; SANCHES NETO, Asy Pepe. Informação e ciência na dissertação de Maria Nélida González de Gómez: aproximações com a história da ciência da informação. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 129-152. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap8.

REGIME DE INFORMAÇÃO E SOCIEDADE DO ALGORITMO: UMA REFLEXÃO

Gustavo Henrique de Araujo Freire

INTRODUÇÃO

O conceito de regime de informação tem sido importante na área da Ciência da Informação, especialmente no contexto das políticas de informação, e também no campo da gestão. A compreensão do ambiente infocomunicacional, torna-se fundamental para a criação e implementação de ações que otimizem e facilitem a geração e comunicação da informação facilitando a criação de novos conhecimentos para a sociedade. Assim, será apresentada uma perspectiva histórica e epistemológica acerca do conceito de Regime de Informação (RI), observando-se contextos e apontando perspectivas para o seu uso. Nesse sentido, o objetivo principal é refletir sobre o uso deste conceito em uma perspectiva teórica/pragmática no contexto da Ciência da Informação, e como a sua utilização pode colaborar na resolução de problemas de informação. Essa reflexão irá seguir uma linha temporal marcada pelo início da ciência moderna até a sociedade contemporânea.

Nesse processo, será apresentada a rede conceitual composta por autores seminais que utilizam o conceito em suas pesquisas. O marco inicial dessa trajetória ocorre a partir do século XV em que condições sociais e econômicas na Europa, tornam possível um novo olhar sobre a informação e também sobre as

novas atividades informacionais que serão fundamentais para o desenvolvimento científico, tecnológico e social. Assim, novas abordagens científicas resultantes do surgimento da ciência moderna, relacionadas à emergência de uma nova tecnologia intelectual, a imprensa, contribuíram para mudança de paradigma em que a centralidade das forças produtivas está na informação e no conhecimento. É importante ressaltar que na história da humanidade a informação sempre foi fundamental, mas a partir dessa época passa a ter uma importância cada vez maior na sociedade.

Esse protagonismo informacional que deriva especialmente do desenvolvimento científico e tecnológico possibilitou o surgimento de uma nova área do conhecimento que será chamada, após a II Guerra Mundial, de Ciência da Informação. O trabalho informacional que vinha sendo desenvolvido desde as bibliotecas do Mundo Antigo, passando pela Biblioteca de Alexandria e pelos mosteiros na Idade Média será não complementado, mas modificado por um novo tipo de informação, a informação científica, que irá demandar novos processos técnicos e novas abordagens teóricas em sua representação, organização e comunicação. Nesse contexto, essas mudanças no campo da ciência e consequentemente no uso e práticas informacionais e a emergência do sistema capitalista irão trazer rupturas nas relações sociais que colaboram para um ambiente em que o regime de informação inicia a sua trajetória até o seu protagonismo na sociedade contemporânea, agora também denominada de sociedade do algoritmo.

A autora Maria Nélida González de Gómez é figura central na construção desse conceito na área de Ciência da Informação, desenvolvendo um diálogo profícuo especialmente na interlocução com as áreas de gestão e política de informação. O uso do conceito de regime de informação em uma perspectiva pragmática-metodológica vem colaborando no campo da Ciência da Informação em pesquisas em que o campo empírico pode ser melhor compreendido através do mapeamento dos elementos que

compõem o regime, sendo especialmente útil no método ciência-ação, em que o pesquisador atua com intenção clara de interferir no campo empírico, ou seja, homologando ou modificando um determinado regime de informação.

Segundo González de Gómez (1999), a sociedade da informação se caracteriza pela hegemonia do regime de informação, ou seja, um momento histórico em que a informação e o conhecimento tornaram-se insumos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico. Assim, atores sociais humanos e não humanos, artefatos sintáticos e semânticos, dispositivos e ações de informação são elementos centrais nessa sociedade. Nesse contexto, o regime de informação encontra hoje, na sociedade do algoritmo, elementos antigos e novos que o fizeram se tornar dominante. A informação, o conhecimento, e a tecnologia continuam como insumos fundamentais para o desenvolvimento de países e organizações, mas ganham um novo componente que está provocando mudanças que ainda não são totalmente compreensíveis e muito menos previsíveis, tais como, o uso intensivo de dados em todos os setores da sociedade, que alimentam o setor produtivo dominado por empresas de tecnologia e plataformas digitais.

A compreensão dessa realidade na perspectiva do regime de informação se torna urgente, necessária e até mesmo um ato político, pois a opacidade e falta de transparência presentes nas atividades infocomunicacionais da sociedade do algoritmo exige a criação e implementação de políticas de informação que revelem o processo efetuado no tratamento dos dados. Se após a II Guerra Mundial, o principal desafio na área de Ciência da Informação era a formação e gerenciamento de estoques de informação para uso pela comunidade científica e pelo setor produtivo, hoje torna-se urgente tanto pela quantidade quanto pelo protagonismo o desenvolvimento de ações de informação voltadas para o controle, representação e uso de dados na sociedade.

Atualmente, é preciso enfrentar problemas complexos relacionados à gestão e uso de dados por um grupo pequeno de

empresas que dominam a sociedade e que impõe o que Yanis Varoufakis (2025) denominou de tecnofeudalismo. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender essa nova configuração social, econômica e política à luz do regime de informação em consonância com a responsabilidade social da Ciência da Informação.

REGIME DE INFORMAÇÃO: HISTÓRIA E CONCEITOS – A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

As atividades humanas relacionadas com armazenagem, organização e comunicação da informação vêm sendo desenvolvidas há mais de cinco mil anos com o surgimento dos primeiros espaços informacionais no Mundo Antigo. Mas, a partir do século XV, eventos ocorridos na Europa, tais como, a emergência de uma metodologia própria para as atividades científicas e consequentemente uma nova abordagem na ciência, aliados ao surgimento da imprensa formaram um ambiente social propício para as sementes de uma nova área do conhecimento voltada para as atividades informacionais, a Ciência da Informação.

Esse contexto começa a transformar a ambiência infocomunicacional impactando o ecossistema informacional desde os tipos de informação, atores, artefatos e formas de comunicação do conhecimento. Esse processo é o início da trajetória de um tipo de organização econômica, social e política que irá possibilitar o protagonismo do regime de informação na sociedade contemporânea.

Etimologicamente, a palavra "regime" deriva do latim *regimen*, que significa a ação de conduzir, comandar, governar ou administrar. Nessa perspectiva, a história apresenta uma variada tipologia de regimes que englobam regimes políticos, econômicos e sociais. O protagonismo do regime de informação na sociedade contemporânea ocorre pela "nova relevância de um fenômeno antigo", Wersig e Nevelling (1975), ou seja, centralidade da informação e do conhecimento na produção de riquezas e no

controle social, sem esquecer a estrutura tecnológica digital na sociedade atual com penetrabilidade em todas as dimensões da sociedade.

Frohmann (1995) foi o primeiro a perceber e nomear esse novo arranjo social que tem na informação o principal insumo para as forças produtivas na sociedade. O autor apresenta esse novo ecossistema informacional denominado regime de informação durante a 23ª Conferência Anual da Associação Canadense de Ciência da Informação no ano de 1995 (Frohmann, 1995, p. 5). Segundo o autor, um regime de informação deve ser compreendido como:

> [...] um sistema ou rede, mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determináveis e de produtores específicos, através de Canais específicos de estruturas organizacionais para consumidores ou usuários específicos (Frohmann, 1995, p. 5-6, tradução nossa).

Os estudos sobre regime de informação continuaram a ser desenvolvidos, em que destacamos, Braman (2004), em uma perspectiva global de poder e tecnologia; e Ekbia e Evans (2009), em uma abordagem não focada em contextos institucionais, mas em questões práticas comuns aos indivíduos. A Ciência da Informação desde a sua emergência global, após a II Guerra Mundial, se caracteriza pelas relações interdisciplinares com variadas áreas do conhecimento. As questões informacionais fazem parte de seu escopo de pesquisa e transitam em duas dimensões principais, quais sejam, uma perspectiva de ciência pura que desenvolve conceitos/teorias e uma abordagem pragmática que possibilita o desenvolvimento de produtos e serviços, especialmente àqueles voltados para a informação (Borko, 1968, p. 3).

Ao analisar o escopo e identidade da Ciência da Informação, González de Gómez (1999) discorre acerca da

abrangência e fronteiras dessa área do conhecimento. Segundo a autora,

> Os estudos da Ciência da Informação trabalham num espaço interdisciplinar, onde se relacionam as diferentes abordagens e olhares disciplinares acerca da informação e seu lugar na polis: o olhar econômico, que estuda as indústrias e os mercados da informação, o olhar administrativo, que se ocupa da gestão de serviços e dos fluxos de informação nas organizações, o olhar técnico-tecnológico, dirigido a modelar e operacionalizar o processamento e as infra-estruturas de informação, o olhar estatístico, que instrumentaliza e constrói um objeto informação como insumo de diagnóstico e leitura de tendências, e um olhar antropológico, que projeta os indivíduos e os coletivos da informação no domínio da cultura e da significação (González de Gómez, 1999, p. 67).

É nesse contexto informacional que a autora desenha o domínio pragmático e epistemológico da temática política de informação, e apresenta conceitos acerca de regime de informação que se complementam e fundamentam essa temática na área da Ciência da Informação, e a relaciona com o conceito de regime de informação. Essa abordagem abriu novas e profícuas perspectivas de pesquisa na área de Ciência da Informação e continua a ser utilizada nos mais variados contextos no campo informacional resultando em estudos teóricos/pragmáticos/metodológicos que se moldam a novos contextos e necessidades informacionais. Nesse sentido, é importante destacar o caráter dinâmico do conceito que abre veredas no grande sertão dos dados na sociedade do algoritmo.

González de Gómez (1999), desenvolveu algumas definições sobre política de informação. Segundo a autora,

> Uma Política de Informação, num sentido amplo, pode ser definida como o conjunto das ações e

> decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explicitas, micro ou macro-políticas (definição I) (González de Gómez, 1999, p. 69).

Ao final deste artigo que fundamenta os estudos sobre política de informação na Ciência da Informação e que os aproxima da ideia de regime informacional é elaborada uma síntese que reforça o aspecto intervencionista de uma política de informação sobre regimes informacionais, seja em uma dimensão macro ou em espaços localizados tais como organizações, bibliotecas, e, na sociedade contemporânea, em espaços infocomunicacionais digitais que produzem, organizam e compartilham informações tais como as plataformas digitais. Assim,

> As políticas de informação homologam ou confrontam o regime de informação vigente numa sociedade. Em síntese, elas podem desenvolver duas grandes linhas de intervenção no contexto social, seja como políticas formalizadas, visando à articulação de atores, projetos e demandas, em planos de integração constituídos por procedimentos representativos, participativos, consultivos e de publicização; ou como micropolíticas, contribuindo à formação de políticas coletivas mediante a articulação dos espaços e as redes de informação (González de Gómez, 1999, p. 87).

Araújo (2018) apresenta um mapa teórico de autores seminais que abordam a aproximação entre os conceitos de regime de informação e as políticas informacionais. Segundo o autor:

> Os problemas relacionados à economia política da informação têm sido estudados, recentemente, a partir do conceito de regime de informação. Tal abordagem baseia-se na noção de "modo de

> produção" de Marx, aplicada ao campo informacional. Um regime de informação designa, assim, um modo informacional dominante em uma sociedade, isto é, quem são os sujeitos, as organizações, as regras, as autoridades, os recursos e as hierarquias que conformam um determinado regime, isto é, determinadas condições de existência de discursos e enunciações (González de Gómez, 2012). Tal ideia vem sendo desenvolvida por Sandra Braman (2004) com a noção de cadeias de produção da informação na análise da circulação da informação em diferentes países e a formulação de políticas públicas no setor. Os autores ligados a essa linha de estudos analisaram principalmente as políticas de informação, mas não apenas em seus aspectos normativos ou operacionais, mas em sua imersão e interrelação com as várias dimensões da vida humana a social, a cultural, a econômica, a política, a regulatória, entre outras (Frohmann, 1995). (Araújo, 2018, p. 61).

A seguir, reproduzimos o Quadro 1, de Cavalcanti, Lacerda e Jesus (2026, p. 16), que elenca abordagens sobre regime de informação.

Quadro 1 – Conceito sobre regime de informação na perspectiva de Frohmann, González de Gomez e Byung-Chul Han

	Bernd Frohmann	**Maria Nélida González de Gómez**	**Byung-Chul Han**
Conceito de regime de informação	Um sistema ou rede estável onde a informação flui por canais determinados, de produtores a consumidores específicos, através de estruturas organizacionais. Considera a interação complexa entre	Um modo de produção informacional dominante em uma sociedade que define sujeitos, instituições, regras, autoridades e os meios preferenciais de informação. Visa evidenciar a tensão entre as	Uma forma de dominação em que informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente os processos sociais, econômicos e

	elementos discursivos e não discursivos.	configurações socioculturais e as estruturas normativas	políticos. Substitui o regime disciplinar do capitalismo industrial

Fonte: Adaptado e simplificado de Cavalcanti, Lacerda e Jesus (2026, p. 16).

Destacamos a abordagem de González de Gómez (2002, p. 34), que acrescenta a gestão como uma temática a ser acrescentada à categoria analítica do regime de informação:

> Optamos por utilizar, nessa direção, o conceito de 'regime de informação, que designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um "regime de informação" constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes socio comunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. (González de Gómez, 2002, p. 34).

Nesse sentido,

> O conceito de "regime de informação" demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação – não preestabelecida – ficaria em observação, permitindo incluir tanto políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e públicas, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis,

> as políticas de comunicação, cultura e informação. (González de Gómez, 2002, p. 35).

Pensar e agir em ecossistemas informacionais na perspectiva do regime de informação seja como categoria teórica, metodológica ou pragmática facilita a compreensão das necessidades informacionais do conjunto de atores humanos e não humanos que compõem determinado regime. Isso permite melhor percepção de gargalos nos fluxos informacionais, aperfeiçoamento de artefatos sintáticos e semânticos (Freire 2021) e a criação e implementação de políticas de informação que possam otimizar e qualificar o ambiente informacional. Esse processo pode ocorrer em nível micro e macro, e nos mais diversos regimes de informação nos mais variados, ou seja, nacional, organizacional em espaços infocomunicacionais físicos ou digitais.

A SOCIEDADE DO ALGORITMO

A sociedade contemporânea tem recebido diversos adjetivos que tentam apreender a dinâmica de suas relações que perpassam as dimensões política, econômica e social. Na área da Ciência da Informação os termos sociedade da informação ou do conhecimento têm sido utilizados por autores para descrever uma sociedade que tem na informação e no conhecimento a base de sua estrutura econômica.

O desenvolvimento humano sempre esteve ancorado na informação e no conhecimento, o que pode ser observado na evolução dos estoques de informação que vem se construindo através dos tempos. Temos como exemplo maior a Biblioteca de Alexandria no Egito Antigo, que não era somente um espaço para armazenagem de informação, mas um espaço que recebia e reunia estudiosos da época, inclusive com o apoio de recursos o que se pode comparar aos centros de pesquisa e universidade atuais. Podemos destacar também os mosteiros na Idade Média que desempenharam um papel fundamental na preservação de informação, especialmente referentes à filosofia.

Castells (2020), quando apresenta a sua proposta para nomear a sociedade contemporânea por ele denominada sociedade em rede utiliza argumentos que remetem em parte a algo que faz parte da evolução humana, a sua constituição em rede, mas agora essas redes humanas são unidas por um elemento novo e que continua provocando grandes mudanças nas atividades humanas em todas as esferas, a tecnologia digital.

Nesse contexto, a maior característica da sociedade contemporânea seria a sua estrutura digital. Essa singularidade trazida pelo ciberespaço trouxe uma mudança radical à sociedade, a qual ainda não temos total compreensão do seu alcance e desdobramentos, pois os valores/qualidades humanos não conseguem acompanhar a rapidez do desenvolvimento de ambiente tecnológico digital, que traz novos desafios, como temos visto com o desenvolvimento das novas plataformas de Inteligência Artificial (IA) que já permeiam todas as atividades humanas, estando presente até mesmo em relações pessoais e atendimento na área de psicologia.

Nesse cenário de mudanças, surge um novo conceito que se propõe a traduzir melhor a sociedade contemporânea, qual seja, a sociedade do algoritmo.

Para alguns autores, a sociedade do algoritmo é um desdobramento da sociedade da informação, em que a utilização de dados, como antes ocorria com a informação ultrapassa a dimensão dos processos relacionados à organização e da gestão. Na sociedade contemporânea, os dados permeiam todas as atividades e se configuram como elementos que fundamentam decisões econômicas, sociais e políticas. Assim, atividades de programação baseadas em Inteligência Artificial representam a nova fronteira que influenciam os processos de recuperação de informações por usuários, as pesquisas científicas, decisões econômicas, relações de trabalho e relações sociais.

A compreensão da sociedade do algoritmo pode ser aproximada da noção de regime de informação proposta por Byung-Chul Han (2022). Para o autor, o regime de informação

constitui uma forma de dominação própria do capitalismo informacional, na qual a informação e seu processamento por algoritmos e sistemas de inteligência artificial tornam a exercer influência decisiva aos processos sociais, econômicos e políticos. Ao passo em que o regime disciplinar do capitalismo industrial, voltado ao controle dos corpos, o regime de informação se baseia no uso de informações e dados para controlar, monitorar e prever comportamentos. Por esta perspectiva, a mediação algorítmica das relações sociais permite compreender a sociedade contemporânea como um ambiente no qual informação, dados e algoritmos influem cotidianamente nas novas configurações de poder (Han, 2022).

Esse processo atualmente em vias de ser dominante é apresentado como algo neutro que visa aumentar a produtividade, facilitar a interconexão e a vida em sociedade. Por outro lado, o processo que envolve a criação e implementação de algoritmos não é transparente e está sob controle de poucas empresas.

Segundo Souza, Sabbag e Achilles (2024, p. 7),

> Os algoritmos, mediadores de relações e construtores da nova realidade – sequestram a fala comum dando lugar ao oligopólio econômico e cultural em rede estruturado pela máquina. Há, portanto, uma substituição do campo semântico consensual nesse processo tecnológico, onde abrem-se caminhos algorítmicos diversos e humanamente incontroláveis, fazendo surgir uma nova realidade separada, com lógica e linguagem próprias.

Esse cenário de pouca diversidade e concorrência é denominado tecnofeudalismo, sendo

> reconhecido por alguns pesquisadores como o sistema econômico atual, com presença notável em grande parte do mundo. Sua origem é atribuída ao ex-ministro das Finanças grego, Yanis Varoufakis. É considerado o sistema que irá

> derrubar o capitalismo; contudo, isso não significa que possa ser estabelecido como um cenário estritamente positivo. [...] Embora a base desse novo sistema seja a tecnologia, que se prevê ser o pilar da sociedade tanto agora quanto no futuro, graças ao seu crescimento constante e às vantagens que oferece à humanidade, a forma como é utilizada é percebida como falha, uma vez que tenta replicar um sistema antigo que explorava os mais vulneráveis. Isso ocorre porque as grandes corporações se apresentam como líderes, ou, para usar um termo historicamente relevante, como "senhores feudais", que estão acima de todos os outros e exercem seu poder para controlar os de posição inferior. Nesse caso, seríamos os consumidores dos serviços oferecidos por essas empresas e, portanto, seríamos considerados "os vassalos que trabalhavam a terra" (Cordero Mata; Bonilla Solano; Fallas Padilla, 2025, p. 1, tradução nossa).

É nesse cenário que fazemos as perguntas que norteiam a nossa reflexão. Como se caracteriza o regime de informação na sociedade do algoritmo e como uma política de informação pode colaborar para tornar os elementos que compõem um regime de informação mais transparentes, inclusivos e democráticos?.

Assim, é importante que se compreenda a configuração do regime de informação na sociedade contemporânea, especialmente no contexto das tecnologias digitais e no uso intensivo de dados que podem interferir e moldar a sociedade como a conhecemos, levando ao invés de desenvolvimento e progresso, atraso social e político através da dominação econômica por poucos agentes de empresas ou grupos políticos.

Nesse sentido, lembramos o contexto em que surgem as primeiras políticas de informação no pós II Guerra lideradas por Estados que visavam diminuir as diferenças entre nações pobres e ricas. O contexto atual exige dos países a criação de políticas informacionais que possam intervir em nível macro em um regime de informação contemporâneo dominado por plataformas digitais,

possibilitando o livre fluxo informacional, a colaboração entre atores e a democratização do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de González de Gómez sobre o conceito de regime de informação foi e continua sendo referência fundamental para os estudos sobre o regime de informação no campo informacional. A autora trouxe uma abordagem na área de Ciência da Informação que abriu possibilidades conectando dimensões teórica e pragmática na compreensão dos variados regimes de informação que compõem a sociedade contemporânea.

A proposta dessa categoria em convergência e diálogo com as temáticas política de informação e gestão da informação cria caminhos para o desenvolvimento de estudos na área de Ciência da Informação que ainda estão para serem desbravados, pois o conceito de regime de informação é dinâmico e ainda não foi totalmente explorado em sua plenitude.

Compreender o regime de informação em sua nova configuração na sociedade contemporânea, que utilizamos a denominação sociedade do algoritmo é fundamental e também um ato política situando-se no escopo e premissa da responsabilidade social da Ciência da Informação.

É fundamental pensar e desenvolver políticas de informação que possam interferir nos variados regimes de informação que compõem a sociedade contemporânea, seja em nível macro ou micro, ou seja, desde países, municípios, organizações, e, especialmente espaços infocomunicacionais digitais como sites. Propostas nacionais que ordenem as relações entre atores, instituições e plataformas de comunicação, como também a organizem os artefatos.

Nesse contexto, o conceito de regime de informação é uma categoria teórica/metodológica e pragmática fundamental e necessária para compreender, intervir e superar os desafios complexos em nos encontramos na sociedade em que os dados

ultrapassaram o espaço da organização e gestão no contexto informacional, para um protagonismo que permeia e domina as dimensões social, política e econômica, tornando-se uma poderosa ferramenta de poder e controle de um grupo de empresas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 47-72, 2018. DOI: https://doi.org/10.33467/conci.v1i1.9341. Acesso em: 10 jul. 2026.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, [*s. l.*], v. 19, n. 1, 1968.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, Sandra (ed.). **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37. Disponível em: https://www.academia.edu/2756202/The_emergent_global_information_policy_regime. Acesso em: 15 maio 2026.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2020. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CAVALCANTI, Marcia Teixeira; LACERDA, Thays; JESUS, Elizabeth Maria Freire de. Aproximando Byung-Chul Han da Ciência da Informação pelo conceito de regime de informação. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 2026. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2237. Acesso em: 31 ago. 2026.

CORDERO MATA, Andrés Esteban; BONILLA SOLANO, Diego; FALLAS PADILLA, Deryan. Del capitalismo al tecno-feudalismo: el control digital y el papel de la inteligencia artificial. **Del Zacate al Papel: hacia una visión crítica de la tecnología**, n. 6, 2025. DOI: https://doi.org/10.18845/dzp.vi6.7920. Acesso em: 18 jun. 2026.

EKBIA, Hamid; EVANS, Tom. Regimes of information: land use, management, and policy. **The Information Society**, [s. *l.*], v. 25, n. 5, p. 328-343, 2009.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araujo. O regime de informação da comunicação científica: uma abordagem. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 175-199, 2021. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p175. Acesso em: 15 jun. 2026.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In*: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Alberta. **Proceedings** [...]. Alberta: Canadian Association for Information Science, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 20 jun. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 57-93, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013. Acesso em: 20 ago. 2024.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

SOUZA, Gabriel Scudeller; SABBAG, Deise Maria Antonio; ACHILLES, Daniele. Governamentalidade algorítmica, sociedade incivil e capitalismo de vigilância: resistência pela produção do comum. **Transinformação**, Campinas, v. 36, e249291, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/2318-0889202436e249291. Acesso em: 10 jul. 2026.

VAROUFAKIS, Yanis. **Tecnofeudalismo**: o que matou o capitalismo. São Paulo: Editora Planeta, 2025.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, [*s. l.*], v. 9, n. 4, p. 127-140, dez. 1975.

Como citar

FREIRE, Gustavo Henrique de Araujo. Regime de informação e sociedade do algoritmo: uma reflexão. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 153-168. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap9.

SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO GLOSSÁRIO FILOSÓFICO-INFORMACIONAL MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Lourdes Maria dos Santos
Gustavo Silva Saldanha

INTRODUÇÃO

No Brasil, o percurso de construção da pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) a partir da atuação direta de bibliotecárias como Lydia Queiroz Sambaquy e Janice Monte-Mor no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), posteriormente Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), foi acompanhado por um processo histórico de reflexão teórica e metodológica, que ganhará seu aprofundamento quanti e qualitativo a partir dos anos 1990, com a multiplicação de pesquisas sob orientação dos cursos de mestrado e de doutorado. Destaca-se, aqui, uma das ênfases, original e de profunda relevância para o Brasil: o foco nos estudos históricos e epistemológicos em Ciência da Informação desenvolvidos a partir do Ibict.

A última década do século XX será marcada no campo pela intensificação do debate histórico-epistemológico. No período, sobressaem, no Instituto e em sua pós-graduação, por exemplo, os estudos de pesquisadoras como Gilda Braga, Gilda Olinto, Isa Freire, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Maria Nélida González de Gómez e Regina Maria Marteleto dentre outras, que atuarão diretamente na elaboração das abordagens histórico-teórico-metodológicas.

Apesar desse desenvolvimento, o campo, já ali com uma vasta teorização sobre as fontes de referência especializadas e a organização do conhecimento, pouco se dedicou a uma discussão sobre a dinâmica de tratamento dos dados de seus próprios construtos epistemológicos. Em outras palavras, da classificação conceitual de sua metarreflexão com foco na filosofia e na epistemologia em BCI até sua sistematização, com foco direto na produção ou reconstrução conceitual, poucos estudos foram manifestados. No Brasil, apesar das tentativas desenvolvimento de instrumentos como dicionários e tesauros, não ocorreu, pois, no plano estritamente epistemológico, nos anos 1990, uma preocupação com a ordenação dos conceitos ligados à fundamentação de uma teoria do conhecimento biblioteconômico-informacional.

Iluminando essa problemática, o presente estudo identificou na filósofa e epistemóloga Maria Nélida González de Gómez (1982, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 2000, 2001, 2002, 2006, 2008, 2009) uma das mais produtivas ações do pensamento no campo biblioteconômico-informacional no cenário conceitual, seja no diálogo com as teorias e as aplicações até ali tecidas, seja com distintas abordagens filosóficas clássicas e modernas, discutidas e reapropriadas até os dias atuais pela teórica nascida na Argentina e com sua trajetória acadêmico-científica construídas em território brasileiro. A pesquisa e os resultados aqui apresentados, integram a dissertação de mestrado defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação do professor Gustavo Silva Saldanha (Santos, 2017).

Em 1982, a pesquisadora González de Gómez, formada em Filosofia pela Universidade Nacional de Rosário, concluiu o mestrado em Ciência da Informação com a temática voltada a reflexão sobre as bases teóricas do campo em intensa movimentação. Posteriormente, já no Brasil, tornou-se pesquisadora do Ibict, concluindo seu doutorado em 1992. Ao longo de mais de 30 (trinta) anos, a pesquisadora desenvolveu uma extensa produção bibliográfica que se encontra em livros, artigos, comunicações completas e resumos publicados em eventos. Destaca-se, nesta produção, a profunda reflexão filosófica, a compreensão da formação histórica das ideias e das subdisciplinas da BCI, a constituição e a transformação de seus conceitos, a configuração epistemológica do campo e a observação das políticas de informação sob as lentes do campo biblioteconômico-informacional.

O pensamento de González de Gómez se apresenta, pois, de um lado, como um (ainda que não o único) modelo para reconhecermos no contexto nacional a problemática da produção e da dispersão conceitual no plano epistemológico do campo, e, de outro, coloca-se como potencial e vasto universo que possibilita amostras para experimentos em fontes de referência especializadas e organização do conhecimento com vistas ao acesso e ao aprofundamento do debate epistemológico biblioteconômico-informacional, como o caso dos glossários especializados, especificamente aqueles oriundos dos contextos histórico e teórico do campo.

Diante de tal elaboração conceitual e dos dilemas epistemológicos do campo no contexto de sua organização, o seguinte problema de pesquisa se apresentou desde o início do estudo: como podemos ampliar as potencialidades de organização e de acesso à produção epistemológica em BCI? Identificou-se que, através da discussão teórico-metodológica no contexto das fontes especializadas e da teoria terminológica, com vistas à criação e à

aplicação de uma ficha de representação do conceito, seria possível estabelecer subsídios para a elaboração de um glossário a partir dos construtos conceituais já manifestados no campo; logo, tal experimento viria se constituir como (parte da) solução para esse problema. Os conceitos se tornariam assim os "pontos de acesso" da construção do pensamento epistemológico e permitiriam conhecer e integrar uma bibliografia teórica em BCI.

A proposta estrutural dos passos do estudo, desta maneira, foi extrair os conceitos elaborados e/ou apropriados por González de Gómez; apresentar as margens de definição e as combinações lógicas e ontológicas, segundo Dahlberg (1978a, 1978b); relacionar as remissivas segundo Cesarino e Pinho (1978). O foco empírico do estudo está, assim, na elaboração do experimento de um glossário experimental, instrumento que se baseia na conjunção dos estudos de Fontes de Referência Especializadas e da Terminologia. Especificamente, interessa-nos aqui os modos teórico-aplicados de subsidiar a constituição de um glossário filosófico. Esse tipo de ferramenta tem como fim tornar conhecido, divulgar e sistematizar um determinado conhecimento. Como uma fonte de referência especializada, o glossário apresenta os conceitos e reconhece os elementos que fazem parte daquele saber. Para um sistema de informação, o glossário se torna um instrumento de apoio na elaboração de tesauros e uma ferramenta bibliográfica de representação para recuperação da informação, o que coloca o estudo presente e seu produto na fronteira entre fontes especializadas, organização do conhecimento, terminologia e epistemologia.

Dada a contextualização do objeto de estudo, a pesquisa teve o seguinte objetivo geral, a saber, construir subsídios teórico-aplicados para a elaboração de um glossário especializado no contexto da epistemologia biblioteconômico-informacional. Como objetivos específicos: a) identificar os conceitos criados e/ou apropriados por Maria Nélida González de Gómez; b) sistematizar os conceitos apresentados nos artigos da pesquisadora; c) discutir a abordagem teórica sobre obras de

referência e sua relação com os estudos terminológicos; d) aplicar as abordagens teórico-metodológicas na elaboração de uma ficha de identificação de conceito; e) realizar o experimento de apropriação da ficha de identificação de conceito a partir da produção conceitual em BCI (Santos, 2017).

Os principais referenciais teóricos adotados neste trabalho foram os estudos desenvolvidos por Lydia Queiroz Sambaquy (1957), Lena Vania Ribeiro Pinheiro (1995, 2000), além de sua produção junto de José Mauro Matheus Loureiro (Pinheiro, Loureiro, 1995) e Nanci Oddone (2004), que fundamentam a construção inicial da pós-graduação em BCI no Brasil e a busca pela formação da base teórica do campo. Os estudos teóricos sobre fontes especializadas de referência foram abordados na pesquisa a partir de Eduardo Wense Dias (2000), ao lado de Claire Guichat e Michael Menou (1994). A teorização sobre os dicionários especializados e glossários filosóficos foi apresentada através das revisões e das definições de Paul Otlet (1934), junto de Bernadete Campello e Paulo da Terra Caldeira (2008).

O uso da terminologia seguiu o percurso de interpretação do pensamento de Maria Luiza de Almeida Campos (2001) e Hagar Espanha Gomes [199?] que, juntas, apresentam Eugen Wüster e a Teoria Geral da Terminologia. Para a compreensão crítica da teoria terminológica, Alain Rey (1979), Maria das Graças Krieger e Maria José Borcony Finatto (Krieger; Finatto, 2015) também são adotados. Ingetraut Dahlberg (1978a, 1978b), por sua vez, é apropriada no debate sobre a construção da Teoria do Conceito (TC) e sua aplicação nas fontes de referência especializada e na organização do conhecimento. A adoção da TC se dá aqui na procura pela relação direta entre o objeto de estudo da pesquisa, o método e a proposta empírica.

MARCO TEÓRICO

Para reconhecer o cenário de construção de um pensamento e o contexto teórico de manifestação dos conceitos

oriundos da trajetória das ideias, o referencial que estrutura o delineamento do objeto de estudo foi dividido em quatro dimensões complementares. O foco esteve em aproximar as relações entre o pensamento de González de Gómez e as abordagens teóricas que permitem o reconhecimento de seus conceitos, a saber, os estudos sobre fontes de referência especializadas e a teoria terminológica.

Dessa maneira, as quatro dimensões abaixo foram trabalhadas:

- o Ibict e a formação da pós-graduação no Brasil;
- a descrição biobibliográfica de e sobre Maria Nélida González de Gómez;
- os estudos teóricos sobre fontes de referência especializadas;
- o uso da terminologia na construção de obras de referência, com foco nos glossários filosófico-conceituais.

SOBRE IBBD-IBICT E A FORMAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO INSTITUCIONAL ONDE SE CONSTITUIRÁ O PENSAMENTO DE GONZÁLEZ DE GÓMEZ PARA O CAMPO BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAL DESDE O BRASIL

A trajetória das instituições dedicadas à organização do conhecimento no contexto do pensamento brasileiro, em suas mais diferentes áreas científicas, demarca uma relação direta com o presente objeto de estudo. Desde a origem de tais organizações, compreende-se que instrumentos como glossários estão diretamente ligados a um discurso de ordenação e de acesso aos saberes de um dado domínio.

Nesse horizonte, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) nasce em 1954 com o intuito de apoiar o

desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Como diz Lydia Queiroz Sambaquy,

> Devido à dispersão e ao desamparo do trabalho intelectual em nosso País, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação reúne as funções próprias dos centros de documentação especializados e aquelas peculiares ao centros bibliográficos gerais, a fim de tornar mais fácil, não somente os trabalhos das instituições científicas, técnicas, industriais, mas, ainda, o aperfeiçoamento dos trabalhos biblioteconômicos e bibliográficos, que são de interesse básico para o desenvolvimento, no Brasil, da pesquisa científica e da educação superior. (Sambaquy, 1957, p. 4).

Lydia trouxe, em sua bagagem teórica, os estudos de Paul Otlet (em que encontramos uma das mais profundas produções de sínteses conceituais no campo biblioteconômico-informacional) com relação à Bibliografia e à Documentação, o que a fez pensar em criar o IBBD com o objetivo futuro de criar a estrutura inicial de uma biblioteca nacional de ciência e tecnologia no país. Como apontam Pinheiro e Loureiro (1995, p. 11),

> O Instituto (IBBD), criado em 1954, já oferecia, desde 1955, um curso de pesquisas bibliográficas em ciências médicas e em ciências agrícolas, depois Curso de Documentação Científica, hoje Curso de Especialização em Documentação e Informação, mantendo a mesma sigla.

Do ponto de vista nacional, o Brasil, em 1964, sofreu o golpe militar e a população teve os direitos políticos suspensos. Em "virtude das novas construções teóricas que começam a ser utilizadas no contexto, parece difícil enfrentar a estruturação de um órgão como o IBBD apenas na posse de conceitos biblioteconômicos." (Odonne, 2004, p. 113). O fato é confirmado por Pinheiro (2000) no artigo "Infraestrutura da pesquisa em Ciência da informação no Brasil".

> As razões do estabelecimento de uma política científica pertencem a cinco categorias, assim estabelecidas por Freeman (1968) a) militares b) prestígio, c) econômicas d) sociais e) de progresso da ciência pela própria ciência, os puramente científicos. (Pinheiro, 2000, p. 4).

Em 1965, Lydia deixou a presidência do IBBD a cargo das bibliotecárias Célia Zaher e Hagar Espanha Gomes. Em 1970, o IBBD cria o Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação que prossegue juntamente com os cursos de documentação cientifica até a década de 80. Esse processo histórico é um marco para o início de uma reflexão teórica e a produção direta de conceitos orientados para o pensamento biblioteconômico-informacional.

Pinheiro (1995) aponta as fases dos estudos teóricos da área e diz a fase entre 1970 e 1989 é a delimitação do terreno epistemológico: princípios, metodologias e teorias próprios e influência das novas tecnologias. Portanto, percebe-se que a pesquisadora, reincidentemente, afirma que o campo precisava construir a sua própria epistemologia.

Ao longo da década de 70 e início da década de 80, o PPGCI Ibict UFRJ apresentava como linhas de pesquisa "Planejamento de sistemas" e "Processamento técnico da informação". As disciplinas "Catalogação avançada" e "Técnicas de indexação e resumo" foram excluídas ao longo dos anos. Já a disciplina "organização e serviços de informação" passou a ser intitulada "Organização de sistemas de informação". O escopo epistemológico, dessa maneira, até ali, não estava evidenciado formalmente, ainda que as teorias e os conceitos estivessem em debate, ou seja, a existência de uma produção reflexiva já se instaurava na pesquisa nacional.

Em 1976, ocorreu uma mudança nas linhas de pesquisa do mestrado. As novas configurações eram: "Usuários, administração de sistema de informação" e "Transferência de informação". Ocorreu, no mesmo ano, a alteração de nome do órgão para

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). (Pinheiro; Loureiro, 1995). O foco da alteração demarcava um horizonte orientado de subsídios de dados científicos para o desenvolvimento industrial do estado. Em 1980, com a mudança do órgão para Brasília, ocorre a permanência do PPGCI no Rio de Janeiro, mantendo-se o convênio com a UFRJ.

É nesse contexto histórico-teórico de mutações organizacionais que Maria Nélida González de Gómez conclui, em 1982, o mestrado em Ciência da Informação no Ibict, na gestão sob o acordo de cooperação com a UFRJ, com a dissertação "A configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: estudo de caso." Os temas centrais da dissertação tratavam da organização e produção do conhecimento nos cursos oferecidos pelo próprio órgão. A dissertação foi orientada por Ana Maria Marques Cintra, doutora em Linguística e pesquisadora no ensino da língua portuguesa. Percebe-se, desde o seu primeiro trabalho científico no campo, a preocupação de González de Gómez com a questão epistemológica e a produção de conceitos em BCI. Em 1992, portanto, dez anos depois, González de Gómez concluiu o Doutorado em Comunicação, no contexto do mesmo acordo de cooperação Ibict – UFRJ, com a tese "Informação, inovação e democratização: a transferência de conhecimento e o movimento associativo". A tese foi orientada por Aldo Barreto, doutor em Ciência da Informação e pesquisador no domínio do conhecimento e inovação do próprio Ibict.

NARRATIVA BIOBIBLIOGRÁFICA E INSTITUCIONAL SOBRE E DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Do foco na perspectiva histórica institucional, passamos ao plano do sujeito, ao olhar direto sobre a trajetória da pesquisadora e seus destinos até a apropriação e construção de conceitos no escopo epistemológico do campo. Esse percurso leva González de Gómez da graduação em Filosofia na Argentina à liderança no discurso epistemológico em BCI no território brasileiro.

González de Gómez se forma, em 1968, em Filosofia pela Universidade Nacional de Rosário. Nesta universidade, a pesquisadora ministra aulas de filosofia até o ano de 1978. Posteriormente, transferiu-se para a Universidade Estadual de Porto Rico e concedeu aulas na área de Filosofia e História da Cultura. Ao retornar à Argentina, González de Gómez voltou a lecionar filosofia e realizou em paralelo a avaliação de um projeto em educação. Este projeto, com os professores da Província de Santa Fé, fez com que a pesquisadora iniciasse os percursos e usos para entender a linguagem na vida cotidiana. Essa reflexão marca sua produção teórica em sua transferência para o Brasil e na continuidade de suas pesquisas no IBICT (González de Gómez, 2012).

O desenvolvimento da autonomia do programa de pós-graduação em Ciência da Informação do Ibict teve a contribuição direta de González de Gómez. Sua já mencionada dissertação de mestrado, apresentada em 1982, divulgou um estudo de caso com os principais temas de interesse dos professores de Biblioteconomia, ou seja, docentes do curso de especialização em Documentação e Informação. Os resultados obtidos foram centrais para a remodelação do curso de mestrado. Além disso, após a pesquisa, a partir de 1983, González de Gómez passou a integrar o quadro de pesquisadores do Ibict.

Em paralelo à transferência de Nélida para o Brasil e sua integração ao PPGCI Ibict UFRJ, observa-se, no período (anos 1980), a consolidação da pesquisa no campo no contexto nacional. Nessa década, surge o doutorado no campo, a partir da Universidade de São Paulo (USP), e é criada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, a ANCIB, em 1989.

A década seguinte é reconhecida, pois, pelo rápido crescimento e multiplicação dos programas de pós-graduação, bem como do aprofundamento da produção conceitual e dos questionamentos epistemológicos do campo. É nesse contexto, como antevisto, que a pesquisadora concluirá seu doutorado, ação

que estabelece objetivamente um contínuo histórico nos trilhos desse desenvolvimento epistemológico do campo, o que gerará o desenvolvimento de grupos e linhas de pesquisa, com atuação direta de Nélida do Ibict para o cenário nacional. São exemplos o nascimento do grupo de pesquisa "Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade da Ciência da Informação", de Nélida e Lena Vania Ribeiro Pinheiro, e o surgimento do grupo de trabalho 1 da ANCIB, chamado "Estudos históricos e epistemológicos em Ciência da Informação", também projetado por ambas as pesquisadoras do Instituto.

No contexto da pesquisa (Santos, 2017), González de Gómez apresentava-se como única bolsista de produtividade em pesquisa 1A do CNPq na área da Ciência da Informação no Brasil, professora visitante sênior da Universidade Federal Fluminense, onde atuava no Programa de Pós-Graduação da Ciência da Informação PPGCI UFF, além de permanecer como professora colaboradora, o corpo de docentes do PPGCI Ibict UFRJ.

DAS FONTES DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADAS AOS GLOSSÁRIOS: A CAMINHO DE UM MODO DE OBSERVAR A PRODUÇÃO CONCEITUAL EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dias (2000) as fontes de referência promovem um tipo de resposta específica a uma consulta realizada. Existem, pois, diferentes tipos de fontes de referência com distintos recortes temáticos, sistematizados segundo uma estrutura própria. O objetivo da fonte referência é responder uma pergunta/consulta delineada em um dado domínio. Não são obras para leitura integral e, sim, leitura sistemática. O pesquisador ainda relata que na literatura corrente sobre fontes de informação o conceito "obras de referência" é abordado como equivalentes a "fontes de referência". Os termos *reference work* e *reference source* são os conceitos de uso corrente da comunidade científica internacional para identificar o domínio.

No plano histórico, Campello e Caldeira (2008) relatam que a concepção dos dicionários nasceu entre os monges copistas, em razão da dificuldade de compreender palavras em latim. Os monges registravam o que compreendiam sobre os textos nas margens dos manuscritos. Estas explicações, as "glossas", passam a ser instituídas para apoiar a tradução das palavras. Este fato, na Idade Média, gerou uma lista de palavras, ou *glossae collectae*, que dá origem ao dicionário bilíngue.

Guichat e Menou (1994) abordam as fontes de referência como as primeiras obras consultadas para norteamento da pesquisa. A intenção de tais instrumentos é organizar de forma sistemática o conhecimento sobre a consulta realizada.

Dias (2000) esclarece que

> Alguns glossários e terminologias, dependendo da extensão e nível do tratamento dos verbetes, podem funcionar como dicionários temáticos. Os dicionários temáticos não contêm breves explicações mas vão além da definição e possuem dados como informações biográficas e históricas. Alguns dicionários temáticos vão além de fornecer simples verbetes e vão além de um dicionário e se assemelham a uma enciclopédia apresentando longas explicações para os verbetes são os dicionários enciclopédicos. (Dias, 2000, p. 202-203).

Para Guichat e Menou (1994) há variadas fontes de referência, sendo que os glossários ou obras de terminologia são classificados no grupo de fontes de referências especializadas. Os dicionários ordenam e explicam alfabeticamente um conjunto de palavras de uma mesma língua ou de diferentes línguas. Já os glossários ou obras de terminologia ficam na função de esclarecer e divulgar termos comuns a comunidades cientificas ou não. Em Otlet (1934, p. 141) sobre dicionários, léxicos, vocabulários e glossários, o pesquisador relaciona todas as formas como variações de dicionários. De maneira concisa e genérica, o documentalista

belga define o glossário "como um dicionário onde se explica palavras menos conhecidas."

O surgimento dos glossários filosóficos se dá através dos dicionários temáticos. Como visto, o glossário, desde a sua origem, tem como objetivo esclarecer o significado dos conceitos em um domínio pré-definido. Do mesmo modo, seu nascimento está diretamente relacionado ao universo lexical e aos problemas terminológicos (entre idiomas distintos e, posterirormente, entre línguas de especialidade diferentes).

Constata-se que, na estrutura de ordenamento de verbetes de um dicionário surge, a definição acerca da temática para a construção das fontes de referência especializadas orientadas para o domínio filosófico, como dicionários especializados, glossários, vocabulários, léxicos filosóficos e/ou de obras filosóficas e/ou (ainda) de filósofos. Através da abordagem terminológica, podemos, pois, compreender e estabelecer parâmetros teórico-metodológicos para a compreensão destas formas artefactuais de fontes de referência especializadas.

O USO DA TERMINOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE REFERÊNCIA: A CAMINHO DE UM MÉTODO

A terminologia é um amplo domínio de investigação da linguagem especializada. Sua abrangência perpassa a terminologia estritamente linguística (teorização desenvolvida pontualmente "dentro" da ciência Linguística) e a terminologia bibliográfica (ou documentária), no contexto da organização do conhecimento, fruto do desenvolvimento do plano epistemológico em BCI. Ambas as abordagens terminológicas – linguística e documentária – estudam as palavras e seus sentidos. A diferença estrutural (ainda que não mutuamente exclusiva) entre ambas está na relação do referente e da definição.

> Para a TGT, trabalho terminológico inicia com o conceito que possui uma unidade de denominação

> que é o que é o termo. Um termo designa um conceito. A unificação de conceitos e termos, caracteriza a Terminologia como sendo de natureza prescritiva. Porém, a esfera do é diferente daquela do conceito. O conceito é o significado do termo. Para a Lexicografia, a unidade do trabalho é a palavra, que pode possuir conotações. Na TGT, o conceito pertence, sempre a língua especializada. (Campos, 2001, p. 66).

A terminologia, diferente da Lexicografia, "trabalha no âmbito da língua artificial aqui entendida como aquela que se configura dentro de um determinado grupo de especialistas" e, por conseguinte, visa "permitir uma relação unívoca entre conceito e a denominação e se limita a situações bem definidas e não pode ser generalizada." (Campos, 2001, p. 66-67).

A Teoria Geral da Terminologia (TGT) foi criada por Eugen Wüster, no início do século XX, e é considerada o marco teórico da terminologia. Wüster, engenheiro austríaco, desenvolve a terminologia da eletrotécnica, na década de 30, e seu propósito é construir um vocabulário com termos técnicos para fortalecer a comunicação do vocabulário próprio e comum usado entre os engenheiros (Campos, 2001).

Nesta mesma época, com a teoria, a Escola de Viena, na qual Wüster fazia parte, a Academia de Ciências da Rússia dos terminológos Drezen e Lotte e Professor Caplygin, mais a Escola de Praga, representada por Benes, Mathesius, Vachcek e Trubetzkoy muito contribuíram pela disseminação da TGT. As academias científicas entendem que o estudo terminológico é fundamental para o desenvolvimento da ciência (Campos, 2001).

A teoria se propõe sistematizar o conceito e suas relações entre conceitos. Na proposta de Wüster, no discurso de Gomes:

> Pode-se pensar que a Terminologia seja um ramo da Lingüística, porque se ocupa de termos e termos são unidades lexicais. Nada mais falso. Segundo a Teoria Geral da Terminologia, a atividade terminológica trata de conceitos e sua

> sistematização; ela tem início no conceito e termina no termo. E termo é uma palavra ou um grupo de palavras que designa um conceito, guardando com ele uma relação unívoca. Ela incorpora, sobretudo, a realidade extralinguística. Seu objeto não é a língua, mas o conceito. Somente após este estar bem estabelecido, com seu conteúdo identificado, é que vamos nos ocupar do termo que o designa. Segundo a TGT, existe uma relação direta entre o termo e o referente, e esta relação se dá via conceito. [...]. Para Wüster os conceitos se relacionam lógica e ontologicamente. As relações lógicas se dão por abstração. As relações ontológicas são aquelas que se referem ao objeto numa realidade empírica: sua relação com outros no tempo ou no espaço. São relações lógicas as relações de superordenação/subordinação - ou genérico-específicas; as relações ontológicas englobam as relações partitivas e as relações seqüenciais (contigüidade no espaço ou no tempo). Neste aspecto, a TGT oferece bases mais seguras para o estabelecimento das chamadas relações não-hierárquicas (associativas) nos tesauros. (Gomes, 199?, n.p.).

As contribuições de Wüster trazem para os estudos terminológicos a relação entre o objeto e as partes advinda do conhecimento adquirido pela simples observação de objetos e processos, sem que se tenha necessariamente, a comprovação cientifica sobre o que foi observado.

Na visão de Alain Rey (1979), francês, linguista e terminólogo, em sua obra, *Le terminologie: noms et notions*, a feitura do pensamento terminológico se deu mediante a

> Construção do conceito de nomenclatura e a concepção do conceito terminologia. O termo e sua nomenclatura ou descrição advém da Platão que refletia sobre o problema de denominar os objetos do mundo. Outro momento importante foi o surgimento da palavra nomenclatura, do

> latim "nomen" (nome) e "calare" (a chamar) que no sec. XVI, na França, foi um termo incorporado ao sentido de glossário, ou lista de nomes. O que gerava confusão com o termo dicionário que era mais adotado na Inglaterra, que em latim "dictio" significa falar. Em 1615, os ingleses criaram a expressão "tratado relativo as artes", no sentido do latim, tekné (técnica, objeto para uso) e incluíram o termo no Dictionnaire L'abbey Prevost em 1750. A intenção era reivindicar a criação do sentido do glossário. A França rejeitou o termo, pois acreditava ser um discurso especializado sobre regras e era necessário definir as palavras que fundamentassem este discurso. (Rey, 1979, p. 3-4, tradução nossa).

A noção "terminologia" surge pela primeira vez no *Dictionnaire universel d'Antoine Furetière*, de 1690. Este dicionário trazia como definição para "terminologia" a dimensão do valor em se criar normas técnico-científicas sob uma visão "extra linguística e universal". Este breve histórico apresentado por Rey (1979) demonstra, mais uma vez, a estreita relação dos primeiros estudos terminológicos e estudos de fontes de informação especializadas.

Como suplemento fundamental para a apresentação e a relação entre os termos, no século XIX, Charles Ammi Cutter apresentava as regras que demonstravam as relações lógicas por aproximação chamadas de remissivas "ver" e "ver também" utilizadas na construção do catálogo alfabético de assunto e hoje, amplamente usadas em tesauros e em ficha de conceitos para construção de fonte de referência especializada (Cesarino; Pinto, 1978).

No desenvolvimento das pesquisas científicas no campo terminológico linguístico, percebe-se o surgimento, entre a criação da teoria, dos nos 30 até a década de 70, de críticas ao viés estritamente terminológico, apontando para os seus limites. Rey (1979) enfatiza que

> Os estudos terminográficos, ao aplicar a TGT de Wüster se torna a aplicação terminológica distinta, incerta e arcaica. Distinta por utilizar de pressupostos divergentes existentes na linguística, na lexicografia, na nomenclatura e taxonomia, na análise documentária, na tradução. Cada um destes campos disciplinares influenciam a concepção da teoria terminológica. As escolas científicas se baseiam em pressupostos incertos, o que faz com que a aplicação da terminologia seja efetuada de formas diferentes e conclui que a teoria é arcaica, pois é baseada nos pressupostos divergentes oriundos da metafísica de Aristóteles, do platonismo, do racionalismo mecânico de Descartes e do pragmatismo anglo-saxônico do Século 17 e 18 que nunca não foram criticados. A teoria faz uma diferença entre a denominação e o termo é frequentemente entre uma dicotomia entre o pensamento e a linguagem. Dentro desta percepção as teorias que são mais utilizadas pela TGT formam uma construção intelectual idealista e pouco dialética. A simples observação das ambiguidades aqui mencionadas precisam ser integradas à Lógica. Rey concluiu que a filosofia da linguagem e a epistemologia a partir de filósofo Cassirer poderiam fazer algumas pontes com o neo-Kantinismo e a história das ciências. Assim, propõe um caminho para a distinção da terminologia da linguística. (Rey, 1979, p. 16-19).

A teoria é fortalecida e justifica o uso no âmbito da BCI quando, na década de 80, ocorre o Colóquio Internacional de Terminologia com o objetivo de resolver questionamento acerca de regras da definição e da sinonímia de conceitos e é neste evento que Dahlberg apresenta a Teoria do Conceito.

> O Groupe Interdisciplinaire de Recherche Scientifique et Appliquée em Terminologie (GIRSTERM), no Canadá, realiza um Colóquio Internacional de Terminologia sob o tema "Problemas da definição e da sinonímia em

> terminologia, com objetivo de discutir especificidades da definição em terminologia, como por exemplo: o que definir, por que definir a sinonímia dos termos versus a sinonímia das palavras – questões que se apresentam no cotidiano dos terminológos no exercício do trabalho. (Campos, 2001, p. 83).

Dahlberg (1978a, 1978b) construiu a teoria do conceito a partir da visão da formação do conceito oriunda da psicologia que define que os processos cognitivos são oriundos das experiências obtidas durante a vida. Os processos cognitivos gerados a partir destas experiências estruturam a mente e consequentemente o conhecimento sobre o mundo. Dahlberg crê que a formação do conceito científico se dá através dos processos cognitivos desenvolvidos e suportados pelo uso da linguagem. Portanto, a formação do conceito ocorre a partir da atribuição de afirmações verdadeiras as características do objeto ou referente. Estas características determinam o termo (definem uma forma verbal). Até a apresentação desta teoria era feita apenas a ligação do referente (objeto) ao termo (forma verbal). Esta dupla relação não estabelecia um caráter científico à TGT, pois se institui uma relação do ponto de vista do plano verbal (entre o objeto e a forma verbal) ou simplesmente dita como definição nominal.

Campos (2001, p. 20) aponta que desta forma, Dahlberg, através da TC," estabelece relações não mais entre uma teoria e um instrumento" conforme apresentado por Wüester, e sim, com a Teoria da Classificação facetada desenvolvida por Ranganathan. A teoria contém postulados que ajudam a definir o termo e suas relações para as tabelas de classificação como para os tesauros.

Na teoria de Dahlberg são diferenciados os conceitos individuais e dos conceitos gerais. O objeto, quando concebido como único dentre outros objetos e não necessita de uma forma de tempo ou espaço, é classificado como conceito individual. Já os conceitos gerais precisam da forma de tempo e espaço para compor o objeto. É possível, a partir da categorização formal dos

conceitos, combinar categorias e assim formar conceitos simples e compostos. As categorias são: objetos, fenômenos, processos, propriedades, relações, dimensão que possibilitam inúmeras combinações.

Todo conceito ou ideia tem uma demarcação ou limitação para se dizer do que se trata o conceito, pois ao objeto de um conceito é atribuído por intensão um conjunto de características ou atributos para formar o termo. Como o termo é o próprio conceito, estes atributos são os elementos diferenciais deste conceito para os demais conceitos. A definição diz o que é o conceito. Os conceitos individuais são os conceitos diferenciados dos conceitos gerais por portar na locução verbal, atributos de tempo e espaço. As características, atributos ou qualidades são ampliadas de acordo com a visão de mundo de cada indivíduo, o que gera a criação de novos conceitos. Ao criar novos conceitos é necessário rever os termos sinônimos para conceitos diferentes.

Para Dahlberg (1978b) a definição é uma espécie de

> explanação do sentido de uma palavra; outros, a simples descrição de um objeto; outros têm a tendência de restringir o conceito de definição aos processos contidos nos sistemas axiomáticos da matemática e da lógica. As definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos. A importância das definições evidencia-se também quando se tem em vista a comunicação internacional do conhecimento. E pelo domínio perfeito das estruturas dos conceitos que será possível obter também perfeita equivalência verbal. (Dahlberg, 1978b, p. 6).

Dahlberg (1978b, p. 7) afirma que

> podemos então definir a definição da seguinte maneira: definição — df delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito (conteúdo do conceito = intensão, ou conjunto de características ou

> atributos). A delimitação não exclui a fixação ou vice-versa e ambas se exigem mutuamente. [..] Só os conceitos gerais propriamente necessitam de definições. Só eles necessitam ser bem distinguidos dos demais conceitos a fim de que apareça com clareza a quais objetos se referem. Os conceitos individuais têm os próprios objetos bem determinados em virtude da presença das formas do tempo e do espaço. (Dahlberg, 1978b, p. 7).

As contribuições de Gomes (199?), Campos (2001), Rey (1979), Cesarino e Pinto (1978) e Dahlberg (1978a, 1978b) reúnem aqui olhares e intepretações sobre a terminologia e as fontes de referência especializadas com o intuito de refletir sobre a teoria terminológica para apresentar os subsídios para a construção de um glossário filosófico.

PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS

Como um estudo exploratório, com vistas à definição de um potencial instrumento para uso no plano do reconhecimento de conceitos na epistemologia biblioteconômico-informacional, o estudo percorreu, como vislumbrado até aqui, o reconhecimento de um conjunto de ideias a partir de seu contexto de manifestação.

Para a definição do *corpus*, buscou-se compreender a fase inicial da maturidade do pensamento de González de Gómez, reconhecida aqui no período pós-conclusão da tese de doutorado, nos anos 1990. O critério de seleção da amostra esteve relacionado aos primeiros artigos científicos publicados pela pesquisadora no início de sua trajetória como doutora. Tal critério foi baseado na assertiva de que, ali, tanto o contexto (o desenvolvimento histórico do IBBD-Ibict, bem como do campo biblioteconômico-informacional no país) como a pesquisadora experimentavam um processo de maturidade da pesquisa e da produção-circulação de ideias, projetando diretamente o percurso de construção de uma epistemologia em BCI, ou seja, de sua autorreflexividade.

Nesse sentido, no plano geral da pesquisa, para a demonstração do *corpus*, foram apresentados oito conceitos oriundos de quatro artigos de González de Gómez no início dos anos 1990, a saber, "A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas", publicado na Revista Ciência da Informação, em 1993; "Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação", publicada na Revista do Serviço Público, em 1994; *America Latina y Los Espejos de La Información*, publicada na Revista Ciencias de la Información, em 1994 e "Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas?", publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília, em 1995.

DA CONSTRUÇÃO DA COLETA DE DADOS

A partir da operacionalização do marco teórico da pesquisa, os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos em três etapas, sendo as duas primeiras preliminares, com foco na compreensão teórico-empírica do objeto de estudo; a terceira, com foco na elaboração do instrumento. Pontualmente, a primeira etapa intencionou a exploração teórico-metodológica propriamente dita, ou seja, a compreensão da teoria da terminologia e sua possibilidade de aplicação na elaboração de glossários. A segunda etapa desenvolveu o trabalho de cotejamento empírico, com vistas à compreensão dos resultados e dos possíveis diálogos entre teoria e prática na apresentação de dados em instrumentos terminológicos, como os glossários filosóficos já existentes. A terceira e última etapa se orientou para os processos de construção propriamente da ficha de identificação de conceito.

Para a primeira etapa consultamos os a) anais do "Segundo Simpósio Latino Americano de Terminologia" e "Primeiro Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica", ambos realizados em Brasília, em 1990; b) o livro de Maria Luiza de Almeida Campos, intitulado "Linguagem documentária, teorias

que fundamentam sua elaboração" contém um capítulo dedicado aos estudos terminológicos de Wüster; c) a obra "Introdução à Terminologia", de Maria da Graça Krieger e Maria José Bocorny Finatto. A segunda etapa, empírica, realizou a avaliação de glossários filosóficos na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, comparando os modos de feitura e de apresentação dos dados terminológicos no plano da descrição conceitual dentro da filosofia.

No âmbito da bibliografia terminológica de fundamentação teórico-metodológica, selecionamos o artigo "Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina" de Enildes Leite de Jesus Faulstich (1995), e o planejamento do trabalho apresentado por Krieger e Finatto (2015), no livro "Introdução à Terminologia". Ambos foram apropriados como base para a definição de critérios para planejamento, coleta de dados, análise e apresentação dos dados.

A partir da teoria faulstichiana, o essencial para o desenvolvimento de uma fonte de referência especializada é: conhecer o perfil do leitor para a fonte de referência especializada proposta; consultar o especialista da área para validar os termos selecionados; definir a demarcação da bibliografia e do seu respectivo período de publicação. A proposta, segundo a presente pesquisa, pode ser sintetizada conforme Quadro 1.

O planejamento do trabalho apresentado por Krieger e Finatto (2015, p. 127-128) relaciona as etapas de organização da fonte de referência especializada. As pesquisadoras sugerem a elaboração de um piloto ou simplesmente de um glossário experimental para analisar e permitir ajustes na construção do experimento, ou seja, a base da presente pesquisa aqui apresentada. Para elas, o planejamento estrutural de um glossário experimental é o momento de reflexão e determinação de como e o que incluir na obra de referência.

Quadro 1 – Traçado geral de fonte de referência a partir de critérios citados por Enildes Faulstich (1995)

TRAÇADO DO DESENVOLVIMENTO	DEMARCAÇÃO
Perfil do leitor	Graduação e pós-graduação em BCI
Validação dos termos selecionados	Pesquisador leitor de González de Goméz ou, de preferência, a própria pesquisadora
Demarcação da bibliografia/ano	Artigos do período de 1993 a 1995
Seleção de termos	Para cada conceito uma Definição

Fonte: Elaborado por Santos (2017) a partir de Enildes Faulstich (1995).

Assim, no planejamento do glossário compete definir: a inclusão ou não das partes introdutórias e anexos; a ordenação de tarefas de pesquisa, o registro e a revisão; o modo de armazenamento dos termos coletados juntamente com as características dos verbetes, a partir da leitura e análise dos textos-fonte em fichas e os critérios para o registro dos conceitos simples ou compostos (Quadro 2).

Quadro 2 – Planejamento e elaboração de fonte de referência a partir da proposta Krieger e Finatto (2015)

PLANEJAMENTO DO TRABALHO	DECISÃO
Inclusão de partes introdutórias e anexas	Sim, não e como?
Determinação das tarefas de pesquisa, registro e revisão	Como e quando?
Conceitos e definições	Como armazenar? Que características coletar?
Conceito simples ou composto	Como definir a escolha?

Fonte: Krieger e Finatto (2015).

Além dos critérios mencionados, as autoras advertem que é necessário considerar, em constante análise, junto as fontes de referência identificar, as seguintes questões: ao se avaliar fontes de referência, observar e apontar particularidades positivas ou negativas encontradas; ter como hábito, ler as páginas prefaciais antes de iniciar a análise, pesar durante a análise mais os aspectos intrínsecos do que os aspectos extrínsecos; observar se a coleção é

subutilizada através de relatórios de quantificação e qualificação da coleção e divulgar a coleção de referência através de serviços de alertas.

Enquanto Faulstich, Krieger e Finatto retrataram uma forma de concepção de uma fonte de referência sob o ponto de vista de estudos terminológicos linguísticos. A presente pesquisa adotou como problemática de observação empírica tais critérios como um roteiro estrutural de estudo de fontes de referência a analisar durante a segunda visita ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.

Como dito, a segunda etapa se pautou na avaliação empírica de fontes de referência especializadas. Esta etapa ocorreu em dois diferentes momentos, na Biblioteca do IFCS da UFRJ. O instituto foi escolhido por ser reconhecidamente uma das mais completas bibliotecas em filosofia do Estado do Rio de Janeiro.

DOS GLOSSÁRIOS FILOSÓFICOS AO EXPERIMENTO NA EPISTEMOLOGIA BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAL: A CAMINHO DA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITO

A partir de um conjunto de designações, os estudos sobre obras de referência especializadas no discurso filosófico são constituídos por glossários, léxicos, vocabulários filosóficos, ou de filósofos ou, ainda, de obras filosóficas. A etapa empírica nos permitiu conhecer objetivamente os modos de produção (quando explicitados) e de apresentação dos dados terminológicos no domínio da Filosofia.

A biblioteca da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e Ciência Política foi absorvida pelo instituto e segundo o Sistema de Bibliotecas e Informação, órgão gestor das bibliotecas da UFRJ, o instituto contém cerca de 114 mil publicações entre livros, periódicos, teses e monografias. No IFCS foi encontrado um grande volume de obras de referências para análise, dentre eles: dicionários filosóficos, léxicos, glossários etc.

As visitas à biblioteca do instituto tiveram como foco central a análise empírica dos glossários existentes, com vistas à compreensão do modo de construção e de apresentação conceitual. Na primeira visita, o material bibliográfico foi pesquisado pelo termo "glossário filosófico", intencionando a correção entre a "conceito-instrumental" "glossário" e sua aplicação. Foram encontrados três glossários filosóficos e um glossário etimológico. Os glossários, à exceção do glossário etimológico, possuíam uma ampla descrição sobre cada conceito arrolado. Além disto, parte das obras apresentavam referências bibliográficas das fontes consultadas para a elaboração dos verbetes.

A segunda fase do levantamento empírico trouxe um amplo panorama sobre o material a ser avaliado. Os critérios analisados e utilizados nesta pesquisa foram, quanto ao arranjo, informações dadas, acesso e outras características. Estes critérios pautaram a seleção de fontes de referência na segunda visita ao IFCS, como base de avaliação empírica do que seria considerado uma fonte de referência e seus vários aspectos.

Partindo dos critérios citados, os seguintes trabalhos foram reconhecidos e analisados, propondo-se a extensão e a exaustividade da descrição: Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2000); Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais de Mario Ferreira dos Santos (1963); Dicionário Hegel de Michael Inwood (1997); Dicionário de ética e filosofia moral de Monique Canto Sperber (2003); Dicionário de obras filosóficas de Denis Huisman (2000).

Após a experiência de contato com a produção do conhecimento em glossários conceituais no contexto da Filosofia, a pesquisa seguiu para a terceira etapa metodológica, a saber, a construção do próprio instrumento de coleta e de análise, especificamente, a ficha de identificação de conceito. Para a elaboração do experimento, foram adotados Wüster e Cesarino e Pinto do ponto de vista dos estudos da terminologia e de formação de índices temáticos para contribuir respectivamente na elaboração

do instrumento. Para a compreensão do todo da proposta, a base do pensamento dahlbergiano sobre o conceito foi adotada.

Segue-se na descrição metodológica do processo de construção das categorias adotadas da ficha de identificação de conceito, o resultado do experimento. Diferentes etapas, de tese, avaliação e reelaboração foram necessárias para o desenvolvimento da chamada "ficha final", que viria permitir as relações lógicas conforme é apresentado por Dahlberg (1978a, 1978b).

Na construção da primeira versão da ficha de identificação foi estabelecido entre as "fontes" e a categoria "autor em diálogo" uma relação ontológica associativa. A categoria "autor em diálogo" aparenta estabelecer uma relação inicialmente partitiva. Pois a categoria "autor em diálogo", conforme é visto no Quadro 3, não está disposta em relação hierárquica com as fontes. A seta indica a ideia de que "fonte em diálogo" tem um elo indireto com as fontes, de acordo com a primeira versão do experimento, ou seja, estabeleceu uma relação partitiva entre as categorias "fontes" e a categoria "ator(es) em diálogo".

No plano macro-teórico-metodológico do instrumento, definimos, como antevisto, a "ficha" como "ficha de identificação de conceito", tendo como aporte central a revisão do pensamento de Dahlberg (1978a, 1978b). Conforme a Teoria do Conceito há uma relação entre o objeto (referente), a forma verbal (termo) e as características que descrevem o objeto que formam o conceito. A estrutura teórico-metodológica da ficha é, pois, inspirada nas grandes categorizações da teoria dahlbergiana, a saber: o "conceito individual ou geral", a "definição", as "fontes" que estabelecem as "relações lógicas conceituais". Conforme proposto pelos enunciados de Dahlberg (1978b, p. 102), os conceitos individual e geral são apoiados nas:

> linguagens naturais é possível formular enunciados a respeito tanto dos conceitos individuais como dos conceitos gerais. É em base a tais enunciados que elaboramos os conceitos relativos aos diversos objetos. Cada enunciado verdadeiro representa

> um elemento do conceito. Suponhamos o objeto individual chamado IBICT (Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia). Sobre ele podemos formular os seguintes enunciados: é uma instituição; situada no Rio de Janeiro; relacionada com a coordenação dos sistemas de informação no Brasil e possui cerca de 60 funcionários, etc[... enquanto] os elementos contidos nos conceitos gerais encontram-se também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais. (Dahlberg, 1978b, p. 102).

Já a definição, segundo Dahlberg, explica a intensão do conceito como

> a soma total das suas características. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras na representação da intensão do conceito. [...] A definição é, de certo modo, uma *limitação,* ou seja, uma colocação de limites. Trata-se de determinar ou fixar os limites de um conceito ou ideia. Equipara-se algo ainda não conhecido (o elemento colocado à direita). Podemos então definir a definição da seguinte maneira: definição — df delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito (conteúdo do conceito = intensão, ou conjunto de características ou atributos). (Dahlberg, 1978b, p. 107).

E, para fechar o conceitual utilizado na pesquisa advindo da pesquisadora é apresentado a visão de Dahlberg (1978b) perante as relações hierárquicas de gênero e espécie.

> Se dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro, então entre eles se estabelece a relação hierárquica ou relação de gênero e espécie. Pode-se então falar de

> conceitos mais amplos ou mais restritos. Pode-se também falar de conceito superior e inferior. O conceito superior é o mais genérico e o inferior é o mais específico. Se falamos de *macieira* temos como conceito mais amplo ou superior o conceito de árvore *frutífera* e mais genérico ainda o conceito de árvore. Teremos então a seguinte hierarquia: Árvore/ árvore frutífera/macieira (Dahlberg, 1978b, p. 104)

Tal fundamentação inclui, ainda, segundo os olhares de Cesarino & Pinto (1978), a linguagem das "remissivas", a partir das quais foi identificada a potencialidade de indicar a intensão de uma outra possibilidade similar ao conceito, um quase sinônimo, ou um termo semelhante (mas não idêntico). As categorias "fontes" (central, secundária e terciária) foram elaboradas a partir da identificação dos autores e das referências bibliográficas (processos) possibilitadas pela análise de cada conceito. Os movimentos iniciais de elaboração da ficha geraram a versão estrutural abaixo (Quadro 3).

Quadro 3 – Modelo de ficha de identificação do termo – primeira versão

TERMO	
Campos	**Conteúdos**
Denominação:	"Dar o nome a"
Fonte central:	Apresentar a referência bibliográfica do texto fonte na qual o termo é apresentado.
Fonte(s) secundária(s):	Apresentar a(s) referência(s) bibliográfica(s) do termo do texto-fonte criado e usado por Nélida em outras fontes, além da fonte original.
Fonte(s) terciária(s):	Apresentar os pesquisadores que utilizaram o conceito criado ou usado por Nélida.
Autores em diálogo:	Refere-se a quem Nélida lê
Ver também:	Ficha aberta a possibilidade de remissivas para esclarecer e até reunir conceitos visando a sistematização

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

Mediante às primeiras análises e testes, a ficha de identificação de conceito sofreu acréscimos e alterações nos campos apresentados anteriormente. Consequentemente, a

visualização da ficha foi alterada. A mudança inicial vai ao encontro da troca do termo "campos" para "categorias" da ficha de identificação. Percebeu-se que os dados extraídos dos artigos eram dados sujeitos à modificação, durante e após a pesquisa. Cada categoria gera conteúdo sobre si mesma e é inclusa a "nota formal" que é uma espécie de nota sobre a variável, com a função de esclarecer e aprofundar a precisão do conteúdo do conceito. As categorias previstas na ficha deram abertura para constantes revisões e análises do experimento.

Outra alteração diz respeito ao nome da categoria "denominação" para "definição". Ao longo da primeira testagem foram identificadas duas questões problemáticas (uma direta, outra indireta) ao se adotar a categoria "denominação". O aspecto direto estava ligado ao seu significado, "dar nome a", segundo a teoria de Wüster. Isto significa que, dentre suas possíveis interpretações, uma delas responde pela intenção desta categoria em demarcar a nomenclatura do conceito. Acontece que os conceitos elaborados e apropriados por González de Gómez concebem uma pré-existência do ponto de vista do glossógrafo, do observador, já sendo manifestados em seu termo. Reconhecemos, como nas Considerações Finais é apontado, que o ato de desenvolvimento do glossário é, ao final, conforme o olhar wüsteriano, também parte de um processo de "construção" do conceito via o ato de denominação. Mas optamos, no curso da reflexão sobre a empiria, reavaliar a questão, uma vez que o foco central do glossário experimental estava em identificar e sistematizar os conceitos.

O outro aspecto, indireto, estava ainda em Wüster, ao usar o conceito correto para repensar do que se trata – denotação. Este conceito estabelece apenas uma relação direta entre o referente (objeto) e o termo (forma verbal). Nesta sentença direta predomina apenas a linguagem e não a ideia sobre o referente em conexão com o mundo, isto é, o conceito, focou no nosso glossário.

Na ficha, pois, a proposta foi adotar a definição nominal para firmar "o sentido de uma palavra" e assim, consolidar o emprego do conceito criado ou usado por González de Gómez.

Para fortalecer a definição do conceito, a categoria "definição" foi subdividida ainda em "definição conceitual", que demonstra o conceito manifesto de González de Gómez com intervenções no contexto, para dar clareza ao texto original para o leitor e a definição contextual, que relata o discurso integral da pesquisadora.

A ficha é acrescida da categoria "fonte genética", que é fonte de onde González de Gómez retira o conceito de forma explícita ou implícita, ou seja, a pesquisadora usa exatamente o conceito ou faz uso da ideia do conceito, porém atribui nome ao conceito do qual pretende revelar juntamente. Nesta categoria foi incluída a referência bibliográfica da obra lida pela pesquisadora, fato que não ocorria na categoria "atores em diálogo". Esta categoria foi excluída da ficha de identificação de conceito.

A categoria fonte central, por sua vez, foi alterada para fonte primária. Assim se estabeleceu a relação lógica entre conceito e fontes, a saber, genética, primária, secundária e terciária.

Para identificar as fontes para a categoria "fontes terciárias" foram adotadas:

a) Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) mantida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR);
b) Repertório de Produção Periódica Brasileira da Ciência da Informação desenvolvido no Laboratório de Estudos Métricos da Informação na *Web* – *Lab iMetrics* criado a partir de um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
c) Sistema de busca eletrônico do Google Acadêmico (*Google Scholar*).

Optou-se por utilizar a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e o *Google Scholar* devido ao volume de resultados pertinentes ao campo fontes terciárias. O último traz como resultados: a referência bibliográfica do artigo solicitado, a referência bibliográfica de quem cita o conceito e/ou o artigo solicitado, uma nota em três linhas sobre como o conceito foi apresentado pelo pesquisador que cita González de Gómez e,

por fim, traz o artigo em extensão PDF do citante e do citado. Além disso, o buscador traz pesquisadores que citaram também González de Gómez em dissertações e teses no Brasil e no exterior.

Mediante as mudanças realizadas, segue abaixo a versão projetada da ficha adotada ao longo da pesquisa (Quadro 4).

Quadro 4 – Modelo preenchido de ficha de identificação de conceito adotada na pesquisa

REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"Representação [do conhecimento]" não se estabelece na relação de [reconhecimento do homem com o mundo] e sim, dentro das relações [socioculturais de um grupo social ou entre grupos sociais ou] "de uns homens com outros homens."	
Definição contextual	"Representação não consiste em uma dimensão necessária da relação gnosiológica do homem com o mundo, mas em um constructo sócio-cultural constituído de relações de uns homens com outros homens."	
Fonte genética	-	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci Inf.,* Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993. p. 218.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária	---	
Ver	---	
Ver também	Estudos de organização e representação do conhecimento	
Notas conceituais	O conceito se apresenta em um diálogo com as condições paradigmáticas culturais do Ocidente, ou seja, a autora relaciona os a recuperação da informação com o contexto social e cultural. O modo como a sociedade se conecta com as ações culturais e sociais entre si.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

Feitos estes esclarecimentos sobre os procedimentos, passamos à demarcação da amostra, ou seja, dos quatro artigos

analisados, fruto das 56 fichas de conceitos construídas, ou, ainda, seguimos agora para os Resultados do estudo.

RESULTADOS: DADOS DO GLOSSÁRIO EXPERIMENTAL MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

A amostra total do estudo foi composta por 56 fichas de identificação de conceito, estabelecidas a partir da análise de quatro artigos de González de Gómez. Cabe alertar que a amostra visou criar subsídios para a construção do glossário experimental, representando, pois, a apresentação geral do experimento (e não uma estrutura definitiva de dados para um glossário da epistemologia biblioteconômico-informacional a partir da pesquisadora).

A seguir apresentamos e analisamos a amostra demonstrativa de fichas de identificação do conceito composta de termos do campo de estudos filosóficos, sociais e informacionais. Para o recorte do presente documento, tendo em vista a pesquisa integral (Santos, 2017), apresentamos a seleção de seis conceitos, a saber, "locus ontológico do conhecimento", "locus da informação na esfera do Estado", "locus semiótico da informação", "locus político da informação", "artefato", "cidadania informacional".

a) "Locus ontológico do conhecimento" (Quadro 5):

Quadro 5 – Ficha de identificação do conceito "Locus ontológico do conhecimento"

LOCUS ONTOLÓGICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O locus ontológico do conhecimento é objeto de] "apresentação do real. O intelecto que intui (nous), em frente do qual o entendimento argumentativo (dianóia) possui um caráter derivativo. "O saber não vem da competência lógica ou da receptividade transparente das faculdades de representar mas da	

LOCUS ONTOLÓGICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	passiva abertura do ser. Trata-se de remeter sempre aquilo que aparece e que parece ser enquanto derivado àquilo que, enquanto originário, estabelece-se como modelo."	
Definição contextual	"Assim, o locus de apresentação do real é o intelecto que intui (nous), em frente do qual o entendimento argumentativo (dianóia) possui um caráter derivativo. A dignidade e excelência do saber não vem da competência lógica ou da receptividade transparente das faculdades de representar mas da passiva abertura do ser. Trata-se de remeter sempre aquilo que aparece e que parece ser enquanto derivado àquilo que, enquanto originário, estabelece-se como modelo."	
Fonte genética 1	PLATON. *La República*. Bs. As. EUDEBA s/d.	Platão - conceito de "Plano dos Dois Mundos"
Fonte genética 2	ARISTÓTELES. *Metafísica*. Barcelona, 1964, 388p.	Aristóteles e o conceito do pensamento com o real= logos com locus da verdade
Fonte genética 3	HEIDEGGER, M. *La pregunta por la cosa*. BS. As., SUR, 1964.	Heidegger, e o conceito do Logos como síntese = "permitir ver algo como algo".
Fonte genética 4	DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 499 p.	Deleuze e o conceito da diferença entre cópia e simulacro
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci Inf.,* Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993. p. 218.	
Fonte secundária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v. 2,	

LOCUS ONTOLÓGICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009. p. 115-117.	
Fonte terciária	---	
Ver		
Ver também	Ontologia [do conhecimento]	
Notas conceituais	O conceito se apresenta como um dos locus (local) do conhecimento na sociedade ocidental. O Locus antológico ou simplesmente Ontologia do conhecimento se faz entender pelas mãos de Platão através do conceito do "Plano dos Dois Mundos". Este tem como significa a submissão de idéias ou formas sob o princípio de verdade e da realidade nos objetos dispostos no cotidiano da experiência. Aristóteles reformula o conceito e define o solo do conhecimento está no "logos" – verbo escrito ou falado que torna a idéia verdade. E assim, se estabelece a relação do homem com relação ao mundo palpável.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "locus ontológico do conhecimento" foi extraído na íntegra do artigo a partir da descrição da autora. O conceito é apresentado de forma direta e objetiva por González de Gómez (1993, p. 218), comportando as definições conceitual e contextual. O foco definicional do "locus ontológico do conhecimento" é "um objeto de apresentação do real. Para apresentar o conceito "locus Ontológico do Conhecimento", González de Gómez lê: a "Republica" de Platão, de onde extrai o conceito do "plano dos dois mundos"; "Metafísica" de Aristóteles, de onde extrai o conceito do "pensamento com o real"; A "Pergunta pela Coisa" de Heidegger de onde extrai o conceito de "verdade como síntese" e "Diferença e Repetição" de Deleuze de onde extrai o conceito de "diferença entre cópia e simulacro". A remissiva admite uma relação quase sinônima com o conceito e por isto pode-se admitir que o conceito "locus ontológico do conhecimento" pode ser reduzido em sua forma verbal para simples "ontologia do conhecimento" ou simplesmente "ontologia". Em "notas conceituais" é apresentada a visão da pesquisa frente ao conceito apresentado pela pesquisadora.

b) "Locus da informação na esfera do Estado" (Quadro 6):

Quadro 6 – Ficha de identificação do conceito "locus da informação na esfera do Estado"

LOCUS DA INFORMAÇÃO NA ESFERA DO ESTADO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O conceito traz um] aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	
Definição contextual	"Um aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	Este conceito tem relação direta com a primeira fase do Governo Vargas e a criação do DASP e modernização do Estado.
Fonte genética	---	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. *RSP,* Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 143-151. 1994. p. 145.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária	---	
Ver	---	
Ver também 1	Locus político da informação	Com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq o conceito apresentado no cabeçalho da ficha é alterado

LOCUS DA INFORMAÇÃO NA ESFERA DO ESTADO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
		para Locus político da informação pois é acrescida gradativamente ao contexto político informacional, a informação cientifica e tecnológica. (Década de 50)
Ver também 2	Locus para a questão da informação na esfera das políticas publicas	Com a constituinte de 1988 a abertura para a Democracia e como consequência onde o Estado torna-se duplamente responsável pela gestão da informação do governo e por permitir o direito à informação aos cidadãos brasileiros.
Notas conceituais	O conceito iniciou com a intenção de desenvolvimento administrativo e educativo as esferas governamentais carentes de informação e conhecimento sobre si e sua atuação frente as ações sociais. Com o início da pesquisa cientifica no Brasil e a criação de instituições de apoio a política de segurança e desenvolvimento, o conceito foi ampliado para absorver o conhecimento cientifico e tecnológico.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "Lócus da informação na esfera do Estado" é extraído na íntegra do artigo (González de Gómez, 1994, p. 145). O conceito é composto pois no confronto entre definições conceitual e contextual diz que "Lócus da informação na Esfera do Estado" é uma combinação de informação (objeto) + Estado (local) + um tempo não implícito no conceito e sim nas Notas da Definição contextual onde menciona que o conceito possui relação direta com a primeira fase do Governo Vargas e a criação do DASP e modernização do Estado. Mais uma vez, as Notas relacionadas a categoria "remissivas" relacionam "locus político da informação" e "locus para questão da informação" na esfera das políticas públicas a quase um sinônimo para "lócus da informação na esfera do Estado". O conceito "locus político da informação" está relacionado à criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq e a preocupação do Estado em desenvolver a informação científica e tecnológica, na década de 50. Já o conceito "locus para a questão

da informação na esfera das políticas públicas" se estabelece com a abertura democrática, na constituinte de 1988, e declara o Estado responsável pela gestão da informação pública e, também, pela responsabilidade pelo direito à informação aos cidadãos brasileiros. Em notas conceituais é apresentada a visão da pesquisa frente ao conceito apresentado pela pesquisadora.

c) Locus semiótico do conhecimento (Quadro 7):

Quadro 7 – Ficha de identificação do conceito "locus semiótico do conhecimento"

LOCUS SEMIÓTICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O locus semiótico do conhecimento ou semiótica apresenta] a simbólica da representação homologaria todas as tradições disciplinares e técnicas em torno da representação de (conhecimentos, informações, dados) e seus suportes e registros. [...] desenha-se, em torno da questão da representação um campo interdisciplinar que reúne, ao menos, as ciências do conhecimento, da linguagem, da informação e suas interfaces com as novas tecnologias."	
Definição contextual	"A nova interpretação semiótica ou simbólica da representação homologaria todas as tradições disciplinares e técnicas em torno da representação de conhecimentos, informações, dados) e seus suportes e registros. Por outro lado, desenha-se, em torno da questão da representação um campo interdisciplinar que reúne, ao menos, as ciências do conhecimento, da linguagem, da informação e suas interfaces com as novas tecnologias."	O conceito Semiótica é desenvolvido através da corrente Estruturalista, século XIX.
Fonte genética 1	BICCA, L. A. Subjetividade moderna: impasse e perspectivas.	Cita Peirce: "A comunicação e

LOCUS SEMIÓTICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	Síntese Nova Fase, v. 20, n. 60, p. 9-34, 1993.	conhecimento são acontecimentos no interior do signo."
Fonte genética 2	BORDIEU, P. Esforço de uma teoria da Práxis. *In*: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.	Cita Saussure: "o médium verdadeiro da comunicação entre dois sujeitos não é o discurso enquanto dado imediato considerado em sua materialidade observável, mas a língua enquanto estrutura de relações objetivas que torna possível a produção do discurso e sua decifração."
Fonte genética 3	PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.	---
Fonte genética 4	POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo, 1975.	"O conhecimento em sentido objetivo é conhecimento sem conhecedor, é conhecimento sem sujeito que conheça"
Fonte genética 5	SAUSSURE, F. de. As palavras sobre as Palavras. *In*: Sausurre, F. de *et al. Textos Selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).	---
Fonte genética 6	VICKERY, B. C. Knowledge Representation; a brief review. *Journal of Documentation*, n. 42, 1986	"A representação do conhecimento na forma simbólica é uma questão que preocupou o mundo da documentação desde sua origem. [...] A estrutura de dados nos programas de computador; a estrutura sintática e semântica da linguagem natural; a representação do conhecimento em inteligência artificial; os modelos de memória humana: em todos estes campos é necessário decidir como o

LOCUS SEMIÓTICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
		conhecimento pode ser representado de forma que as representações possam ser manipuladas."
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993. p. 220-221.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária 1	AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. *TransInformação*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 47-58, jan./abr.2008	
Fonte terciária 2	KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação da informação. *DataGramaZero*, v. 8, n. 6, dez. 2007. Art.1	
Fonte terciária 3	SALDANHA, Gustavo Silva. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. *InCID*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, jan./jun. p. 47-67.	
Ver	---	
Ver também	Semiótica do conhecimento	
Notas conceituais	O conceito apresenta a relação simbólica de representação de diferentes artefatos de informação (sejam eles: livro, documento, o computador, base de dado etc.) que visam a recuperação da informação em meio as novas tecnologias. Sendo que os códigos das interpretações representacionais são semelhantes, agregados e referenciados uns aos outros.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "locus semiótico do conhecimento" foi elaborado por co-constituição a partir do discurso da autora. O conceito é apresentado de sem forma direta, mas partindo da reflexão do quadro diferencial de locus informacional tecido por González de Gómez (1993, p. 220-221), comportando as definições conceitual e contextual. O foco definicional do conceito é a condição simbólica da representação, via semiótica, reunindo as tradições disciplinares e técnicas em torno da representação de (conhecimentos, informações, dados) e seus suportes e registros. O conceito apresenta a relação simbólica de representação de diferentes artefatos de informação (sejam eles: livro, documento, o computador, base de dado etc.) que visam a recuperação da informação em meio as novas tecnologias. Sendo que os códigos das interpretações representacionais são semelhantes, agregados e referenciados uns aos outros.

d) Locus político da informação (Quadro 8):

Quadro 8 – Ficha de identificação do conceito "locus político da informação"

LOCUS POLÍTICO DA INFORMAÇÃO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O conceito traz um] aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	
Definição contextual	"Um aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	Este conceito tem relação direta com a primeira fase do Governo Vargas e a criação do DASP e modernização do Estado.
Fonte genética	---	

Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. *RSP,* Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 143-151. 1994. p. 145.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária	---	
Ver	Locus da informação na Esfera do Estado	
Ver também	---	
Notas conceituais	O conceito iniciou com a intenção de desenvolvimento administrativo e educativo as esferas governamentais carentes de informação e conhecimento sobre si e sua atuação frente as ações sociais. Com o início da pesquisa cientifica no Brasil e a criação de instituições de apoio a política de segurança e desenvolvimento, o conceito foi ampliado para absorver o conhecimento cientifico e tecnológico.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "locus político da informação" foi igualmente elaborado por co-constituição via a problematização apresentada pela autora da autora. O conceito é apresentado de sem forma direta, junto da reflexão do quadro diferencial de locus informacional tecido por González de Gómez (1994, p. 145). O conceito está vinculado ao que a autora chama de

> aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."

O conceito está vinculado ao desenvolvimento administrativo e educativo as esferas governamentais carentes de informação e conhecimento sobre si e sua atuação frente as ações sociais.

e) "Artefato" (Quadro 9):

Quadro 9 – Ficha de identificação do conceito "artefato"

ARTEFATO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[Techné tem um fim ou resultado advindo de uma idéia] de um saber fazer orientado por regras. Saber dos meios contingenciados pela exterioridade do fim"	
Definição contextual	"Aristóteles define Filosofia como a busca do mais do saber. Por sua direção, aponta sempre como fim a sua própria realização. Independente da imposição externa de fins ou resultados a diferença das artes (texne), saber fazer orientado por regras, saber dos meios contingenciados pela exterioridade do fim."	
Fonte genética	ARISTÓTELES. *Metafísica*. Barcelona, Iberia. 1964. Cif. L VI, Cap. IV	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? *R. Bibliotecon. Brasília*, v. 19, n. 2, p. 257-268, jul./dez. 1995. p. 258	Este é o artigo em análise direta nesta pesquisa.
Fonte secundária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais*... São Paulo: Enancib, 2008.	
Fonte terciária	---	
Ver	Techné	
Ver também	Estado da arte	
Notas conceituais	Techné remete a ideia de saber construir um artefato a partir do saber, ou seja, a partir da combinação de conhecimento, prática e experimentação. Por este motivo este é o radical de muitas palavras que remetem est idéia como técnica, tecnologia. O conceito artefato não está no artigo, porém é identificado e nomeado pela pesquisadora no artigo que encontra-se registrado em fonte secundária.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

"Artefato" é um conceito simples, remontando o conceito clássico de "técnica" (González de Gómez, 1995, p. 258). O confronto entre definições conceitual e contextual dá ideia que "artefato" é "um objeto que processa algo, ou seja, algo que é "um fim ou resultado advindo de uma idéia] de um saber fazer orientado por regras." Para apresentar o conceito "artefato", González de Gómez lê: a "Metafísica" de Aristóteles, do qual extrai o conceito do "techné". A remissiva "ver também" admite uma relação quase sinônima entre os conceitos "artefato", "techné" e "estado da arte". Em notas conceituais são apresentados a visão da pesquisa frente ao conceito apresentado pela pesquisadora.

f) Cidadania informacional (Quadro 10):

Quadro 10 – Ficha de identificação do conceito "cidadania informacional"

CIDADANIA INFORMACIONAL		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	[Sociedade contratual é] "uma rede constante de produção e registro de informação. [Mantém] num mesmo tecido as testemunhas das relações contratuais entre o Estado e os cidadãos e dos cidadãos entre si. [O] mercado, o parlamento, a opinião pública, a formação discursiva do consenso [são as instituições que integram da sociedade contratual]. [...Estas instituições legitimariam] os direitos de acesso à informação da cidadania, mas também deveriam estruturar os processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações."	
Definição contextual	"Uma rede constante de produção e registro de informação manteria num mesmo tecido as testemunhas das relações contratuais entre o Estado e os cidadãos e dos cidadãos entre si. Organizam os planos de integração da sociedade moderna: o	

CIDADANIA INFORMACIONAL		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	mercado, o parlamento, a opinião pública, a formação discursiva do consenso. [...] legitimavam os direitos de acesso à informação da cidadania, mas também deveriam estruturar os processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações."	
Fonte genética	---	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. *Revista do Serviço Público,* Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 143-151. 1994. p. 144.	
Fonte secundária 1	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero,* Brasília, DF, v. 1, n. 6, p. Dez. 2000.	
Fonte secundária 2	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos. *Ciência da Informação,* Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.	Este artigo não menciona a fonte primária desta ficha, porém, o conceito cidadania aliado a informação é desenvolvido ao longo do texto, razão pela qual foi incluso.
Fonte terciária	---	
Ver	Sociedade contratual	
Ver também 1		
Notas conceituais	O conceito diz como seria a articulação da rede e entre cidadãos e legitimaria o direito ao acesso a informação. Mas como diz o artigo em fonte primaria, foi apenas proposta inicial.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito de "cidadania informacional" responde, segundo González de Gómez (1994, p. 144), pela rede permanente

de produção e de registro da informação, envolvendo as relações contratuais que estão manifestas entre o Estado, os cidadãos e a comunidade de cidadãos entre si. Esta rede permite a organização de" planos de integração da sociedade moderna", que legitimam o acesso à informação, bem como os "processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida com o intuito de definir subsídios para o a elaboração de um glossário experimental de âmbito da epistemologia biblioteconômico-informacional, projetado a partir da extração de conceitos apresentados e apropriados por Maria Nélida González de Gómez em artigos científicos publicados a partir de 1993.

Para fundamentar a pesquisa do ponto de vista do referencial teórico, a pesquisa inter-relacionou quatro dimensões histórico-teóricas, a saber: a) O IBICT e a formação da pós-graduação no Brasil desenvolvidos por Lydia Queiroz Sambaquy, Lena Vânia Pinheiro, José Mauro Matheus Loureiro e Nanci Oddone; b) a narrativa biobibliográfica sobre Maria Nélida González de Gómez; c) os estudos teóricos sobre fontes de referência especializadas; e, por fim, d) o debate sobre a teoria da terminologia.

Nos procedimentos metodológicos, foram apresentados os modos de construção teórica e aplicada da ficha de identificação de conceito, principal ferramenta elaborada e aplicada no curso do processo de pesquisa. O estudo gerou 56 fichas a partir do reconhecimento dos conceitos de quatro artigos de González de Gómez reconhecidos na produção de ideias da pesquisadora após a conclusão de seu doutorado, no início dos anos 1990. Deste montante, foram apresentadas e analisadas as fichas referentes aos conceitos reconhecidos. Os dados completos obtidos foram alocados no apêndice da pesquisa.

A pesquisa demonstrou a importância das fontes de referência especializadas, ou seja, dicionários e glossários filosóficos, para a organização do conhecimento epistemológico biblioteconômico-informacional. As fontes de referência especializadas são os tijolos que preenchem o saber sobre um determinado conhecimento teórico, no contexto de uma língua de especialidade. A fonte esclarece conceitos, preenche o tecido informacional sobre um determinado conhecimento e se torna um objeto de estudo para a atual e as próximas gerações. Portanto, a pesquisa sugere, mediante a identificação dos subsídios para elaboração do glossário experimental, que tais fontes possam se desenvolver no plano epistemológico do campo.

Reconhecendo que o conjunto de etapas de identificação, seleção, extração e categorização de conceitos representa uma atividade subjetiva e requer revisão permanente, concluímos que o exercício de produção de um glossário representa um processo metaconceitual, ou seja, trata-se, em grande medida, de uma espécie de nova construção do conceito. Essa conclusão aponta para a necessária cadeia de reavaliação constante das teorias, dos métodos e dos resultados da produção terminológica, como forma crítica de aprofundamento de tais construtos subjetivos. Sabemos, pois que, o protótipo aqui desenvolvido, bem como os conceitos extraídos, carece ainda de avaliação crítica e validação por parte da comunidade especializada.

Como síntese da construção do glossário experimental Maria Nélida González de Gómez, o estudo demonstrou a riqueza e a profundidade conceitual da pesquisadora, bem como o amplo caminho ainda a percorrer na sistematização de seu pensamento. A proposta empírica lega aos estudos filosóficos e epistemológicos do campo informacional passos iniciais para compreensão da obra de González de Gómez, como também lança à comunidade científica um modelo para o desenvolvimento de glossários de outras fontes responsáveis diretamente pela construção teórico-metodológica da Ciência da Informação a partir do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega; PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, 1978.

DAHLBERG, Ingetraut. **Ontical structures and universal classification**. Bangalore: Sarada Ranganathan endowment for Library Science, 1978a.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DIAS, Eduardo Wense. Obras de referência. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 199-216.

FAULSTICH, Enildes. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

GOMES, Hagar Espanha. **Classificação, tesauro e terminologia**. Rio de Janeiro: BITI, [199?].

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 143-151, 1994.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Comentários ao artigo "Hacia um nuevo pardigma em bibliotecologia". **Transinformação,** Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT**: um estudo de caso. 1982. 185f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da organização dos saberes às políticas de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez.1996b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Dos estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. *In*: AQUINO, Miriam de Alburquerque (org.). **O Campo da Ciência da Informação**: Gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Entrevista - Maria Nélida Gonzalez de Gomez. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 3, n. 1, p. 172-181, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i1p172-181. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/42377. Acesso em: 21 out. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 29-84.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 257-268, jul./dez. 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramaZero**, Brasília, v. 1, n. 6, dez. 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas de informação e documentação**. 2. ed. Brasília: FBB: IBICT, 1994.

HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Borcony. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2015.

ODONNE, Nanci Elisabeth. **Ciência da informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (1930, 1970). 2004. 161f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2004.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: Le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Palais Mundial Mundaneum, 1934.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Ciência da informação desdobramentos disciplinares e transdisciplinaridade. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Infra-estrutura em Ciência da Informação no Brasil. **DataGramaZero**, Brasília, v. 1, n. 6, p. 4, 2000.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da informação,** Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

REY, Alain. **La terminologie**: noms et notions. Paris: Puf, 1979.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **O IBBD e os serviços que se propõe a prestar**. Rio de Janeiro: IBBD, 1957.

SANTOS, Lourdes Maria dos. **Subsídios teórico-aplicados para a elaboração de um glossário no contexto da epistemologia biblioteconômico-informacional**. 2017. 138f. Dissertação Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Mario Ferreira dos. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. São Paulo: Matese, 1963.

SPERBER, Monique Canto. **Dicionário de ética e filosofia moral**. 21. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

Como citar

SANTOS, Lourdes Maria dos; SALDANHA, Gustavo Silva. Subsídios teórico metodológicos para a construção do glossário filosófico informacional Maria Nélida González de Gómez. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 169-218. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap10.

III. EIXO PROSPECTIVO

LOGOLOGIA E POLITOLOGIA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SEGUNDO MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ: AS TRANSGRAMÁTICAS DA POLÍTICA DO DISCURSO AO DISCURSO DAS METARREPRESENTAÇÕES COMO POLÍTICA

Gustavo Silva Saldanha

SÓ UMA PESSOA PODE ORIENTÁ-LO COM ESTE TEMA DE PESQUISA: O PRINCÍPIO DO SENTIDO COMO MOVIMENTO

Nas sociedades contemporâneas observamos a redução dos espaços discursivos e institucionais da epistemologia e, ao mesmo tempo, o incremento em escala geométrica dos recursos e atividades dedicados à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de informação, o que parece ser um sintoma

> *de mudanças do estatuto do conhecimento. Assim, o regime de informação, que inicialmente foi considerado como subsidiário dos regimes de verdade, agora se apresentaria como sua substituição.* (González de Gómez, 2001, p. 5).

> *Me dijeron que en el reino del revés*
> *nadie baila con los pies,*
> *que un ladrón es vigilante y otro es juez*
> *y que dos y dos son tres.*
> *Vamos a ver cómo es*
> *el reino del revés.*
> *El reino del revés*, María Elena Walsh

Em 2004, eu li pela primeira vez o artigo "Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação", publicado três anos antes pelo periódico *Perspectivas em Ciência da Informação* da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de autoria da doutora Maria Nélida González de Gómez (2001). Desde então, este texto me acompanha como um guia, roteiro de recompreensão contínua da pergunta que se tornara a companheira de viagem acadêmico-científica: o que é Ciência da Informação? Era, como no poema de María Elena Walsh, ver o mundo ao contrário, reviver a cada instante o horizonte e o chão pisado. "A constituição de um campo científico da Ciência da Informação sempre foi uma questão em aberto. Difícil, para muitos; não relevante, para outros; desafiante, para alguns" (González de Gómez, 2001, p. 5), dizia Nélida ali na abertura do texto que sigo a reler.

Por mais de uma vez, ao apresentar o meu pré-projeto de pesquisa para a seleção de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da ECI UFMG, no ano de 2005, o PPGCI UFMG, escutei o discurso: apenas uma pessoa pode orientar esta dissertação no Brasil. O seu nome era Maria Nélida González de Gómez, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Assim se inicia um longo de percurso pessoal, acadêmico, científico, cujo

desfecho minha imaginação, à época, fazia-se limitada, tímida, muito tímida. Uma década depois eu estaria em sala de aula, como docente, a convite de Nélida, para ministrar a disciplina Epistemologia da Ciência da Informação no Pós-Graduação em Ciência da Informação do acordo de cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Ibict, o PPGCI Ibict UFRJ. Entretanto, tal percurso é longo. Longo e fabuloso. Fabuloso e infindável, do leitor ao orientando, do orientando ao colega, do colega ao eterno discípulo, o leitor ainda em suspensão.

A proposta do meu primeiro projeto de pesquisa para o mestrado era, dentro da organização do conhecimento, realizar uma leitura pela via da pragmática do filósofo Ludwig Wittgenstein (2002) e a teoria geral da classificação. O rascunho do pré-projeto passou por diferentes mãos, percorreu os anos de 2005 e 2006 com um foco cada vez mais distante da organização do conhecimento, e foi acolhida pela doutora Maria Aparecida Moura, orientadora de minha dissertação. Era o início formal do reconhecimento de um espaço, uma trilha, para, via a filosofia da linguagem, buscar paisagens distintas de compreensão da Ciência da Informação.

A proposta ganhou uma configuração que avançou para os aspectos filosóficos e epistemológicos, afastou-se da organização do conhecimento e, ao término, sua configuração final estava orientada diretamente para a epistemologia do campo informacional e um vestígio de aspectos da filosofia da linguagem a avançar. Eu também não imaginava, ali, que estes caminhos que resultaram na dissertação (Saldanha, 2008) guardariam um encontro com o nome, a pessoa, a obra, Maria Nélida González de Gómez.

Por trás de toda a travessia, estava a pragmática, filosofia dedicada a compreender o sentido como uso, a vida como movimento tecida através da linguagem. Este é, pois, um ensaio co-autobiográfico, uma navegação ao encontro de uma pessoa e suas ideias, bem como um reencontro com o itinerário das redes abertas a partir do pensamento de González de Gómez. E o percurso é o próprio barco conceitual que me levou percorrer das

montanhas e desaguar no mar: encontrar Nélida no estuário, ali, no Rio de Janeiro, e não parar de relê-la, de aprender com seu pensamento, como agora, neste momento, ao escrever este texto, o faço.

PRAGMÁTICA: O SENTIDO DA VIDA NO MOVIMENTO QUE TECE OS SENTIDOS (OU UMA DEDICATÓRIA EM AÇÃO À MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ)

> *Da Ciência da Informação se espera, portanto, a definição do que propriamente pode ou não chamar-se informação e da reflexão epistemológica acerca da ciência da informação, o esclarecimento das condições de possibilidade de um conhecimento da informação que possa chamar-se de científico. Em que medida a epistemologia poderia contribuir para esse esclarecimento?* (González de Gómez, 2001, p. 6).

> *Alma sin el amor, ave dejada*
> *en los terrenos de la maravilla:*
> *cuando no haya más hojas*
> *y se acaben los días*
> *yo seguiré buscando*
> *tu luz recién nacida*
> *Canción*, Maria Elena Walsh

Entre 2007 e 2008, o PPGCI Ibict, então em acordo de cooperação com a Universidade Federal Fluminense (UFF), não abrira processo seletivo para ingresso no doutorado. Eu havia concluído minha dissertação de mestrado justamente em agosto de 2008 e já estava no Rio de Janeiro, então como bibliotecário da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Por razões do movimento, da sinuosa linha da embarcação da vida entre o rio das montanhas e o mar-oceano do Rio, preparei-me para retornar a Minas Gerais no mês de janeiro de 2009. Ali, para mim, era hora de voltar. O

natal de 2008, em casa, na cidade de Divinópolis, onde nasci, esta foi parte da comemoração: eu estava subindo a correnteza agora, remando rio acima, retornando para o solo mineiro.

Eis que o Ibict reestabelece o acordo de cooperação com a UFRJ justamente neste contexto, na virada do ano de 2008 para 2009. E, neste contexto, o Instituto lança um edital de seleção para os cursos de mestrado e de doutorado com prazos bem curtos para inscrição, processo seletivo, resultado, matrícula, início das aulas. Em março, as águas eram outras. Eu estava aprovado para iniciar o doutorado e cumprir a profecia mineira: apenas uma pessoa pode orientar esta pesquisa, Maria Nélida González de Gómez. Já ali, em março de 2010, eu estava em sala de aula, diante dela, em uma disciplina sem bibliografia ou, conforme Nélida disse, em outras palavras, na abertura do primeiro encontro, a literatura filosófico-epistemológica do curso será construída ao longo do semestre, a partir das discussões, das perguntas, das questões apresentadas por cada estudante. E, então, González de Gómez começou a explicar o percurso da filosofia à epistemologia, da epistemologia às ciências sociais, das ciências sociais à Ciência da Informação, como se recitasse um poema de María Elena Walsh, a falar de verdade, política e amor em um só verso.

Antes do início do curso, porém, em 2007, já residindo no Rio de Janeiro, e ainda concluindo o mestrado em Belo Horizonte, Nélida convidara o doutor Miguel Ángel Rendón Rojas, do *Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información* (IIBI) da *Universidad Nacional Autónoma do México* (UNAM), para atuar como professor visitante no Ibict. Rendón Rojas e González de Gómez juntos, ali, debatendo a pragmática, fundamento e fonte, bibliografias e inquietações de minhas questões de pesquisa, frente a frente. Tudo isto me marcava profundamente. Nélida promovia, para mim, a reflexão filosófica em fluxo pragmático de água corrente: o sentido no caminho tortuoso dos questionamentos.

É neste contexto que conheço a pesquisadora Luciana Gracioso. E Nélida tem papel central mais uma vez. À época, Gracioso avançava para a conclusão de sua tese e eu iniciava o

doutorado no Ibict. Foi justamente ali, no ano de 2007, na aula pública organizada por González de Gómez, com abertura e curso como professor visitante do professor doutor Miguel Ángel Rendón Rojas, quando nós nos vimos pela primeira vez.

A partir da tese de Gracioso (2008), sob o abrigo das aulas e das orientações de Nélida, iniciamos um diálogo sobre os potenciais de contribuição filosófica de Wittgenstein para a compreensão do papel da Ciência da Informação na realidade via a linguagem, especificamente a linguagem ordinária. Dos diálogos, da profunda conexão permitida pelas releituras da orientadora em comum, Maria Nélida González de Gómez, nasce a ideia de publicarmos um livro resultante das encruzilhadas da tese de Luciana e de minha dissertação. Eis o livro, em sua primeira edição de 2010, feita como "edição do autor", com custeio direto nosso, Luciana e eu, intitulado "Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem: da pragmática informacional à web pragmática" (Gracioso; Saldanha, 2010).

De onde veio tal ousadia: publicar, tão cedo, pesquisas interligadas, ali, ainda no frescor de sua conclusão, com todos os riscos da crítica epistemológica e do prejuízo material da realidade que a todas as pessoas afeta? Hoje eu digo: do modo de pensar e de aplicar a filosofia oriundo de Maria Nélida González de Gómez. Outra personagem fundamental estava ali, junto de nós: a professora Solange Puntel Mostafa. Diante de ambas, integrantes do que há de mais rigoroso na epistemologia mundial em Ciência da Informação, a coragem de propagar o dito se deu. Solange generosamente aceitou escrever a apresentação da obra. Nélida gentilmente aceitou redigir o prefácio.

Este trabalho guarda, em forma direta, na paz da brancura da terceira página de seu miolo, uma expressão simples e direta, solitária e gigantesca na lauda lisa, de uma profundidade sem tamanho, como dimensão alguma tem a vida:

À Maria Nélida González de Gómez.

No prefácio, pois, diz-nos Nélida, horizonte procurado e ali em diálogo direto conosco:

> O presente trabalho é um indicativo da necessidade de cruzar cada vez mais as diferentes linhas de investigação, e pode caracterizar-se como um esforço nessa direção. A abordagem pragmática à qual aderem os autores, sem a demarcação disciplinar estricta da linguística nem os referenciais utilitaristas de algumas vertentes do Pragmatismo, antes bem organizada pelas referências a Wittgenstein e a Filosofia da Linguagem, atualiza no horizonte intelectual brasileiro algumas dessas premissas contemporâneas que fazem, dos usos da linguagem, um plano de virtualização da ação coletiva e individual. Isto permite assim pensar em figuras complexas de autonomia e de controle, de codificação estruturante e interações criativas e reflexivas, para reconstruir as atuais intermediações e mediações infocomunicacionais, com vigor indagativo, além de apriorismos transcendentais ou históricos. (González de Gómez, 2010a, p. 18).

O cruzamento das perspectivas teóricas que o livro apontara (Gracioso; Saldanha, 2010) podia ser considerado, no plano acadêmico, o resultado da convergências das releituras de fontes como Maria Nélida González de Gómez, Miguel Ángel Rendón Rojas e Solange Puntel Mostafa, uma escola latino-americana de epistemologia em Ciência da Informação, sólida e consolidada, que multiplicava ali, no decurso de duas décadas, discentes, discípulas, futuras pessoas docentes e pesquisadoras dedicadas aos fundamentos do campo.

A construção do livro nos reconduz, pois, ao marco inicial para, não apenas reconhecer o contato como leitor de Maria Nélida González de Gómez, como também com a filosofia da linguagem, com Wittgenstein, com a epistemologia da Ciência da Informação. Esta construção nos faz reconhecer, por sua vez, a profundidade da epistemologia informacional latino-americana para o mundo. Chego agora em outra paragem, outra leitura, outro recuo. O diálogo promovido por Solange Puntel Mostafa na revista

Transinformação é outro marco que acompanha minha trajetória epistemológica e documenta, mais uma vez, o papel do pensamento de Latinoamérica em filosofia e teoria da Ciência da Informação para o mundo.

Com os artigos "Hacia um nuevo paradigma em bibliotecología", de Rendón Rojas (1996) e "Comentários ao artigo 'Hacia um nuevo pardigma em bibliotecologia'", de González de Gómez (1996b), encontramos não só uma profundidade filosófica e seu olhar clínico para compreensão do real, como algo que tornar-se-ia tão raro na produção científica: os debates registrados, a discussão, uma *disputatio* manifesta. Como lembra Abbagnano (2000, p. 341), esse era um dos métodos fundamentais da Idade Média no ensino universitário, com origens que remontavam, provavelmente, à filosofia grega, como uma técnica *ad hoc*, estruturada na dialética. A *disputatio* pública, documentada no periódico *Transinformação*, permitiu-me tecer a reflexão central da dissertação de mestrado sobre as contradições do discurso de fundação da Ciência da Informação e abrir a imaginação epistemológica para uma via diacrônica que seria construída em minha tese de doutorado.

Em Rendón Rojas (1996) e González de Gómez (1996a), a perspectiva pragmatista surgirá como uma linha que atravessa o debate social da informação. Ambos demarcam a passagem pelo pragmatismo como estrutural para se pensar os fundamentos sociais da Ciência da Informação em outro território epistemológico. Via a filosofia pragmática, através da releitura de Rendón Rojas (1996) e González de Gómez (1996a), eu procuraria definir o que chamara de "tradição pragmática", concebida como uma rede de manifestações em torno da necessidade de se discutir o lugar da Ciência da Informação entre as Ciências Sociais, entre os campos do conhecimento preocupados com a interpretação, da qual faz parte a discussão sobre o estatuto científico dentro da área – o que nos faz revisitar os principais ramos da investigação racional voltados para a organização do conhecimento. Esta

compreensão, ali ainda eu não imaginava, era apenas o passo inicial do diálogo direto com Nélida, agora orientadora.

QUEM É NÉLIDA? ALGUMAS RESPOSTAS SOB O MOVIMENTO DO TEMPO DAS ÁGUAS DA LINGUAGEM

> *Quando nova, comecei a exercitar um diálogo com a educação (teorias, especialistas, mas também professores e os pais dos alunos, representantes das comunidades, organizações sociais ligadas às escolas). Escrevemos algumas coisas, mas tipo relatórios técnicos, programas curriculares.*
> *Como se pode ver, começava a interessar-me pela epistemologia social e a comunicação dos conhecimentos, sem dispor desse nome. Recorri aos estudos da sociologia do conhecimento, passei pela Teoria das Ideologias, e sempre muita leitura dos clássicos: Platão, Descartes, Hume, Hobbes, Kant, Heidegger, Nietzche quase por gosto literário, um pouquinho de Hegel, Wittgenstein. Somente já no Brasil, Deleuze-Guattari, Foucault.* (González de Gómez, 2010b, n.p.).

> *Cuando hagamos escándalo y justicia*
> *el tiempo habrá pasado en limpio*
> *tu prepotencia y tu martirio, hermana.*
> *Tener agallas, como vos tuviste,*
> *fanática, leal, desenfrenada*
> *en el candor de la beneficencia*
> *pero la única que se dio el lujo*
> *de coronarse por los sumergidos.*
> *Agallas para hacer de nuevo el mundo.*
> *Tener agallas para gritar basta*
> *aunque nos amordacen con cañones.*
> *Eva*, María Elena Walsh

A minha proposta para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado procurava um breve recuo especulativo no território epistemológico. Se o foco da dissertação de mestrado, influenciado do início ao fim pelas leituras da consolidação da Ciência da Informação como *episteme*, o desejo agora, em 2009, era uma compreensão dos conceitos fundadores do campo, para aquém e para além da centralidade do conceito de "informação". Como a estrada ali me trouxera, novamente estava eu diante dela, Maria Nélida González de Gómez, hábil e aguda intérprete, comentadora e criadora de conceitos. Era sob a sombra fresca da enorme intelectualidade de Nélida que minha coragem de propor tal objeto de investigação de doutoramento era manifesta.

Entretanto, assim como nas curvas da caminhada da pesquisa de dissertação de mestrado no PPGCI UFMG, passado o primeiro ano de disciplinas e diálogos no PPGCI Ibict UFRJ, eu senti o desejo, tão corrente no decurso acadêmico-científico, de modificar o meu objeto de investigação. Era o ano de 2010 e uma inquietação diante das releituras do pensamento de Maria Nélida González de Gómez e de Solange Puntel Mostafa me levara a pensar na mudança radical: abandonar o projeto apresentado ao processo seletivo de doutorado, redirecionar o foco, partir de outra estação.

A nova proposta, em algum lugar nunca efetivado, em outro central para a terra firme do itinerário percorrido até hoje, era, simples e objetivamente, sistematizar e disseminar para o mundo a potência filosófica, epistemológica e conceitual das pessoas pesquisadoras brasileiras em Ciência da Informação, a começar por Nélida e Solange. Depois, seguir a trilha de outras epistemólogas e metodólogas, as pensadoras que dedicaram o foco de suas pesquisas ao quadro de teorias, métodos e conceitos do campo desde a perspectiva brasileira, responsáveis pelas disciplinas de fundamentos e epistemologia do campo, como Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Regina Marteleto, Gilda Olinto, Isa Freire, Ana Maria Pereira Cardoso, Leilah Santiago Bufrem, Nanci Elizabeth Oddone, e tantas outras intelectuais de nosso país.

Partir de Nélida e Solange era reconhecer, no desenho do novo projeto, o que, inicialmente, para mim se apresentou, no Brasil, como as duas primeiras escolas epistemológicas em Ciência da Informação do país no plano da pós-graduação: de um lado, o PPGCI Ibict UFRJ e sua antiga linha de pesquisa dedicada especificamente à epistemologia e à interdisciplinaridade da Ciência da Informação; de outro lado, a linha de pesquisa dedicada igualmente à reflexão epistemológica do campo no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a liderança de Solange Mostafa. A partir da obra das duas pensadoras, Nélida e Solange, o projeto sonhara seguir os passos, de um lado, das demais pessoas docentes destas duas instituições e a genealogia das ideias a partir das orientações de mestrado e de doutorado destes espaços de produção de ideias. Como passos posteriores, o destino era seguir para as outras escolas de pensamento e suas mentalidades, como aquelas dos programas de pós-graduação criados no campo informacional a partir dos anos 1970 e responsáveis pela criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) em 1989, como da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UNB).

Deixei, por alguns meses, toda a proposta de reflexão conceitual do campo informacional para redigir um novo projeto de pesquisa com o doutorado em curso, redesenhei o método e apresentei a nova proposta à orientadora. Com seu olhar aberto e indagativo, sempre sob a dúvida da dialética filosófica, Nélida aceitou, mas claramente incomodada em ser "objeto" da pesquisa, em integrar parte da própria investigação científica sob sua orientação. Seu incentivo, ali, era, em minha impressão, reconhecer a nova proposta de pesquisa pelo plano da construção das escolas de pensamento. Meu desejo fundamental era menos institucional em seu primeiro passo, e mais vinculado ao pensamento: em primeiro lugar, a problematização teórica edificada por Nélida e por Solange.

Foi assim que nasceu o projeto de doutorado nunca findado, intitulado "Para pensar a epistemologia da Ciência da Informação no Brasil: a trajetória e a obra em construção de Nélida Maria González de Gómez e Solange Puntel Mostafa", com redação concluída em Botafogo, no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 2010. A proposta metodológica estrutural era, de um lado, a leitura e sistematização das teorias e dos conceitos mobilizados por ambas em sua produção intelectual até ali; de outro lado, um questionário de compreensão do modo como, naquele contexto espaço-temporal do término da primeira década do século XXI, ambas epistemólogas pensavam o campo informacional e a realidade social observada sob suas lentes teórico-metodológicas.

Para iniciar a nova proposta, elaborei um instrumento de coleta de dados com questões abertas e fechadas, de fundo filosófico, epistemológico e histórico, sobre a Ciência da Informação. O questionário foi enviado para Maria Nélida González de Gómez e Solange Puntel Mostafa no mesmo mês de fevereiro. Aqui, 16 (dezesseis) anos depois, pela primeira vez, tenho o espaço de manifestá-lo no plano da posição das ideias ali problematizadas por Nélida (González de Gómez, 2010b).

O plano metodológico do instrumento de coleta de dados era:

- Descrição e objetivo do tópico corrente: perguntas comuns às pesquisadoras e procura esclarecer dados gerais sobre o pensamento e a obra das pesquisadoras;
- Instrumento metodológico: questionário composto de questões abertas apresentado através do correio eletrônico;
- Número de questões: 10 (dez);
- Categorização das questões:
  - Eixo 1 – "O olhar sobre o campo" - questões 1, 2 e 3 – cunho generalista – questões que tratam da compreensão das autoras da pesquisa acerca da

epistemologia e da filosofia da Ciência da Informação em termos internacionais;

- Eixo 2 – "O olhar sobre o pensamento biblioteconômico-informacional brasileiro" - questões 4, 5 e 6 – cunho contextual – questões que versam sobre a compreensão das autoras sobre a epistemologia e a filosofia da Ciência da Informação no contexto brasileiro;
- Eixo 3 – "O meta-olhar" - questões 7, 8, 9 e 10 – cunho bio-bibliográfico – questões que tratam especificamente do ponto de vista das pesquisadoras sobre seus próprios pensamentos e trajetórias;

- Formato de mídia adotado para recuperação dos dados: extensão WORD 1997/2000;
- Prazo sugerido para retorno: 30 dias;
- Previsão sugerida para retorno: 23 de março de 2010.

Sobre o Eixo I, "O olhar sobre o campo", a pergunta primeira apresentada era: "Porque uma filosofia para a Ciência da Informação?" Disse-nos Nélida

> Na verdade, essa pergunta deve ser invertida, para mim, já que minha biografia intelectual tem como importante ponto de partida a filosofia. Eu comecei muito nova a ler textos de filosofia e tinha grupos de trabalhos práticos da cátedra de Introdução à Filosofia, na Universidade de Rosário (naquela época, Universidade do Litoral). Atuei desde os 20 anos como ajudante do professor Adolfo Cárpio. Tudo começou porque ele achou interessante uma discussão minha com o Prof. Mercado Vera, sobre o "caráter inteligível" em Kant. Os dois davam aula na Universidad de Buenos Aires (UBA) e em Rosário. Trabalhei dando aulas de Filosofia, anos depois, na Universidade Estadual de Porto Rico e na Faculdade de Direito da Universidade de Rosário. Trabalhei ainda como ajudante de Carpio na

Universidad de Buenos Aires (UBA) quando retornei de Porto Rico, acho que durante um ano. Já antes de vir para o Brasil, eu queria, porém, de afastar-me da filosofia acadêmica, por diversas razões. O que sempre me encantou é que a filosofia te permitia dialogar com todos os tipos de saberes, científicos e populares, leigos e especialistas, tradicionais e das frentes de inovação. Sócrates não é um exemplo disso?

Quando nova, comecei a exercitar um diálogo com a educação (teorias, especialistas, mas também professores e os pais dos alunos, representantes das comunidades, organizações sociais ligadas às escolas). Escrevemos algumas coisas, mas tipo relatórios técnicos, programas curriculares.

Como se pode ver, começava a interessar-me pela epistemologia social e a comunicação dos conhecimentos, sem dispor desse nome. Recorri aos estudos da sociologia do conhecimento, passei pela Teoria das Ideologias¸ e sempre muita leitura dos clássicos: Platão, Descartes, Hume, Hobbes, Kant, Heidegger, Nietzsche quase por gosto literário, um pouquinho de Hegel, Wittgenstein. Somente já no Brasil, Deleuze-Guattari, Foucault.

Logo, quando cheguei a Brasil e vi que para retomar minhas atividades de ensino e pesquisa tinha que fazer uma pós-graduação. Busquei algo que puder reunir essas questões e direções de pensamento. Em algum momento, pensei que poderia ser nessa pouco conhecida Ciência da Informação.

Ou seja, não existia uma intenção inicial de trazer a filosofia à Ciência da Informação, mas de identificar campos de construção gnosiológica para desenvolver questões que tinham a ver com o modo como se produzem e entrecruzam os saberes e, finalmente, como eles contribuem, ao menos, a melhorar a convivência e a diminuir o sofrimento humano.

No caminho, por força de minha orientação discursiva, essa relação começou a ser pensada e

> formalizada, no escopo e abrangência de uma abordagem interdisciplinar.
> O porquê, segue sendo, para mim, como Filosofia e Ciência da Informação perguntam às vezes de maneira diferente sobre as mesmas coisas, logo, uma poderia aprender no diálogo com a outra?
> Por outro lado, me fascinam as rupturas de parentescos esperados, Comunicação: Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia, Literatura, etc. (González de Gómez, 2010b, n.p.)

A segunda questão apresentava-se do seguinte modo: "Porque uma epistemologia para a Ciência da Informação?"

> Essa é uma pergunta persistente, que ainda reflui em diferentes momentos de minha pesquisa. A resposta mais corrente é porque a Epistemologia permite um recuo reflexivo sobre as práticas de produção de conhecimento e das profissionais, te leva a confirmar ou contestar os pontos de partida e, se considerada de modo não normativo, impede que se fechem de uma vez por todas os pontos de partida (e você vai virar, definitivamente, positivista ou cognitivista, como o sétimo irmão, na lua cheia, vira lobisomem).
> Meu modo de pensar a epistemologia é muito "fraco", permite muita coisa, mas também permite remover "trancas" discursivas, certos registros imperativos do discurso.
> Tem, porém, outros porquês, hoje mais fortes e em elaboração, e tem mais que ver com o esclarecimento do *locus* do documento e da informação nos processos de validação e legitimação instituídos no Ocidente, e seus desdobramentos e impacto nas culturas epistêmicas do sul. (González de Gómez, 2010b, n.p.).

A terceira questão era "Em seu ponto de vista, quais são as perspectivas hoje abertas pelo pensamento desenvolvido na Ciência da Informação?". Respondeu-nos Nélida:

> Tem desafios que me são muito instigantes. O desafio tecnológico (o "encaixe" do *médium* tecnológico no *médium* linguístico e dos dois na constituição de possíveis coletivos); o desafio de entender o *lócus* do conhecimento do social (incluída a pragmática) frente ao conhecimento tecno-tecnológico nas "artes" da linguagem; o desafio de problemas que estão ancorados historicamente em nossos países e tem relação com nossos possíveis destinos (crises de validação; formas de exclusão; fragilização dos modos de identificação e reconhecimento). Todas as tradições devem ser convocadas para mim em torno dessas questões e desafios.
>
> Prometo um dia ainda escrever mais sobre os confrontos disciplinares ou paradigmáticos (como Biblioteconomia versus Ciência da Informação, por exemplo). Encontro perspectivas promissoras e desvios epistêmicos em todos eles – será porque nunca penso os saberes e conhecimentos formais como tendo "essencialidades" ou definindo regiões ontológicas "reais": nós construímos nossas geografias epistêmicas, e várias geopolíticas se justapõem em nosso fluido continente das ciências humanas e sociais.
>
> Trato de entendê-las, antes que de defini-las. (González de Gómez, 2010b, n.p.).

No contexto do Eixo II do questionário de pesquisa, "O olhar sobre o pensamento informacional brasileiro", o mesmo se iniciava com a pergunta: "Em sua visão, qual a relevância da constituição e do desenvolvimento do Grupo de Trabalho 1 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ANCIB – que tem por foco a epistemologia e interdisciplinaridade da Ciência da Informação?". Nélida apresentou a seguinte explicação:

> A ANCIB tem sido uma grande propulsora da pesquisa, da construção de uma identidade de pesquisa, da construção de estratégias de pesquisa institucionalizadas. E a pesquisa como tarefa

> coletiva e intencional requer reconhecimento e espaços organizacionais duradouros. Sempre pensei assim e trabalhei nessa direção. A pesquisa é para mim um importante espaço de construção de autonomia e identidade coletiva.
> Sempre tive dúvidas se a Epistemologia seria tema de um grupo de trabalho ou se é uma dimensão de todos os grupos de trabalho, e de todo processo de pesquisa.
> De minha parte, se alargo bastante o que se entende por Epistemologia (Epistemologia Social ou, ainda, Epistemologia Política), ao mesmo tempo tem alguns estudos que eu categorizaria como estudos sociais da ciência ou comunicação científica. (González de Gómez, 2010b, n.p.).

A segunda questão do Eixo II, desdobrada em duas perguntas, era "Há uma escola de pensamento da Ciência da Informação no Brasil? Em caso de resposta positiva, quais foram os principais conceitos e métodos com os quais esta escola se desenvolveu e/ou se desenvolve?". A resposta à indagação foi:

> Acredito que Brasil é forte na Organização do Conhecimento, onde tem uma tradição e novos expoentes de relevo internacional. Os trabalhos da área estão ao par ou à frente de muitos trabalhos de colegas norte-americanos e europeus. Acho que temos uma boa expressão também nos estudos críticos e epistemológicos, em trabalhos de cunho antropológico e próximos dos estudos da cultura. Estou revisando minha percepção da produção nacional. Em breve devo ter uma resposta melhor. Repito, porém, meu ponto de vista: Não falaria de uma "escola", por convicção epistemológica.
> Por outro lado, nossa particularidade, quiçá, seja olhar as "escolas" tidas como estabelecidas a uma certa distância, e fazer uma nova leitura ao mesmo tempo construtiva e crítica.
> Tenho muitas perguntas ao respeito: "gestão, administração", por exemplo, são sintomas,

> conceitos-chave, soluções? (González de Gómez, 2010b, n.p.)

Por fim, a terceira pergunta do segundo eixo temático do questionário era "Em termos de produção reflexiva e profundidade das esferas de argumentação abertas, como seu olhar posiciona a pesquisa brasileira em epistemologia e filosofia da Ciência da Informação diante das demais escolas de pensamento no campo, como a escola norte-americana, a mexicana, a nórdica, a britânica, a francesa e a ibérica?"

> Bem, Gustavo, acho que respondi indiretamente; gostaria até falar mais de tradições de cada escola, já que quem pesquisa num domínio de tradições operativas tem que dialogar com elas: Miguel Ángel dialoga com a Bibliotecología da UNAM e, desde lá, com a visão latino-americana, os referencias teóricos não são tão diferentes dos brasileiros, ou da Europa de Capurro ou do Canadá de Frohmann e da nova Arquivologia. (González de Gómez, 2010b, n.p.).

No contexto do Eixo III do instrumento de coleta de dados, intitulado "O meta-olhar", a primeira questão, de ordem mais objetiva, indagava: "Indique 5 (cinco) autores e 5 (cinco) textos correspondentes que marcaram seu interesse filosófico fora do campo informacional?" Nélida nos respondeu:

> Platão - A república; O sofista;
> Gramsci - Cadernos do cárcere;
> Maquiavel - Notas sobre o Estado e a política;
> Foucault - Segurança, Território, População;
> Habermas - Teoria da ação comunicativa;
> Wittgenstein – Investigações filosóficas (González de Gómez, 2010b, n.p.).

A segunda questão do Eixo III perguntava: "Indique 5 (cinco) autores que representam, em seu ponto de vista,

autoridades e documentos fundamentais para a compreensão epistemológica e filosófica da Ciência da Informação?"

> - Não consigo escolher 5! Vão alguns:
> Jesse Shera
> Shiyali Ranganathan
> Derek Austin
> Patrick Wilson
> Rafael Capurro
> Bernd Frohmann
> David Blair (González de Gómez, 2010b, n.p.).

A terceira questão do Eixo III das questões, perguntava "Indique 5 (cinco) conceitos que sumarizam seus focos de pesquisa em um olhar retrospectivo, ou seja, segundo sua trajetória bibliográfica até o presente momento."

> Ação de informação
> Caráter seletivo das ações de informação
> Pragmáticas diferenciais da informação
> Regimes de informação
> Política de informação (González de Gómez, 2010b, n.p.).

Por fim, a derradeira questão do instrumento de coleta de dados solicitava para Nélida, "Indique 5 (cinco) conceitos que sumarizam seus interesses atuais e/ou suas perspectivas de pesquisa que apontam para interesses futuros, hoje ainda incipientes (como projetos inéditos em fase preliminar de discussão, desdobramentos pretendidos com os projetos atuais ou ainda antigos temas de interesse nunca desenvolvidos)."

> Validade;
> Agência;
> "Sophrosyne" [σωφροσύνη] [ou conceito do grego clássico que significa moderação, autocontrole e saúde mental ou, ainda, a virtude de conhecer os próprios limites, agir com equilíbrio e resistir a impulsos ou excessos];

> Ética;
> Informação, comunicação, conhecimento (seus reposicionamentos contemporâneos). (González de Gómez, 2010b, n.p.).

Aí estava um pouco de parte de Nélida por Nélida, no espelho dos sentidos em seu tempo e seu espaço. Como descrito, o projeto não prosperou como objeto de pesquisa da tese. As curvas da investigação terminam por nos envolver em outros ideários a cada nova leitura. O diálogo estabelecido com Maria Nélida González de Gómez e Solange Puntel Mostafa no primeiro semestre de 2010 marcaria, porém, toda a trajetória de reconstrução da tese. Ambas seguiram como parte integrante de minha formação. O objeto de estudo, procurando compreender o pensamento informacional desde a epistemologia brasileira, centralmente das epistemólogas brasileiras da Ciência da Informação, manteve-se, como na reflexão realizada junto da pesquisadora Geni Fernandes sobre os aportes de Nélida e de Regina Marteleto (Fernandes; Saldanha, 2012). Especificamente, as respostas de Nélida (González de Gómez, 2010b), aqui pela primeira vez lançadas à superfície da página, reformaram o mapa do caminho da pesquisa. A centralidade de conceitos como "ação de informação", "caráter seletivo das ações de informação", "pragmáticas diferenciais da informação", "regimes de informação", "política de informação" e o lugar da organização do conhecimento como um dos elementos do núcleo disciplinar da formação e da singularidade epistemológica da Ciência da Informação passaram a mobilizar meu pensamento.

Nélida, sua compreensão da filosofia e da história da filosofia, da raiz dos conceitos e de sua capacidade de intervenção no real, ou seja, sua praxiologia, retornava como fonte e matéria-prima para minha tese. No cotidiano das leituras para pesquisa de doutorado e dos diálogos de orientações, bem como as discussões no grupo de pesquisa, a condição política das ações de informação e o fundamento do *logos* como discurso para a compreensão de tal política virá se tornar o principal fruto da tese defendida sob sua

orientação em 2012 no PPGCI Ibict UFRJ sob a orientação da pesquisadora. É daqui, das leituras da obra de González de Gómez aos diálogos e a inspiração intelectiva do questionário de 2010, que a origem de uma proposta conceitual, as "transgramáticas", ganharia forma e conteúdo.

TRANSGRAMÁTICAS: POLITOLOGIA E LOGOLOGIA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO PULSÃO POLÍTICA DA EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

> *Pode dizer-se, aliás, que a Ciência da Informação tem sido uma das guardiãs da comensurabilidade dos discursos científicos, caracterizando a ciência como a prática social de maior potência de circulação informacional, da maior eficácia de codificação e explicitação de seus próprios processos produtivos e de maior rigor e eficácia institucional na regulamentação dos mecanismos e práticas de estabilização de discursos e saberes.* (González de Gómez, 2001, p. 14).

> *Quizás un día nos juntemos*
> *para invocar tu insólito coraje.*
> *Todas, las contreras, las idólatras,*
> *las madres incesantes, las rameras,*
> *las que te amaron, las que te maldijeron,*
> *las que obedientes tiran hijos*
> *a la basura de la guerra, todas*
> *las que ahora en el mundo fraternizan*
> *sublevándose contra la aniquilación.*
> *Eva*, María Elena Walsh

Quando iniciei o doutorado no Ibict, recebi os generosos convites para a prática docente: de um lado, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, para ministrar a disciplina introdutória do curso, "Perspectivas da Ciência da Informação"; de outro, Rosali

Fernandez de Souza, para ministrar as disciplinas de "Organização dos Domínios do Conhecimento" e "Sistemas de Organização do Conhecimento". A integração entre epistemologia da Ciência da Informação e organização do conhecimento, que parecia distante na névoa das primeiras inquietações no mestrado em Belo Horizonte, começava a ser reencontrada.

Maria Nélida González de Gómez, naquele momento, estava dedicada ao diálogo com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI UFF) e em breve iniciaria o processo de retomada, aos poucos, da atividade docente no PPGCI Ibict UFRJ. E é nesse contexto que a conjugação ente epistemologia da Ciência da Informação e a teoria da organização do conhecimento, via o pensamento de González de Gómez (1982, 1993, 1996a, 1996b, 2000, 2001, 2002, 2009), ganham vida para a tese. Em nossa visão, a filósofa nos permite conceber diretamente o que Robert Estivals (1970, 1977, 1978, 1981, 2002, 2003a, 2003b) abordará como "politologia" no contexto da construção da Ciência da Informação, ou seja, o fundamento político das ações de informação. Por sua vez, o papel social da práxis da organização do conhecimento – podemos dizer, a atuação das classificações como artefatos de metarrepresentação, de produção e de reprodução da realidade – estão inseridos em um universo logológico. Aqui, por logologia, estamos em diálogo direto com a filósofa Bárbara Cassin (2005). Contra uma perspectiva focada na ontologia, a logologia é a concepção do ser como fundamento político. Só há política no espaço e no tempo logológicos. É a partir deste espaço-tempo que a cidade nasce: a cidade, efeito do dizer. A grande "coisa" da cidade é o discurso. Temos, deste modo, a substituição do "físico pelo político" como modo de conceber o mundo sofista – e a definição da "legalidade política como partilha, acordo, e até, mesmo – é o sentido próprio de homologia – acordo discursivo." (Cassin, 2005, p. 70).

Esta condição política da organização do conhecimento pode ser observada na longa trajetória do pensamento de González

de Gómez (1982, 1993, 1996a, 1996b, 2000, 2001, 2002, 2009), centralmente em sua releitura da filosofia da linguagem, de seus aspectos políticos, para os estudos informacionais. A perspectiva politológica das ações de informação nos permite compreender o papel e, principalmente, o poder da organização do conhecimento e de seus sistemas na realidade. Tais construtos teóricos e leituras epistemológicas realizadas por Maria Nélida González de Gómez estão, em nossa visão, centralmente, nas publicações "Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas" (González de Gómez, 2006), "Dos estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação" (González de Gómez, 2002), "Da organização dos saberes às políticas de informação" (González de Gómez, 1996b), "A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas" (González de Gómez, 1993). Esses artigos nos fornecem um sólido terreno filosófico-conceitual para a reflexão sobre a politologia e a logologia da classificação como força de construção e de reconstrução do real. Ao mesmo tempo, quando encontramos as respostas de Nélida ao questionário de 2010 (González de Gómez, 2010b), a confluência entre trajetória intelectual e obra refundamentam tal terreno.

A partir da leitura das correlações entre filosofia da linguagem, Wittgenstein e a formação disciplinar da epistemologia da Ciência da Informação, leitura inspirada objetivamente na produção bibliográfica teórica e conceitual de Maria Nélida González de Gómez desde os anos 1980 (González de Gómez, 1982, 1993, 1996a, 1996b, 2000, 2001, 2002, 2009), a tese ganha, pois, outra direção no segundo semestre de 2010. A epistemologia história, ou a compreensão da formação das ideias e sua mobilização para as ações de informação do campo, que pode ser observada como prática intelectual de Nélida de 1980 à recompreensão da Documentação e do discurso neodocumentalista (González de Gómez, 2011), serão

fundamentais para problematizar o campo a partir das transgramáticas, um conceito estruturalmente nelidiano presente em minha formação em Ciência da Informação.

Para a construção do conceito recuamos, assim como González de Gómez (2011), ao plano de uma epistemologia histórica que remonta Otlet (1934) e o solo da "linguagem primitiva" no sentido wittgensteiniano (Wittgenstein, 1979), reencontrando o conceito de "gramática" como parte de uma fundamentação filosófica da Ciência da Informação. Segundo Sylvain Auroux (1998), ocorreram três revoluções tecnolinguísticas no decurso histórico humano. São processos de "regramatização" da realidade, a saber: a invenção da escrita – primeira estabilidade, que se multiplica com a invenção da prensa; a gramatização das línguas do mundo – segunda estabilidade (políticas de línguas do mundo, políticas linguísticas nacionais e de alfabetização); a tratamento eletrônico da informação (que utiliza e potencializa as revoluções anteriores).

O diálogo com os neodocumentalistas para repensar a condição política da organização do conhecimento tem aqui papel preponderante, como parte da crítica da materialidade da linguagem nos processos de regramatização do real. A retomada do estudo do "documento", segundo González de Gómez (2009, 2011), está ligada a uma discussão na epistemologia do campo informacional sobre o estatuto da materialidade do conceito "informação".

O pretenso resultado final de nossa análise é a demonstração da relação direta entre a filosofia da organização do conhecimento (ou filosofia da classificação) e política – seja política de informação, política cultural ou apenas "política simbólica". O caminho político do organizador dos saberes é a cidade discursiva – ou cidade logológica – e este itinerário está em nossa unidade fundamental de análise: a linguagem. A construção de uma sociedade da informação (uma "sofística informacional") tem definitivamente o reconhecimento de um princípio retórico concebido na liberdade do discurso dentro das regras de uma *polis*

e na preservação e transmissão deste como princípio fundamental da experimentação da democracia (Saldanha, 2012).

Aqui, a linguagem é a "matéria" – ou a "materialidade" das ações de informação representam práticas "gramaticais", atravessadas sob os discursos que constroem uma dada *práxis*. E esta é uma linguagem sempre por vir. É a linguagem do outro. A linguagem do outro é que me diz o que é, não o documento, mas o processo de documentar (um significado não da palavra documento, mas da ação temporária de documentar; o sentido no movimento, ou, simplesmente, pragmática). (Saldanha, 2012). No sentido de González de Gómez (2010b), poderíamos dizer: "pragmáticas diferenciais da informação".

O reencontro com a noção de gramática ou "máquina de fazer gramas" (gramática, do grego *grammatiké* – uma *techné* – está presente em Paul Otlet (1934, p. 13): o radical *gramma* aponta para uma noção de linha (traço) e o sujeito *grammatophorus* indica o "mensageiro", ou "portador de um escrito". Por sua vez, *grammatophylacium* revela os arquivos e *graphice*, arte do desenho, do registro; *graphion* significa desenho, plano, esboço (esquisse), arte de levantar, encerrar, concluir, receber planos; e, por fim, *graphium*, representa o estilete, furador/cunha para escrever sobre cera. (Saldanha, 2012). Em síntese, uma epistemologia histórica, pela via da linguagem manifesta na escrita, permitia repensar fundamentos conceituais da Ciência da Informação a partir da noção de "gramática".

Diante das perspectivas politológico-logológicas de González de Gómez (1982, 1993, 1996a, 1996b, 2000, 2001, 2002, 2009), passo a conceber as transgramáticas: conceito fundado na filosofia do simbólico que se ocupa de pensar como, nas tramas da linguagem, a cidade – a vida pública – é constituída, preservada, reconstituída, transformada (Saldanha, 2012).

No sentido tanto de González de Gómez (1993, 1996a, 1996b, 2000, 2001) como de Otlet (1934), pode-se então afirmar: o que há de mais "material" na cidade: o discurso. A cidade é fruto de tal "coisa" discursiva – um sopro plástico (ação) do discurso, ou

artifício da linguagem. (Saldanha, 2012). No sentido direto retirado de Otlet (1934), eis uma exposição universal permanente e em movimento, ou uma grande feira, um grande mercado, a *Cité mondiale* – ou apenas *Bibliopolis*. Este espaço abrigaria, ao guardar, ressimbolizar e transmitir, os desígnios simbólicos das sociedades, ideias, sentimentos, projetos coletivos (Saldanha, 2012). Tratar-se-ia, pois, da totalidade reunida em um só ambiente como símbolo e representação vivos da humanidade.

DE VOLTA AO PEQUENO LEITOR (OU NO GABINETE DE NÉLIDA, DIANTE DE SUA BIBLIOTECA, DIANTE DE SUAS MARGINALIAS)

> *Após substituir as testemunhas e a comunidade de experiência e reformular as regras de construção dos testemunhos institucionais e documentários, quais são e como se estabelecerão as condições de evidência social nos novos cyber-espaços da informação?* (González de Gómez, 2001, p. 17).

> *No descanses en paz, alza los brazos*
> *no para el día del renunciamiento*
> *sino para juntarte a las mujeres*
> *con tu bandera redentora*
> *lavada en pólvora, resucitando.*
> *No sé quién fuiste, pero te jugaste.*
> *Eva*, María Elena Walsh

Era o ano de 2012 e Nélida estava de mudança de apartamento. Ali convidara os então orientandos, Márcia Figueiredo, hoje docente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e eu, para irmos à sua casa. Lá chegando, levou-nos a um cômodo, o seu gabinete, o local onde ficava sua biblioteca, sua mesa de trabalho. Era como adentrar, simbolicamente, no universo de vida e obra da filósofa, agora sob outra dimensão (que não aquela da resposta ao questionário de

2010). Ali, a nossa orientadora nos disse algo como: "os livros que ainda estão nas estantes, vocês podem escolher; aqueles que levarei para a outra casa, eu já retirei; tudo que está neste quarto vocês podem escolher e pegar".

Não havia apenas livros. Havia ali também, na mesa, nas estantes, no chão, papéis, muitos papéis, repletos de anotações, desenhos, registros dos gestos do pensamento de Nélida que certamente antecederam suas publicações. Era, sim, como estar diante do sítio arqueológico das ideias de Nélida. Dali saíra não apenas o artigo que marcara, para mim, início de tudo, em 2004 (González de Gómez, 2001), texto fundamental de Nélida para ontem e para amanhã. Eu me recordo de sentar-me no chão e ir passando, como um leitor que está diante da miríade de marginalias de um pensamento vivo, pulsante, ali, como se os manuscritos de Nélida estivessem em movimento.

Naquele mesmo ano, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) abrira o concurso para pesquisador do Ibict e o mundo se transformava radicalmente em minha vida: eu concluía minha tese sob orientação de Nélida e me tornava colega de investigação de González de Gómez. Tudo agora, ao mesmo tempo, linguagem, espelho, movimento. Recordo-me do carinho e da generosidade do primeiro encontro, agora juntos, ali, no Ibict - eu diante de quem, montanhas lá atrás, escutara o nome, a recomendação – "só uma pessoa pode orientá-lo com este tema de pesquisa". Eu ali diante da autora do texto que tanto me inquietou com suas indagações, eu diante de quem tecera tantas redes epistemológicas que se tornaram a trama firme para meus diálogos e meu caminhar no campo.

Decorridas duas décadas, sigo relendo o artigo "Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação", de Maria Nélida González de Gómez, publicado pelo periódico *Perspectivas em Ciência da Informação*, em 2001. Sigo tentando, como Nélida tão bem o fazia, como método estrutural do conhecimento, a perguntar. Afinal, o que é a informação? Afinal, o que é Ciência

da Informação? No mundo, não existe possibilidade de tal resposta sem a leitura da obra de González de Gómez.

Deste artigo para a descoberta, como pequeno leitor a ler e a reler, minha travessia seguiu a buquinar, insistentemente, as bases de dados à procura das publicações de Nélida, para encontrar mais e mais fontes da filósofa que permitiram o desenvolvimento de minha formação teórico-metodológica em Ciência da Informação. Centralmente, as correlações de espelho crítico entre a epistemologia histórica da Ciência da Informação e a práxis da organização do conhecimento são elementos que moldaram minha forma de pensar. A concepção de transgramáticas, tecida na tese sob a orientação de Maria Nélida González de Gómez é, pois, raiz e fruto do manancial conceitual da pensadora, de sua forma de praticar a filosofia e o ensino da filosofia.

Do ponto de vista da epistemologia histórica, desde a sua dissertação de mestrado (González de Gómez, 1982) ao percurso de compreensão da formação do campo e das transformações do conceito de informação até chegar à reflexão de retomada das releituras do conceito de "documento" no campo (González de Gómez, 2009, 2011), Nélida foi e seguirá sendo a minha bagagem de mão inseparável. O percurso de seu pensamento me forneceu e fornece teoria e método para a praticar o pensamento, para compreender a Ciência da Informação de ontem e de hoje, para reconhecer o campo informacional em sua imensa potência política, para refundamentar permanentemente seus conceitos e problematizá-los como práxis, na materialidade das ações de informação e seu impacto na realidade social.

Pensar o mundo a partir das transgramáticas é um modo de conceber a reconstrução da realidade à luz da Ciência da Informação como uma logologia e politologia da classificação, legado este, para mim, oriundo do conjunto de perguntas e de conceitos mobilizados por Maria Nélida González de Gómez ao longo de sua trajetória. Em outras palavras, a filósofa me levou a pensar as transgramáticas, da política do discurso ao discurso das

metarrepresentações como política, e, logo, a praxiologia das ações de informação.

Como respondera Maria Nélida González de Gómez (2010b) para a questão epistemológica do campo, o "porquê, segue sendo, para mim, como Filosofia e Ciência da Informação perguntam às vezes de maneira diferente sobre as mesmas coisas, logo, uma poderia aprender no diálogo com a outra?" Eis uma interrogação filosófica, dentre tantas aprendidas a partir da vivência com Nélida, que levo comigo em meu percurso, como pesquisador, docente, parceiro de projetos de pesquisa científica. Esta, dentre tantas outras questões de pesquisa para o campo legadas por González de Gómez (2001), como

> Qual seria a melhor definição desse sujeito social do conhecimento? Se não podemos falar de uma agência privilegiada que tenha a extensão e consistência da sociedade global, qual é a visão que faz visível o invisível? Tratar-se-á de algo anônimo, inconsciente e agregador que só é percebido pelo cálculo estatístico, a heurística econômica, a suspeição ideológica?
>
> A partir de que condições práticas e axiológicas, sob o fundo das possibilidades antropológicas e culturais, os indivíduos e os grupos sociais desenvolvem estratégias seletivas de estabilização ou de mudança de ecossistemas de conhecimento e informação? (González de Gómez, 2001, p. 17).

As perguntas, antes de quaisquer assertivas e definições, estas são, da filosofia à ciência, da ciência à Ciência da Informação, da Ciência da Informação à práxis informacional, fundamentais para o caminho do pensamento crítico. Seguir a reler a filósofa Maria Nélida González de Gómez é, pois, o permanente exercício de trilhar a redescoberta de novas perguntas sobre os dilemas transgramaticais da realidade.

EM AGRADECIMENTO

Para Nélida, orientadora, amiga, filósofa, por abrir, com seus textos, com suas aulas, com seus diálogos, com sua trajetória acadêmico-científica, com as redes de conhecimento constituídas por ela, um continente de questões – as belas perguntas filosóficas – para pensar um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AUROUX, Sylvain. **A Filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.

CASSIN, Barbara. **O Efeito sofístico**. São Paulo: ed. 34, 2005.

ESTIVALS, Robert. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.

ESTIVALS, Robert. Introduction à une échelle historique, artistique et politique de schématisation. **Schéma et schématisation**, [*s. l.*], n. 6, p. 93-100, 1977.

ESTIVALS, Robert. La schématisation et la dialectique de la création scientifique, artistique et politique (premir essai d'interpretation). **Schéma et schématisation**, [*s. l.*], n. 2, p. 44-59, 1970.

ESTIVALS, Robert. Luttes de classe et schématisation. **Schéma et schématisation**, [*s. l.*], n. 9, p. 5-10, 1978.

ESTIVALS, Robert. **Théorie générale de la schématisation 1 (épistemologie des sciences cognitives)**. Paris: L'Harmattan, 2002.

ESTIVALS, Robert. **Théorie générale de la schématisation 2 (sémiotique du schéma)**. Paris: L'Harmattan, 2003a.

ESTIVALS, Robert. **Théorie générale de la schématisation 3 (théorie de la communication)**. Paris: L'Harmattan, 2003b.

FERNANDES, Geni Chaves; SALDANHA, Gustavo Silva. Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, p. 2-31, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Comentários ao artigo "Hacia um nuevo pardigma em bibliotecologia". **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **[Respostas ao questionário de pesquisa do projeto Para pensar a epistemologia da Ciência da Informação no Brasil**: a trajetória e a obra em construção de Nélida Maria González de Gómez e Solange Puntel Mostafa]. Responsável pelo projeto: Gustavo Silva Saldanha. Rio de Janeiro, 10 de março de 2010b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Documentação e Neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da Informação e documentação**. Campinas: Editora Alínea, 2011. p. 23-36.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Reinvenção contemporânea da informação. **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT**: um estudo de caso. 1982. 185f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da organização dos saberes às políticas de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez.1996b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Dos estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. *In*: AQUINO, Miriam de Alburquerque (org.). **O Campo da Ciência da Informação**: Gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 29-84.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramaZero**, Brasília, v. 1, n. 6, dez. 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Prefácio. *In*: GRACIOSO, Luciana de S.; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem**: da pragmática informacional à web pragmática. Rio de Janeiro: ed. do autor, 2010a. p. 17-18.

GRACIOSO, L. de S. **Filosofia da linguagem e Ciência da Informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais**. 2008. 178f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

GRACIOSO, Luciana de S.; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem**: da pragmática informacional à web pragmática. Rio de Janeiro: ed. do autor, 2010.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. R. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecología. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Uma filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas**. Rio de Janeiro, 2012. 437. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação**: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. Belo Horizonte, 2008. 337f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores, 56).

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado Lógico Filosófico**: Investigações filosóficas. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Como citar

SALDANHA, Gustavo Silva. Logologia e politologia da organização do conhecimento segundo Maria Nélida González de Gómez: as transgramáticas da política do discurso ao discurso das metarrepresentações como política. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 221-253. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap11.

SUPERFÍCIES QUE PROJETAM MUNDOS: UM DIÁLOGO ENTRE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ E VILÉM FLUSSER SOBRE MEDIAÇÃO, IMAGENS TÉCNICAS E REGIMES DE INFORMAÇÃO

Ricardo M. Pimenta

INTRODUÇÃO

Este capítulo, inserido no eixo orientado à discussão das ressonâncias, desdobramentos e atualidade do pensamento de Maria Nélida González de Gómez no campo informacional, busca destacar conceitos, reflexões e indagações de sua obra que se tornaram referência e alicerce para a construção de uma proposta de tecno-fenomenologia crítica aplicada às dinâmicas informacionais contemporâneas. O objetivo central é investigar como as (inter)mediações da informação configuram a experiência sociotécnica e tecnopolítica do sujeito informacional, articulando os conceitos de "Regime de Informação", "mediação" e "intermediação", de Maria Nélida González de Gómez, juntamente com a filosofia das "imagens técnicas" – ou tecnoimagens – e "mediações", de Vilém Flusser.

Partimos da premissa de que a imagem técnica (Flusser, 2008ª, 2008b) não atua como espelho da realidade, mas como um "projetor de mundos": uma superfície que produz sentidos ao mesmo tempo que opera em função de programas previamente inscritos nos aparelhos. Nesse escopo, o pensamento de Maria Nélida González de Gómez torna-se fundamental para explorarmos a tensão entre a intermediação – compreendida como metaprocesso instrumental e institucional – e a mediação – entendida como espaço de construção de sentidos e de encontro intersubjetivo no mundo da vida.

É nesse encontro que propomos engendrar um diálogo entre os autores acerca das formas pelas quais a mediação da informação participa de exercícios de poder que modelam e atualizam os regimes de informação. Discute-se como o aparato técnico – o aparelho, ou o "isso" – se interpõe na relação "eu-tu" formulada por Martin Buber (2009), participando do que identificamos, em uma atualização da perspectiva de Maria Nélida González de Gómez, como "agências algorítmicas".

Diante da opacidade da caixa-preta algorítmica e da ascensão da inteligência artificial generativa, o capítulo sustenta a necessidade de uma perspectiva crítica voltada aos programas técnicos e às formas de reprodução da cultura digital contemporânea. Reconhecer a tecnologia como participante da formação dos sentidos torna-se, assim, condição para restituir ao sujeito informacional sua capacidade de compreensão, contestação e intervenção nos ambientes sociotécnicos.

REGIME DE INFORMAÇÃO: UM EMARANHADO QUE SE ATA E SE DESATA

A informação é um fenômeno social e dinâmico, relacionado direta e indiretamente às múltiplas formas de produção, mediação e consumo do conhecimento. As "atividades e manifestações econômicas, sociais e culturais" (González de Gómez, 2002, p. 30) atravessam e afetam essas formas. Elas tanto

resultam de estruturas estruturantes, socialmente e historicamente constituídas quanto contribuem para legitimar, desenvolver e sedimentar os regimes de informação vigentes.

Em sua função articuladora, o regime de informação, tal como formulado por González de Gómez (2012), emerge como ponto de convergência entre noções de proveniências teóricas distintas. Entre elas estão a cadeia de produção da informação, proveniente da administração científica (Weinberg, 1972, 1995) e da gestão de políticas (Braman, 2004, 2009); o modo de informação (Poster, 1990), de inspiração foucaultiano-marxista; a infraestrutura, vinculada aos estudos dos grandes sistemas técnicos (Bowker *et al.*, 2010; Hanseth, 2010); e o regime global emergente, relacionado à teoria dos regimes internacionais (Krasner, 2012). A formulação da autora, contudo, não se encerra nessas matrizes.

Em uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, percebe-se que contribuições provenientes da Ciência da Informação e de outros campos apresentam forte aderência à ideia de regime de informação, mesmo quando não originalmente formuladas em diálogo direto com a área. Introduzido no campo por Bernd Frohmann (1995), o conceito ganhou maior densidade e capilaridade crítica na obra de Maria Nélida González de Gómez. Desde então, diferentes abordagens recorrem a esse "conceito-rizoma" para responder a demandas históricas específicas e examinar fenômenos sociotécnicos e tecnopolíticos cuja complexidade exige contínua elaboração teórica.

Vale deixar explícito que essas noções não se subordinam umas às outras nem compõem uma genealogia única. Elas podem se aproximar por afinidade temática e por coincidência histórica de uso, formando uma espécie de família conceitual – ou constelação – cujos membros mantêm entre si relações de vizinhança e não de dedução.

Talvez seja justamente a ausência de um centro conceitual único que nos permita compreender o regime de informação como um "emaranhado". Sua unidade não é essencial, tampouco parece sê-lo na formulação de González de Gómez. Parece mais

adequado compreendê-lo relacionalmente, isto é, como uma configuração constituída pela maneira como agentes, instituições, tecnologias e critérios de valor se articulam de forma contingente em determinado tempo e espaço, sem que qualquer desses elementos ocupe, necessariamente, a posição de origem ou se apresente como o fundamento dos demais.

Entre as articulações contemporâneas do conceito, destacam-se algumas abordagens particularmente relevantes. Arthur Bezerra (2017), por exemplo, propõe a existência de um "novo regime global de mediação da informação". A temática da vigilância, por sua vez, pode ser examinada tanto a partir da análise foucaultiana das instituições disciplinares (Foucault, 1975) quanto dos estudos de James Rule (1974) sobre sistemas de informação e ameaças à privacidade, chegando ao diagnóstico contemporâneo do "capitalismo de vigilância" de Shoshana Zuboff (2020). Ricardo Pimenta (2019, 2022a), por sua vez, destaca ainda o "regime de visibilidade da informação" como dimensão cultural e sociotécnica capaz de influenciar percepções individuais e coletivas, participando da construção de formas de ver, ser e conhecer o mundo mediado pelo digital.

Grosso modo, essa tensão entre a dimensão tecnológica e a dimensão valorativa, que atravessa o conceito sem se resolver em uma síntese estável, confere ao regime de informação seu caráter heterogêneo e provisório. O regime existe enquanto seus elementos permanecem articulados; e se transforma quando essas articulações são desfeitas ou reorganizadas.

É nesse contexto técnico, político e cultural, no qual Maria Nélida González de Gómez identifica o regime como um "plexo de relações e agências" (González de Gómez, 2012, p. 43), que nos interessa compreender o conceito como espaço de diálogo com Vilém Flusser, autor ainda pouco explorado pela Ciência da Informação e cuja obra se mostra particularmente pertinente para a análise do cenário atual.

Se considerarmos esse "plexo" como uma configuração informacional dominante, torna-se possível examinar como são

definidos os agentes reconhecidos, as agências autorizadas e as formas pelas quais a intermediação técnica favorece ou obstrui determinadas relações. Em perspectiva flusseriana, isso significa reconhecer que a mediação de sentidos no mundo sociotécnico – aqui representada pelo modelo "Eu-Isso-Tu" (Pimenta, 2026), formulado em diálogo com Buber (2009) – ocorre no interior de regimes de informação historicamente constituídos. Onde há um ecossistema de mediações em ação, há também exercícios de poder que atravessam aparelhos, tecnologias, conhecimentos, instituições e formas de intermediação diversas. Ademais, o caráter relacional e descentralizado do regime de informação não impede que determinadas articulações adquiram estabilidade e predominância histórica. "Dominante", portanto, não designa um núcleo único de controle, mas uma sedimentação provisória de regras, autoridades, dispositivos e critérios de valor.

A partir de González de Gómez, torna-se possível pensar o regime de informação como configuração histórica e, em determinadas circunstâncias, como dispositivo. O fenômeno relacional que o constitui em dado espaço-tempo é simultaneamente estruturado – por resultar de processos históricos e da atuação de sujeitos e instituições – e estruturante, pois oferece a "gramática" segundo a qual seus agentes e agências podem se constituir e adquirir reconhecimento (González de Gómez; Rabello, 2017).

VILÉM FLUSSER E MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Discutiremos nesta seção como a perspectiva do regime de informação e as distinções entre mediação e intermediação elaboradas por González de Gómez podem iluminar aspectos que não foram plenamente desenvolvidos por Vilém Flusser em suas reflexões sobre imagens técnicas, aparelhos e programas.

Consideremos primeiro a seguinte afirmação: o conjunto sedimentado e dominante de intermediações numa dada formação

social participa da constituição da estrutura normativa, técnica e sistêmica daquilo que Maria Nélida González de Gómez chamou de Regime de Informação.

Em nossa leitura de González de Gómez, a intermediação pode ser compreendida como um metaprocesso instrumental, organizado em contextos institucionais e orientado para determinadas finalidades; constituindo uma modalidade teleológica e técnico-institucional da mediação. Já esta última possui alcance mais amplo: designa o espaço relacional situado entre sujeitos informacionais, objetos, saberes especializados, sistemas técnicos e o "mundo da vida" que os circunscreve (González de Gómez, 2005). Presente nas dimensões dialógica, formativa, estética, ética e política da informação, a mediação participa da própria constituição do fenômeno informacional. Não se trata, portanto, de separar rigidamente uma dimensão sociotécnica de outra tecnopolítica, mas de reconhecer diferentes escalas e formas de organização dos processos mediadores onde a intermediação organiza suas respectivas condições tecno-institucionais.

Embora González de Gómez vincule a mediação às ações sociais, à produção de sentidos e às relações entre sujeitos, sua abordagem da intermediação permite examinar mais especificamente a participação de objetos, documentos, infraestruturas e sistemas técnicos nos processos informacionais. Rabello e González de Gómez (2017, p. 26) definem a intermediação como um metaprocesso do qual participam atores humanos e não humanos. Essa formulação não implica atribuir consciência ou intencionalidade humana às tecnologias, mas permite examinar como protocolos, equipamentos, algoritmos e sistemas de recuperação condicionam as possibilidades de produção, circulação, acesso e reconhecimento da informação.

A mediação não perde, por isso, seu caráter social. Ela ocorre em configurações sociotécnicas nas quais sujeitos interagem entre si e com artefatos técnicos, negociando sentidos no interior de condições institucionais e informacionais previamente constituídas. A participação dos não humanos deve ser

compreendida, neste capítulo, como capacidade de produzir efeitos nessas relações, e não como equivalência ontológica entre pessoas e máquinas. *Stricto sensu*, é a própria relação e simetria entre esses componentes que define os "regimes de informação" estudados pela autora. Afinal, a participação de objetos, documentos, infraestruturas e sistemas técnicos nesses processos permite perguntar em que medida as tecnologias deixam de operar apenas como canais e passam a condicionar ativamente as possibilidades de produção, circulação e reconhecimento da informação.

A emergência das inteligências artificiais generativas e dos chamados sistemas agênticos radicaliza esse problema. Esses sistemas não apenas armazenam, recuperam ou transmitem informações. Eles selecionam, combinam, hierarquizam e projetam conteúdos. Cabe perguntar, portanto, como tais operações de intermediação técnico-institucional reconfiguram sua participação nos processos mais amplos de mediação e produção social de sentidos.

O mais seguro, nesse caso, é reconhecer a convergência entre operações tradicionalmente associadas à intermediação e outras que afetam diretamente a mediação. Sistemas algorítmicos executam classificações, seleções e inferências que condicionam o que pode ser percebido e comunicado. Eles sugerem, sintetizam e projetam conteúdos, em vez de apenas transmiti-los. A interface visível medeia, assim, a relação do usuário com uma infraestrutura global de dados cuja organização permanece, em grande parte, imperceptível, "submersa" e sob o controle das *big techs*.

Nesse diálogo conceitual, é necessário examinar como a mediação se configura na obra de Vilém Flusser. Sua reflexão pode ser organizada, para fins expositivos, como um movimento histórico de abstração no qual cada nova forma de mediação procura responder à opacidade produzida pela anterior, mas termina por produzir novas formas de alienação. Propomos distinguir três momentos: a mediação mágica das imagens

tradicionais, a mediação histórica da escrita e a mediação pós-histórica das imagens técnicas.

O primeiro momento, o da mediação "mágica", é marcado pelas imagens produzidas diretamente pelo ser humano. Interpostas entre o sujeito e o mundo, essas imagens representavam cenas e situações – como nas pinturas rupestres – e podiam funcionar tanto como mapas de orientação quanto como "biombos" que encobriam aquilo que deveriam representar. Ao tentar compreender e controlar o mundo concreto e tridimensional, o ser humano realizou um primeiro movimento de abstração: reduziu-o a uma superfície bidimensional.

Trata-se de uma mediação que representa o mundo e, simultaneamente, interpõe-se entre o ser humano e aquilo que representa (Flusser, 2011, p. 115). A imagem passa, assim, a apresentar ao sujeito o mundo tal como ele deve ser conhecido.

Nesse contexto surgem as imagens tradicionais: pinturas e desenhos realizados por diferentes técnicas e materiais. Para Flusser, o problema aparece quando a imagem deixa de orientar o ser humano no mundo como outrora planejado. A relação então se inverte: em vez de utilizar a imagem como instrumento, o ser humano passa a orientar sua experiência em função da representação imagética.

Com efeito, o questionamento sobre quem controla socialmente os códigos e os critérios de interpretação encontra no conceito de regime de informação uma possibilidade analítica. Em determinados contextos históricos, imagens, instituições religiosas e autoridades interpretativas participaram conjuntamente da legitimação de agências, discursos e formas de representar o real. Nessa perspectiva, a imagem não apenas refletia uma ordem social: contribuía para instituí-la e torná-la assimilável por meio da sua visibilidade.

O segundo momento corresponde à mediação textual, que surge como reação à opacidade das imagens tradicionais. A escrita procura romper a superfície imagética, decompondo e organizando seus elementos de maneira linear, sequencial e

unidimensional. Para Flusser, enquanto a consciência estruturada por imagens percebe o mundo como cena, a consciência textual o interpreta como processo. É nesse movimento de leitura linear e explicação conceitual da realidade perfilada pela linguagem na forma da escrita que se constitui a consciência histórica.

Essa nova estrutura de compreensão e interpretação da realidade também produziu seus vieses. Segundo o autor, os textos, particularmente os científicos, os técnicos e os conceituais também limitaram a percepção, a crítica e a reflexão quando os homens passaram a limitar-se ao que a informação comportava por meio da unidimensionalidade da escrita. A partir desse momento, o campo da ciência e a tecnocracia e burocracia do Estado produziram agências que legitimaram discursos, verdades e informações na trajetória da produção do conhecimento em ambas as perspectivas disciplinares e, mais tarde, de controle.

> Os textos, como as demais mediações, inclusive as imagens, obedecem a dialética interna. Representam o mundo e encobrem o mundo, são instrumentos de orientação e formam paredes opacas de bibliotecas. Desalienam e alienam o homem. O homem pode passar a esquecer a função orientadora dos textos, sua finalidade entendida, e pode passar a pensar e agir em função dos textos, Tal inversão da relação "texto-homem", tal "textolatria", caracteriza a nossa história nos seus últimos estágios. As ideologias políticas são exemplos desse tipo de loucura. Destarte a consciência histórica ia perdendo o chão que a sustenta, o contato que os textos estabelecem com o mundo da experiência concreta. E tal contato se dá apenas quando textos explicam imagens, têm mensagem imaginável. O século 19 é, pois, palco da crise da historicidade.
> Foi quando foram inventadas as fotografias, e seu vário desenvolvimento como filmes, vídeos, hologramas, em suma: as tecnoimagens. São elas instrumentos para tornar imaginável a mensagem dos textos. Os textos se dirigiam, originalmente,

> contra imagens, a fim de torná-las transparentes para a vivência concreta, a fim de libertar a humanidade da loucura alucinatória. Função comparável é a das tecnoimagens: dirigem-se contra os textos, a fim de torná-los transparentes para a vivência concreta, a fim de libertar a humanidade da loucura conceptual. (Flusser, 2011, p. 117).

A proposta seguinte de superação da opacidade textual ocorre na terceira fase da mediação: a das imagens técnicas, ou tecnoimagens. Produzidas por aparelhos – como câmeras, satélites e sistemas computacionais –, essas imagens frequentemente se apresentam como registros diretos ou formas de esclarecimento do mundo. Parecendo constituir evidências de algo que ocorreu e que se tornou perceptível por meio de recursos técnicos. Flusser (2011, p. 118) distingue, nesse contexto por exemplo, a palavra "cachorro", que simboliza o animal por meio de um código linguístico, da pegada deixada no solo, percebida como indício de sua presença concreta.

O problema reside na tensão entre símbolo e sintoma. O símbolo depende de códigos compartilhados para significar; o sintoma, por sua vez, tende a ser percebido como vestígio causal e, portanto, como informação verificável. A imagem técnica explora essa aparência indicial, embora não resulte de uma impressão imediata do real. Ela é produzida por programas inscritos nos aparelhos, tornando-se um possível simulacro. Surge então uma questão decisiva: quais agentes, regras, valores e infraestruturas constituem esses programas? Essa pergunta parece exigir um encontro entre Flusser e González de Gómez.

Os objetivos daqueles que inscrevem determinadas possibilidades nos programas permanecem ainda mais opacos. Para Flusser, o programa opera como prescrição e pressupõe uma escrita anterior. A tecnoimagem constitui uma nova forma de magia pós-histórica, pois a informação e o conhecimento produzidos durante a era da mediação textual fornecem os conceitos e cálculos dos quais ela emerge. Assim, "quem estiver

programado por tecnoimagens vive e conhece a realidade como contexto programado" (Flusser, 2011, p. 120).

A partir desse ponto, destaca-se uma convergência entre González de Gómez e Flusser. Ao aproximarmos a perspectiva macropolítica da primeira da abordagem fenomenológico-tecnológica do segundo, podemos examinar como relações de poder antes associadas principalmente a instituições e autoridades humanas passam a ser também inscritas em códigos, programas e infraestruturas algorítmicas. Não se trata de um desaparecimento das instituições, mas de uma reconfiguração de suas formas de atuação tornando-as múltiplas.

Com efeito, enquanto González de Gómez identifica as disputas macropolíticas pelos critérios de excelência e legitimação que agentes e agências produzem enquanto integrantes do rol das autoridades epistêmicas, Flusser traz à baila uma proposta de reflexão em outra escala onde sua fenomenologia "estranha" (Beccari, 2021) e "criativa" (Pimenta, 2026, p. 7), ou "especulativa" (Oliveira, 2018), funde fábula e ficção para compor sua "carta" metodológica identificada por Maria Ribeiro e Marcelo Santos (2015) como "ficção filosófica". Para Flusser, as ações de informação e suas dinâmicas de mediação operam sempre em função – e, portanto, de maneira prescrita – do programa que está em todos os aparatos técnicos e operam de forma "invisível" para maioria dos olhos humanos que interagem cotidianamente com eles.

Este ecossistema técnico hiper informacional, do qual os indivíduos dependem redesenha o mapa das autoridades epistêmicas e transforma os próprios regimes de informação. Em sua configuração contemporânea, o regime pode ser compreendido não apenas como parte de uma engenharia institucional e política, mas também como arquitetura computacional automatizada. A autoridade epistêmica não desaparece das instituições e dos especialistas, mas passa a disputar espaço com a eficácia atribuída às plataformas, aos modelos estatísticos e aos sistemas algorítmicos. Forma-se, assim, uma nova

"caixa-preta", mais opaca que muitas de suas predecessoras analógicas, capaz de modelar, executar e monitorar novos processos de mediação.

O diagnóstico de González de Gómez encontra ressonância na noção de "sociedade de plataformas", desenvolvida por José van Dijck, Thomas Poell e Martijn de Waal (2018). Os autores mostram como as plataformas digitais moldam ativamente a esfera pública e as interações cotidianas por meio de processos como a dataficação – a conversão de práticas sociais em dados quantificáveis –, a algoritmização – a organização e a curadoria automatizadas das relações e visibilidades sociais – e a mercantilização, pela qual dados e interações são convertidos em ativos econômicos. Vale citar que estes temas também compõem o rol de investigação de Byung-Chul Han em "Não-coisas: reviravoltas do mundo da vida" (2023), "Infocracia: digitalização e a crise da democracia" (2022), e "Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas tecnologias de poder" (2018).

Já em Flusser, destaca-se o papel dos aparelhos-programa, das telas, superfícies, e sua crescente mediação por tecnoimagens em uma sociedade cada vez mais dependente, em termos visuais, socioculturais e cognitivos, dos bens de consumo que se tornaram os perfis e suas respectivas visualizações em redes sociais; as promessas tecnológicas de ferramentas de inteligência artificial e toda sorte de recursos técnicos, profissionais e científicos que têm na "governamentalidade algorítmica" (Rouvroy; Berns, 2013) sua maior aliada para a manutenção desse *status quo*.

SOB AS SUPERFÍCIES: MODULAÇÕES, AGÊNCIAS E PROGRAMAS NO REGIME DE INFORMAÇÃO

Na esteira da discussão sobre governamentalidade algorítmica, cabe incorporar uma terceira referência: Gilles Deleuze. Ao diagnosticar a crise dos meios de confinamento característicos da sociedade disciplinar analisada por Michel

Foucault, Deleuze identifica a emergência de formas de controle contínuo e variável, às quais associa o conceito de "modulação".

> A família é um "interior", em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. [...] São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. [...] Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e sujeições. [...] os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto ao outro. [...] Nas sociedades de controle [...] o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha [...] A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. (Deleuze, 2008, p. 219-222).[14]

Embora não tenhamos registro de um diálogo direto entre Vilém Flusser e Gilles Deleuze, suas reflexões apresentam convergências relevantes no início da década de 1990. Ambos identificam a passagem de uma sociedade organizada predominantemente por instituições, espaços delimitados e estruturas relativamente estáveis para outra marcada por códigos, redes, aparelhos e programas. "Tudo é código; tudo o que nos rodeia é um código" (Flusser, 1974, p. 24); "eu sou um código e você é um código" (Flusser, 1974, p. 28); escreveu Flusser em 1974.

[14] A citação é da sétima reimpressão, publicada em 2008. A primeira publicada em português, traduzida por Peter Pál Pelbart, é de 1992. O original, em francês, foi publicado em 1990.

Em Flusser, o sujeito passa a operar no interior de códigos e programas; em Deleuze, torna-se "dividual": fragmentado em cifras, dados e amostras mobilizados por sistemas de controle. Suas informações públicas e privadas tornam-se matéria-prima de operações que delimitam o mundo que lhe pode ser apresentado.

Publicado no Brasil somente em 2007, na coletânea *O mundo codificado*, o ensaio "A fábrica" teve origem em uma conferência, sob o título "*Homo faber*", apresentada por Flusser no encontro empresarial da *Aktiengesellschaft für Industrieplanung* (agiplan), em Mülheim an der Ruhr, em 5 de março de 1991. Sua primeira publicação ocorreu em 1993, sob o título "*Die Fabrik*", na coletânea *Vom Stand der Dinge* (Flusser, 1993).

Em 1990, Deleuze afirma que as modulações próprias das sociedades de controle alteram continuamente as condições nas quais o sujeito pode circular, acessar e agir. A regulação não precisa impor uma única conduta nem provir de um ator central situado acima dos demais. Ela distribui possibilidades e modifica continuamente os limites dentro dos quais as escolhas podem ser realizadas.

> Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica). Félix Guattari imaginou uma cidade onde cada um pudesse deixar seu apartamento, sua rua, seu bairro, graças a um cartão eletrônico (dividual) que abriria as barreiras; mas o cartão poderia também ser recusado em tal dia, ou entre tal e tal hora; o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal. (Deleuze, 2008, p. 224-225)

É interessante perceber que em 1993 Flusser produz uma reflexão com grande ressonância àquela de Deleuze. Nela Flusser diz que:

> Surgem agrupamentos significativos de máquinas na Europa ocidental e na América do Norte, e, posteriormente, em todo o mundo, formando entroncamentos de uma rede de circulação. Por serem ambivalentes, os fios dessa rede podem ser organizados de modo centrípeto ou centrífugo. Ao longo dos fios centrípetos, as coisas relacionadas à natureza e aos homens são absorvidas pelas máquinas para que lá possam ser convertidas e utilizadas. Ao longo dos fios centrífugos, as coisas e os homens transformados fluem para fora das máquinas. [...] A natureza inteira é atraída, de forma concêntrica, por essa sucção das máquinas. Essa é a estrutura da arquitetura industrial dos séculos XIX e XX. Essa estrutura mudará radicalmente em função dos aparelhos eletrônicos. Não somente pelo fato de que os aparelhos sejam mais adaptáveis ao uso e, por isso, radicalmente menores e mais baratos que as máquinas, mas também por não mais serem uma constante em relação ao homem. Fica cada dia mais evidente que a relação homem-aparelho eletrônico é reversível, e que ambos só podem funcionar conjuntamente: o homem em função do aparelho, mas, da mesma maneira, o aparelho em função do homem. Pois o aparelho só faz aquilo que o homem quiser, mas o homem só pode querer aquilo de que o aparelho é capaz. Está surgindo um novo método de fabricação, isto é, de funcionamento: esse novo homem, o funcionário, está unido aos aparelhos por meio de milhares de fios, alguns deles invisíveis: aonde quer que vá, ou onde quer que esteja, leva consigo os aparelhos (ou é levado por eles), e tudo o que faz ou sofre pode ser interpretado como uma função de um aparelho. (Flusser, 2008a, p. 37-38).[15]

[15] A citação de "a fábrica" é referente à coletânea de 2008. Contudo, o texto de 2008, em português, é a tradução do original em alemão, publicado em 1993. (Flusser, 1993, p. 68-73).

Se, em Flusser, escolhemos entre possibilidades previamente inscritas no programa, em Deleuze transitamos entre possibilidades continuamente moduladas pelos mecanismos de controle. A aparente liberdade do sujeito informacional contemporâneo não implica, portanto, autonomia sobre todas as condições de sua ação. Ela pode se reduzir à escolha entre alternativas já configuradas, sustentada pela dependência de aprovações, registros, créditos, acessos, serviços, curtidas, visualizações e seguidores.

No fragmento do texto de Deleuze acima, o cartão eletrônico que permite a circulação do sujeito pela cidade, pode também a impedir. Basta ter sua validade alterada conforme o dia, o horário ou a posição do indivíduo. A barreira física cede lugar à modulação computacional do acesso que se dá com ubiquidade e de forma síncrona e assíncrona.

O sujeito continua escolhendo seus movimentos, embora não possa escolher as regras variáveis que os autorizam ou recusam. Essa liberdade condicionada se aproxima do conceito flusseriano de "liberdade programada", entendida como uma escolha limitada pelas possibilidades previamente inscritas do, e no, aparelho. Flusser é objetivo ao afirmar que:

> A forma até agora insuspeita de liberdade será a da deliberação no interior de um programa. Pois dizer isto é a um tempo articular utopia e utopia negativa, porque tal forma insuspeita de liberdade pode perfeitamente virar dialeticamente escravidão tão total e totalitária que ninguém mais se res-sentirá de falta de liberdade. Eis como estamos no mundo: tateamos, e nas pontas dos nossos dedos se condensa futuro simultaneamente ater-rador e inebriante." (Flusser, 2008b, p. 38).

Antes da publicação do "*Post-scriptum*", Flusser já examinava um cenário no qual aparelhos móveis e conectados tenderiam a substituir espaços concentrados de produção técnica e informacional – como a fábrica – por circuitos e redes dotados de

mecanismos de retroalimentação. Em ambos os autores, essas transformações condicionam continuamente as possibilidades de ação dos sujeitos.

Sendo assim, é evidente que o "programa" flusseriano e a "modulação" deleuziana não são conceitos equivalentes, mas podem ser tratados como complementares. O primeiro designa o campo de possibilidades inscrito nos aparelhos; o segundo, a forma variável e contínua assumida pelo controle. Se o programa circunscreve aquilo que o aparelho pode realizar, a modulação altera continuamente as condições de acesso, circulação e ação..

A aproximação entre esses conceitos permite compreender como a programação técnica pode adquirir uma dinâmica moduladora, sobretudo quando as respostas dos usuários realimentam e atualizam os próprios sistemas. Essa relação contribui para a compreensão da governamentalidade algorítmica. Embora existam diferenças entre as sociedades disciplinares analisadas por Foucault e as sociedades de controle descritas por Deleuze, Rouvroy e Berns (2013) atualizam a noção de governamentalidade ao mostrar que o poder algorítmico não se limita a disciplinar corpos ou rastrear deslocamentos. Ele recolhe massivamente rastros digitais para antecipar condutas e modular os ambientes sociotécnicos nos quais os indivíduos agem, condicionando desejos, expectativas e reificando experiências.

Diferentemente das formas clássicas de governamentalidade associadas a Foucault, nas quais leis e normas sociais permanecem relativamente explícitas, a governamentalidade algorítmica opera de maneira menos visível. Isso não significa que normas e leis desapareçam, mas que parte crescente da regulação deixa de assumir uma forma diretamente injuntiva (De Souza; De Souza, 2026). Sistemas de recomendação, classificação e pontuação atuam por antecipação, limitando ou ampliando possibilidades antes mesmo que os indivíduos formulem suas escolhas. Nesse processo, os sujeitos são progressivamente tratados como "divíduos": conjuntos variáveis de dados, perfis e probabilidades.

Para além da aproximação entre Flusser e Deleuze, o conceito de agência, tal como mobilizado no debate sobre regimes de informação, permite estabelecer uma conexão produtiva com González de Gómez. Rabello e González de Gómez (2017, p. 31) associam os agentes a "atores informacionais" compreendidos por sua "agência em contexto" e caracterizam as agências como intervenções desenvolvidas em diferentes situações de produção, intermediação e consumo da informação. A agência não deve, portanto, ser concebida apenas como atributo individual, mas como capacidade de intervenção constituída no interior de relações informacionais, institucionais e tecnológicas.

A extensão dessa capacidade a objetos técnicos e sistemas algorítmicos constitui, neste capítulo, um desdobramento interpretativo dessa abordagem, apoiado no reconhecimento de que a intermediação também pode envolver atores não humanos (Rabello; González de Gómez, 2017, p. 26). Algoritmos, documentos, aparelhos, programas e dispositivos selecionam dados, impedem acessos, estabelecem classificações e reorganizam a visibilidade dos conteúdos. Produzem, portanto, efeitos nas relações informacionais, ainda que não possuam consciência ou vontade humana. Falar em agência não humana não significa afirmar que a máquina pensa ou deseja como uma pessoa, mas reconhecer sua participação na configuração das possibilidades de ação.

Nesse escopo, uma compreensão relacional das agências no regime de informação pode ser aproximada, sem que os conceitos se tornem equivalentes, da modulação deleuziana. Outrossim, as dinâmicas e os efeitos das agências dependem das relações entre instituições, sujeitos, objetos técnicos, normas e práticas. Por conseguinte, nas sociedades de controle, esses elementos também compõem redes nas quais diferentes polos podem exercer funções de autoridade, legitimação, vigilância, análise, supressão, validação e distinção.

A agência também ocorre na superfície da tecnoimagem – ou imagem técnica. Essa superfície fenomênica por onde o sujeito

informacional realiza suas experiências com o outro e com o mundo – o plano da mediação técnica onde toma lugar o "entre" da relação eu-isso-tu.

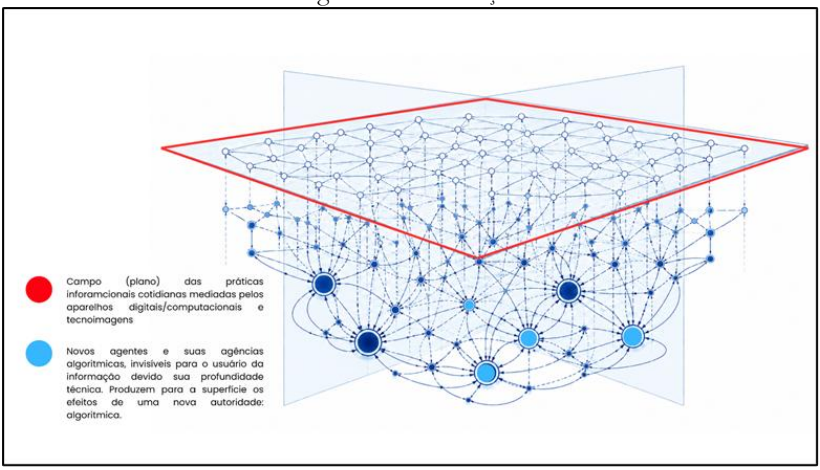
O regime de informação não é um lugar nem um objeto diretamente visível. Ele deve ser compreendido enquanto uma *assemblage* de regras, atores autorizados, critérios de legitimação e recursos tecnológicos, políticos e institucionais que condicionam aquilo que pode circular – e as formas pelas quais pode circular – como informação legítima em determinado momento histórico. Que é adaptável, modulável e assim atualiza as formas de controle e seus respectivos agentes mesmo que contextos sociotécnicos mudem, rompam e coloquem em xeque dinâmicas de controle postas até então.

O regime de informação, na era dessa mediação técnica, pode ser identificado na profundidade programática que condiciona as superfícies visíveis. Seus agentes, agências, objetos e estruturas nem sempre são reconhecidos pelo usuário, embora participem da produção das experiências informacionais. É nessa dimensão profunda que operam as formas de intermediação institucional, os atores promotores e as regras que tornam determinados recursos compartilháveis em tela, legitimam curtidas e atribuem diferentes capitais simbólicos e culturais àqueles que participam de uma cultura orientada pela conectividade e pela visibilidade (Dal Bello, 2011; Recuero, 2009; Pimenta, 2019, 2022a).

A dupla operação que Flusser identifica no aparelho fotográfico – converter textos e cálculos em imagens e, simultaneamente, ocultar o processo técnico dessa conversão – ocorre em escala ampliada no cotidiano digital e algorítmico. Essa aproximação oferece pistas para compreender as múltiplas formas assumidas pelo regime de informação na contemporaneidade. Aquilo que Flusser descreve como a "profundidade oculta atrás da superfície" – constituída pelos textos, cálculos e programas que produzem as imagens técnicas – desempenha função comparável

às condições estruturantes do regime de informação em González de Gómez (Figura 1).

Figura 1 – Paradoxo: "superfície" das tecnoimagens × "profundidade" do regime de informação



Fonte: Elaborado pelo autor, feito com Inteligência Artificial Generativa (2026).

Abaixo da superfície, concentram-se as condições de programabilidade: infraestruturas, códigos, padrões, critérios de seleção, modelos econômicos, sistemas de classificação e mecanismos de decisão. Em termos flusserianos, essa camada corresponde à dimensão programática encoberta pela superfície operacional. Na perspectiva de González de Gómez, ela remete às condições materiais, normativas e organizacionais que distribuem de maneira desigual o poder de definir recursos de informação, critérios de valor, autoridades epistêmicas e zonas de visibilidade.

A materialidade técnica participa, portanto, da configuração da relação entre o eu, o outro e o mundo, constituindo o "isso" que medeia a experiência informacional. A modulação, da perspectiva deleuziana, permite compreender como as condições dessa relação são continuamente alteradas, enquanto o conceito de regime de informação, de González de Gómez, permite situar os agentes, as regras e as relações de poder que

sustentam tais alterações. Uma fenomenologia crítica pode oferecer, nesse ponto, uma orientação para tornar perceptíveis essas condições sem separar a experiência concreta do sujeito das estruturas sociotécnicas que a possibilitam. Seu papel consiste em interrogar quais "condições quase transcendentais" (Guenther, 2021, p. 6) estão em jogo quando tecnoimagens, plataformas, aparelhos digitais e sistemas informacionais afetam os sujeitos, participam da formação de suas subjetividades e reforçam desigualdades historicamente sedimentadas. Torna-se plausível sustentar, assim, que projetamos o mundo – ou que ele nos é projetado – a partir de nossa relação material, corporal, subjetiva e tecnopolítica com o outro e com a informação.

Essa relação acontece em um entremeio – ou, mais precisamente, em um entremeios. Trata-se de uma releitura do *Zwischen* buberiano, entendido como o "entre" no qual se realiza o encontro entre o Eu e o Tu. Na formulação de Buber, o *Zwischen* não considera um terceiro elemento inserido entre os sujeitos, tão somente ele representa o próprio acontecimento relacional. O deslocamento que realizamos neste capítulo consiste em reconhecer que, nas condições sociotécnicas contemporâneas, esse "entre" passa a ser crescentemente atravessado por um "isso": imagens, interfaces, aparelhos, códigos e sistemas informacionais que participam da configuração do encontro, do diálogo, do conhecimento *in cursu*. Propomos, desse modo, a dinâmica Eu–Isso–Tu, não como formulação atribuível a Buber, mas como sua atualização crítica – em perspectiva flusseriana – diante da materialidade técnica das relações contemporâneas.

Portanto, o "isso" manifesta-se como superfície: a tecnoimagem, a interface ou o artefato por meio do qual o outro se torna visível, comunicável, tangível e reconhecível. Essa superfície, contudo, não é neutra nem autossuficiente. Ela constitui a face perceptível de uma profundidade composta por redes, programas, infraestruturas, instituições, normas e agências que condicionam aquilo que pode aparecer e as formas pelas quais pode ser percebido. Um verdadeiro "avesso" (Pimenta, 2022b).

Flusser oferece fundamento para aquela interpretação ao compreender os objetos de uso como "mediações (media) entre mim e outros homens", dotadas de caráter intersubjetivo e dialógico (Flusser, 2008b, p. 195). O "isso" pode ser compreendido, portanto, como a superfície visível de um entremeios cuja profundidade programática é constituída por redes, modulações e regimes de informação.

O entremeios não constitui apenas uma passagem entre a profundidade e a superfície. Ele designa sua relação constitutiva: a profundidade programática projeta-se nas superfícies técnicas, enquanto as práticas realizadas nessas superfícies realimentam, reproduzem, contestam ou transformam o regime de informação que as sustenta. Entre o Eu e o Tu instala-se, assim, uma materialidade que aproxima e separa, revela e oculta, comunica e programa. É nessa espessura sociotécnica e tecnopolítica do "entre" que se constituem as experiências informacionais contemporâneas e seus fenômenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido neste capítulo procurou demonstrar que as imagens técnicas não constituem simples representações de um mundo previamente dado. Elas participam de sua configuração ao selecionar, organizar e projetar possibilidades de percepção, comunicação e ação. A superfície técnica com a qual o sujeito informacional interage é produzida por programas, códigos, infraestruturas, critérios de validação e interesses institucionais que permanecem, em grande medida, abaixo de sua experiência imediata. Reconhecer essa profundidade programática permite compreender por que as tecnoimagens não apenas mostram o mundo, mas contribuem para instituir os mundos que se tornam informacionalmente disponíveis.

A aproximação entre Maria Nélida González de Gómez e Vilém Flusser mostrou-se produtiva justamente por reunir duas escalas de análise. Com Flusser tornou-se possível examinar como

aparelhos e programas se interpõem entre o sujeito e o mundo, convertendo conceitos, cálculos e prescrições em "superfícies". Já o emprego de González de Gómez, por sua vez, ofereceu-nos recursos para situar essas mediações em configurações históricas compostas por atores, instituições, normas, tecnologias e critérios de valor. O "regime de informação" torna visível, no plano analítico, aquilo que a superfície técnica tende a ocultar: as relações, agentes e agências que condicionam a produção, a circulação, o reconhecimento e a legitimidade da informação.

A contribuição de Deleuze permitiu compreender a dinâmica assumida por essas configurações na contemporaneidade. Se o programa flusseriano circunscreve o campo de possibilidades inscrito nos aparelhos e projetos em suas tecnoimagens, a modulação deleuziana descreve a alteração contínua das condições pelas quais essas possibilidades podem ser acessadas e realizadas. Na aproximação desses conceitos evidenciamos uma liberdade condicionada, marca da sociedade de controle: o sujeito continua a escolher e agir, embora suas escolhas ocorram em ambientes cujas regras, acessos e visibilidades são continuamente programados e modificados. O regime de informação oferece a moldura relacional na qual programas e modulações adquirem existência histórica, institucional e política.

É nesse contexto que a noção de agência algorítmica pode ser compreendida como desdobramento interpretativo da abordagem proposta. A expressão não atribui consciência ou vontade humana às máquinas, mas reconhece que algoritmos, documentos, aparelhos e infraestruturas produzem efeitos, condicionam relações e reorganizam zonas de visibilidade, interferindo no regime de informação vigente. Essas agências não operam isoladamente: constituem-se nas relações entre sujeitos, instituições, práticas, normas e objetos técnicos. A tecnologia não substitui a agência humana nem elimina as autoridades tradicionais, mas participa da redistribuição das capacidades de selecionar, validar, comunicar e tornar visíveis determinadas informações.

Já sobre a releitura do *Zwischen* como entremeios, propomos que ela sintetiza o percurso até aqui desenvolvido ao evidenciar que as relações entre o sujeito, o outro e o mundo são atravessadas por superfícies técnicas, suas tecnoimagens e toda sorte de suportes informacionais digitais cuja profundidade reúne programas, agências, infraestruturas e relações de poder constitutivas de uma cultura algorítmica característica de determinado regime de informação.

Entre o Eu e o Tu instala-se um "isso" técnico que aproxima e separa, revela e oculta, comunica e programa. Reconhecer a "espessura" desse entremeio significa atravessar a aparente intuitividade e imediaticidade das superfícies para interrogar as condições – sejam elas quase transcendentais ou não, para termos no horizonte o uso de uma vertente crítica de uma fenomenologia – e atores – humanos e não-humanos – que as produzem, assim como suas.

REFERÊNCIAS

BECCARI, Marcos Namba. A estranheza de Flusser: entre arte, ciência e filosofia. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 40, p. 277-296, 6 jun. 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/concinnitas.2021.50862. Acesso em: 25 ago. 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 68-81, dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5344/2936. Acesso em: 3 jan. 2022.

BOWKER, Geoffrey C. *et al.* Toward Information Infrastructure Studies: Ways of Knowing in a Networked Environment. *In*: HUNSINGER, Jeremy; KLASTRUP, Lisbeth; ALLEN, Matthew (org.). **International Handbook of Internet Research**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2010. p. 97-117.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: Information, policy, and power. Cambridge: Mit Press, 2009.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, Sandra (ed.). **The emergent global information policy regime**. Hampshire: Springer, 2004.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 10. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

DAL BELLO, Cíntia. Visibilidade mediática cibercultural: apontamentos sobre a fenomenologia do "apareSer". *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIBERCULTURA, 5., 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ABCiber, 2011. p. 1-15. Disponível em https://abciber.org.br/simposio2011/anais/Trabalhos/artigos/Eixo%204/5.E4/189-292-1-RV.pdf. Acesso 17 ago 2026.

DE SOUZA, Gabriel Scudeller; DE SOUZA, Luís Antônio Francisco. Governamentalidade algorítmica, poder judiciário e controle biopolítico das subjetivações. **Algoritmos e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2026. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/algoritmosesociedade/article/view/61098. Acesso em: 24 ago. 2026.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Pourparlers (1972-1990)**. Paris: Les Editions de Minuit, 1990.

FLUSSER, Vilém. Die Fabrik. *In*: FLUSSER, Vilém. **Vom Stand der Dinge**: eine kleine Philosophie des Designs. Göttingen: Steidl, 1993.

FLUSSER, Vilém. **Le monde codifié**. [Conférence du 3 mai 1973]. Paris: Institut de l'Environnement, 1974.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2008a.

FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas**: elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008b.

FLUSSER, Vilém. **Pós-história**: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Annablume, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. **Proceedings** [...]. Edmonton: Canadian Association for Information Science, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. A vinculação dos conhecimentos: entre a razão mediada e a razão leve. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n.

1, p. 16-37, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Nelida-Gonzalez-De-Gomez/publication/287863545_A_vinculacao_dos_conhecimentos_entre_a_razao_mediada_e_a_razao_leve/links/572765cc08ae586b21e28f71/A-vinculacao-dos-conhecimentos-entre-a-razao-mediada-e-a-razao-leve.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004. Acesso em: 11 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 11 jul. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; RABELLO, Rodrigo. **Informação**: agentes e intermediação. Brasília: Ibict, 2017. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1068/2/Informacao%20agentes%20e%20intermidacao.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

GUENTHER, Lisa. Six Senses of Critique for Critical Phenomenology. **Puncta**, v. 4, n. 2, p. 5-23, 1 dez. 2021. Disponível em: https://puncta.journals.villanova.edu/index.php/puncta/article/view/2813. Acesso em: 13 jul. 2026.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Não-coisas**: Reviravoltas do mundo da vida. Tradução de Rafael Rodrigues Garcia. Petrópolis: Vozes, 2023.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

HANSETH, Ole. From systems and tools to networks and infrastructures-from design to cultivation: towards a design theory of information infrastructures. *In*: HOLMSTRÖM, Jonny; WIBERG, Mikael; LUND, Andreas (org.). **Industrial Informatics Design, Use and Innovation**: Perspectives and Services. [*S. l.*]: IGI Global, 2010.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 93-110, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000200008. Acesso em: 02 jul. 2026.

OLIVEIRA, Rachel Cecília de. Ficção como fruto da falta de fundamento: a fenomenologia especulativa de Vilém Flusser. **Viso: cadernos de estética aplicada**, [*s. l.*], v. 12, n. 23, p. 177-188, 2018. Disponível em: http://revistaviso.com.br/pdf/Viso_23_RachelCecilia.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

PIMENTA, Ricardo M. Considerações sobre uma possível fenomenologia crítica da informação: a dualidade entre Don Ihde e Vilém Flusser para a (in)compreensão da relação humano-tecnologia-mundo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Ibict, 2026. Disponível em: https://enancib.emnuvens.com.br/enancib/pt_BR/article/view/674. Acesso em: 28 jan. 2026.

PIMENTA, Ricardo M. Cultura da visibilidade informacional: estética e política da técnica no regime global de informação. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ikritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

PIMENTA, Ricardo M. De Narciso ao mundo-imagem: por uma urgência de uma perspectiva crítica sobre a cena informacional contemporânea. *In*: SALDANHA, Gustavo; CASTRO, Paulo C.; PIMENTA, Ricardo M. (org.) **Ciência da Informação**: sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: IBICT, 2022a. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1243/1/saldanha-castro-pimenta.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

PIMENTA, Ricardo M. O Avesso da imagem: reflexões críticas sobre a tecnoimagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 14, 30 maio 2022b. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/544. Acesso em: 26 ago. 2026.

POSTER, Mark. **The mode of information**: poststructuralism and social context. Cambridge: Polity Press, 1990.

RABELLO, Rodrigo; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Agentes, intermediações e institucionalidades: apontamentos acerca de um mosaico interpretativo no campo informacional. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; RABELLO, Rodrigo (org.). **Informação**: agentes e intermediação. Brasília: Ibict, 2017. p. 21-40.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Maria; SANTOS, Marcelo. Ficções filosóficas: a epistemologia subterrânea de Flusser. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero – Comtempo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 2015. Disponível em: https://casperlibero.edu.br/revista-comtempo/ficcoes-filosoficas-epistemologia-subterranea-de-flusser/. Acesso em: 28 ago. 2026.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernementalité algorithmique et perspectives d'émancipation: Le disparate comme condition d'individuation par la relation?. **Réseaux**, [*s. l.*], v. 177, n. 1, p. 163-196, 2013. Disponível em: https://shs.cairn.info/article/RES_177_0163. Acesso em: 24 ago. 2026.

RULE, James B. **Private lives and public surveillance**: Social control in the computer age. New York: Schocken Books, 1974.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**: Public values in a connective world. Oxford university press, 2018.

WEINBERG, Alvin M. Entrevista. Entrevistadores: Bill Cabage e Carolyn Krause. **ORNL Review**, [*s. l.*], Apr. 1995.

WEINBERG, Alvin. 'Science and Trans-Science'. **Minerva**, [*s. l.*], v. 10, 209-22, 1972. Disponível em https://link.springer.com/article/10.1007/BF01682418. Acesso em: 01 jul. 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. A luta por um futuro humano da nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Como citar

PIMENTA, Ricardo M. Superfícies que projetam mundos: um diálogo entre Maria Nélida González de Gómez e Vilém Flusser sobre mediação, imagens técnicas e regimes de informação. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 255-282. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap12.

REGIME DE IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTADA DOS CIDADÃOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL CARTEIRA DE IDENTIDADE NO BRASIL

Thiara dos Santos Alves
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

INTRODUÇÃO

Tendo por referência o conceito de regime de informação, pioneiramente divulgado e desenvolvido no Brasil pela Prof.ª Maria Nélida González de Gómez, este trabalho tem por tema o regime de identificação documentada dos cidadãos (RIDC), entendido como modo dominante de exercício do poder nas ações de informação especificamente voltadas para identificar os cidadãos por meio dos documentos de identificação pessoal.

O objetivo é contextualizar e fundamentar este regime de informação específico, para, na sequência, apresentar considerações sobre o processo de identificação civil no Brasil por meio da carteira de identidade, com enfoque no modelo vigente, conhecido como Carteira de Identidade Nacional (CIN).

Sobre este documento de identificação pessoal no contexto do RIDC serão destacados especificamente os seguintes elementos: moldura normativa, atores institucionais, marcos tecnológicos e escolhas políticas. A abordagem metodológica eleita foi a qualitativa, com emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, por meio da exploração da legislação federal pertinente. Trata-se, portanto, de análise fruto do desdobramento teórico e prático da contribuição do conceito de regime de informação no cenário brasileiro.

CONTEXTO HISTÓRICO DO REGIME DE IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTADA DOS CIDADÃOS

Desde "o tempo dos antigos assírios, se não antes, os governos estiveram interessados em coletar e armazenar informações sobre os povos que controlavam" (Burke, 2003, p. 110). DaMatta (2000) aponta que, na Antiguidade, as sociedades do Egito, da Mesopotâmia, da Grécia e de Roma utilizavam o censo populacional e dos animais domésticos como "instrumento de cobrança de impostos, de controle da produção, de movimentos da população e de localização de pessoas potencialmente perigosas" (DaMatta, 2000, p. 50). "Era preciso saber quantos homens estariam em condição de lutar e quem poderia pagar impostos" (Escóssia, 2019, p. 4). Isto indica a histórica relação diretamente estabelecida entre os interesses econômicos, fiscais de manutenção de um determinado governo e a necessidade de controle e conhecimento da população.

Na Idade Média, o papado dispunha de técnicas escriturais administrativas mais avançadas do que a das chancelarias reais e foi pioneiro na área dos arquivos. Deste modo, a burocracia da Igreja foi utilizada como modelo pelo Estado em seu interesse de controlar o conhecimento (Burke, 2003), inclusive sobre a população. Na Idade Moderna, a Igreja Católica se empenhou no controle de fiéis, mantendo registros de batismo, casamento, óbito

(Makrakis, 2000) e róis de desobriga (livros de registro de confissão e/ou comunhão).

A necessidade de o Estado controlar a população por meio de documentos de identificação pessoal foi reforçada pela Revolução Francesa, que conferiu valor de prova ao registro civil de nascimento, casamento e óbito. O casamento passou a ser um contrato civil, não eclesiástico, a partir da Constituição Francesa de 1791 (Makrakis, 2000). Os registros civis permitiam controle e vigilância das populações, cálculos estatísticos e planejamento de políticas públicas (Escóssia, 2019). Além disso, no contexto pós-revolucionário francês, "foi complexo o estabelecimento do passaporte e dos chamados 'certificados de civismo'" (DaMatta, 2000, p. 131). Tais documentos representavam a tentativa do Estado de impedir a entrada de inimigos no seu território e a fuga de reis e aristocratas traidores (DaMatta, 2000). Sendo assim, foi uma forma específica de reforçar uma identidade nacional.

A legitimidade dos impostos oficiais e a sua função de submeter às mesmas obrigações os membros de uma população controlada pelo Estado, também estiveram associadas à emergência do nacionalismo, à defesa dos interesses da nação e do território e à soberania. Foi progressiva a passagem do uso patrimonial e privado, pelo Estado dinástico, dos impostos para o uso burocrático e com as despesas públicas, pelo Estado moderno (Miceli, 2014). Este tem por instrumento as informações escritas, instrumento de objetivação e acumulação, inclusive sobre os indivíduos, que são representados por meio de um ponto de vista estatal totalizador e homogeneizador (Bourdieu, 2014; Miceli, 2014), capaz de extrair "regularidades estatísticas, relações que são transcendentes aos indivíduos e inconscientes (os indivíduos não as dominam)" (Bourdieu, 2014, p. 286).

A preocupação com o controle e o aprimoramento das ações de produção, coleta, armazenamento, recuperação, divulgação e supressão da informação pelo Estado revelam como o poder e a informação se apoiam um no outro (Burke, 2003). "O nascimento do Estado é inseparável de uma imensa acumulação de

capital informacional" (Bourdieu, 2014, p. 285), que não fica apenas reunido, uma vez que o Estado trata e distribui a informação de formas diferenciadas. A gênese do Estado aponta como este se consagrou na zona fronteiriça das especialidades fragmentárias do conhecimento e com a concentração de vários tipos de capitais interligados: capital da força física (ou de instrumentos de coerção), econômico, cultural, informacional e simbólico (Bourdieu, 1996).

O Estado, como organização do consentimento da adesão à ordem social, é o ponto de vista dos pontos de vistas e uma de suas funções mais gerais é produzir classificações sociais, que geram identidades (Bourdieu, 2014). "Portanto, somos quantificados, codificados pelo Estado, temos uma identidade de Estado" (Bourdieu, 2014, p. 38). A concepção moderna de cidadania está associada ao pertencimento ao Estado-nação. "Ser cidadão é ser identificado com uma nação particular, ter direitos [e deveres] garantidos pelo Estado correspondente a esta nação" (Reis, 1999, p. 13).

Os documentos de identificação pessoal dos cidadãos, um produto do Estado, permitem identificar os indivíduos, diferenciá-los e conferir-lhes existência. Os repertórios legais, jurídicos e institucionais para a concessão destes documentos podem variar entre os Estados (Peirano, 2006). "A experiência do pertencimento a uma unidade [territorial] definida está muito fortemente ligada à experiência da tributação. Nós nos descobrimos como sujeitos descobrindo-nos como tributáveis, contribuintes" (Bourdieu, 2014, p. 274). Se por um lado estes documentos garantem aos indivíduos direitos, acesso à cidadania e a prerrogativas de inclusão em políticas, benefícios sociais e serviços públicos, por outro lado representam brutal e impessoal controle político-burocrático (DaMatta, 2000) e econômico. Por isso mesmo, os documentos de identificação pessoal são produzidos e padronizados pelo Estado.

A centralização dos Estados foi acompanhada de uma burocratização, no sentido weberiano, que resultou no aumento da produção dos documentos escritos ("os arquivos") (Weber, 1982;

Burke, 2003), inclusive, no pós-Segunda Grande Guerra Mundial, houve uma "explosão documental" (Fonseca, 2005). A burocratização da administração foi favorecida pelo conhecimento da documentação (Weber, 1999), pelo controle que o Estado moderno possuía do capital informacional (Bourdieu, 2014).

A dominação racional-legal na burocracia weberiana, característica nos Estados nacionais modernos, expressa-se também por meio do ato de documentar os cidadãos. "Passaportes, carteiras de identidade e grandes sistemas de indexação de cartões surgem como instrumentos para a regulação da vida social interna e externa aos Estados, e se constituem como recursos de controle da população em massa [...]" (Nathansohn, 2018, p. 62). Dentre as instituições formadoras da administração pública que trabalham com informações sobre os indivíduos, pode-se mencionar os arquivos, os cartórios, os órgãos públicos destinados ao recenseamento da população e à coleta de impostos. Estas instituições estão inseridas dentro do aparelho burocrático, refletindo e fornecendo elementos para a construção da racionalidade estatal, da legitimação do Estado e de seu poder.

As formas de identificar o cidadão são um fenômeno fortemente institucionalizado e altamente documentado, sendo a escrita um elemento fundamental para o Estado burocrático (Goody, 1987). "Ao citar o documento de uma pessoa, cita-se a ela mesma, só que numa linguagem burocrática, transformando a pessoa em cidadã registrada e o documento em metáfora daquele que é representado" (Pinto, 2016, p. 348). No Brasil, por exemplo, a certidão de nascimento é uma tipologia documental comprobatória e testemunhal que representa uma transcrição legitimada produzida nos cartórios de registro civil e que atesta o ato informado, o nascimento do cidadão, com linguagem, numeração, papel, selos e carimbo específicos do meio burocrático.

No mundo globalizado, o Estado contemporâneo tem aumentado sua capacidade, mesmo que com debilidades, de coletar e processar informações sobre os cidadãos, e estes têm enfrentado

o declínio das possibilidades de aprender sobre as ações do Estado. Embora não seja esperada perfeita simetria informacional ou transparência absoluta entre os conhecimentos sobre o Estado – que pode lançar mão do argumento da segurança nacional – e sobre o cidadão – que pode recorrer ao direito de privacidade –, uma vez que o interesse público prevalece sobre o interesse privado, observa-se um aprofundamento da assimetria informacional (Braman, 2006).

Na contemporaneidade, o Estado busca coletar informações sobre tudo e todos o tempo todo, para vigiar, controlar e influenciar os cidadãos – o mercado também faz isso, e de forma mais potente, portanto, não se trata de vilanização do Estado. Além disso, o aumento de escala da mobilidade humana na atualidade complexifica os processos de controle dos governos sobre seus governados e demanda novas formas de contar, documentar e acompanhar os cidadãos. Observamos a ampliação do conceito foucaultiano do panóptico (Foucault, 1987) – característico das sociedades disciplinares, que exercem controle e vigilância de forma centralizada sobre indivíduos determinados e conscientes destas ações. Esta forma de controle ampliada que resume com precisão os efeitos cumulativos de muitas das práticas burocráticas, sendo aplicada ao exercício do poder do Estado capitalista no mundo moderno, é chamada por Braman (2006) de *panspectron*.

No modelo *panspectron*, permeado por diversas tecnologias de informação e comunicação na sociedade de controle, o Estado coleta informações sobre tudo, o tempo todo, e a visibilidade de assuntos ou sujeitos específicos ocorre em resposta a questionamentos. As tecnologias são utilizadas para coletar, de forma discreta, automática, mas altamente intrusiva, dados dos indivíduos, extraindo regularidades das informações e não deixando claro para o indivíduo que ele está sendo constantemente vigiado, quando seus dados serão destacados ou quando ele perdeu a capacidade de escolha, que já está pré-determinada pela análise das regularidades (Cianconi; Lott, 2016). Este mecanismo de

controle tem a particularidade de gerenciar muitos assuntos e sujeitos, sem que sejam definidos *a priori*, de uma única vez, evitando, assim, o imprevisível. Deste modo, o objeto/sujeito a ser vigiado desconhece quando, como ou por que ele se torna visível na tela *panspectral*. Este excedente de vigilância seria um lado negativo da disponibilidade da informação e do acesso a ela.

No capitalismo de concentração, marcadamente a partir do século XIX, voltado para a produção e propriedade (Deleuze, 1992), o indivíduo estava bem definido em seu corpo, o que refletia nas informações nos documentos de identificação pessoal, e nos papéis que o indivíduo desempenhava nas massas, representados, por exemplo, no número da carteira de trabalho. Esta forma econômica de produção deu origem à configuração das sociedades disciplinares (Deleuze, 1992), que apresentavam moldes aos indivíduos, confinando-os nas instituições, em lugares sociais e nos modos determinados de produção e consumo (Lazzarato, 2010).

O capitalismo atual é de sobreprodução, dirigido para o produto (serviços, ações) e não para a produção; é essencialmente dispersivo (Deleuze, 1992). Neste contexto, reforça-se o fato de o indivíduo deixar de ser sujeito para se tornar uma peça a ser agenciada e elaborada pelas agências, por exemplo, pela mídia, pelo sistema financeiro, pelo Estado etc. (Lazzarato, 2010). Assim, configuraram-se as sociedades do controle (Deleuze, 1992), nas quais a circulação de serviços, a produção e o consumo se espalham como um gás pelo indivíduo, empresário de si.

Nas sociedades do controle, os indivíduos se contrapõem entre si e em si mesmos, não se observa mais o par massa-indivíduo das sociedades disciplinares. Então os documentos que apresentam informações que permitem apenas a identificação pessoal são insuficientes, é a cifra que marca o acesso ou a rejeição na sociedade. Portanto, é necessário conhecer a capacidade de consumo do indivíduo (Lazzarato, 2010).

A contextualização sócio-histórica aqui apresentada demonstra como a necessidade do Estado de coletar informações sobre os seus cidadãos e de controlá-los faz parte de um processo

de exercício de poder que garante sua própria manutenção. Este assunto suscita abordagens com enfoques diversos, entre elas, alinha-se ao conceito de regime de identificação documentada dos cidadãos. Tal conceito aborda as relações entre política, informação e poder e, por isso mesmo, converge para o uso do regime de informação como meio de análise e interpretação (González de Gómez, 2012, 2019).

REGIME DE IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTADA DOS CIDADÃOS: UM REGIME DE INFORMAÇÃO ESPECÍFICO

Regime de informação é uma ferramenta transversal de análise, de diferentes escalas e critérios de valor, dos modos de acontecer do campo informacional (Alves; Bezerra, 2019). De acordo com González de Gómez (1999), um regime de informação abarca "n" dispositivos de informação. Os recursos e as ações de informação, uma vez considerados como dispositivos, revelam as trajetórias, as estratégias e os deslocamentos do poder informacional com diferentes ênfases. Assim, o regime de informação é uma ferramenta para analisar as características do:

> [...] modo in-formacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organiza-ções, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os mode-los de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e cir-cunstância (González de Gómez, 2012, p. 43).

Considerando o pluralismo epistemológico das abordagens que utilizam o conceito de regime de informação, este foi eleito como recurso analítico explorado por Alves (2022) para refletir sobre o regime de identificação documentada dos cidadãos (RIDC), entendido como modo dominante de ações de

informação especificamente voltadas para identificar os cidadãos por meio dos documentos de identificação pessoal. Segundo a autora, os documentos de identificação pessoal são os registros informativos, legalmente reconhecidos e intencionalmente produzidos pelo Estado, que individualizam e identificam o cidadão, que fixam e estabilizam a existência do ser na sua relação formal com o Estado.

Caplan e Torpey (2001) utilizaram, mas não definiram, um termo parecido: "regimes of documentary identity" (regimes de identidade documentada). Também sem conceituação, foi possível observar o uso do termo "identification regime(s)" (regime(s) de identificação), por Watson (2013), Caplan (2013), Griffiths (2013) e Caplan e Higgs (2013), e "regime of identification" (regime de identificação) e "identity regime" (regime de identidade), por Caplan (2013).

About, Brown e Lonergan (2013) fizeram uso da expressão "historical regimes of identification" (regimes históricos de identificação) e apontaram que o caráter destes regimes é constituído pela "[...] relação íntima entre a engenharia de sistemas de identificação e instituições e todo um conjunto de ajustes e respostas de negociação, tanto individuais como coletivas" (About; Brown; Lonergan, 2013, p. 2, tradução nossa). Martin e Taylor (2021) empregaram os termos "regimes of identification" e "identification regimes" (regimes de identificação) para abordar a regulação das pessoas em sua interação com o Estado e com as instituições comerciais. Segundo os autores, "Esses regimes prometem acesso a recursos e direitos e, ao mesmo tempo, facilitam a visibilidade das pessoas para Estados, e, portanto, sua governabilidade" (Martin; Taylor, 2021, p. 50, tradução nossa).

A identificação documentada dos cidadãos é um dos aspectos pouco estudados da governamentalidade (Caplan; Torpey, 2001), esta entendida como relações "racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições estatais" (Foucault, 2014, p. 137). No âmbito da governamentalidade são desenvolvidas políticas voltadas, principalmente, para a

manutenção do poder sobre o território e a população – exercício do biopoder, como estratégia para governar e garantir segurança às populações –, dentre tais políticas incluem-se aquelas destinadas ao controle dos cidadãos por meio dos documentos de identificação pessoal.

A governança, enquanto autoridade partilhada que diminui a defasagem de poder dos governados frente aos governantes, é parte integral do RIDC. Ela é requerida especialmente no desafio de conciliação entre, de um lado, os aspectos inclusivos, emancipatórios e democráticos (garantia de direitos) dos documentos de identificação pessoal e, de outro, os seus aspectos de exclusão (dos despossuídos dos documentos de identificação pessoal) e repressão (vigilância autoritária).

Cada contexto nacional ou político/social estabelece um específico "regime de identidade documentada" dos cidadãos (Caplan; Torpey, 2001). Se, por exemplo, nos Estados Unidos da América (EUA), o *Social Security Number* (Número de Previdência Social), documento vinculado a um direito social, é um dos mais importantes documentos de identificação pessoal, é interessante observar que, no Brasil contemporâneo, o número análogo em importância é a inscrição no CPF, número que representa, em sua origem, deveres fiscais e não direitos e que hoje é o número de registro geral do cidadão na Carteira de Identidade Nacional (CIN). Da mesma forma que "[...] mais de um regime de informação podem constituir-se a partir de iguais ou semelhantes montagens de tecnologia, serviços e conteúdos informacionais" (González de Gómez, 2012, p. 55), mais de um RIDC pode se estabelecer a partir de contextos com plurais horizontes sociais, políticos, econômicos e culturais. Na seção a seguir, será feita uma análise do RIDC no Brasil a partir do estudo sobre a CIN.

A CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL

Antes de abordar o atual modelo de carteira de identidade vigente no Brasil, conhecida como CIN, cabe registrar elementos

históricos deste documento de identificação pessoal no país. A carteira de identidade no Brasil tem origens históricas na identificação criminal (Alves, 2022). Ainda que a legislação brasileira não apresente um ato fundador da carteira de identidade no país como um documento de identificação civil, é possível observar que a lei nº 3.139/1916 já indicava que os Gabinetes de Identificação, seção judiciária e policial, emitiam carteiras de identidade para os cidadãos. De acordo com esta mesma lei, garantia-se gratuidade para as carteiras de identidade destinadas ao alistamento eleitoral. Depois, conforme o decreto nº 15.233/1921, instituições militares também passaram a emitir carteiras de identidade.

O decreto nº 24.531/1934, aponta que a Diretoria Geral de Investigações, da Polícia Civil do Distrito Federal, comportaria uma seção denominada Instituto de Identificação (antigo Gabinete de Identificação). Entre outras atribuições, cabia ao Instituto de Identificação fornecer ao público carteiras de identidade civil e funcional.

Na década de 1930, a necessidade de controle da população, supõe-se que por motivos de segurança, fez com que os estrangeiros que quisessem residir ou exercer atividade profissional no país fossem obrigados a obter carteira de identidade fornecida pelos serviços policiais de identificação. Esta década foi um período de centralização do poder político e de reformas na polícia. Neste contexto, desenvolveu-se no Brasil a aplicação do método datiloscópico como forma de controlar e identificar o indivíduo.

Somente em 1983, foi assegurada, por meio da lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a validade nacional às carteiras de identidade, a qual teve por anos, até 2022, seu modelo conhecido popularmente como RG (sigla oriunda do termo "Registro Geral"). A lei nº 7.116/1983 previu, desde sua aprovação, a inscrição facultativa, a pedido, dos números de inscrição do titular no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Em 2012, o número do CPF no "RG" passou a ser item obrigatório e a primeira emissão da

carteira de identidade passou a ser gratuita, conforme lei nº 12.687/2012.

A carteira de identidade é emitida, em sua maioria, por órgãos de identificação civil (OICs) vinculados à Polícia Civil ou à Polícia Científica da Secretaria de Segurança Pública das unidades federativas (UFs). No caso do estado do Rio de Janeiro, a carteira de identidade é emitida pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro.

O antigo modelo da carteira de identidade, o RG, foi marcado pela ausência de um sistema centralizado de emissão e pela ausência de interoperabilidade entre os sistemas das UFs. Esta situação fragilizou a identificação no Brasil e favoreceu a prática de fraudes e de duplicidades de identidade.

Tal cenário conduziu à elaboração da lei nº 9.454/1997, que instituiu o número único de Registro de Identidade Civil (RIC), para identificação do cidadão brasileiro em suas relações com a sociedade e com os organismos governamentais e privados. O RIC foi apontado como substituto do "RG" e como documento de identificação civil (Kanashiro; Doneda, 2012; Akyiama *et al.*, 2015).

Durante treze anos, a lei nº 9.454/1997 ficou sem regulamentação, o que ocorreu através do decreto nº 7.166/2010, que criou o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (Sinric), com a finalidade de implementar o RIC e o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil.

O decreto nº 7.166/2010 indicou o Ministério da Justiça (MJ) como órgão central do sistema, sendo o responsável pela coordenação, armazenamento e controle do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil. O RIC, materializado em um cartão magnético, proporcionaria a identificação unívoca do brasileiro, com participação de todas as UFs na emissão do documento, por meio de processos multibiométricos e integração de bases de dados (Alves, 2022). "O lançamento oficial do novo documento de identificação dos brasileiros ocorreu em 30 de dezembro de 2010, ocasião em que o primeiro documento RIC foi expedido no país" (Akyiama *et al.*, 2015, p. 105).

Reconhecidas as necessidades de aperfeiçoamentos técnicos, a partir de março de 2012, a reestruturação do projeto ficou a cargo de equipe da Secretaria Executiva (SE) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) (Alves, 2022). Observa-se aqui o papel histórico de órgãos relacionados à segurança na identificação do cidadão brasileiro. De acordo com Akyiama *et al.* (2015), as principais organizações envolvidas para articulação do RIC foram: MJ, Sinric, Conselho Nacional dos Diretores de Órgão de Identificação (Conadi), TSE e Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid).

A participação do TSE na implantação do projeto do RIC merece especial destaque por traduzir interesses do MJ e do próprio TSE. Segundo Akyiama *et al.* (2015), utilizando a justificativa de dar celeridade à implantação do RIC, o MJ mobilizou seus recursos relacionais e incluiu o TSE no projeto piloto. Tal inclusão foi contestada pelos OICs, por serem estes os órgãos os que possuem atribuição legal para emissão da carteira de identidade; contudo, ainda assim, o TSE passou a se responsabilizar pelo cadastramento dos cidadãos para emissão do RIC (Akyiama *et al.*, 2015). Por sua vez, o TSE viu no RIC a possibilidade de modernizar o processo eleitoral, por meio de cadastramento biométrico e uso do RIC em substituição ao título de eleitor.

Com a apresentação do projeto de lei nº 1.775/2015, o qual propunha a criação do Registro Civil Nacional (RCN), a ser implementado pelo TSE, os trabalhos do RIC foram suspensos em julho de 2015, sem que todos os relatórios estivessem concluídos. O projeto de lei nº 1.775/2015 foi transformado na lei nº 13.444/2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN), contudo, o decreto nº 7.166/2010 somente foi expressamente revogado em 2022, por meio do decreto nº 10.977/2022.

A lei nº 13.444/2017 criou o Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional (CGICN), a Identificação Civil Nacional (ICN) e o Documento Nacional de Identidade (DNI) –

com emissão realizada pela Justiça Eleitoral, pelos OICs com certificação da Justiça Eleitoral, e por outros órgãos, mediante delegação do TSE, com certificação da Justiça Eleitoral. A ICN, com base de dados gerida pelo TSE, possui o mesmo objetivo que o RIC: identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e as entidades governamentais e privados. Esta coincidência de objetivos revela um histórico de fragilidades e disputas na identificação documentada do cidadão.

Considerando o histórico da descentralização dos sistemas de identificação, a base de dados da ICN, gerida pelo TSE, é alimentada por várias fontes: base de dados biométricos da Justiça Eleitoral; base de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) e da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), detentores de dados biográficos da população brasileira; e outras informações, não disponíveis no Sirc, presentes em bases de dados da Justiça Eleitoral, dos OICs, do Instituto Nacional de Identificação do MJSP ou disponibilizadas por outros órgãos. Ao mesmo tempo que este cruzamento de dados garante maior confiabilidade na identificação do cidadão, ele permite maiores possibilidades de controle por parte do Estado sobre os indivíduos. Por enquanto, o DNI não se apresentou como um substituto da carteira de identidade.

A lei nº 13.444/2017 também garantiu que o CPF será incorporado, de forma gratuita, aos documentos de identidade civil da União, dos estados e do Distrito Federal (DF); além disso, indica que o número de inscrição neste cadastro será utilizado pelos órgãos governamentais para o cruzamento de informações constantes nas bases de dados oficiais, com o intuito de verificar o cumprimento de requisitos de elegibilidade do cidadão para a concessão e manutenção de benefícios sociais.

Como ato preparatório à implementação do DNI, o decreto nº 9.094/2017, foi alterado pelo decreto nº 9.723/2019, e ficou estabelecido que, para fins de acesso a informações e serviços, de exercício de obrigações e direitos e de obtenção de benefícios perante os órgãos e as entidades do Poder Executivo

Federal, o número de inscrição no CPF é suficiente e substitutivo para a apresentação de números de inscrição existentes em bases de dados públicas federais.

O decreto nº 9.278/2018, estabeleceu os procedimentos e os requisitos para a emissão da carteira de identidade por órgãos de identificação dos estados e do DF. Conforme tal decreto, a carteira de identidade poderia ser emitida em cartão ou papel, com código de barras bidimensional no padrão *QR Code*, ou em meio eletrônico.

Embora este decreto ainda não apontasse o número de inscrição no CPF como informação essencial na carteira de identidade, posteriormente, a lei nº 14.129/2021, estabeleceu que o CPF é o número suficiente para identificação do cidadão e que tal número deveria ser incorporado a carteira de identidade.

De acordo com a redação dada pelo decreto nº 10.900/2021, o § 1º do artigo 5º do decreto nº 9.278/2018 definiu que o número de inscrição no CPF seria utilizado pelo órgão de identificação como o número do registro geral nas carteiras de identidade. Assim, o CPF foi reconhecido como número capaz de identificar o indivíduo no modelo de carteira de identidade conhecido como "RG".

O decreto nº 10.900/2021 também estabeleceu o Serviço de Identificação do Cidadão (SIC), entendido como conjunto de procedimentos de gestão e verificação da identidade das pessoas naturais perante a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, por meio da plataforma Gov.br. Dentre as finalidades do SIC constava possibilitar o acesso aos dados da ICN à administração pública federal. É este decreto que, pela primeira vez, estabelece que a governança da identificação da pessoa natural no âmbito da administração pública federal seria exercida pela Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão (Cefic).

Em 2021, o TSE contratou o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para a prestação de serviços de operacionalização da ICN, abrangendo serviços de conferência biográfica e biométrica, pesquisa biográfica e emissão do DNI

(Brasil, 2022). Cabe destacar que a base de dados do CPF, de posse da Secretaria Especial de Receita Federal do Brasil (RFB), é também administrada pelo Serpro.

A emissão do DNI, em etapa-piloto, iniciou-se em março de 2022, exclusivamente para servidores da Justiça Eleitoral e de alguns outros órgãos públicos. São necessários avanços na legislação para atualizar as questões aqui apresentadas sobre o DNI, uma vez que a lei nº 13.444/2017 continua vigente.

Na disputa pela identificação do cidadão brasileiro, mesmo com a permanência de garantias legais para o DNI, o decreto nº 9.278/2018 foi revogado pelo decreto nº 10.977/2022, que regulamenta a lei nº 7.116/1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da carteira de identidade pelos OICs, e a lei nº 9.454/1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão (SIC) como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

O decreto nº 10.977/2022 institui um novo modelo de carteira de identidade em substituição ao modelo antigo do "RG". Este documento, conhecido como Carteira de Identidade Nacional (CIN), possui validade nacional, contém dados biométricos e biográficos do requerente e tem por registro geral nacional de identificação do cidadão o número único de inscrição no CPF. Sua produção se dá em suporte de papel de segurança ou de cartão de policarbonato e em meio digital, disponibilizada no aplicativo de dispositivo móvel do Gov.br. Em sua redação inicial, este decreto estabeleceu que a partir de 6 de março de 2023, os órgãos expedidores ficariam obrigados a adotar os padrões da nova carteira de identidade.

A CIN permite que a conta do cidadão no Gov.br seja elevado ao nível ouro, que representa o maior grau de segurança no processo de validação dos dados do usuário e que viabiliza o acesso a mais tipos de serviços públicos e a mais transações digitais por meio da conta do Gov.br.

Com o decreto nº 10.977/2022, foi necessário alterar a lei nº 7.116/1983. Tal alteração ocorreu por meio da lei nº

14.534/2023, que indicou que o CPF como registro geral da carteira de identidade e definiu que se o requerente da carteira não estiver inscrito no CPF, o OIC poderá realizar a sua inscrição, portanto, delegou novas atribuições aos OICs.

Os modelos e parâmetros da CIN encontram-se nos anexos do decreto nº 10.977/2022 e suas informações essenciais estão no art. 11 deste decreto. Além disso, o referido decreto informa, em seu art. 7º, que cabe ao MJSP manter os detalhes das especificações de segurança dos modelos da CIN em grau de sigilo.

As especificações, para fins de preenchimento e impressão, das informações essenciais foram, primeiramente, apresentadas na resolução nº 9/2022, da Cefic. Depois, a Cefic publicou as resoluções nº 20/2024, nº 23/2025 e nº 24/2025, que versam sobre o Modelo Informacional da CIN (MI-CIN), o qual descreve a modelização padronizada das informações da CIN, sendo, portanto, requisito de segurança, integridade e interoperabilidade do SIC.

Com o decreto nº 11.429/2023, ficou definido que a integração da carteira de identidade ao SIC seria assessorada tecnicamente pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Além disso, ele alterou o decreto nº 10.977/2022, para estabelecer que a partir de 6 de novembro de 2023, os órgãos expedidores ficariam obrigados a adotar os novos padrões da carteira de identidade. Posteriormente, este prazo se mostrou insuficiente e sofreu dilação por mais um mês, por meio do decreto nº 11.769/2023.

Os decretos nº 10.900/2021 e nº 11.429/2023 foram revogados pelo decreto nº 11.797/2023. Neste, o SIC passou a ser definido como conjunto de procedimentos e operações de gestão e verificação da identidade das pessoas naturais, por meio dos dados de identificação e dos dados cadastrais, perante a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Com o decreto nº 11.797/2023, ficou definido que o SIC terá interface de comunicação eletrônica com os dados: da declaração

de nascido vivo e da declaração de óbito; do registro civil; e da ICN. Além disso, de acordo com este decreto, as carteiras de identidade expedidas de acordo com os padrões anteriores à CIN permanecerão válidas até 1º de março de 2032.

Ainda que o processo de emissão da CIN pelos OICs se dê de forma descentralizada, estes trabalham em conjunto com os órgãos federais executores do SIC. Portanto, a CIN possui padronização nacional e adota um fluxo oficial, em todo o país (Brasil, 2025b). Atualmente, os órgãos executores do SIC são: MGI; Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) integrante da estrutura do MGI; MJSP; Polícia Federal (PF) pertencente ao MJSP; e RFB do Ministério da Fazenda (MF).

O prazo apresentado pelo decreto nº 11.769/2023 também se mostrou insuficiente e o decreto nº 11.797/2023 definiu que a partir de 11 de janeiro de 2024, os órgãos expedidores ficariam obrigados a adotar os padrões da CIN. Este decreto instituiu novamente a Cefic.

A governança da CIN depende da interação entre atores estratégicos e é exercida Cefic, que é composta por representantes da Casa Civil (CC) da Presidência da República (PR), da RFB do MF, da SGD do MGI, do MJSP e do Ministério da Saúde (MS). Compete à Cefic, dentre outras atribuições, editar normas, na forma de resoluções, sobre o detalhamento dos padrões de expedição da carteira de identidade. A coordenação da Cefic é exercida pela CC e seu secretariado-executivo é desempenhado pela SGD. Aqui observamos o protagonismo de atores que não são da área de segurança pública.

Nos termos do decreto nº 11.797/2023, a SGD é responsável por assessorar tecnicamente a Cefic na integração da CIN digital com o SIC. Conforme a Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) para o período de 2024 a 2027, instituída pelo decreto nº 12.069/2024, tal secretaria também é responsável por promover o desenvolvimento, a implementação e

o uso das infraestruturas públicas digitais (IPDs)[16], em articulação com outros atores.

De acordo com a ENGD, para alcançar um Estado mais inclusivo, eficaz, proativo, participativo e sustentável é necessário, entre outras ações, implementar e manter solução estruturante de identificação única e nacional, associada à CIN, com segurança, ampla disponibilidade e validade para todos os entes federativos. Tal solução pode ser entendida como aquilo que o art. 18 do decreto nº 12.069/2024 chama de Infraestrutura Pública Digital de Identificação Civil (IPD/IC), que compreende o conjunto de iniciativas previstas no SIC e na plataforma Gov.br.

Em 2025, foi instituído o Serviço Biométrico Federal (SBF), por meio da resolução nº 21/2025, da Cefic. Para desenvolvimento do SBF, a SGD abriu demanda junto à Dataprev, no âmbito do Contrato Administrativo nº 69/2023[17], e esta abriu Processo Seletivo para Estruturação de Sistema Automatizado de Informações Biométricas – ABIS[18]. O SBF irá identificar e verificar biometricamente os requerentes da CIN. Atualmente, a CIN garante mais segurança por meio do CPF enquanto registro geral nacional, mas, por enquanto, em seu processo de emissão, não há verificação biométrica dos requerentes da CIN entre as UFs. A

[16] De acordo com o inciso III do art. 4º do decreto nº 12.069/2024, IPDs são "soluções estruturantes de aplicação transversal, que adotam padrões de tecnologia em rede construídos para o interesse público, seguem os princípios da universalidade e da interoperabilidade, permitem o uso por diversas entidades dos setores público e privado e podem integrar serviços em canais físicos e digitais".

[17] Extrato publicado no Diário Oficial da União disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratacoes-diretas/superintendencias-regionais-de-administracao/sra-ba/2023/pregoes/pregao-eletronico-no-19-2023/publicacao-do-resultado-do-pregao-eletronico-no-dou.pdf. Acesso em: 29 jun. 2026.

[18] Disponível em: https://dataprev.gov.br/acesso-informacao-contratos-estrategicos-e-instrumentos-congeneres/processos-seletivos-de. Acesso em: 29 jun. 2026.

resolução nº 21/2025 diz que o SBF terá dados sincronizados com a IPD/IC.

Ainda que o ITI não tenha assento na Cefic, este é outra secretaria, tal qual a SGD, da estrutura do MGI, que vem se consolidando nas atribuições relacionadas à CIN. O decreto nº 12.103/2024, aprovou a estrutura regimental do ITI e este retoma, com pequenos ajustes, as competências desta instituição enquanto órgão executor do SIC. Ao ITI compete propor à Cefic a regulamentação, ou a revisão e a atualização dos regulamentos editados, relativas aos processos de credenciamento, homologação, auditoria e fiscalização dos entes públicos e privados sobre sistemas biométricos, de personalização e de gráficas, no âmbito da expedição da CIN.

É a partir da lei nº 14.973/2024, que consta na legislação determinações que vinculam o recebimento de benefícios sociais ao cadastro biométrico na CIN. Esta lei alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (lei nº 8.742/1993) e estabeleceu que ao requerente do benefício de prestação continuada, ou ao responsável legal, será solicitado registro biométrico nos cadastros da CIN, do título eleitoral (ICN) ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nos termos de ato conjunto dos órgãos competentes.

A lei nº 14.973/2024 também deu nova redação à lei nº 10.779/2003, e dispôs que para a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie, o pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal precisaria ter registro biométrico nos cadastros da CIN, do título eleitoral (ICN) ou da CNH. Com o decreto nº 12.527/2025, a CIN passou a ser requisito obrigatório para que os pescadores profissionais artesanais pudessem ter direito ao benefício do seguro-desemprego. O controle sobre estes pescadores visa combater

pagamentos indevidos do seguro-defeso e diminuir as despesas do governo em este benefício[19].

Provavelmente, diante dos desafios de atendimento dos OICs para emitir CIN aos pescadores profissionais artesanais, o governo federal apresentou uma medida mais cautelosa sobre a vinculação da CIN ao recebimento de benefícios sociais. Com o decreto nº 12.561/2025, ficou definido que a concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social ficam condicionadas à existência de cadastro biométrico do requerente, do titular do benefício ou do seu responsável legal na base biométrica da CIN; mas considerou também, em caráter transitório, os cadastros biométricos constantes das bases biométricas da CNH, da base de identificação civil da PF ou da ICN sob a responsabilidade do TSE. Além disso, previu a publicação de ato interministerial sobre a dispensa da exigência do cadastro biométrico enquanto o Poder Público não fornecer condições para sua realização.

Tal ato foi concretizado por meio da portaria conjunta MGI/MDS/MPS nº 76/2025, que definiu as condições excepcionais para dispensa de cadastro biométrico para concessão, manutenção e renovação dos benefícios da seguridade social. Já o cronograma para uso para dos cadastros biométricos constantes das bases biométricas transitórias foi estabelecido pela portaria SGD/MGI nº 10.442/2025. Posteriormente, a portaria conjunta MGI/MDS/MPS nº 76/2025 foi alterada pela portaria conjunta MGI/MDS/MPS nº 23/2026, e a portaria SGD/MGI nº 10.442/2025 foi revogada pela portaria SGD/MGI nº 2.907/2026, que estabeleceu novo cronograma.

O decreto nº 12.561/2025 trouxe protagonismo para SGD ao afirmar que a interoperabilidade dos cadastros biométricos será

[19] Larissa Rodrigues. Com 2 milhões de beneficiários, seguro-defeso pressiona ministro da Pesca. [*S. l.*]: CNN BRASIL. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/larissa-rodrigues/politica/com-2-milhoes-de-beneficiarios-seguro-defeso-pressiona-ministro-da-pesca/#goog_rewarded. Acesso em: 27 jun. 2026.

coordenada por tal secretaria, no âmbito da IPD/IC, que será utilizada pelo serviço de verificação da autenticidade do cadastro biométrico.

A lei nº 15.399/2026, alterou a lei nº 10.779/2003, para dispor que o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários do seguro-desemprego durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie está sujeito ao cadastro biométrico nos termos da lei nº 15.077/2024. Esta, por sua vez, é regulamentada pelo decreto nº 12.561/2025. Portanto, passou a ser admitida para fins de verificação biométrica do pescador profissional artesanal a utilização da base de dados do TSE e da CNH até a plena implementação da CIN.

Em 2026, a Cefic publicou a resolução nº 30/2026, que instituiu o Serviço de Controle do Fluxo de Emissão da Carteira de Identidade Nacional (SCF-CIN), com promoção e gestão operacional e tecnológica sob responsabilidade da RFB. Este consiste em uma solução tecnológica *blockchain* que garantirá tanto a unicidade do conjunto de dados de identificação do cidadão requerente da CIN, quanto o controle sequencial das etapas do fluxo de emissão da CIN perante todos os órgãos executores do SIC e os OICs. Destaca-se aqui o poder informacional da RFB.

Em outubro de 2025, haviam sido emitidas 38.130.602 CINs (Brasil, 2026). Destaca-se ainda que o número de CINs emitidas não corresponde necessariamente ao número de cidadãos que emitiram o documento, pois uma mesma pessoa pode ter solicitado mais de uma via deste documento. No mesmo período, o TSE declarou que possuía biometria (face e impressão digital) cadastrada de 135 milhões de brasileiros, contribuindo para o fortalecimento da base da ICN, "sistema sob a gestão do TSE que unifica a identificação das brasileiras e dos brasileiros, usando o número do CPF como chave para o cruzamento dos dados biométricos e a prestação de serviços" (Brasil, 2025a). Tal cenário revela a disputa entre atores do próprio governo federal em gerir a principal base de cadastros biométricos dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As origens históricas da carteira de identidade no Brasil com a identificação criminal têm reflexos até hoje, o que pode ser observado por meio da vinculação institucional de quase todos os OICs às Secretaria de Segurança Pública das UFs. Tal cenário reforça uma visão que privilegia a proteção do Estado.

No âmbito federal, é possível observar que a gestão da CIN abarca uma direção de proporcionar protagonismo para a SGD, responsável, conforme decreto nº 11.797/2023, pela integração da CIN digital com o SIC, e para o ITI. Isto difere do processo do RIC, o qual teve o MJSP como como órgão central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (Sinric). Isto aponta para um movimento lento de tentativa de desvinculação do olhar "policialesco" da identificação civil no país. Somente o futuro dirá se este movimento resultará em enfoque para garantia do direito civil, especificamente os direitos de personalidade e de identidade.

O CPF utilizado na CIN como número de registro geral nacional reforça o entendimento de que:

> [...] o melhor monitoramento de identificação do cidadão se deu através do controle de sua renda. Portanto, no Brasil, a identificação do cidadão por meio do CPF reforça a vertente da necessidade de controle fiscal dos cidadãos pelo Estado para sua própria manutenção (Alves, 2022, p. 125).

A governança da CIN, exercida pela Cefic, inclui diferentes aspectos, entre eles a interação dos atores estratégicos, a administração de interesses e o estabelecimento de consensos para a concepção da estrutura da própria CIN. A coordenação da Cefic exercida pela CC destaca seu papel de articular representantes de diferentes ministérios. A Cefic não possui representante da sociedade civil, isto indica um déficit de cidadania no processo decisório da identificação civil no país.

No atual regime de identificação documentada dos cidadãos brasileiros (Alves, 2022), a emissão de CIN tem sido impulsionada pelo controle ao acesso aos direitos sociais, especialmente no que concerne ao recebimento de benefícios sociais. Além disso, cabe registrar o papel da CIN para acesso aos serviços públicos disponíveis para o nível ouro da conta do Gov.br. Portanto, a legislação sobre a CIN não revela o enfoque na garantia dos direitos civis. Tal situação corrobora com o entendimento de Carvalho (2019), que aponta que os direitos civis são retardatários na construção da cidadania no Brasil e que os direitos sociais impulsionaram outros direitos, como o direito civil de personalidade, e não o inverso.

A sofisticação das técnicas e tecnologias de identificação civil, por meio da CIN, garante o controle da população para a segurança e manutenção econômica do próprio Estado. Além disso, a base biométrica da CIN, consolidada no SBF, visa ser o meio de verificação da correta destinação de benefícios sociais, buscando gerar economia para o Estado com a diminuição de fraudes.

As falhas do sistema de identificação também geram prejuízos para os negócios no ambiente privado, pois uma transação legítima deixa de ocorrer e uma transação criminosa ocorre. Isto resulta na oneração da cadeia produtiva e dos custos de transação para considerar os riscos de perdas. O uso da CIN pela IPD/IC e a possível oferta de serviço de identificação biométrica para o setor privado poderão indicar que a condução da identificação civil se submete primordialmente aos interesses econômicos. Por enquanto, não se trata de uma conclusão, mas de uma possibilidade que carece de observação futura.

O histórico dos sistemas de identificação descentralizados pelas UFs e sem interoperabilidade tem por consequência um movimento do governo federal de tentar utilizar a CIN para centralizar os dados biográficos e biométricos do cidadão. Neste sentido, está em desenvolvimento o SBF, que permitirá identificar e verificar biometricamente os requerentes da CIN.

Desde o projeto do RIC, o TSE pôde desenvolver a maior base civil do país com dados biométricos e biográficos, a base da ICN. Aqui é possível observar os direitos políticos contribuindo para a identificação civil. A lei nº 13.444/2017 continua vigente e a base da ICN está em constante alimentação. Portanto, cabe acompanhar qual será a principal base biométrica de identificação civil, a da CIN ou da ICN.

Na trajetória da carteira de identidade é possível observar o exercício do poder nas relações mediadas pela informação. Por isso mesmo e pela capacidade explicativa das ações de informação da sociedade, regime de informação foi eleito como contributo conceitual para a leitura do RIDC. Considerando o fato da CIN ter emergido recentemente e de sua estabilização técnica e social estar em curso, interpretação sobre seu papel no regime de identificação documentada dos cidadãos brasileiros não está acabada e requer tempo para novas conclusões.

REFERÊNCIAS

ABOUT, Ilsen; BROWN, James; LONERGAN, Gayle. Introduction. *In*: ABOUT, Ilsen; BROWN, James; LONERGAN, Gayle (ed.). **Identification and Registration Practices in Transnational Perspective**: people, papers and practices. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1-13.

AKYIAMA, Thais Gualda Carneiro; ALMEIDA, Veronica Eberle de; GODRI, Luciana; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. Organizações e ambiente legal: A construção do sistema de identificação civil brasileiro. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 6, Edição Especial, p. 94-125, nov./dez. 2015.

ALVES, Thiara dos Santos. **Regime de identificação documentada dos cidadãos no contexto da construção da cidadania no Brasil**. 2022. 161 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ALVES, Thiara dos Santos; BEZERRA, Arthur Coelho. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de "regime de informação" em Maria Nélida González de Gómez. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-20.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: Gênese e Estrutura do Campo Burocrático. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996. p. 91-136.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: Information, policy, and power. Cambridge, MA: The Mit Press, 2006.

BRASIL. **Cadastro biométrico vai além das eleições e amplia segurança em diversos serviços**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2025a. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Novembro/cadastro-biometrico-vai-alem-das-eleicoes-e-amplia-seguranca-em-diversos-servicos. Acesso em: 26 jun. 2026.

BRASIL. **Carteira de Identidade Nacional**. [*S. l.*]: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/carteira-de-identidade-nacional. Acesso em: 26 jun. 2026.

BRASIL. **Painel de Emissões da Carteira de Identidade Nacional**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br. Acesso em: 15 fev. 2026.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAPLAN, Jane. 'Ausweis Bitte!' Identity and Identification in Nazi Germany. *In*: ABOUT, Ilsen; BROWN, James; LONERGAN, Gayle (ed.). **Identification and Registration Practices in Transnational Perspective**: people, papers and practices. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013. p. 224-242.

CAPLAN, Jane; HIGGS, Edward. Afterword: The future of identification's past: reflections on the development of historical identification studies. *In*: ABOUT, Ilsen; BROWN, James; LONERGAN, Gayle (ed.). **Identification and Registration Practices in Transnational Perspective**: people, papers and practices. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013. p. 302-308.

CAPLAN, Jane; TORPEY, John. Introduction. *In*: CAPLAN, Jane; TORPEY, John (ed.). **Documenting individual identity**: the development of state practices in the modern world. United Kingdom: Princeton University Press, 2001. p. 1-12.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CIANCONI, Regina de Barros; LOTT, Yuri Monnerat. Do panopticon ao panspectron: uma reflexão sobre as mediações de poder e a materialidade da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 245-258, 2016.

DAMATTA, Roberto. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos. **Anuário Antropológico**, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 37-64, 2000.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre Sociedade do Controle. *In*: CONVERSAÇÕES. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

ESCÓSSIA, Fernanda Melo da. **Invisíveis**: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento. 2019. 146f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 124 p.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade.** Coleção Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137-158, jan./mar. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GOODY, Jack. **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1987.

GRIFFITHS, Melanie. 'Establishing Your True Identity': Immigration Detention and Contemporary Identification Debates. *In*: ABOUT, Ilsen; BROWN, James; LONERGAN, Gayle (ed.). **Identification and**

Registration Practices in Transnational Perspective: people, papers and practices. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013. p. 281-301.

KANASHIRO, Marta Mourão; DONEDA, Danilo. The new Brazilian identification system: unique features of a general transformation. **Surveillance & Society**, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 18-27, 2012.

LAZZARATO, Maurizio. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. *In*: NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA SUBJETIVIDADE. **Cadernos de subjetividade**. São Paulo: PUC/SP, 2010. p. 168-179.

MAKRAKIS, Solange. **O registro civil no Brasil**. 2000. 88 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

MARTIN, Aaron; TAYLOR, Linnet. Exclusion and inclusion in identification: regulation, displacement and data justice. **Information Technology for Development**, [*s. l.*], v. 27, n. 1, p. 50-66, 2021.

MICELI, Sérgio. Prefácio: Materialismo Simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 19-26.

NATHANSOHN, Bruno Macedo. **O regime de informação entre o tratamento humanitário e a vigilância para o controle**: ecos da gramática global no sistema de refúgio brasileiro. 2018. 261f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018.

PEIRANO, Mariza G. S. "De que serve um documento?" *In*: PALMEIRA, Moacir G. S.; BARREIRA, César (org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2006. p. 25-49.

PINTO, Danilo César Souza. De papel a documento: uma reflexão antropológica sobre os procedimentos notariais. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 41, 2. sem. p. 328-356, 2016.

REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. *In*: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo de; CARNEIRO, Leandro Piquet; GRYNSZPAN, Mario (org.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 11-17.

WATSON, Ian. An Unusually Open Identification Number System: The Icelandic Kennitala. *In*: ABOUT, Ilsen; BROWN, James; LONERGAN, Gayle

(ed.). **Identification and Registration Practices in Transnational Perspective**: people, papers and practices. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013. p. 132-144.

WEBER, Max. Burocracia. *In*: WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982. p. 229-282.

WEBER, Max. Natureza, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática. *In*: WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1999. p. 198-233.

Como citat

ALVES, Thiara dos Santos; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Regime de identificação documentada dos cidadãos: contextualização e considerações sobre a atual carteira de identidade no Brasil. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 283-312. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap13.

DAS DESCONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES EPISTEMOLÓGICAS: COMO MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ NOS ENSINA A REPENSAR AS LINGUAGENS

Luciana de Souza Gracioso

INTRODUÇÃO

Escrever sobre a Prof.ª Maria Nélida González de Gómez é, para mim, retornar a um encontro que foi decisivo em minha trajetória acadêmica, epistemológica e humana no campo da Ciência da Informação. Meu primeiro encontro presencial com a Prof.ª Nélida, foi durante o processo seletivo de doutorado, junto ao IBICT/UFF em 2004, mas minhas leituras sobre ela e a partir dela, já eram de longa data. Mas, antes de adentrar as discussões que irei considerar de ordem mais teórica, manifesto aqui, algo para além das relações científicas e que dizem respeito ao modo como as relações de ética, respeito e encorajamento, contornaram todas as atividades de pesquisas e produções científicas desenvolvidas junto a Prof.ª Nélida, desde 2004, e que segue até hoje.

Ao longo dos anos de orientação e convivência, fui atravessada por seu modo singular de formar pessoas pois a Prof.ª Nélida, ao mesmo tempo em que indicava caminhos teóricos, lançava perguntas problematizadoras, também criava as condições para que pudéssemos encontrar, no processo de nossa própria

construção, as respostas. Há, em sua orientação, a realização da Pedagogia da liberdade (Paulo Freire). Há uma confiança exigente na capacidade de viabilizar que cada pessoa pesquisadora, sob sua orientação, possa construir seus argumentos, sustentar suas escolhas e amadurecer seus posicionamentos.

Para além do exemplo de cientista afetuosa e sensível, com ela também tentei aprender que, no exercício docente, formar alguém não é conduzir essa pessoa a repetir um pensamento consolidado, mas ajudá-la a reconhecer as perguntas que o constituem. O contato com seu coração e com sua sabedoria transformou minha maneira de compreender a relação com o conhecimento, com a produção científica, com a formação de pessoas e com o desenvolvimento da sociedade a partir do estudo, da leitura e da pesquisa.

Em outro espectro, depois de conhecer e conviver com a Prof.ª Nélida, tornou-se impossível para mim tratar a informação como um objeto simples, neutro ou puramente técnico. Disto, assumo a responsabilidade de indicar, como título deste capítulo, que sua obra desconstrói e reconstrói. Não só sua obra, como seu agir me ensinam que todo conceito carrega consequências no mundo da vida, e que toda representação implica escolhas, que toda ação de informação se dá em contextos de vida e que a pesquisa, quando tomada em sua dimensão mais profunda, também nos modifica irreversivelmente.

Ao mesmo tempo, sigo na escrita deste capítulo, com aquela insegurança que por vezes me acompanhava, ainda como doutoranda, ao apresentar um texto ou seminário em suas aulas… O que será que a Prof.ª Nélida vai achar? E, de igual maneira, arrisco essa escrita hoje, tal como fazia no passado, reconhecendo que mesmo incorrendo em alguns potenciais deslizes conceituais ou teóricos, sua leitura será agregadora, construtiva e reveladora…

DA "REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E O CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO", AO "CARÁTER SELETIVO DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO"

O que apresento neste capítulo é um recorte teórico de dois textos que foram, e ainda são, marcantes em minha construção teórico-metodológica na Ciência da Informação, pois as desconstruções conceituais e epistemológicas que esses textos promoveram em minha trajetória não ocorreram apenas no plano intelectual. Elas tocaram dimensões individuais, emocionais e subjetivas que modificaram meu modo de compreender a linguagem, o conhecimento, a sala de aula, os processos de orientação e a própria carreira de pesquisa em Ciência da Informação.

Para o presente momento, tratarei mais pontualmente dos textos: "A representação do conhecimento e o conhecimento da representação, algumas questões epistemológicas", publicado em 1993 na revista Ciência da Informação, e ao artigo "Caráter seletivo das ações de informação", publicado seis anos depois, em 1999, na revista Informare. Assim, este capítulo arrisca desenvolver uma leitura articulada desses dois textos, buscando mostrar de que modo eles oferecem instrumentos para pensar um problema contemporâneo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, e que tem relação com as ausências, resistências e possibilidades de reconhecimento das línguas indígenas e africanas em nossos sistemas de informação, currículos de formação acadêmica e práticas profissionais.

A ideia inicial que se propõe é a de que, o artigo de 1993, desconstrói a pretensão de que a representação seja uma condição necessária, universal e neutra do conhecimento, ao evidenciar sua dependência histórica de um sujeito autorizado a arbitrar sentidos. Já, o artigo de 1999, por sua vez, oferece um conceito mais afirmativo, o de ação de informação, capaz de sustentar a organização do conhecimento sem recorrer a um sujeito universal,

acolhendo a pluralidade de formas de vida, de línguas e de saberes que a pretensão representacional sempre teve dificuldade de reconhecer como legítimas.

Lidos ao lado da história de silenciamento das línguas indígenas e africanas no Brasil, esses dois textos deixam de ser apenas marcos da epistemologia brasileira da Ciência da Informação e tornam-se instrumentos capazes de nos ajudar a pensar, com rigor e sensibilidade, o modo como nossos sistemas informacionais podem deixar de reproduzir silenciamentos e passar a construir formas mais justas, situadas e responsáveis de conhecimento e reconhecimento.

DAS DESCONSTRUÇÕES: "A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E O CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS"

No artigo de 1993, "A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas", Prof.ª Nélida empreende uma reconstrução histórico-filosófica dos diferentes regimes de inteligibilidade a partir dos quais se configuraram, na cultura ocidental, as relações entre pensamento, linguagem e realidade. Seu percurso evidencia que representar não constitui um gesto originário ou espontâneo do conhecimento, mas uma forma historicamente determinada de instituir relações entre aquilo que se conhece, aquele que conhece e os modos pelos quais o real se torna dizível. A representação deixa, assim, de poder ser compreendida como simples correspondência entre palavras e coisas ou como mediação transparente entre pensamento e mundo. Ela se revela vinculada a condições ontológicas, epistemológicas e discursivas específicas, pelas quais cada época delimita tanto o que pode comparecer como objeto de conhecimento quanto às formas legítimas de sua enunciação.

No primeiro desses horizontes, associado sobretudo à

filosofia platônica, a excelência do conhecer não se funda propriamente no ato de representar. O conhecimento se ancora em uma ordem ontológica anterior ao sujeito, na qual a verdade não é produzida pela consciência, mas reconhecida como pertencente à própria estrutura do ser. Nesse regime de pensamento, a palavra não se apresenta ainda como signo autônomo destinado a substituir uma realidade ausente, mas como elemento inscrito em uma ordem de sentido que a ultrapassa. Conhecer significa, portanto, menos construir uma imagem do mundo do que participar de uma verdade que precede o sujeito e diante da qual pensamento e linguagem encontram sua possibilidade.

No segundo momento, associado à modernidade filosófica, conhecer passa a ser representar e o mundo se torna objeto de consciência, e a representação passa a depender de um sujeito capaz de ordenar a experiência e arbitrar entre representações verdadeiras e simulacros. Em Locke, esse sujeito aparece em sua dimensão empírica. Em Kant, ganha uma forma transcendental, sustentada por categorias consideradas universais, transculturais e transindividuais. É nesse ponto que a representação adquire sua força moderna, pois parece garantir um lugar seguro a partir do qual o conhecimento pode ser organizado, classificado e validado.

No terceiro momento, com a virada semiótica, esse sujeito começa a se dissolver. De Peirce a Popper, o conhecimento deixa de depender de uma consciência fundadora e passa a ser pensado em redes de signos, interpretações, mediações e objetividades sem sujeito. A representação continua sendo praticada, mas perde o critério estável que anteriormente a legitimava. O que antes parecia uma operação segura de adequação entre conhecimento e mundo passa a se mostrar como um campo plural, instável e atravessado por mediações (González de Gómez, 1993).

O argumento que apresento a partir dessa reconstrução é que Prof.ª Nélida revela, com rigor filosófico, algo que a Ciência da Informação, em boa parte de sua história, não examinara tão de perto. Toda pretensão representacional pressupõe um sujeito

autorizado a decidir o que conta como representação correta e o que será tratado como erro, desvio, insuficiência ou simulacro. Enquanto esse sujeito permanece implícito, a representação parece neutra, parece apenas uma questão técnica de melhor ou pior organização dos conteúdos. Quando, porém, se pergunta quem foi historicamente esse sujeito, de que lugar cultural e geopolítico ele falou e quais formas de linguagem e conhecimento autorizou ou desautorizou, a neutralidade se desfaz. Em seu lugar, revela-se uma operação de poder que a filosofia da representação, muitas vezes, manteve invisível.

É nesse desfazimento que reside a força crítica do artigo de 1993 pois Prof.ª Nélida não apenas questiona procedimentos de representação, como também desloca a Ciência da Informação para o exame de suas próprias condições de possibilidade. Representar não é apenas descrever, nomear ou organizar, como também é selecionar, estabelecer hierarquias, produzir pertinências (ou não), definir acessos e instituir modos de visibilidade. Nesse sentido, toda representação participa de uma política do conhecimento, mesmo quando se apresenta como operação técnica. Ao final, Prof.ª Nélida nos deixa uma reflexão sobre o lugar das hierarquias, dos critérios seletivos e das linhas de intencionalidade. Essa pergunta permanece aberta e continua a convocar a Ciência da Informação a pensar seus próprios instrumentos, não como formas neutras de ordenar o mundo, mas como práticas historicamente situadas de produção de sentido.

> As diversidades das linguagens – verbais ou de imagens – e a heterologia dos conteúdos culturais parecem confinados a encontrar um termo de equivalência nos códigos homológicos das linguagens digitais. [...] Por um lado, desenha-se, em torno da questão da representação, um campo interdisciplinar que reúne, ao menos, as ciências do conhecimento, da linguagem, da informação e suas interfaces com as novas tecnologias. [...] A diversidade dos códigos de interpretações representacionais, assemelhados em sua base

> semiótica, serão agora pluralidades simultâneas e da mesma ordem: agregados de camadas de signos referenciando-se umas às outras, sem exemplares nem níveis privilegiados" (González de Gomez, 1993, p. 221).

Em uma tentativa arriscada, ainda em 2011, escrevo o artigo: "Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica" em que reproduzo a citação anterior, texto este que na ocasião apresentava resultados da pesquisa "Proposta para identificação e aplicação de parâmetros teóricos e metodológicos na elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização do conhecimento", financiado pelo CNPq. Cabe mencionar que a proposição geral deste projeto, que foi amplamente inspirado pelo texto de 1993, segue, até hoje, com outros contornos. São eles "Indexação decolonial enquanto tecnologia emancipatória: uma possível proposição" (2022-2024) e "Por um ensino de línguas indígenas e africanas em Biblioteconomia e Ciência da informação" (2025-2028) ambos com apoio CNPq. Digo isto, para confirmar, o quanto este texto, de fato, ressoa substancialmente sobre como percebo e me relaciono com a informação.

O texto de 1993 segue funcionando como uma espécie de ponto de retorno, a partir do qual novas perguntas se tornam possíveis. Se a partir dele se abria a necessidade de desconfiar das pretensões de neutralidade e estabilidade dos sistemas de representação, os textos posteriores de Prof.ª Nélida me permitiram avançar para além da desestabilização daquilo que entendemos por informação, mas de reconstrução das condições a partir das quais ela pode ser pensada como ação, relação e escolha. É nesse movimento, entre a desconstrução de certas evidências e a elaboração de outras possibilidades conceituais, que situo a passagem para a reflexão seguinte.

DAS RECONSTRUÇÕES: "CARÁTER SELETIVO DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO"

A reflexão, lançada em 1993 por Prof.ª Nélida é de certo modo retomada, anos depois, no artigo "Caráter seletivo das ações de informação" (1999). Nele, Prof.ª Nélida parte de uma constatação que pode parecer simples, mas de consequências incontornáveis, pois a informação pode começar a ser pensada como um termo flutuante, capaz de produzir diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos. A informação, então, não existe como essência dada, anterior às práticas sociais que a constituem, pois ela se realiza em vários planos, sendo apenas atravessados por valores semânticos, quadros normativos e condições materiais de inscrição.

Contudo, seguramente, Prof.ª Nélida nos orienta a entender que, se a informação não é uma essência previamente dada, algo precisa decidir, em cada situação concreta, o que conta como informação e esse algo não é uma estrutura fixa, nem um sistema abstrato, mas uma ação situada de seleção e decisão. As ações de informação são, nesse sentido, aquelas que estipulam *em que caso a informação é o caso,* nos ensina Prof.ª Nélida em seu texto de 1999. Essa formulação desloca o problema da Ciência da Informação, pois já não se trata apenas de representar conteúdos previamente existentes, mas de compreender os atos, contextos e critérios que fazem com que algo venha a ser reconhecido como informação. Duas consequências dessa definição são especialmente importantes, sendo uma delas a de que a seleção que constitui um valor de informação opera antes da informação ser estabilizada como tal e desse modo as instâncias seletivas não atuam sobre um campo de informações já constituídas, pois elas participam da própria constituição daquilo que será designado como informação. Isso significa que não há conteúdo neutro e pré-existente que os sistemas de representação viriam apenas registrar posteriormente, pois há processos de decisão, mediação e legitimação que antecedem e estruturam a própria emergência da

informação.

Existe ainda outra consequência, que é que essa seletividade possui uma dimensão política pois enquanto houver seleção e escolha, haverá politicidade no âmago das ações, tecnologias, produtos e serviços de informação. A política, portanto, não é um elemento externo ao campo informacional, pois ela habita o próprio gesto de selecionar, organizar, priorizar, tornar visível ou deixar invisível. Para dar corpo a essas premissas, Prof.ª Nélida se aproxima do conceito de forma de vida, em diálogo especialmente com a obra do segundo momento filosófico de L. Wittgenstein (1889-1951). Essa aproximação é irrefutavelmente importante porque permite pensar a informação não como algo destacável de seus usos, mas como prática situada em mundos sociais específicos. Isso nos leva a compreender que não existe isomorfismo pleno entre os universos de informação e os universos por eles referenciados, uma vez que há, sempre, mediações, traduções, deslocamentos e decisões. Daí a necessidade de deslocar o momento da concepção dos dispositivos de informação das infraestruturas para as interfaces, considerando as relações entre agentes, contextos e formas concretas de intervenção.

O artigo de 1999, "Caráter seletivo das ações de informação", portanto, não abandona a crítica de 1993, pois depois de desconfiar da representação como fundamento universal, Prof.ª Nélida propõe pensar a informação a partir da ação. A pergunta deixa de ser apenas como representar corretamente e passa a interrogar quem age, em que contexto, com quais critérios, diante de quais formas de vida e com quais efeitos de reconhecimento. Esse deslocamento é particularmente decisivo quando pretendemos pensar línguas e saberes historicamente silenciados, pois ele nos impede de imaginar que bastaria inserir novos conteúdos em antigos sistemas. A ação de informação exige outro gesto, que seria o de reconhecer que todo sistema é também uma forma de intervenção no mundo social e que toda intervenção precisa ser pensada em relação aos sujeitos concretos, às formas de

vida e às responsabilidades que a sustentam.

DOS ENCONTROS TEÓRICOS: JOGOS DE LINGUAGEM E AÇÃO COMUNICATIVA

Antes de articular esse duplo argumento com a pesquisa sobre a necessidade de sensibilização, no escopo da área da Ciência da informação, sobre as línguas indígenas e africanas, considero necessário explicitar de onde falo. Minha leitura desses dois textos não é recente, nem meramente bibliográfica. Ela atravessa minha trajetória desde o doutorado. Defendi, em 2008, sob orientação da Prof.ª Maria Nélida González de Gómez, a tese "Filosofia da linguagem e Ciência da Informação, jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais". Hoje, olhando para aquele percurso com a distância que os anos permitem, reconheço que essa tese não teria sido possível sem os dois textos aqui reconstruídos.

Foi a partir do artigo de 1993 que pude nomear, com instrumental filosófico mais consistente, aquilo que chamei de concepção clássica de representação. Essa concepção estava fundada em premissas universalistas e em uma perspectiva ontológica da linguagem, segundo a qual a linguagem, tanto a utilizada para a geração de conteúdos informacionais quanto a utilizada pelos usuários desses conteúdos, seria uma representação direta do mundo, um elo simbólico entre sujeito e realidade, com função figurativa, determinística, operacionalista e lógico-positivista de nomear fatos, coisas e fenômenos. Naquele momento, eu também compreendia que os sistemas de informação, em grande parte, buscavam construir estruturas coerentes de representação do conhecimento a partir daquilo que seria considerado invariável e universal, ora na organização dos conteúdos, ora nas estruturas formais da linguagem, ora nas estruturas cognitivas dos sujeitos (Gracioso, 2008, 2010).

O artigo de 1999, por sua vez, ofereceu-me o conceito propositivo capaz de sustentar a virada pragmática que eu buscava

reconhecer. Trata-se da ideia de que são as ações relacionadas à informação que adquirem centralidade na Ciência da Informação. Foi apoiada nesse deslocamento que pude formular, também alicerçada da obra "Investigações Filosóficas" de L. Wittgenstein (1953) na síntese conclusiva da tese, a afirmação de que a informação é o seu uso. Essa formulação, que hoje reconheço como uma das expressões mais diretas do que aprendi com a Prof.ª Nélida, e que ressoa em todas as minhas práticas e reflexões como docente e pesquisadora, permitiu-me recorrer a L. Wittgenstein e também a J. Habermas como desenvolvimento de um caminho que ela já havia aberto. Explicito essa filiação porque considero importante reconhecer que nem todas as concepções sustentadas na tese de 2008 cabem, do mesmo modo, no escopo deste capítulo, mas algumas delas, entretanto, permanecem plenamente operantes em meus estudos recentes e contínuos. Dito isto, é que me lançarei aqui, em mais um salto arriscado, refletindo sobre como estes textos, e suas desconstruções e reconstruções me orientam nas pesquisas e ações atuais relacionados ao escopo e a abrangência dos estudos socioinformacionais.

DAS RETOMADAS LINGUÍSTICAS E DAS FORMAS DE VIDA NO SISTEMA-MUNDO INFORMACIONAL

Retomar, fortalecer e reinscrever as línguas indígenas e de matrizes africanas no espaço cultural e informacional brasileiro significa reconhecer que toda língua é também uma forma de vida, uma maneira singular de ordenar a experiência, produzir sentidos e tornar o mundo inteligível. Em uma sociedade constituída por múltiplas formas de existência, especialmente aquelas formadas pelas experiências indígenas e africanas, não parece suficiente que nossos sistemas de informação apenas incluam novos termos em estruturas previamente estabelecidas, sendo necessário que possam também reconhecer outras lógicas de nomeação, transmissão, registro, produção e significação do conhecimento.

Essa questão alcança diretamente a Biblioteconomia e a

Ciência da Informação, porque sistemas de organização e representação do conhecimento ao mesmo tempo em que descrevem realidades, também operam e participam da constituição das condições pelas quais determinadas realidades podem ser nomeadas, recuperadas e reconhecidas. Assim, respeitar a pluralidade linguística brasileira implica, portanto, interrogar as epistemologias inscritas em nossos instrumentos, currículos e práticas profissionais, perguntando em que medida eles são capazes de acolher modos de conhecer cuja existência não se realiza necessariamente segundo as mesmas categorias que estruturam a tradição informacional ocidental, tão amplamente replicada em nossos sistemas de informação.

Vale sempre lembrar que antes dos processos coloniais, mais de mil línguas indígenas eram faladas no território que hoje denominamos Brasil. Desse vasto universo linguístico permanecem pouco mais de duzentas e noventa e cinco línguas, faladas por trezentos e noventa e um povos, segundo os dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), revelando não apenas uma perda linguística, mas uma profunda transformação das condições históricas de existência, transmissão e reconhecimento desses saberes, em nossa sociedade. A essa história somam-se as línguas africanas trazidas ao território brasileiro por milhões de pessoas submetidas à escravização ao longo de aproximadamente quatro séculos. Delas permanecem marcas profundas na língua, na oralidade, nas práticas religiosas, nas formas de sociabilidade e nos modos de nomear o mundo, embora os registros documentais disponíveis sejam insuficientes para reconstruir integralmente a extraordinária diversidade linguística e epistemológica introduzida no país pela diáspora africana forçada.

É nesse ponto que a crítica de 1993 se mostra indispensável pois ela nos oferece o instrumental filosófico para nomear aquilo que, de outro modo, poderia permanecer apenas como constatação histórica. As gramáticas produzidas pelas nações colonizadoras europeias durante o Renascimento converteram-se em instrumentos estratégicos de colonização e em meios de unificação

imperial. Por meio delas, a autoridade, a ordem e a verdade política dos impérios puderam se expressar em territórios frequentemente descritos pelos colonizadores como espaços desprovidos de linguagem, razão ou civilização plena (Veronelli, 2019). Lidas à luz de González de Gómez (1993), essas gramáticas coloniais podem ser compreendidas como aplicação histórica do momento gnosiológico da representação, no qual um sujeito autorizado, encarnado no colonizador europeu, decide o que possui e o que não possui estrutura linguística, o que pode ou não ser reconhecido como razão, o que será acolhido como conhecimento e o que será reduzido a cultura, folclore, oralidade menor ou ausência.

Ramón Grosfoguel (2008) ajuda a compreender essa operação ao apontar a existência de uma hierarquia linguística entre línguas europeias e não europeias, na qual as primeiras são privilegiadas como línguas de produção de conhecimento e teoria, enquanto as demais são frequentemente subalternizadas como expressões de cultura, mas não de pensamento. Walter Mignolo amplia essa reflexão ao afirmar que as línguas não são apenas algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos são (Gracioso *et al.*, 2025). Lida ao lado do artigo de 1993, essa afirmação nos ajuda a compreender que a colonialidade linguística é, em sua raiz, uma colonialidade representacional, a imposição histórica de um único sujeito autorizado a arbitrar entre línguas legítimas e línguas supostamente desprovidas de razão. A crítica provocada pelos textos, nos protege, assim, contra a ingenuidade de imaginar que bastaria incluir essas línguas nos sistemas já existentes sem transformar os próprios critérios de reconhecimento que historicamente as excluíram.

Entendemos que o artigo de 1993 nos protege contra a ilusão da neutralidade representacional, ao passo que o artigo de 1999 nos oferece um caminho metodológico para agir diante desse problema. Conhecer e reconhecer linguagens é ponto de partida para as ações de informação, desse modo, não basta perguntar, isoladamente, como representar melhor uma língua indígena ou africana em nossos sistemas informacionais, pois essa pergunta já

pressupõe que a língua exista como objeto pronto, destacável, à espera de representação adequada. As línguas indígenas e africanas, assim como todas as línguas humanas, são ao mesmo tempo, formas de vida, e só podem ser compreendidas no contexto do mundo vivido, nas relações sociais e nas ecologias informacionais próprias das comunidades que as mantêm. É por isso que a discussão sobre línguas indígenas e africanas na Ciência da Informação não pode ser reduzida a uma agenda de inclusão terminológica em sistemas de informação. Trata-se de uma questão mais complexa, que envolve reconhecer jogos de linguagem, sujeitos, mundos, memórias, formas de transmissão, modos de significar e critérios próprios de legitimidade.

DOS USOS DAS LINGUAGENS NOS SISTEMAS INFORMACIONAIS: ASSUMINDO RISCOS, RECONHECENDO LIMITES

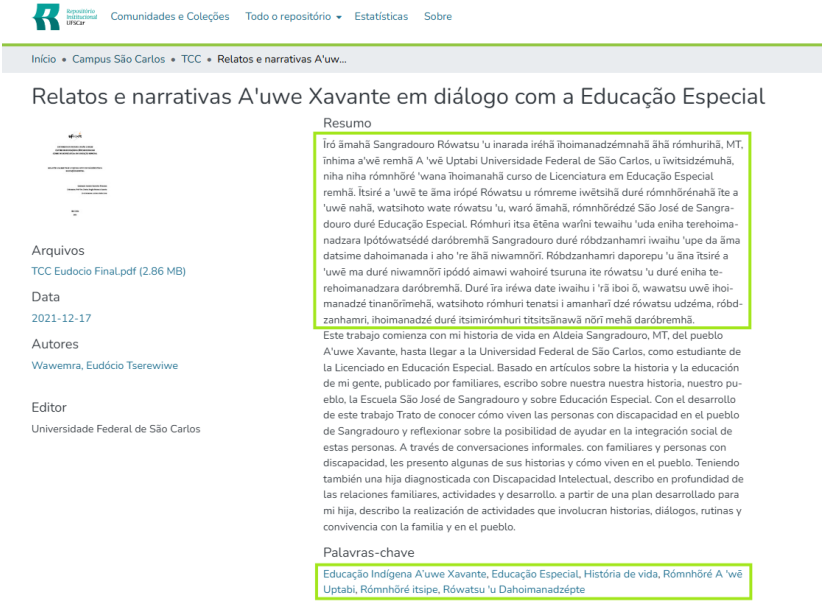
À luz das desconstruções e reconstruções epistemológicas que reconheço na obra da Prof.ª Nélida se torna necessário perguntar como nossos próprios sistemas, currículos e práticas profissionais podem ser revistos para que deixem de reproduzir silenciamentos históricos e passem a acolher, com maior responsabilidade, a pluralidade de línguas, saberes e formas de vida que constituem a sociedade brasileira. Como exemplo de um exercício, trazemos uma iniciativa desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos, em colaboração com estudantes indígenas da universidade, que hoje somam mais de 300 estudantes, oriundos de diferentes territórios do Brasil e pertencentes a mais de 40 etnias distintas. Em diálogo com esses estudantes, bibliotecários e professores, foi construído um conjunto de ajustes e adaptações nos metadados utilizados pelo Repositório Institucional da UFSCar, visando qualificar a descrição, a classificação e a visibilidade da produção científica indígena desenvolvida na instituição. A partir desses ajustes, tornou-se possível, ao indexar um documento de autoria científica indígena, registrar não apenas

o nome civil da autoria, mas também seu nome indígena, sua etnia e outros elementos identitários e linguísticos relevantes para a adequada contextualização da produção. Além disso, passou-se a viabilizar que o título, o resumo e as palavras-chave também possam ser descritos na língua indígena originária da autora ou do autor, quando assim desejado. As palavras-chave, compreendidas nesse processo como parte de uma proposta de indexação decolonial, são sugeridas e indicadas pelo próprio pesquisador indígena em sua língua originária, deslocando o gesto indexador de uma autoridade exclusivamente institucional para uma prática mais situada, compartilhada e responsiva (Periotto *et al.*, 2024). Essa experiência permite reconhecer que a descrição da produção científica indígena não pode se limitar à tradução de conteúdos para categorias previamente estabelecidas pois exige escuta, negociação e abertura dos sistemas às formas próprias de nomeação, pertencimento, memória e transmissão dos saberes.

Nesse sentido, os metadados deixam de ser compreendidos apenas como campos técnicos de preenchimento e passam a operar como dispositivos de reconhecimento. São pequenos lugares de inscrição, mas lugares decisivos, porque neles se decide, muitas vezes, se uma autoria, uma língua, uma comunidade e uma forma de conhecimento serão apenas acomodadas ao sistema ou efetivamente reconhecidas em sua singularidade. Essa perspectiva abre possibilidades para a ampliação futura desses metadados a outras dimensões interseccionais, capazes de tornar os sistemas de informação mais sensíveis às diferenças étnicas, linguísticas, territoriais, culturais, de gênero e de pertencimento comunitário. Não se trata de multiplicar campos descritivos de modo burocrático, mas de compreender que toda descrição é também uma forma de relação. E, se toda representação é situada, como nos ajuda a pensar Prof.ª Nélida, então nossos sistemas precisam tornar visíveis as condições, os sujeitos e os mundos de onde emergem os conhecimentos que pretendem preservar e disseminar. Na Figura 1, é apresentada imagem da interface do Repositório Institucional da UFSCar, mostrando o registro do

Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "Relatos e narrativas A'uwe Xavante em diálogo com a Educação Especial" desenvolvido pelo egresso indígena Wawemra, Eudócio Tserewiwe. O título, o resumo e as palavras-chave foram incluídas, também em língua A'uwe Uptabi, também conhecida na literatura linguística como Xavante.

Figura 1 – Repositório Institucional da UFSCar com registro de Trabalho de Conclusão de Curso Indígena



Fonte: Wawemra, Eudócio Tserewiwe. Relatos e narrativas A'uwe Xavante em diálogo com a Educação Especial. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/15784.

Entretanto, se tomarmos com rigor as provocações de Prof.ª Nélida nos textos de 1993 e 1999, a própria experiência aqui relatada não pode ser apresentada como solução acabada, nem como evidência de que a simples incorporação de novos campos

descritivos seja suficiente para superar as assimetrias inscritas nos sistemas de informação. Ao contrário, ela nos obriga a reconhecer um paradoxo pois ao mesmo tempo em que buscamos ampliar as possibilidades de nomeação e tornar visíveis línguas, pertencimentos e formas de conhecimento historicamente silenciadas, continuamos operando no interior de uma estrutura informacional previamente constituída, com suas regras de descrição, seus padrões de interoperabilidade, suas categorias e seus regimes de validação. O risco, portanto, é que aquilo que ingressa no sistema como diferença seja novamente estabilizado por ele como categoria.

Registrar etnia, nome indígena ou língua originária não elimina, por si só, o problema epistemológico da representação e pode, inclusive, produzir novas formas de redução quando pertencimentos complexos, relacionais e historicamente situados passam a ser inscritos em campos relativamente estáveis de uma estrutura de metadados, e sendo estas informações deslocadas de seus contextos de uso e significação. Há, portanto, uma tensão incontornável entre a necessidade técnica de alguma estabilização descritiva e a impossibilidade de fazer caber integralmente, nessa estabilização, os mundos aos quais essas formas de nomeação remetem.

Já o texto de 1999 torna essa tensão mais evidente ao compreender as ações de informação em seu caráter seletivo. A participação indígena não pode, nessa perspectiva, restringir-se à oferta de termos que posteriormente serão absorvidos pela lógica institucional do repositório. Para que haja efetivo deslocamento da autoridade classificatória, é necessário que os próprios critérios de representação permaneçam negociáveis e que os sujeitos aos quais dizem respeito possam participar continuamente de sua construção, contestação e transformação. Não se trata de afirmar que alcançamos uma forma de representação decolonial, mas de assumir a indexação decolonial como uma pergunta dirigida permanentemente ao próprio sistema buscando reconhecer até onde ele está disposto a transformar suas estruturas para acolher

outras formas de nomear e organizar o conhecimento, e em que momento apenas incorpora essas diferenças sem alterar as relações lógicas e epistemológicas que sustentam sua arquitetura? Talvez o aprendizado mais importante esteja, portanto, menos nos novos campos criados do que na disposição de mantê-los abertos à negociação. Se a informação, como sugere Prof.ª Nélida, constitui-se nas ações, relações e contextos nos quais adquire sentido, uma prática informacional comprometida com a pluralidade precisa aceitar também a instabilidade, a revisão e o direito dos próprios sujeitos de redefinirem os modos pelos quais desejam ser representados.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS: FORMAS DE VIDA COMO LUGAR DE ENUNCIAÇÃO

O artigo de 1993 nos ensina a desconfiar de qualquer sistema de representação que se apresente como neutro e especialmente nos mostra que toda pretensão representacional depende de um sujeito historicamente situado. Assim, o texto nos protege, contra um desvio de substituir uma hierarquia linguística colonial por outra, ainda que de sinal invertido, mas igualmente totalizante e silenciador. Já o artigo de 1999 nos oferece, em seguida, a matriz conceitual necessária para propormos ações de reconstrução depois dessa desconstrução. Ensina-nos a tratar as línguas não como conteúdos fixos à espera de representação, mas como formas de vida sustentadas por ações de informação situadas, provisórias e abertas à revisão pelas próprias comunidades envolvidas. Para mim, reler Prof.ª Nélida, especialmente para a produção deste capítulo, foi também um alerta para analisar criticamente os projetos e atividades de pesquisa, que venho desenvolvendo. E o espanto se manifesta mais uma vez, ao reconhecer como sua obra, nos corrige, nos apoia e nos reorienta, a todo tempo… Também foi igualmente importante, a partir da releitura de seus textos, reencontrar a mestra, a professora que me ensinou que pensar é um gesto

exigente, mas também amoroso. A professora que me ensinou que orientar é sustentar a liberdade argumentativa do outro, que me fez compreender que a Ciência da Informação pode ser um campo de técnica, mas antes, é espaço de ação e responsabilidade no mundo da vida. Obrigada Prof.ª Nélida, por nos ajudar a nos desconstruirmos e reconstruímos constantemente.

DECLARAÇÃO DE USO DE I.A

Foi utilizada a ferramenta ChatGPT Plus, com assinatura individual, para revisão gramatical.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ - Bolsa Produtividade (2025-2028). Processo: 03793/2025-2.

REFERÊNCIAS

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação, algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

GRACIOSO, Luciana de Souza. **Filosofia da linguagem e Ciência da Informação, jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2008.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 138-158, 2010.

GRACIOSO, Luciana de Souza; SALLES, Tatiane Helena Borges de; PANKARARU, Luciana Maria dos Santos; PATAXÓ, Jocimara Braz de Araújo. Linguística decolonial em tempos de inteligência artificial: ponderações a partir da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. **ISKO Brasil**, [*s. l.*], n. 8, 2025. DOI: https://doi.org/10.22477/ISKO25.58. Acesso em: 10 jul. 2026.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais, transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ciência, colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Porto: Afrontamento, 2003. p. 631-671.

PERIOTTO, Caroline. *et al.* Organization and representation of indigenous scientific production: a case study on the Institutional Repository in Brazil. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 51, p. 642-659, 2024.

VERONELLI, Gabriela Alejandra. La colonialidad del lenguaje y el monolenguajear como práctica lingüística de racialización. **Poliponia: Estudos de Linguagem**, Cuiabá, v. 26, n. 44, p. 146-159, 2019.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical investigations**. Tradução de G. E. M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1953. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/54889e73e4b0a2c1f9891289/t/564b61a4e4b04eca59c4d232/1447780772744/Ludwig.Wittgenstein.-.Philosophical.Investigatio. Acesso em: 10 jul. 2026.

Como citar

GRACIOSO, Luciana de Souza. Das desconstruções e reconstruções epistemológicas: como Maria Nélida González de Gómez nos ensina a repensar as linguagens. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 313-332. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap14.

IV. EIXO ENSAÍSTICO

ABORDAGENS RELACIONAIS DO DOCUMENTO E DA INFORMAÇÃO: INCURSÕES ONTOMEDIACIONAIS

Rodrigo Rabello

PRÓLOGO

Tudo flui.
Heráclito de Éfeso, c. 540-480 a.C.

No encerramento das atividades do Grupo de Trabalho 1 (GT 1) – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, coordenado por Luciana de Souza Gracioso e André Vieira de Freitas Araujo, no XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), realizado no Rio de Janeiro, em 2025, tive a oportunidade de participar, ao lado desses e de outros colegas, da homenagem prestada à professora Maria Nélida González de Gómez. Foi ao final da deferência que se apresentou a proposta deste livro, dando início a um projeto que se configura como um merecido *Festschrift* (coletânea de textos em homenagem) à sua trajetória intelectual e acadêmica.

Recebi com profunda alegria, honra e entusiasmo o convite dos coordenadores do GT e de Vinícios Souza de Menezes e Gustavo Silva Saldanha para contribuir com o *Festschrift*, mediante a escrita acerca do meu contato com as ideias de González de

Gómez e sobre o breve período em que trabalhamos juntos em projetos. A satisfação por esse convite veio acompanhada da consciência do desafio que representava corresponder à tarefa que me foi confiada. Nestas palavras iniciais, tentarei recordar meu primeiro contato com o pensamento de González de Gómez, ciente de que a memória pode me trair.

González de Gómez figura entre as principais expoentes do pensamento filosófico-informacional latino-americano. Utilizando uma expressão habermasiana por ela empregada em texto ainda não publicado, escrito em homenagem a outro grande filósofo latino-americano, o saudoso Rafael Capurro (1945-2026), pode-se afirmar que ela também desempenha o papel de filósofa e intelectual pública. Segundo González de Gómez, esse papel, atribuído a Capurro, decorre de seu ímpeto de participar de processos públicos das sociedades modernas, assim como de seu compromisso com a reconstrução histórica das tradições, com a reconstrução horizontal das pluralidades geográficas e culturais e com o enfrentamento das questões normativas da vida em comum para uma vida justa.

Os primeiros textos de González de Gómez com os quais tive contato foram "Metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação", publicado na *Revista de Biblioteconomia de Brasília* em 2000, e "Novos cenários políticos para a informação", publicado na revista *Ciência da Informação* em 2002. Tive acesso a esses escritos numa disciplina ministrada pelo saudoso professor Eduardo Ismael Murguia (1954-2015), durante o período em que cursei biblioteconomia na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Ambas as publicações me tocaram profundamente. Destaco, delas, o caráter "poli-epistemológico" das ações de informação, que pressupõe programas de investigação que contemplem múltiplos estratos/dimensões informacionais. Outro aspecto marcante refere-se ao conceito de regime de informação, reelaborado pela autora a partir da proposta do filósofo da informação alemão Bernd Frohmann. Meu interesse pela produção intelectual deste autor foi ampliado quando tive a oportunidade de

assistir sua conferência no VII ENANCIB, realizado em 2006 na Unesp, em Marília-SP.

A densidade e a sofisticação dos argumentos desenvolvidos naqueles textos de González de Gómez exigiram leituras complementares e aproximaram-me dos pensamentos de alguns autores que constituíam o horizonte teórico que fundamentava suas reflexões. Entre as leituras e releituras desses trabalhos, destacaram-se, para além de Frohmann, o epistemólogo húngaro Imre Lakatos (1922-1974) e o filósofo e antropólogo francês Bruno Latour (1947-2022), cujos textos eu viria a estudar mais detidamente apenas anos depois e cujas contribuições permanecem como referências fundamentais para mim até hoje.

Meu respeito e admiração por González de Gómez cresciam na medida em que eu expandia minhas leituras. Quando concluí minha tese de doutorado na Unesp, em 2009, onde pesquisei o conceito de documento na ciência da informação, sugeri ao meu orientador, José Augusto Chaves Guimarães, que a convidássemos para integrar a banca de defesa. Felizmente, a professora aceitou o convite.

Assim que concluí a tese, mudei-me para Brasília e passei a colaborar num projeto sobre estudo de usuários de produtos e serviços de informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Essa experiência me proporcionou uma aproximação com González de Gómez, que acompanhava o desenvolvimento do projeto. A partir desse diálogo, propus à professora um projeto de estágio de pós-doutorado, que foi acolhido com a generosidade que lhe é característica.

A pesquisa abordou o tema do usuário de informação em ciência e tecnologia, considerando suas dimensões comunicativas e institucionais. Dela resultou a coletânea *Informação: agentes e intermediação*, organizada por nós em 2017, que reuniu autores brasileiros e espanhóis e contou com prefácio de Capurro e apresentação da também saudosa Lena Vania Pinheiro (1946-2024). A publicação me possibilitou discutir a noção de agência informacional, articulando os conceitos de comportamento

informacional, de Tom Wilson, e de prática informacional, de Reijo Savolainen, ao conceito de ações de informação, desenvolvido por González de Gómez.

As leituras dos textos de González de Gómez e, sobretudo, a oportunidade de trabalhar e dialogar com ela ampliaram meu interesse por autores e tradições teóricas alinhadas a epistemologias não normativas. Essas epistemologias pressupõem a inseparabilidade, ou melhor, a inter-relação das dimensões epistêmica, política e ética, bem como seus atravessamentos em outras esferas, como a econômica. Não obstante, as tradições teóricas ou abordagens normativas, voltadas à demarcação da ciência, ainda permanecem entre meus interesses de pesquisa, sobretudo na medida em que permitem compreender a dinâmica de constituição da Ciência, com "C" maiúsculo, e contrastá-la com perspectivas que consideram mais prudente concebê-la em termos de ciências, no plural e com "c" minúsculo, marcadas por interesses, por tensões e controvérsias e por seu permanente movimento.

Na homenagem realizada no GT1 do XXV ENANCIB, em 2025, González de Gómez enfatizou, mais de uma vez, que o trabalho de pesquisa é um empreendimento coletivo. Também, por essa razão, sua contribuição transcende a produção intelectual individual, projetando-se na formação de pesquisadores, na consolidação de comunidades de interlocução, sendo partícipe da criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), bem como de inúmeras ações e projetos institucionais, cooperando ativamente para o desenvolvimento do campo informacional brasileiro.

A filósofa e intelectual pública Maria Nélida González de Gómez ocupa um lugar singular no cenário dos estudos informacionais latino-americanos, em razão da inventividade e densidade de seu pensamento. Cada nova publicação sua é aguardada com muita expectativa. Em seus textos, apresenta teses originais e instigantes, sempre em diálogo com os problemas de seu tempo. Cada obra integra um amplo sistema de pensamento

em permanente construção e testemunha uma incansável busca pelo conhecimento e por sua transmissão.

À luz das contribuições de González de Gómez, propus escrever um ensaio fundamentado em leituras que privilegiam perspectivas de análise que a autora denomina de abordagens relacionais para pensar conexões ônticas entre documento e informação. Tal exercício percorre referenciais teóricos que se desdobram numa proposta de programa de investigação, com destaque para os modos pelos quais tais perspectivas relacionais influenciaram e continuam a influenciar os debates contemporâneos travados no campo das ciências da informação e da documentação. Enfim, o ensaio parte de uma experiência com o desenvolvimento de projetos junto à autora (prólogo), percorre um estrato de suas contribuições teóricas (ato 3) e demonstra como seu pensamento impulsiona novos percursos investigativos (ato 4).

INTRODUÇÃO

> *No mundo da revolução copernicana, onde tudo deveria poder ser colocado entre os dois polos da natureza e da sociedade, a história no fundo não valia nada. Tudo o que se fazia era descobrir a natureza ou desdobrar a sociedade ou aplicar uma sobre a outra. Os fenômenos nada mais eram do que o encontro de elementos que sempre estavam presentes anteriormente. Havia uma história contingente, mas sempre para os humanos, desvinculada da necessidade das coisas naturais. A partir do momento em que partimos do meio, em que invertemos as setas da explicação, em que tomamos a essência acumulada nas duas extremidades para redistribuí-la pelo conjunto dos intermediários, em que levamos estes últimos à dignidade de mediadores de fato, então a história torna-se realmente possível.*

> Bruno Latour em *Nous n'avons jamais été modernes*, publicado em 1991. Citação da quarta edição brasileira, de 2019, Editora 34, seção "Dos intermediários aos mediadores", p. 100-101.

Este capítulo busca apresentar leituras de abordagens relacionais para pensar o documento e a informação, destacando os modos pelos quais essas perspectivas influenciaram e continuam a influenciar estudos no campo das ciências da informação e da documentação. Com isso, pretende oferecer uma síntese reflexiva sobre esforços intelectuais que, ao longo de décadas, vêm contribuindo para a construção de um pensamento informacional latino-americano. Tais esforços constituem, inegavelmente, um empreendimento coletivo. No contexto deste *Festschrift*, busca-se mobilizá-los em torno de um recorte da obra da pesquisadora argentina, radicada no Brasil, Maria Nélida González de Gómez, colocando esse excerto em diálogo com aspectos da produção de Bernd Frohmann.

No que diz respeito às opções de escrita, a forma adotada neste ensaio inspira-se no texto "Metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação", de González de Gómez. Nesse escrito, a autora desenvolve uma argumentação fluida, na qual as ideias se encadeiam sem a interrupção de citações diretas ou remissões pelo sistema autor-data. As referências são apresentadas ao final, como registro das interlocuções que sustentam o percurso reflexivo. Inspirado nessa proposta, o presente ensaio incorpora a mesma dinâmica.

Em relação às escolhas da linha argumentativa, o capítulo está organizado em quatro atos. O primeiro apresenta o argumento-problema da "pulsão de controle" da informação, no qual se encontram sedimentados pressupostos ontológicos característicos das ciências da informação e da documentação. São esboçadas as noções de objeto (instituições, infraestruturas, sistemas, artefatos), de sujeito (profissional, usuário e não-usuário)

e de processos (técnicos) de intermediação e seu enquadramento institucional e histórico, responsável, entre outros aspectos, pela legitimação de demarcações disciplinares. A característica ontológica que atravessa esses elementos – objetos, sujeitos, processos – reside no fato de serem entendidos como entidades autônomas e/ou pré-existentes.

A partir dessas características, situam-se sistemas concebidos por instituições que, tradicionalmente, dedicam-se à transmissão da informação – tendo no horizonte o acesso a mensagens –, como é o caso de bibliotecas, arquivos e museus. Dentre os aspectos que caracterizam o viés essencialista das abordagens transmissivas, encontra-se o enfoque atomístico expresso na pergunta "o que é informação?", cujas bases epistemológicas, associadas aos pressupostos ônticos que lhes são característicos, são fundamentados, em grande medida, no positivismo. O caráter teleológico caminha em direção ao controle, ao acesso e ao uso da informação. Os paradigmas da transmissão e do acesso geralmente partem da premissa de que, se o sistema funcionar bem, a informação chega perfeitamente ao extremo oposto do ponto de entrada. *Voilà*, então o problema informacional estará resolvido!

Apesar da indiscutível necessidade de os sistemas funcionarem e de compor infraestruturas de informação consistentes, outras indagações podem ser realizadas e pensadas para além daquelas que movimentam os paradigmas da transmissão e do acesso à informação. Alguns desses questionamentos podem ser observados nas seguintes situações hipotético-condicionais: se as abordagens transmissivas privilegiam usos homogeneizantes da informação, tendem também a homogeneizar os usuários; diante disso, pensar a apropriação situada da informação torna-se um desafio; se os sistemas de informação são organizados e geridos para atender a determinados saberes, acabam por invisibilizar outros, podendo (re)produzir formas de violência epistêmica; por fim, se os sistemas devem satisfazer as necessidades informacionais das comunidades, impõe-

se a tensão entre os interesses epistemológicos (ou gnosiológicos), voltados, entre outros aspectos, à dinâmica do conhecimento, e os interesses agnotológicos, voltados à ordem da ignorância, especialmente quando comunidades, ou parcelas delas, mostram-se receptivas à misinformação, à desinformação ou mesmo as buscam ativamente.

Os próximos atos discorrem sobre como abordagens relacionais podem oferecer novos horizontes interpretativos para a questão do documento e da informação, quando pensados conjuntamente. Nas seções subsequentes, os sujeitos e os objetos não são concebidos como instâncias autônomas e previamente constituídas. Ao contrário, são pensados como sujeitos-objetos – ou, nos termos de Latour, híbridos de quase-sujeitos e quase-objetos – que emergem das relações, dos processos, da mediação, ou seja, dos arranjos sociotécnicos que lhes conferem existência. A própria ontologia constitui-se nessas relações, apresentando-se como uma estabilização provisória e aberta a novos deslocamentos e reconfigurações. A pergunta, nessa perspectiva, deixa de ser "o que é informação?" e passa a ser "como a informação se torna aquilo que ela é em determinado momento/contexto?". O enfoque se descentra da transmissão, do controle, do acesso e do uso, passando a circundar os processos, as permanências, as mudanças e os efeitos.[20]

[20] Parte dessa linha de raciocínio foi apresentada na palestra intitulada "Do controle às relações: por que repensar a informação hoje?" no encerramento do WICI – Workshop Internacional de Ciência da Informação, promovido pela Universidade de Brasília entre os dias 01/07 a 03/07 de 2026, evento este que teve como tema "Diálogos e práticas interdisciplinares no mundo da informação digital". O fundamento da diferenciação encontra referência na problematização de Frohmann, com base, dentre outros autores, em Geoffrey Nunberg, no seu texto "Farewell to the Information Age", de 1996, e, sobretudo, nas contribuições da última fase de Ludwig Wittgenstein, no sentido de "desinflar" questões formuladas nos termos de "O que é 'x'?" ou "O que é significado ou, ainda, qual é o significado de 'x'?". Questões dessa natureza foram desenvolvidas na obra de Frohmann intitulada *Deflating Information: From Science Studies to Documentation*, publicada em 2004.

Nessa direção, o segundo ato deste ensaio – focado numa *abordagem relacional do documento* – busca problematizar e refletir sobre o estatuto ontológico das coisas em si, mediante as contribuições de Frohmann. Seguindo os passos de autores como Michel Foucault (1926-1984), Gilles Deleuze (1925-1995), Michel Callon (1945-2025), Bruno Latour (1947-2022), John Law, entre outros, Frohmann delineou uma "ontologia documentária" orientada para a construção de uma "contra-revolução copernicana" nos estudos das ciências da informação e da documentação, no âmbito daquilo que o próprio Frohmann preferiu denominar "nova" ou "neodocumentação". A "virada sociomaterial" de Frohmann culmina na concepção de documento como tecnologia de estabilização da informação, isto é, como um artefato híbrido cuja materialidade e capacidade de agir surgem das associações e dos elos estabelecidos em redes sociotécnicas.

A continuidade da mencionada "contra-revolução" é levada a cabo no terceiro ato – que privilegia uma *abordagem relacional da informação* –, quando se apresenta um recorte da obra de González de Gómez, permitindo um diálogo com o argumento desenvolvido anteriormente e ampliando o alcance da relacionalidade do documento ao focar o caráter seletivo e decisional das ações de informação. Desse movimento, desdobra-se a análise de "novos cenários políticos para a informação", que serve de horizonte para a formulação de uma "metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação", campo este constituído das demandas das "relações entre ciência, Estado e sociedade". Ao final, apresentam-se diagnósticos que envolvem questões contemporâneas em torno da desigualdade digital entre o Norte e o Sul Global.

No último ato – focado numa proposta de *abordagem relacional da informação e do documento* –, a distinção entre intermediação e mediação é retomada a partir de questionamentos suscitados no âmbito de um programa de investigação fundamentado em pressupostos cosmopolíticos. O programa é inspirado na ação ético-política que busca suspender afirmações

naturalizadas e (re)abrir a reflexão sobre aspectos frequentemente tomados como evidentes. Em vez de partir de definições universais, o programa explora aquilo que permanece invisibilizado pelos imperativos da eficiência e da racionalidade técnica. Nessa direção, a "mediação da informação em presença" é concebida como um acontecimento relacional, ético e político que explicita atores, agências e modos de participação frequentemente excluídos dos modelos tradicionais de intermediação.

Ao final, chega-se a um repertório ontomediacional compreendido a partir do contraponto entre paradigmas transmissivos e essencialistas de intermediação da informação, que enfatizam o funcionamento de sistemas compostos por entes ontológica e pretensamente autoevidentes e acessíveis, e abordagens mediacionais, as quais permitem realizar incursões ontoepistemológicas não normativas a partir da relação entre informação e documento. Nas abordagens mediacionais, as condições de existência dos atores emergem como resultados provisórios de composições sociomateriais, nas quais as estabilizações da informação são sempre situacionais e transitórias, numa contingência que remete à alegoria heraclitiana segundo a qual a realidade está em permanente transformação.

PRIMEIRO ATO – "PULSÃO DE CONTROLE" EM SISTEMAS "COISIFICADOS"

> *É que Narciso acha feio o que não é espelho.*
> Excerto da canção "Sampa", de Caetano Veloso, presente no disco *Muito (Dentro da Estrela Azulada)*, de 1978.

A ideia de "pulsão de controle" é aqui sustentada como uma metáfora analítica para problematizar uma das marcas histórico-epistemológicas do campo das ciências da informação e da documentação. Embora tal "pulsão" tenha desempenhado

papel decisivo na conformação de disciplinas, sujeitos, práticas, infraestruturas e, em suma, institucionalidades, cabe indagar se ela também opera como um "canto da sereia", ou seja, como um fascínio que oculta riscos.

Em diálogo com o sentido atribuído ao conceito na psicanálise, a noção de pulsão remete a uma força interna, contínua e constitutiva, que impulsiona ações, práticas e modos de ser/pensar. Nem sempre se manifesta como resultado de uma intenção racional, mas como um movimento, em tese, ordenador. A ênfase no controle tende a restringir o espaço de interlocução com acepções e práticas "alternativas" e a dificultar a interrogação sobre os pressupostos do campo epistêmico originário. Uma das características dessa "pulsão de controle" manifesta-se em seu movimento circular de autovalidação, que recorre a referenciais produzidos no interior do próprio campo epistêmico, o que o torna relativamente fechado ou pouco receptivo a contribuições oriundas de outras áreas.

Nessa direção, a "pulsão de controle" nas ciências da informação e da documentação pode limitar as contribuições de outros olhares. Em tal dinâmica, a interdisciplinaridade tende a ser admitida, no âmbito de tais ciências, apenas quando instrumentalizada para delinear estratégias voltadas à criação, ao aperfeiçoamento, à organização ou à gestão de sistemas de informação. O desafio, nesse cenário, consiste em articular o interesse pelo controle dos sistemas de informação a outras lentes interpretativas que favoreçam uma postura capaz de acolher a diversidade de configurações epistêmicas e ético-políticas, numa perspectiva que González de Gómez denomina "poli-epistemológica". É nessa chave que a filosofia da informação assume especial relevância.

Longe de negar o empenho dedicado ao estudo e às ações de controle da informação em sistemas e instituições – sejam estas ações operacionalizadas em esferas públicas ou privadas, voltadas ao bem comum ou aos interesses do setor corporativo –, nem de desconsiderar o árduo trabalho desenvolvido por campos do saber

que se dedicam amplamente a essa tarefa, busca-se, como um convite à reflexão, reconhecer a potencialidade da filosofia da informação. Esse ramo do saber está presente no campo informacional latino-americano por meio das obras de autores pioneiros que oferecem contribuições fundamentais, como a argentina Maria Nélida González de Gómez, o uruguaio Rafael Capurro, a brasileira Solange Puntel Mostafa e o mexicano Miguel Ángel Rendón Rojas, entre outros. Suas obras dialogam com as ciências que mantêm uma relação explícita de complementaridade com suas raízes metafísicas, como ocorre na pesquisa básica e em áreas das ciências humanas e sociais.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E "COISIFICAÇÕES"

Ao longo dos séculos XIX e XX, as demandas de preservação da memória e de acesso ao conhecimento suscitaram práticas e investigações particulares e convocaram modos específicos de formação, pesquisa e atuação profissional voltados ao controle de conteúdos mobilizados para tais fins. Na conjuntura do cientificismo oitocentista e sob a influência do pensamento positivista, artefatos portadores de conhecimentos, ou gnosiológicos, passaram a ser abordados em domínios especializados, cujas fronteiras prometiam economia de esforços na investigação, na prática profissional e no uso de seus produtos. Tal arranjo permitiu responder, por conseguinte, a demandas de preservação, organização, recuperação e acesso ao conhecimento, além de definir os contornos dos métodos, das técnicas, das tecnologias e das modalidades de conhecimento registrado que compõem artefatos.

Todo artefato pode ser considerado um meio que contém e registra conhecimento; por artefato, compreende-se aquilo que é criado ou que passa a ter valor prático-gnosiológico, sejam objetos manufaturados ou industrializados, sejam objetos naturais. Esse valor possibilita seu armazenamento para utilização e, com efeito, motiva a busca por controle mediante meios racionais. Entre os

objetos de interesse no contexto do cientificismo – num raciocínio ainda hoje em voga –, os artefatos podem assumir a condição de "coisas" voltadas à utilidade imediata ou ao valor instrumental – como ferramentas e registros de conhecimento –, ou de objetos investidos de significação e valor simbólico; essa concepção encontra fundamentação nas contribuições do filósofo e historiador polonês Krzysztof Pomian.

Mesmo um objeto criado ou utilizado como "coisa" pode adquirir significações diversas, para além de sua instrumentalidade originária, como é o caso dos sentidos estético, afetivo, jurídico, histórico, memorial, entre outros, e constituindo-se como objeto gnosiológico. Destaca-se, ainda, a possibilidade de agregação de valor como mercadoria, tal como pode ser observado tanto nas formulações do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) quanto nas contribuições do antropólogo indiano Arjun Appadurai, podendo ser também pensada em termos de critérios de valor, conforme a perspectiva trabalhada por González de Gómez. Em síntese, ao artefato pode-se atribuir significação e valores simbólicos, tornando-se fundamental para a preservação e o acesso à memória e ao conhecimento.

Desse modo, estudos têm tido como horizonte a criação, manutenção e gestão de espaços nos quais os artefatos possam ser armazenados, organizados e sistematizados, com vistas à sua recuperação e utilização; orientam-se, assim, pela busca da eficiência de um sistema. Por sistema, nesse panorama, compreende-se todo mecanismo que pressupõe entrada (insumo), processamento (técnico) e saída (produto). No caso das instituições de preservação da memória e de acesso ao conhecimento, o "algo" processado (insumo e produto) convencionou-se a denominar informação, mas não qualquer informação: pode ser apreendida como aquela cuja característica permite seu controle. Como "coisa", "objeto de significação" ou uma combinação de ambos, a noção de registro e de tangibilidade torna-se determinante para o controle da informação em sistemas

que permitem sua recuperação, conforme defende Michael Buckland.

Dentre as instituições nas quais esses sistemas operam, ou com as quais se confundem por encarnarem a própria dinâmica sistêmica, destacam-se três: biblioteca, arquivo e museu. Essas instituições foram ressignificadas como espaços de interesse científico e como objeto de estudo, sobretudo a partir do período oitocentista. Naquele cenário, as necessidades de preservação e de acesso à memória e ao conhecimento passaram a se confundir com a demanda por fontes – ou artefatos gnosiológicos referenciais – para a produção científica. Tomando essas instituições como interesse de investigação, o cientificismo constituiu o berço de disciplinas criadas para atender a diferentes demandas de memória e de conhecimento, como a arquivologia, a museologia e a biblioteconomia.

Embora o arquivo seja uma instituição presente desde a Antiguidade, foi no período do cientificismo que ele passou a desempenhar papel singular para o controle mnemônico e gnosiológico de artefatos, atuando como um "laboratório" para a racionalidade burocrática, preservando tradições: servir de suporte para procedimentos jurídico-administrativos e de fonte para a escrita da história. Não por acaso, a arquivologia emerge, no século XIX, como disciplina voltada para o estudo do arquivo com vistas ao atendimento das demandas da administração pública e do direito, conforme observam Luis Nuñez-Contreras (1932-1992), Maria Odila Fonseca (1953-2007) e Heloisa Bellotto (1935-2023), mas também como importante área auxiliar da pesquisa histórica, ao lado de disciplinas como a numismática, a paleografia e a diplomática.

Nessa perspectiva, tanto o arquivo quanto a arquivologia contribuíram para a consolidação da historiografia científica. A instituição oferecia os vestígios documentais autênticos considerados legítimos para a reconstrução do passado, enquanto a arquivologia fornecia métodos e princípios para a organização, a preservação e a utilização da documentação. Dessa forma, ambos

– instituição e campo do saber – desempenharam um papel relevante na legitimação da história como ciência. Historiadores como Wilhelm Bauer (1877-1953), Marc Bloch (1886-1944) e Peter Gay (1923-2015) reconheceram, sob enfoques distintos, a mencionada importância dos arquivos nesse contexto.

Desde os gabinetes de curiosidades dos séculos XVI e XVII até os museus de história natural dos séculos XVIII e XIX, a museologia tem como um de seus marcos epistêmicos o papel do museu como espaço de exposição de achados sobre eras geológicas, estudos paleontológicos, arqueológicos e evidências da evolução dos seres vivos. As exposições museais serviram como fonte e foram reconhecidas como parte do avanço e do processo de validação das ciências da natureza e de outros campos, como a antropologia. Assim como o arquivo, o museu serviu como meio para a legitimação de áreas do conhecimento. Autores como Samuel Alberti, Tony Bennett, Susan Pearce e Sabrina Damasceno Silva auxiliam na compreensão dessa trajetória.

A biblioteca apresenta uma nuance igualmente curiosa ante o processo de desenvolvimento da ciência. Desde sua etimologia grega, a biblioteca remete à milenar "arte" de produzir regras ou normas (*nomos*) para lidar com o livro (*biblos*), também interpretado como suporte que contém *logos*, isto é, discurso, palavra, verbo, passível de armazenamento em espaços ou *thēkē* (caixa, depósito, lugar de guarda), expressão cujo sentido foi amplamente difundido como sufixo de palavras para designar lugares que abrigam coleções sobre "algo" (biblioteca, pinacoteca, hemeroteca, mapoteca, filmoteca, entre outros). Em síntese, a biblioteca remete à milenar "arte" da biblio-teco-nomia. Ao longo dos séculos XIX e XX, a biblioteconomia ganhou protagonismo no discurso científico. Ainda assim, sua contribuição nem sempre foi – e, em muitos contextos, ainda não é – facilmente reconhecida por outros campos como um saber que contribuiu e continua a contribuir para a produção, a organização e a legitimação do conhecimento científico.

Além dos avanços técnicos para a preservação, a organização e a recuperação do conhecimento registrado (expressos, por exemplo, em manuais, códigos e sistemas de classificação etc.), o discurso científico da biblioteconomia, sobretudo a partir do século XIX, contribuiu para a constituição de, dentre outras tipologias, bibliotecas públicas e bibliotecas especializadas, além das bibliografias especializadas. As bibliografias, cuja lógica de existência viria a fundamentar o surgimento das bases de dados científicas e de outros recursos e fontes destinados à produção e à comunicação na ciência, desempenharam papel estratégico nos planos político e epistemológico, ao favorecer a validação, a legitimação e a consolidação de áreas do conhecimento que, desde aquele período, buscam reconhecimento institucional e espaço próprio na universidade. Para tal fim, todo campo do conhecimento recorre à produção de um *corpus* bibliográfico para a demarcação disciplinar de suas fronteiras e de sua identidade epistemológica.

Na primeira metade do século XX, tanto a biblioteconomia quanto a bibliografia especializada – que tiveram vultos modernizadores ao menos meio século antes, nos Estados Unidos, como bem observa Jesse Shera (1903-1982) – serviram de inspiração e de base para o aprofundamento da proposição disciplinar da documentação europeia, que resultou, desde então, numa nova configuração dos centros especializados, concretizada na criação dos centros de documentação. Na segunda metade do século XX, com a confluência da biblioteconomia especializada e do desenvolvimento tecnológico do período pós-guerra – marcado pela emergência da cibernética e pelos primórdios da ciência da computação, além de outros campos, como a comunicação, a linguística e a psicologia, que já se mostravam de importância estratégica para os projetos científicos, militares e administrativos dos Estados-nação –, os esforços pluri e interdisciplinares tiveram papel decisivo na formulação da ciência da informação anglo-saxã-estadunidense.

Uma característica dessa trajetória biblioteconômica – igualmente observada nas trajetórias da arquivologia e da museologia – é a ênfase no controle dos artefatos. Esse movimento tem início com a "arte" da biblioteconomia e da bibliografia, da Idade Antiga à Idade Moderna, quando predominava o livro, ou *biblos*, em múltiplos suportes. Em seguida, emerge a "ciência" biblioteconômica moderna, momento em que o livro passa a ser predominantemente associado ao impresso, sobretudo no âmbito das bibliotecas públicas e especializadas, coexistindo ou se apresentando sob a forma de documento bibliográfico, tais como periódicos, relatórios e outras espécies documentais. A centralidade dessas espécies documentais no cientificismo foi tal que chegou a nomear um movimento voltado à organização da produção científica: o movimento bibliográfico. Essa fase marca ainda o período em que a biblioteconomia deixa de enfatizar predominantemente a preservação do conhecimento e passa a priorizar, complementarmente, o acesso a conteúdos. Como desdobramento, a documentação amplia o conceito de documento (passando a ser apreendido como algo similar ou próximo ao antigo *biblos*), culminando na centralidade da informação registrada como uma "coisa" recuperável em sistemas especializados, conforme previsto desde as proposições iniciais da ciência da informação.

INTERMEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E "SUJEITOS-COISA"

Nos sistemas de transmissão e intermediação da informação, a "pulsão de controle" incide sobre cinco componentes principais: os artefatos-insumo-produto (registros do conhecimento), condicionados por sua produção, seleção e organização; os artefatos-meio (infraestrutura), compostos por tecnologias, dentre as quais as que integram a metainformação e o metaconhecimento (linguagens documentárias, códigos, catálogos, normas etc.); os sujeitos-meio (profissionais); os sujeitos-fim

(usuários); e as técnicas (de processamento), orientadoras do controle e da transmissão da informação, por intermédio dos artefatos-meio. Na lógica sistêmica, a informação é concebida como mensagem ou "coisa" registrada que pode ser insumo e também representar artefatos como objetos de significação (produtos), sendo tal "coisa" passível de gestão, organização e recuperação por meio de fluxos padronizados, com foco na eficiência e na previsibilidade de uma comunicação por vezes concebida de modo linear.

A lógica de funcionamento dos sistemas permite deduzir que, mesmo quem controla o sistema de informação – o profissional como sujeito-meio – também é entendido como condicionado pela instituição em que atua. Assim, o profissional passa a ser um agente que encarna a própria instituição, uma vez que suas práticas e seus comportamentos se orientam pelo contrato laboral, por normas e convenções e, enfim, pelo contexto social, ético e legal no qual está inserido e ao qual está sujeito. Desse modo, o profissional atua como operador técnico, sendo também condicionado pela estrutura institucional e reduzido, em última instância, a um "elemento funcional", passando a ocupar, similarmente à informação, a posição de "coisa".

Os usuários da informação, como sujeitos-fim, servem como base para o diagnóstico, o planejamento, o funcionamento e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação ou, numa palavra, para a sua gestão. Quando o estudo de usuários é realizado para fornecer subsídios aos profissionais com vistas à gestão dos sistemas de informação, o usuário tradicionalmente tende a ser considerado individual ou coletivamente. Os estudos de uso e de usuários são realizados a partir de levantamentos estatísticos ou de estratégias de busca (com base, por exemplo, no mapeamento de processos mentais e cognitivos, de padrões de comportamentos recorrentes etc.). Nos estudos de comunidade, o usuário é pensado em contexto, com o foco em seus hábitos e nos valores e interesses compartilhados.

O usuário de informação é compreendido, então, como um receptor de informação, sendo definido por necessidades presumidas e orientado pela lógica do sistema. Esse sujeito-fim pode ser efetivo, quando utiliza os serviços e recursos informacionais, ou potencial, quando reúne condições para tal utilização. Em ambos os casos, é possível realizar treinamentos e desenvolver ações de letramento informacional, para que ele se "encaixe" no sistema, a partir da apropriação e do desenvolvimento de certas competências. Em suma, a adequação do indivíduo à infraestrutura o torna um componente ou uma "coisa" do sistema.

O conceito de usuário da informação (real ou potencial) diferencia-se do de não-usuário. Enquanto o primeiro pressupõe algum nível de relacionalidade efetiva ou potencial com recursos e serviços ofertados em sistemas de informação, o segundo pode referir-se tanto a indivíduos que optam por não estabelecer tal relação de utilização, seja com o sistema ou com a própria informação, quanto àqueles que são impedidos de fazê-lo em razão de condicionantes externos ou alheios à sua vontade.

Do ponto de vista lógico, a hipótese da ausência definitiva do usuário-receptor como sujeito-fim leva a presumir que o sistema de informação perde sua razão de ser, pois o processo comunicacional permanecerá incompleto. Isso porque, segundo esse raciocínio, o fluxo informacional precisa alcançar seu destino, tal como um rio que deságua no mar. De maneira similar, sem uma audiência, o profissional-maestro – que atua como regente que conduz a execução de uma sinfonia – encontrará dificuldades para justificar a existência da orquestra. Desse modo, quando o fluxo não se completa, os entes que pareciam ocupar posições ontologicamente estáveis no funcionamento do sistema de informação passam a enfrentar uma espécie de crise existencial, pois a posição que ocupam e o sentido de sua existência na composição do sistema dependem das relações que os constituem.

ALTERNATIVAS DIALÓGICAS À INTERMEDIAÇÃO: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO RELACIONAL

Uma questão pouco explorada nas ciências da informação e da documentação diz respeito ao papel do contexto na apreensão dos usuários dos sistemas e da própria informação. Permanecem pouco discutidas as implicações epistemológicas e ontológicas da relação entre usuário e contexto, cabendo destacar, nesse sentido, as contribuições de autores como o brasileiro Carlos Alberto Ávila Araújo e a espanhola Aurora González-Teruel. Outra fonte relevante para essa reflexão é a série de revisões de literatura publicada na *Annual Review of Information Science and Technology* (*ARIST*). Criada em 1966 e descontinuada em 2011, a publicação esteve inicialmente vinculada à *American Documentation Institute* (ADI), posteriormente denominada American Society for Information Science (ASIS) e, atualmente, Association for Information Science and Technology (ASIS&T).

Duas revisões de literatura intituladas "Information Needs and Uses in Science and Technology" – publicadas por Herbert Menzel, em 1966, e por Saul Herner e Mary Herner, em 1967 – inauguram a série de estudos sobre o tema na *ARIST*. Ainda que a noção de contexto tenha se tornado um objeto explícito de reflexão no periódico apenas nos anos 2000, sobretudo com a revisão "Context in Information Behavior Research", de Christina Courtright, de 2007, elementos contextuais já estavam presentes nesses trabalhos pioneiros. Isso se evidencia nas discussões sobre necessidade, busca e uso da informação em comunidades científicas ou "colégios invisíveis" (*invisible colleges*). Tal antecedência é particularmente relevante por preceder a consolidação da abordagem do comportamento informacional, registrada e sistematizada na *ARIST* por Karen Pettigrew, Raya Fidel e Harry Bruce, em "Conceptual Frameworks in Information Behavior", de 2001, e também por antecipar o início do destaque à perspectiva das práticas informacionais, no final dos anos 2000,

em revisão sistematizada por Nadia Caidi, D. Allard, Lisa Quirke, em "Informatoin Practices of Immigrants", de 2010.

Ademais, tanto essas revisões inaugurais quanto as diretamente subsequentes e anteriores a 2000 – publicadas em 1968, 1970, 1971, 1974, 1978, 1986 e 1990, sob o título "Information Needs and Uses", e em 1969 e 1972, sob o título "Information Need and Use Studies" – também contemplavam, em certa medida, elementos contextuais. Contudo, faziam-no a partir de um enfoque predominantemente orientado para o próprio sistema e depois aos usuários de informação, sobretudo nos fins dos anos 1970 e a partir da década de 1980. Os usuários, todavia, eram concebidos como "peças" fundamentais para o funcionamento e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação. Sob esse prisma, não é difícil supor que muitos desses estudos estavam fundamentados em abordagens positivistas na medida em que mesmo o enfoque no usuário em contexto poderia servir à sua concepção como ente ou componente funcional que permite o fluxo de mensagens no sistema.

Com preocupações que convergiram, nalguma medida, com a problematização dos estudos dedicados às necessidades, à busca, aos usos e aos comportamentos, os questionamentos às limitações do funcionalismo no âmbito dos serviços de informação e referência realizados em bibliotecas permitiram a constituição, nos estertores da década de 1990, de um campo de pesquisa voltado à fundamentação da prática profissional, configurando uma proposição tipicamente brasileira: a mediação da informação. Entre seus principais expoentes, destaca-se o pesquisador Oswaldo Francisco de Almeida Junior, à época vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), antes de ingressar na pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). A consolidação desse campo deve-se, em grande parte, às ideias do filósofo e educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) e aos pressupostos formulados em diálogo com teorias marxianas/marxistas.

Uma das bases seminais para a proposição do campo da mediação encontra-se na coletânea *Ação Cultural para a Liberdade e*

Outros Escritos, publicada por Freire em 1975. Também foram relevantes para a formulação do pensamento da mediação da informação no Brasil as experiências político-culturais desenvolvidas na França nos anos anteriores, como é o caso daquelas expressas e sumarizadas no livro *L'action culturelle dans la cité*, de Francis Jeanson (1922-2009), publicado em 1973.

Ambos os livros foram referências em estudos realizados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como os desenvolvidos por Victor Flusser, na primeira metade da década de 1980, quando propôs o conceito de "biblioteca ação-cultural". O tema também exerceu influência na Universidade de São Paulo (USP), tendo como interlocutores os pesquisadores Luis Milanesi e José Teixeira Coelho Neto (1944-2022), orientadores de Almeida Junior, respectivamente, no mestrado e no doutorado, bem como Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini, que vêm trabalhando com o conceito de "infoeducação", e de Marco Antônio de Almeida, que tem se dedicado à mediação da informação e da cultura. Outros pesquisadores igualmente contribuíram e vêm contribuindo para o desenvolvimento das concepções hodiernas de mediação da informação, a exemplo de Henriette Gomes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Dentre os aspectos conceituais e praxiológicos que fazem contraponto à concepção funcionalista expressa nas abordagens transmissivas da informação nos sistemas de intermediação, destacam-se aqueles que buscam reconfigurar os pressupostos que orientam a compreensão do emaranhamento entre sujeitos, informação e dispositivos informacionais e culturais. Parte-se do pressuposto de que os sujeitos são únicos e de que sua singularidade é construída na partilha de modos de vida com a comunidade na qual vivem e interagem ao longo de sua existência. Com isso, não há espaço para a homogeneização dos sujeitos, tal como geralmente se observa nos conceitos de profissional e de usuário da informação, respectivamente, sujeitos-meio e sujeitos-fim dos sistemas de intermediação.

Como contraponto ao prisma teórico da mediação em relação à perspectiva da intermediação, concebe-se que o leitor não lê apenas a palavra, mas também o mundo. Isso problematiza a ideia segundo a qual o modo de leitura preferencial deve restringir-se, por exemplo, ao texto escrito. Como usuário, ele não é apenas um receptor de mensagens, mas alguém que participa ativamente do processo de produção de conhecimento, apropriando-se da informação de modo particular. Sua condição de usuário não se esgota, portanto, nessa função de utilizador: ele é também leitor de mundo, apropriador de conhecimento e protagonista de sua própria história. Assim, da condição de usuário da informação desdobram-se dimensões que constituem sua existência e que podem caracterizá-lo por meio de sua agência informacional.

O profissional, na condição de mediador, busca dialogar com o público e com o não-público, promovendo a participação com vistas à apropriação e ao uso crítico da informação. Nessa direção, ao mesmo tempo que satisfaz necessidades informacionais, provoca novas demandas, retirando os interlocutores de zonas de acomodação. Ademais, não somente intermedeia informação *para* a comunidade, mas medeia, por meio do diálogo, as relações estabelecidas *com* ela e *por* ela. Uma metáfora empregada por Flusser lembra que a ação cultural não se limita ao trabalho com livros já escritos, mas procura fomentar ou, mesmo, participar de processos que possibilitem a escrita dos livros que ainda estão por ser escritos.

SEGUNDO ATO – UMA ABORDAGEM RELACIONAL DO DOCUMENTO

A abordagem relacional do documento desenvolvida por Frohmann questiona a ideia de que os documentos possuam existência autônoma ou significado intrínseco. Em seu lugar, enfatiza que sua estabilidade, autoridade e agência decorrem das associações que estabelecem com atores diversos. Ao deslocar o foco dos objetos para os processos que os constituem, essa

perspectiva reposiciona a documentação – concebida, nessa abordagem, como processo de documentar – no centro da reflexão sobre a composição da dimensão relacional da informação.

"VIRADA SOCIOMATERIAL" DE FROHMANN

A formulação de uma abordagem relacional do documento em Frohmann fundamenta-se em sua proposta de "ontologia documentária", associada a um movimento mais amplo de revisão dos fundamentos da ciência da informação e dos estudos documentários. A sua "virada sociomaterial" tem como precedente os autores clássicos Paul Otlet (1868-1944) e Suzanne Briet (1894-1989), seguidos por uma geração de documentalistas franceses da segunda metade do século XX, como Jean Meyriat, Robert Estivals (1927-2016) e Robert Escarpit (1918-2000). Entre os continuadores dessa tradição, destaca-se, entre outros, a francesa Viviane Couzinet. De tais contribuições, o movimento com o qual Frohmann se identifica pode ser pensado como uma espécie de "colégio invisível", cujos participantes por vezes o intitulam sob a designação de "nova" ou "neodocumentação", um neologismo complicado, já que tudo o que é novo um dia envelhece.[21] A fundação desse "colégio" tende a ser associada ao posicionamento crítico, mas de reconhecimento da importância da documentação "clássica" ou "fundacional" francófona, cuja revalorização teórica é frequentemente associada aos trabalhos do australiano W. Boyd Rayward, do inglês radicado nos Estados Unidos, Michael

[21] O problema não seria o envelhecimento da "neodocumentação", mas o reconhecimento de que toda conformação coletiva, inclusive aquelas associadas aos campos científicos, está sujeita a transformações que podem alterar os pressupostos, os vínculos e as mediações que a sustentam. É o que sugere Thomas Kuhn, em *The Structure of Scientific Revolutions*, de 1962, ao descrever o processo pelo qual a acumulação de anomalias conduz a períodos de crise, ciência extraordinária e eventual revolução científica; ou Bruno Latour, em *Cogitamus*, de 2010, para quem importa tornar explicitas as mediações pelas quais coletivos e saberes se transformam ao longo do tempo.

Buckland, do dinamarquês Niels Windfeld Lund, e do estadunidense Ronald Day, entre outros.

Nesse conjunto de autores, o filósofo alemão Bernd Frohmann também ocupa uma posição de destaque. Sua obra desloca a atenção das definições abstratas de informação para as condições concretas que tornam possível sua existência em coletividades. Em vez de perguntar o que a informação é, interessa-lhe entender como ela emerge, circula, adquire estabilidade e produz efeitos. Esse redirecionamento tem início com uma crítica ao cognitivismo que marcou parte da ciência da informação durante as décadas de 1970 e 1980. Em "The Power of Images: A Discourse Analysis of the Cognitive Viewpoint", publicado em 1992, Frohmann indaga sobre a tendência de se buscar compreender a informação na mente dos indivíduos. A informação deixa de ser apreendida como conteúdo interno ou representação mental e passa a ser examinada em relação aos discursos que a tornam inteligível. Em "Discourse Analysis as a Research Method in Library and Information Science", publicado em 1994, essa crítica ganha maior densidade metodológica. A análise do discurso novamente é apresentada menos como uma técnica de investigação e mais como uma forma de vislumbrar os processos sociais que tornam possíveis objetos, saberes e práticas.

A incorporação de contribuições provenientes dos estudos de ciência e tecnologia amplia essa perspectiva. Em "Taking Information Policy Beyond Information Science: Applying the Actor Network Theory", publicado em 1995, Frohmann aproxima-se da "teoria ator-rede" para examinar a circulação da informação a partir das associações entre atores. A interlocução com autores como Michel Callon e Bruno Latour é incorporada, direta ou indiretamente, à reflexão documentária de Frohmann, sobretudo pela adoção do pressuposto relacional da noção de rede por eles desenvolvido. Nesse texto, destaca-se a ampliação da noção de política de informação segundo a qual esta deixa de se restringir àquela concebida apenas no âmbito governamental,

passando a ser pensada também no âmbito de redes sociotécnicas, orientadas por regimes de informação.

A aproximação com as teorias foucaultianas e com a teoria ator-rede, na primeira metade da década de 1990, prepara o terreno para uma mudança mais profunda. Em "Discourse and Documentation: Some Implications for Pedagogy and Research", publicado em 2000, o documento passa a integrar, de modo ainda mais explícito, os processos pelos quais determinados enunciados adquirem permanência, autoridade, capacidade de circulação e reconhecimento público. A relação da documentação no âmbito dos estudos de ciência e tecnologia é abordada no livro intitulado *Deflating information: from science studies to documentation*, publicado em 2004. Nos diálogos com proposições inscritas em cenários científicos, os documentos, novamente, são considerados como participantes de redes compostas por híbridos.

Essa inflexão é também trabalhada em "Documentation Redux: Prolegomenon to (Another) Philosophy of Information", de 2004. Nesse texto, Frohmann reitera a necessidade de "desinflar" a informação numa filosofia da informação construída a partir dos documentos, fundamentada numa ontologia das práticas documentárias. Nessas últimas obras, em vez de tomar a informação como ponto de partida, ele passa a examinar os mecanismos que a estabilizam. Documentos, instituições, tecnologias e práticas tornam-se elementos centrais da análise e o interesse continua a se deslocar da substância para a relacionalidade, da definição para a operação, do ente para o processo e para os efeitos.

O conceito de documentalidade e agência foi apresentado por Frohmann numa palestra proferida na University of North Carolina, em 2009. Posteriormente, o conteúdo de sua exposição foi publicado em 2012, na obra organizada por Jeremy Packer e Stephen Crofts Wiley, em capítulo sob o título "The Documentality of Mme Briet's Antelope". Nesse texto, as características que definem a documentalidade podem ser sintetizadas em quatro eixos:

i. funcionalidade, referente aos diferentes graus de intensidade com que os aparatos documentários operam, desde formas mais ostensivas de vigilância e controle até modalidades mais sutis presentes em contextos democráticos;
ii. historicidade, considerando que a documentalidade é contingente e assume composições distintas conforme o tempo e o espaço;
iii. complexidade, uma vez que a acepção de um documento requer o acompanhamento dos arranjos heterogêneos que o constituem; e
iv. agência, entendida como aspecto inovador da formulação de Frohmann, que se expressa na capacidade de os artefatos produzirem efeitos diversos a partir dos arranjos que estabelecem com outros agentes.

No Brasil, entre 2011 e 2012, Solange Puntel Mostafa, Maria Nélida González de Gómez e Gustavo Saldanha mobilizaram as reflexões de Frohmann para situar o antílope de Suzanne Briet no debate da filosofia da informação. Em "A documentalidade como conceito filosófico", publicado em 2011, Mostafa explora o alcance filosófico dos conceitos de documentalidade e agência, dialogando tanto com Frohmann, quanto com a filosofia de Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992). Já González de Gómez, em "A documentação e o neodocumentalismo", de 2011, e Saldanha, em "O 'fabuloso' antílope de Suzanne Briet", de 2012, concentram-se nas práticas documentárias e na materialidade da informação, examinando suas implicações epistemológicas para a ciência da informação.

Há um elemento comum que permite compreender essa convergência. As três publicações dialogam, direta ou indiretamente, com a palestra ministrada por Frohmann durante o VII ENANCIB, realizado em Marília-SP, em 2006. A participação das autoras nesse evento e o contato posterior de Saldanha com

Frohmann, em 2011, durante o Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi, realizado em Toulouse, na França – ocasião em que Frohmann proferiu a conferência de abertura intitulada "Reference, Representation, and the Materiality of Documents" – sugerem a existência de um universo compartilhado de recepção, circulação e discussão de ideias que viriam a ser posteriormente desenvolvidas nos mencionados trabalhos publicados entre 2011 e 2012.

É na década de 2000 que o conceito de materialidade passa a assumir posição de maior destaque na obra de Frohmann. Tal protagonismo pode ser observado no já mencionado "Documentation Redux", sendo aprofundado posteriormente em "Multiplicity, Materiality, and Autonomous Agency of Documentation", de 2007, e em "O caráter social, material e público da informação", publicado em 2008 e oriundo do mencionado VII ENANCIB. Nesses textos, o autor enfatiza que a materialidade não deve ser entendida como simples atributo físico da informação registrada. Com base nos escritos arqueológicos de Foucault, Frohmann entende a materialidade como a capacidade de os documentos produzirem permanência, conectarem atores e sustentarem formas de ação coletiva, por meio de enunciados expressos no discurso. A estabilidade de um registro não decorre somente de seu conteúdo, mas das redes, das instituições e das práticas sociais.

Tal entendimento conduz diretamente às dimensões políticas da documentação. Em "Documentary Ethics, Ontology, and Politics", publicado em 2008, Frohmann explora as consequências de reconhecer os documentos como elementos conformadores da realidade, num entendimento segundo o qual a ontologia não decorre de um conjunto de propriedades essenciais do documento, mas emerge das redes sociomateriais. Classificações, registros, arquivos e bases de dados, mais do que descrever indivíduos e acontecimentos, participam da produção dos próprios sujeitos-objetos que organizam. A influência de Deleuze e de Foucault se torna particularmente evidente nesse

ponto, na medida em que a documentação aparece como parte dos dispositivos que produzem visibilidades, delimitam categorias e organizam formas de governo e de governamentalidade. O dispositivo foucaultiano corresponde a um conjunto heterogêneo de elementos e relações que torna possíveis determinadas estabilizações, circulações e transformações, envolvendo discursos, instituições, arquiteturas, normas, técnicas, formas de subjetivação e relações de poder.

Essa preocupação é retomada em "Foucault, Deleuze, and the Ethics of Digital Networks", publicado originalmente em 2007, quando as redes digitais passam a ocupar o centro da análise. O problema já não diz respeito apenas à circulação de documentos, mas aos modos pelos quais infraestruturas informacionais digitais modelam condutas, distribuem possibilidades de ação e participam da formação de subjetividades. A reflexão sobre a documentação nas redes digitais é orientada por uma abordagem que envolve a relação entre ética, política e poder.

Outros trabalhos revelam a continuidade desse percurso. Em "Revisiting 'What is a Document'?", de 2009, e na mencionada conferência intitulada "Reference, Representation, and the Materiality of Documents", que foi publicada também em 2024, Frohmann retorna a questões clássicas da documentação. Os problemas da referência, da representação e da própria concepção de documento são reexaminados à luz das práticas de valoração, institucionalização e materialização que conferem existência e agência aos documentos.

O resultado é uma concepção em que os documentos não aparecem como objetos estáticos, tampouco como entidades dotadas de um estatuto ontológico pressuposto de antemão e definido pelo que apresentam como suporte físico, forma e conteúdo, nem como artefatos neutros ou meros recipientes de informação registrada. Eles articulam linguagem, conhecimento, técnica e poder, articulação essa expressa na noção de materialidade. Mais do que registrar o mundo, participam de sua produção.

TERCEIRO ATO – UMA ABORDAGEM RELACIONAL DA INFORMAÇÃO

Esta seção é dedicada a discutir uma abordagem relacional da informação, na qual as ações de informação são entendidas, simultaneamente, como produtoras de devires e de efeitos de mediação. Ao transitar entre questões históricas, metodológicas e políticas, González de Gómez demonstra que a informação se origina das configurações sociotécnicas situadas, resultantes de composições entre estratos e seletividades, que auxiliam a compreender "em que caso a informação é o caso".

AÇÕES DE INFORMAÇÃO EM NOVOS CENÁRIOS POLÍTICOS

Uma concepção de ações de informação foi formulada inicialmente por Gernot Wersig (1942-2006) e Günther Windel, no texto "Information science needs a theory of *information actions*", publicado em 1985, a partir de contribuições do sociólogo Max Weber (1864-1920) e do filósofo Jürgen Habermas (1929-2026), e foi posteriormente desenvolvida por González de Gómez, que ampliou seu horizonte analítico ao enfatizar o caráter seletivo, decisional e político nos processos informacionais. A pragmática da linguagem do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) constitui um importante referencial para tal desdobramento, especificamente quando González de Gómez enfatiza que o agente, individual ou coletivo, participa da definição das condições nas quais algo passa a ser reconhecido como informação.

Essa abordagem é desenvolvida no texto "O caráter seletivo das ações de informação", publicado em 1999. Nele, González de Gómez parte do pressuposto de que a informação não pode ser apreendida como entidade estável ou portadora de uma existência ontológica independente. Tal como Frohmann, em lugar de uma concepção substancialista, a autora entende a informação como resultado de ações, mediações e, numa

expressão mais ampla, de regimes de informação. Nessa perspectiva, sujeitos e objetos não precedem as relações que os vinculam, mas emergem delas, constituindo-se mutuamente. A informação deixa, assim, de ser concebida como um dado previamente existente para ser entendida como algo que se forja nas próprias práticas que a produzem e a tornam significativa.

Essa formulação ganha expressão, portanto, no conceito de ações de informação, entendido como um conjunto de intervenções seletivas que participam da conformação daquilo que posteriormente será reconhecido como informação. A informação não aparece como resultado neutro de um processo técnico de representação do mundo, mas como efeito de valorações, como decisões, critérios, enquadramentos e negociações que delimitam o que será considerado relevante em determinada situação. Desse modo, as ações de informação (re)organizam conteúdos já existentes, criam outros e participam da formação dos objetos-sujeitos – atores/atuantes ou actantes, na medida em que desencadeiam ações e produzem efeitos – e das condições de inteligibilidade envolvidas nos processos informacionais.

O conceito de dispositivo de informação – formulado a partir de inspirações deleuze-foucaultianas – amplia essa compreensão ao colocar ênfase nos elos entre elementos heterogêneos. O dispositivo não corresponde a uma estrutura fixa, mas a uma formação relacional no campo de operação em que atua. A informação deriva da capacidade de coordenação de distintos estratos da realidade, seja o "decisional ou seletivo", segundo enquadramentos, escolhas e negociações, expressando o caráter político dos processos informacionais; seja o "semântico ou discursivo", abrangendo universos de sentido, linguagens e conteúdos que possibilitam a produção e a circulação de significados; seja o "organizacional ou institucional", envolvendo relações entre ciência, Estado e sociedade e configurando normas e formas de legitimação; seja o "infraestrutural", no qual se articulam meios técnicos e artefatos que viabilizam a produção, o armazenamento, a recuperação e a circulação da informação.

Essa concepção é aprofundada no texto "Novos cenários políticos para a informação", publicado em 2002, quando a autora incorpora os debates sobre as transformações sociotécnicas no âmbito da sociedade da informação. A partir da expansão das tecnologias de informação e comunicação, os fenômenos e processos informacionais passam a assumir um aspecto multidimensional, atravessando simultaneamente os domínios da economia, da política, da cultura e da produção de conhecimento. A informação deixa de ocupar um setor específico da vida social para tornar-se um elemento constitutivo das formas contemporâneas de organização coletiva. Nesses cenários, a autora destaca a emergência do Estado-rede como expressão de novos arranjos relacionais do poder. As decisões deixam de estar concentradas em centros únicos de autoridade e passam a envolver múltiplos atores, instituições e escalas de atuação. As tecnologias de informação e comunicação desempenham papel fundamental nesse processo, pois possibilitam a manutenção de vínculos entre agentes distribuídos em diferentes níveis organizacionais e territoriais. A ação política passa, assim, a depender cada vez mais da coordenação de fluxos informacionais e da capacidade de interação entre diversos centros de decisão.

O conceito de infraestrutura de informação reforça a crítica a concepções dualistas que separam dimensões materiais e simbólicas da vida social. Ao caracterizar a infraestrutura informacional como simultaneamente comunicacional e produtiva, a autora argumenta que nela ocorrem a circulação de significados e a geração de valor econômico e político. Essa reformulação permite compreender a informação como suporte das atividades sociais e como uma dimensão formadora dos processos de produção, coordenação e governança.

Outro aspecto em destaque nos novos cenários políticos é o papel da mediação entre atores. À luz das formulações sobre redes sociotécnicas, a estabilização de sistemas, padrões técnicos e formas organizacionais depende do desenho de cadeias de relações capazes de integrar interesses heterogêneos e produzir

alinhamentos provisórios. O que se apresenta como estrutura consolidada resulta, na verdade, de processos contínuos de (re)negociação, permanecendo sempre suscetível a reconfigurações. A ordem informacional – ou regime – constitui-se, portanto, como efeito de relações em permanente construção.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENTRE DIRETRIZES EPISTÊMICO-POLÍTICAS

No texto "As relações entre ciência, Estado e sociedade", de 2003, González de Gómez busca revisitar um conjunto de condições históricas, políticas, epistemológicas e institucionais que possibilitaram a conformação de um domínio de visibilidade para as questões da informação. Nele, a constituição da ciência da informação está atrelada à conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, marcada pela emergência de um modelo burocrático de gestão da ciência sob a hegemonia dos Estados Unidos no Ocidente. Nesse período, o Estado assumiu o papel de agente privilegiado na formulação e coordenação de políticas científicas e de informação, promovendo investimentos em infraestruturas científica e tecnológica voltadas à segurança nacional e ao crescimento econômico. Nesse período, a informação passa a adquirir centralidade como um recurso estratégico, uma vez que sua produção, organização, circulação e utilização tornaram-se fundamentais para a superioridade militar, o desenvolvimento científico e tecnológico e a competitividade econômica no contexto da Guerra Fria.

Os textos produzidos por Vannevar Bush, em 1945, e, posteriormente, por Alvin M. Weinberg, na década de 1960, são apresentados por González de Gómez como expressões de distintos modelos de organização das relações entre ciência, Estado e sociedade. Em *Science, the Endless Frontier*, Bush defende a ampliação do financiamento público à pesquisa básica, preservando a autonomia da comunidade científica na definição de suas agendas de investigação, sob o pressuposto de que a produção

de conhecimento constituiria a base para o desenvolvimento tecnológico, o crescimento econômico e a segurança nacional.

Weinberg, num quadro marcado pela consolidação da *Big Science*, enfatiza a necessidade de coordenação, planejamento e gestão da atividade científica, refletindo uma crescente institucionalização dos mecanismos de administração da pesquisa. Nesse cenário, caracterizado pela expansão acelerada da produção científica e pela crescente complexidade na organização, circulação e recuperação do conhecimento, a ciência da informação emergiu em resposta ao "dilema informacional" decorrente da especialização dos saberes e da necessidade de vincular informações produzidas em diferentes comunidades científicas e domínios do conhecimento.

No texto "Metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação", publicado em 2000, González de Gómez, mobilizando seu conceito de ações de informação, assinala que a informação não remete a um único domínio de realidade, mas à articulação de diferentes estratos. A especificidade dos fenômenos e processos informacionais reside justamente no fato de emergirem do entrelaçamento desses múltiplos níveis, impossibilitando sua redução a uma única perspectiva disciplinar ou epistemológica, em razão da natureza "poli-epistemológica" da informação.

Para além dos estratos informacionais outrora detalhados, um aspecto que amplia a abordagem relacional proposta por González de Gómez é a caracterização da ciência da informação como um campo marcado pela "dupla hermenêutica", simultaneamente ética e política. O objeto de pesquisa não corresponde a algo apreendido como independente dos processos de significação, mas ao resultado de construções de segundo grau elaboradas a partir das interpretações e práticas dos próprios atores. De acordo com seus referenciais, os fenômenos, os processos e as composições relacionados aos estratos informacionais chegam ao pesquisador já carregados de significados, produzidos em domínios de ação, exigindo que a análise considere, simultaneamente, os processos sociais de

atribuição de sentido e os processos de reconstrução teórica desses significados.

Outra contribuição original do texto consiste na defesa de que a ciência da informação produz conhecimento quando gera "excedentes epistemológicos", isto é, quando ultrapassa explicações unidimensionais oriundas de disciplinas isoladas. A especificidade do campo estaria justamente em sua capacidade de articular diferentes prismas teóricos – sociológicos, antropológicos, comunicacionais, linguísticos e tecnológicos – para produzir interpretações que não poderiam emergir de nenhum deles, tomados isoladamente. Nessa direção, o texto enfatiza que a ciência da informação resulta da criação de zonas interdiscursivas, nas quais se estabelecem interlocuções com múltiplos campos do conhecimento. É interessante observar que a interdiscursividade não é interpretada como mera justaposição de contribuições disciplinares. Ao contrário, os objetos informacionais formam-se a partir dos cruzamentos entre discursos, práticas e conhecimentos, e a informação se constitui por meio dos processos de mediação.

Ao discutir a organização da pesquisa, González de Gómez propõe compreender a produção do conhecimento a partir do entrelaçamento entre comunidade, polis e rede. Desses atravessamentos, o conhecimento não resulta de atividades individuais, mas das relações estabelecidas entre pesquisadores, instituições, agências de fomento, comunidades científicas e outros interlocutores. A rede, por sua vez, não é concebida apenas como infraestrutura tecnológica, mas como uma forma de organização das relações que possibilitam a circulação de problemas, conceitos, recursos e conhecimentos.

Por fim, a autora chega a introduzir uma reflexão sobre os desafios produzidos pela expansão das redes no panorama da globalização, ou daquilo que passaria a denominar, em textos posteriores, mundialização ou sistema-mundo, tomando de empréstimo o conceito e a interpretação desenvolvidos por Immanuel Wallerstein. A conformação dos coletivos em rede exige entender como diferentes grupos sociais acessam, produzem e

compartilham informações em situações marcadas por desigualdades históricas. A questão informacional envolve tanto preocupações técnicas e organizacionais como também problemas de inclusão, participação e circulação de repertórios culturais. A complexidade da informação manifesta-se, assim, na tensão permanente entre processos globais de circulação e as condições locais de apropriação, interpretação e uso dos recursos informacionais.

RELACIONALIDADE INFORMACIONAL EM DIAGNÓSTICOS CONTEMPORÂNEOS

Os desafios produzidos pela expansão das redes informacionais são retomados num de seus textos mais recentes, intitulado "Bibliotecas, símbolos e algoritmos: autoridades epistêmicas, materialidade, institucionalidade e formas simbólicas no regime de informação das plataformas digitais", publicado em 2026, vinte e seis anos após González de Gómez ter escrito o texto sobre a metodologia da pesquisa na ciência da informação, no qual expôs a tensão entre processos globais de circulação e as condições locais de apropriação. Isso não significa que o tema tenha permanecido ausente de sua produção ao longo desse período. O que se pretende mostrar é que, ao mesmo tempo em que seu pensamento se mantém atual, também preserva uma notável coerência, embora novos referenciais teóricos tenham sido incorporadas ao seu percurso intelectual.

No mencionado texto, a autora examina, com base em Wallerstein, as desigualdades digitais entre Norte e Sul Global a partir da concepção de sistema-mundo. Nesse texto, ela discute os processos contemporâneos de produção do conhecimento, destacando o papel das bibliotecas e dos documentos na constituição de autoridades epistêmicas, na legitimação social do conhecimento e na documentalidade ontológica, fundamentando-se em Habermas, Joacim Hansson e Maurizio Ferraris. A análise também incorpora a ciência dos conteúdos e a noção de Infoesfera formuladas pelo filósofo italiano Luciano Floridi.

A autora desenvolve sua argumentação a partir da interpretação de que a produção da realidade informacional já não depende exclusivamente das instituições tradicionais. Plataformas digitais, mecanismos de busca e sistemas multiagentes também passaram a exercer papel central na mediação dos fluxos de informação, algo que faz com que o conhecimento de segunda mão, abordado por Patrick Wilson, tenha prevalência nas formas de conhecimento consumidas e mediadas por dispositivos digitais. Essa transformação é analisada em termos da mencionada Infoesfera, segundo a qual o ambiente informacional contemporâneo resulta da integração entre dimensões analógicas e digitais, redefinindo os modos de ser, agir e conhecer. Essa concepção é também contemplada pela presença do capitalismo cognitivo e pela crescente concentração de poder nas grandes corporações tecnológicas, que controlam infraestruturas, plataformas e processos de inovação, consoante ao abordado por Carlo Vercellone.

Depois de situar a complexidade contemporânea da realidade informacional, a filósofa retoma o conceito de regime de informação como o modo dominante de organização dos fluxos informacionais numa formação social, definindo atores legítimos, autoridades reconhecidas, recursos privilegiados e formas de circulação da informação. Nele, a informação passa a ser compreendida como elemento constituidor das relações de poder e das formas de governança contemporâneas.

A autora enfatiza que elementos do conceito já estavam presentes em sua produção desde o final da década de 1980, sendo influenciada, anos depois, pela enunciação do conceito por Frohmann, mas que, ao sistematizar o construto, outros contornos emergiram a partir da influência da acepção de "regime global emergente de políticas de informação", de Sandra Braman. A concepção é ampliada pela noção de regimes de valor, a partir da qual se discutem disputas de ordem econômica e política na definição dos usos da informação, segundo Hamid Ekbia e Ana Maguitman, bem como pela ideia de psicopolítica, desenvolvida

por Byung-Chul Han, baseada em dados, algoritmos e inteligência artificial e segundo a qual o controle deixa de se concentrar nos corpos para passar a incidir sobre comportamentos, preferências e padrões de ação, problematizando a concepção foucaultiana de biopolítica.

González de Gómez sustenta que a expansão das mídias digitais intensifica a separação entre informação e narração, tal como já observava Walter Benjamin (1892-1940). Tais mídias favorecem a circulação fragmentada de conteúdos e enfraquecem espaços coletivos de deliberação que historicamente configuravam a esfera pública. Como consequência, tornam-se mais difíceis a formação de consensos e a construção de ações coletivas organizadas, o que se contrapõe à noção de ação comunicativa habermasiana. Ao mesmo tempo, a Internet distancia-se dos ideais originais que orientaram sua criação, estando cada vez mais subordinada a interesses corporativos, conforme observa Niels Ten Oever. A infraestrutura da rede passa, assim, a reproduzir relações de poder que favorecem grandes plataformas e limitam formas democráticas de participação.

A expansão das tecnologias digitais é interpretada, ainda, como uma nova forma de imperialismo. O capitalismo informacional, abordado por Manuel Castells, amplia sua influência global por meio da difusão de infraestruturas, plataformas e modelos tecnológicos produzidos nos centros de poder econômico. Esse movimento atualiza antigas relações de dependência entre Norte e Sul, agora mediadas por tecnologias digitais. González de Gómez recorre aos estudos decoloniais, especialmente aos escritos do semiólogo argentino Walter Mignolo e do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), para demonstrar que a colonialidade permanece operando mesmo após o fim do colonialismo formal. A organização do trabalho, do conhecimento e da autoridade continua marcada por hierarquias raciais e epistêmicas. Nesse quadro, o poder das grandes empresas tecnológicas é caracterizado como uma forma de colonialismo digital, sustentada pelo controle de dados, das infraestruturas

digitais e dos processos de processamento informacional, conforme assevera Nurdan Akiner.

O argumento enfatizado ao final do texto é que a desinstitucionalização dos discursos públicos – seja por decisões políticas, pelo domínio das *Big Techs*, ou seja, pela crescente mediação algorítmica – favorece a disseminação da desinformação, enfraquece as autoridades cognitivas e compromete a qualidade dos debates públicos. Nessa linha de interpretação, a perda dos vínculos entre informação, memória e autoridade cognitiva fragiliza mecanismos socialmente reconhecidos de valoração e validação do conhecimento. Esse cenário contribui para a disseminação de discursos negacionistas, notícias falsas e desconfiança em relação às instituições.

Diante desse quadro, a autora destaca iniciativas voltadas para a reconstrução de referências coletivas, como os programas de ciência aberta e ciência cidadã. Os conselhos de ética e outras instâncias de monitoramento aparecem como reservas de institucionalização capazes de sustentar práticas de validação, responsabilização e controle público. Em resposta ao crescimento da mediação algorítmica, a autora defende o fortalecimento de instituições como bibliotecas, arquivos, museus e instituições participativas, consideradas fundamentais para preservar a integridade informacional e promover formas democráticas de mediação do conhecimento.

Em sua argumentação final, González de Gómez enfatiza a necessidade de enfrentar o extrativismo epistêmico e ontológico subjacente à produção contemporânea do conhecimento. Em diálogo com Ramón Grosfoguel, a autora critica a centralidade dos referenciais eurocêntricos nas universidades e advoga a favor da abertura dos espaços acadêmicos à pluralidade de perspectivas, experiências históricas e tradições de conhecimento. Por fim, inspirada nas reflexões do filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, alerta que a colonialidade do ser continua produzindo exclusões e apagamentos, agora potencializados pelas formas digitais de extração de dados, vigilância e controle, que

reproduzem hierarquias e assimetrias herdadas da experiência colonial.

QUARTO ATO – PARA UMA ABORDAGEM RELACIONAL DA INFORMAÇÃO E DO DOCUMENTO [22]

A seção apresenta alguns dos alicerces de um programa de investigação que amplia sua fundamentação ao incorporar contribuições de abordagens relacionais, especialmente as de González de Gómez, acerca das ações de informação, e as de Frohmann, sobre as agências documentárias, articulando-as a uma preocupação ontológica com a mediação da informação/ documento. Esse referencial também esteve presente no primeiro exercício de sistematização do programa, proposto em 2019, no texto intitulado "Informação institucionalizada e materializada como documento", ainda que a questão ontomediacional não tivesse sido explicitamente contemplada entre os objetivos daquela ocasião. Se, por um lado, o presente ensaio dá continuidade a esse esforço de sistematização – tendo como ponto de partida o argumento-problema das limitações ontológicas dos paradigmas da transmissão e do acesso, no âmbito da intermediação da informação –, por outro, oferece uma oportunidade de sumarizar

[22] A seção sintetiza uma trajetória de pesquisa desenvolvida coletivamente. Destacam-se as parcerias com os pesquisadores José Augusto Chaves Guimarães, orientador da tese de doutorado defendida na Unesp, Maria Nélida González de Gómez e Georgete Medleg Rodrigues, supervisoras em estágios de pós-doutorado realizados no Ibict e na UnB, respectivamente, assim como as relações de coautoria e/ou diálogo acadêmico com os investigadores Eduardo Murguia (*in memoriam*), Oswaldo Francisco de Almeida Junior, Carlos Cândido de Almeida, Aurora González-Teruel e Michelli Pereira da Costa, além da interlocução com os orientandos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB, aqui representados por Ana Karolina Alves Amorim, Lucas dos Santos de Paulo, Fábio Liberal Ferreira de Santana e Gabriela de Melo Rocha. Parte dessa rede encontra-se expressa nas publicações em coautoria listadas nas referências ao final do ensaio, bem como nos demais textos autorais e nos referenciais teóricos mobilizados nas publicações que fundamentam os desdobramentos da proposta de programa de investigação.

aspectos dos conceitos mobilizados ao longo do mencionado percurso teórico e de apresentar, modestamente, uma interpretação e proposta próprias, trazendo ao leitor a potencialidade das abordagens relacionais. Propõe-se, com isso, oferecer subsídios para o reposicionamento das acepções atomistas da intermediação, focadas na autonomia do objeto, do sujeito e dos processos, além de apresentar um ferramental heurístico para pensar as dimensões multirrelacionais entre informação e documento e os desdobramentos a elas associados.

O movimento que se propõe no presente ato parte de breves aspectos contextuais sobre a proposição do programa, enfatizando, logo em seguida, a força atrativa do argumento-núcleo que o orienta. Nos próximos passos, são apresentadas formulações que não chegaram a ser desenvolvidas na primeira sistematização da proposta, sendo, portanto, resultados de publicações originadas do próprio programa (listadas nas referências, cuja autoria é do proponente deste ensaio, nalguns casos em coautoria). Após retomar o argumento central que serviu como ponto de partida para animar as incursões ontomediacionais – ou seja, a diferenciação entre intermediação e mediação da informação –, o conceito de "mediação em presença" é apresentado como um posicionamento ético-político diante das questões que movimentam as relações entre informação e documento e os demais participantes envolvidos nos processos de mediação. A proposição cosmopolítica de "estar em presença" diante dos implicados, bem como a explicitação das responsabilidades dos implicadores, constitui uma elaboração da filósofa belga Isabelle Stengers. A partir dessa proposta, alguns questionamentos foram delineados na tentativa de "estar presente" ou de suscitar tal "presença" em termos epistêmicos, políticos e éticos, desacelerando a adesão a conceitos estabilizados e chamando a atenção para seus efeitos sobre aqueles que permanecem sem voz, sem representação ou à margem dos processos de representação política.

PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO

Inspirado na concepção de programa de investigação de Imre Lakatos, o programa aqui proposto tem como núcleo a acepção relacional da informação e do documento, concebidos como instâncias produzidas nas e pelas relações estabelecidas em regimes de materialidade da informação. Diferentemente da proposição de Miguel Ángel Rendón Rojas, que defendeu um único programa de investigação para a ciência da informação – ou *bibliotecología* – centrado no sistema informativo-documental, parte-se do entendimento de que a informação pode ser abordada por diferentes programas de investigação, inclusive por perspectivas alternativas àquela proposta por Rendón Rojas, sobretudo quando se questiona o pressuposto ôntico subjacente à noção de sistema. Essa compreensão encontra respaldo na concepção "poli-epistemológica" de González de Gómez, segundo a qual a complexidade da informação possibilita a sua abordagem multidimensional.

Em sentido amplo, o documento é entendido como o resultado de processos de materialização e institucionalização da informação. Uma vez estabilizado, contudo, sua manutenção como instância documental provisoriamente estável depende da circulação e da permanente (re)ativação da materialidade da informação nos circuitos institucionais, ou seja, depende das práticas, mediações e relações institucionais que sustentam e atualizam sua potencialidade de produzir efeitos. Nesse contexto, o exemplo do interesse e da escolha institucional pela manutenção de um documento num sistema, como um arquivo, biblioteca ou museu, constitui parte significativa dessa (re)ativação da materialidade da informação. Sob esse prisma, informação e documento podem ser tomados como duas faces de uma mesma realidade: distinguíveis analítica e conceitualmente, mas indissociáveis em sua existência concreta e institucional, na medida em que afetam as redes das quais participam e ajudam a compor. Assim como a água e o gelo, que assumem propriedades distintas

em função das relações que estabelecem com determinadas condições materiais e ambientais, informação e documento diferenciam-se pelos modos de estabilização, circulação e agência que adquirem nas redes sociotécnicas das quais participam.

NÚCLEO DO PROGRAMA

Compondo a tese-núcleo do programa, a informação emerge das relações – ou associações, em termos latourianos – entre atores, atuantes ou actantes, os quais, em Frohmann e González de Gómez, podem também assumir designações mais específicas, tais como coletivos, agentes, instituições e dispositivos. Por meio dessas relações, adquire formas relativamente estabilizadas capazes de produzir efeitos em determinados arranjos e instituições-rede. Sob essa perspectiva – e em diálogo com a concepção foucaultiana dos efeitos produzidos pelos discursos –, a informação também pode se apresentar como um enunciado discursivo. Sua materialidade pode assumir disposições distintas: estar vinculada a manifestações efêmeras, como a oralidade, os gestos e outras expressões transitórias, ou adquirir maior permanência por meio de inscrições, artefatos e documentos. Assim, a informação participa da produção de documentalidades e institucionalidades-rede, na medida em que circula, mobiliza práticas, integra relações e produz efeitos nos quadros relacionais e institucionais em que se insere. A materialidade, desse modo, não corresponde apenas ao suporte físico, mas aos modos pelos quais a informação afeta, tanto em manifestações efêmeras quanto em manifestações mais duradouras; é essa capacidade de produzir efeitos passíveis de rastreamento que corresponde a uma das principais características da materialidade da informação.

Somado à informação no argumento-núcleo, o documento constitui uma forma de estabilização material e institucional de processos informacionais, podendo ser compreendido como resultado de agências ou práticas documentárias. Ele é, portanto, uma expressão de documentalidade que se atualiza materialmente,

participando da tradução de arranjos informacionais numa disposição específica de forma e conteúdo, definida pelas potencialidades de inscrição permitidas pelo suporte e pela força da institucionalidade mobilizadora. Nesse sentido, o documento opera como uma tecnologia de mediação ou de tradução, transformando as associações, tal como empregado por Latour, em formas mais estabilizadas. Como expressão física, os documentos apresentam diferentes graus de solidez: alguns mais "palpáveis" e relativamente mais permanentes, como os analógicos, e outros menos visíveis e mais suscetíveis a transformações, como os digitais, cuja fisicalidade pode estar distribuída em bancos de dados armazenados em computadores ou servidores localizados em diferentes sítios do mundo. A estabilidade documental dependerá, ainda, da robustez das instituições-rede que a sustentam; assim, embora o documento apresente maior grau de estabilização do que a informação, os modos de institucionalização condicionam suas possibilidades de permanência, circulação, valoração e reconhecimento. Não obstante, o documento – em seu *habitat* ou instituição-rede – desempenha uma função dispositiva por meio da qual a materialidade da informação amplia sua capacidade de afetar e mobilizar, compor e atuar na realidade.

Novamente recorrendo à termodinâmica como recurso metafórico, a informação, de modo similar à água, adapta-se aos canais institucionais, mas é difícil de conter e controlar, sobretudo quando abundante e capaz de exceder a capacidade dos "recipientes" institucionais. O documento, composto de informação institucionalmente relevante e de modo análogo ao gelo, estabiliza relações – no caso, em inscrições numa síntese que envolve forma, suporte e conteúdo – articuladas numa conformação relativamente estável, dependendo das composições físico-relacionais que sustentam sua coesão, sua validade e seu valor institucional. Esse processo de estabilização, resultante da consolidação institucional, depende da robustez da instituição-rede para garantir sua potência como memória ou conhecimento registrado, mantendo-se capaz de interagir e trocar "calor", isto é,

efeitos, mediações e associações, com outros atores da rede. Quando deslocado do circuito institucional que lhe confere validade e autoridade, o documento perde parte de sua estabilidade, liquefaz-se e pode até evaporar – ou dispersar as relações que sustentavam sua documentalidade institucional. Isso não significa, contudo, o desaparecimento do suporte físico. O objeto anteriormente reconhecido como documento – por exemplo, uma brochura em papel – poderá, como artefato-coisa, servir de apoio para impedir que uma porta se abra; já um arquivo digital poderá simplesmente ser deletado de um computador, ainda que seus vestígios possam ser recuperados. Em qualquer caso, os rastros físicos tenderão a permanecer, embora as relações valorativas que sustentavam sua coesão e sua capacidade de produzir efeitos possam se dispersar. Assim, os vestígios físicos podem permanecer, mas já não como documento dotado de força institucional como objeto de significação. O que se depreende dessa dinâmica é que a materialidade da informação inscrita e traduzida em documentos depende do grau de robustez das instituições-rede; quanto maior essa robustez, maior a capacidade de a informação produzir efeitos sobre outros atores.

Em suma, nessa releitura do programa, permanece um sentido de simetria que compõe a tese que atua como força de atração de seu núcleo, segundo a qual, numa direção, a informação materializada e institucionalizada constitui o documento e, em outra, o documento é constituído por informação materializada e institucionalizada. Nessa composição, a informação é compreendida como um devir de ações e mobilizações em instituições-rede. O documento, por sua vez, é interpretado como o resultado de um devir de documentalidades e como uma síntese valorativa de informações institucionalmente estabilizadas, ainda que essa estabilização seja sempre relativa e dependente da robustez das instituições-rede que a sustentam. A abordagem relacional parte do entendimento de que documento e informação não configuram entes ou entidades autônomas dotadas de semânticas e existência próprias. De modo distinto, em tal

abordagem, ambos decorrem das relações sociotécnicas que condicionam sua produção, circulação e capacidade de atuar como participantes e produtores de efeitos nas instituições-rede que os constituem.

INTERMEDIAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Distinguir intermediação de mediação da informação permite reorientar o foco analítico da eficiência técnico-operacional dos sistemas para os processos de significação, de estabilização e de produção de efeitos informacionais. Enquanto a intermediação está associada à racionalidade sistêmica, voltada para a eficácia dos fluxos informacionais, e à lógica de transmissão da informação como mensagem, a mediação é concebida como um processo relacional atravessado por práticas, negociações, conflitos, disputas e relações de poder, no qual diferentes atores – agentes coletivos, instituições, dispositivos etc. – produzem, transformam e estabilizam provisoriamente sentidos. Isso não significa que não haja interesses na intermediação; nesse caso, porém, tais interesses tendem a ser ocultados ou apresentados como irrelevantes, segundo uma ética da neutralidade técnica.

Na abordagem da intermediação, a informação é apreendida como objeto a ser transferido entre polos previamente definidos – compostos pelos partícipes no processo –, cada qual com estatuto ontológico próprio. Na mediação, a preocupação move-se para as condições e modos de agenciamento, de composição, de transformação e de estabilização da informação, incorporando os elementos das coletividades das quais ela participa, num processo de hibridização entre sujeitos e objetos. O estatuto ontológico emerge de modo provisório e contingente durante o processo, sendo sempre situacional e transitório, não admitindo, portanto, essencialismos, tal como a alternativa "contra-revolucionária" proposta por Latour.[23]

[23] A epígrafe que antecede a introdução deste ensaio lança mão do expediente proposto por Bruno Latour, no intuito de exemplificar a potência dos híbridos,

Na mediação, a informação se constitui por meio de ações seletivas e decisionais, sendo influenciada e condicionada por sua presença em determinados regimes. A informação é continuamente transformada por interesses e/ou por desvios ao longo de seu percurso. Diferentemente da teleologia pressuposta nos paradigmas da transmissão e do acesso, a perspectiva da mediação parte do pressuposto de que o simples acesso à informação não garante, por si só, o uso, a apropriação, a leitura e a produção de conhecimento, nem assegura a participação e a agência dos diferentes atores envolvidos.

Dito de outro modo, as ações de informação são transpassadas por valorações expressas por mediações que legitimam ou permitem determinadas interpretações (o sentido que lhe é conferido) e excluem ou impedem outras, total ou parcialmente. Assim, na concepção de mediação sociotécnica, também mobilizada por Frohmann e por González de Gómez, as relações entre comunidade, pólis, rede, artefatos e práticas conformam os modos de existência, com suas vicissitudes e virtudes, limitações e potencialidades.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PRESENÇA

A proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers não busca definir o que o mundo é ou deve ser, já que seu propósito é provocar o pensamento e fazê-lo hesitar diante das certezas estabelecidas. A autora recorre à figura conceitual do "idiota", retomando a apropriação realizada por Deleuze da personagem criada por Fiódor Dostoiévski (1821-1881). Em Deleuze, o idiota não é o ignorante nem o irracional, mas representa aquele que resiste às evidências, que desacelera o pensamento e introduz um intervalo diante das urgências e certezas estabelecidas. Essa figura

à luz do trabalho de mediação como alternativa à proposta empreendida pela "revolução copernicana" – que se orienta pela separação, entre outras, entre natureza e sociedade –, possibilitando uma "contra-revolução copernicana" com base no princípio de simetria.

permite a Stengers questionar a pretensão universal dos especialistas e criar um espaço de intermitência decisória ou titubeio no qual outras preocupações e outros mundos possam emergir.

O idiota não nega os saberes existentes nem denuncia as urgências como falsas. Noutras palavras, sua intervenção consiste em introduzir uma hesitação. Seu murmúrio sugere que pode haver algo mais importante em jogo; ao desacelerar os raciocínios, ele interrompe a tendência de especialistas e de instituições de se apresentarem como portadores do significado definitivo daquilo que sabem. Nessa perspectiva, a cosmopolítica não pretende substituir uma verdade por outra. Seu objetivo é criar condições para que o pensamento permaneça atento ao que escapa às certezas estabelecidas e aos consensos prematuros.

Nessa mesma direção, o cosmos não designa um mundo comum já dado, tampouco mobiliza um projeto de unificação universal; ele nomeia aquilo que permanece desconhecido nos múltiplos mundos que coexistem e podem divergir. Por essa razão, funciona como um operador de igualdade, ainda que seja, e isso é central no pensamento de Stengers, uma igualdade sem equivalências. Isso porque não há medida comum capaz de reduzir diferenças a uma mesma escala de valor; o cosmos – por meio de alegorias de participantes interessados, como o idiota ou o diplomata, aquele que representa – coloca em suspensão os argumentos de autoridade do *expert*, impede que determinadas vozes falem em nome de todos e torna visíveis aqueles que não possuem, não podem possuir ou não desejam possuir representação política.

A proposição cosmopolítica exige ainda que os especialistas sejam expostos às consequências de seus atos. Decidir "em presença" significa não apenas considerar, mas respeitar aqueles que serão afetados pelas/por decisões; essa exigência rompe mecanismos de anestesia produzidos por discursos de progresso, de máxima eficiência ou necessidade técnica, colocando em suspensão qualquer "pulsão de controle". O objetivo não é

rejeitar o conhecimento técnico e científico, mas criar condições para que as decisões sejam tomadas pensando em suas repercussões concretas. É nesse horizonte que a "mediação da informação em presença", tal como abordado em artigo publicado em 2022, evoca tais preocupações, para que elas também possam ser pensadas no âmbito das ciências humanas e sociais e das ciências da informação e da documentação.

Compreendida como um acontecimento, a presencialidade da mediação se fundamenta nos princípios de situacionalidade, transitoriedade e simetria entre os atores, nos quais as posições de implicador e implicado podem se alterar conforme o cenário. O processo deixa de ser entendido como uma ação linear entre sistema, profissional e usuário, tal como proposto na abordagem da intermediação, e passa a ser entendido como uma rede de conexões entre atores humanos e não-humanos mutuamente referenciados. "Mediar em presença", fundamentando-se nos pressupostos de Stengers, significa desacelerar os processos de intervenção, tornar perceptíveis os atores implicados e problematizar a suposta neutralidade dos atores participantes. A mediação torna-se, assim, um ponto de contato entre cosmologias e uma prática ética e política voltada à escuta ativa, à participação e ao protagonismo daqueles que costumam permanecer invisibilizados pelos imperativos da eficiência e da racionalidade técnica.

Portanto, perguntas podem ser sussurradas de modo a desacelerar especialistas muito seguros de si, do seu ofício e do seu conhecimento, abrindo um interstício entre a urgência das ações e as certezas, então decantadas ou mesmo cristalizadas no fundo da consciência. Como o processo de pesquisa é um empreendimento coletivo, eis algumas das questões que serão exploradas como desdobramentos deste programa, a partir das premissas ontomediacionais desenvolvidas por Frohmann e González de Gómez e dos diálogos estabelecidos com Stengers, cujas proposições contribuíram para abrir novos caminhos para o exercício do pensamento: quais perspectivas de agências

informacionais permitem pensar para além dos sistemas de intermediação? Como diferentes concepções de realidade interferem nos modos pelos quais documentos e informações são produzidos, estabilizados e mobilizados? Determinadas perspectivas epistemológicas podem contribuir para silenciar certos atores ou, ao contrário, para colocá-los "em presença" na passagem do documento à informação e da informação à realidade? Os conceitos de público ou de usuário invisibilizam sujeitos? Numa existência permeada por plataformas digitais, basta querer ser não-usuário para sê-lo? Em que circunstâncias os espaços de colaboração e participação comunitária se diferenciam das institucionalidades formais? Todas as iniciativas orientadas à articulação de movimentos sociais participativos – como ocorre nas manifestações ditas populares – são necessariamente emancipatórias do ponto de vista da democracia e da justiça social?

As seções subsequentes não pretendem oferecer respostas conclusivas a essas questões. Seu propósito consiste em explorar algumas de suas implicações epistêmicas, políticas e éticas, oferecendo elementos para que possam ser reformuladas, aprofundadas e deslocadas para novos contextos investigativos. Antes de qualquer pretensão de apresentar fórmulas acabadas, o interesse principal reside em desacelerar o pensamento, exercitar o percurso investigativo e abrir um convite à reflexão e ao desenvolvimento de novas pesquisas.

AGÊNCIAS INFORMACIONAIS

As agências informacionais são abordadas aqui em termos de comportamento informacional, práticas informacionais e ações de informação, cada qual como um lócus de mobilização teórica e como uma inflexão analítica que, respectivamente, parte do indivíduo e de suas necessidades informacionais, avança em direção às práticas socialmente situadas, inclusive aquelas do cotidiano, e alcança as condições epistemológicas, políticas e institucionais que definem a validade e os efeitos da informação.

Parte-se do pressuposto de que a elucidação do escopo de cada perspectiva ou a abertura para a combinação desses três prismas teóricos permite um entendimento distinto dos modos de agência informacional.

O conceito de comportamento informacional tem sua formulação mais influente nos trabalhos de Tom Wilson e está associado, sobretudo, a tradições cognitivistas do campo das ciências da informação e da documentação. Seu foco recai sobre as atividades desencadeadas por necessidades de informação, investigando como indivíduos buscam, utilizam e compartilham informações para resolver problemas ou reduzir incertezas. Nesse percurso, a análise privilegia os processos de interação entre sujeitos cognoscivos, sistemas e informações, identificando padrões de busca, uso e recuperação. Embora considere fatores sociais e contextuais, o conceito de comportamento informacional tende a privilegiar o indivíduo como referência analítica, buscando interpretar comportamentos que apresentam determinados padrões de recorrência em contextos informacionais relativamente estruturados. Trata-se de uma abordagem especialmente mobilizada em pesquisas e práticas profissionais de orientação cognitivista ou sociocognitivista no âmbito da intermediação em sistemas de informação. Sua matriz teórica predominante encontra-se na tradição da psicologia.

A noção de prática informacional surge como uma crítica às limitações da perspectiva do comportamento informacional, especialmente em razão da ênfase atribuída ao indivíduo e aos sistemas de informação como referências privilegiadas para compreender as relações com a informação. Particularmente nos trabalhos de Reijo Savolainen, inspirados em tradições sociológicas, expressas, por exemplo, nas obras de Pierre Bourdieu (1930-2002) e Anthony Giddens, as pesquisas em práticas informacionais reorientam a análise para as esferas sociais, culturais e históricas que definem as praxiologias. O interesse deixa de estar concentrado exclusivamente em episódios específicos de busca e uso da informação e passa a incorporar, complementarmente, a

apreensão de hábitos, valores, disposições e formas compartilhadas de agir que configuram as maneiras pelas quais os sujeitos se relacionam com a informação na vida cotidiana. O sujeito passa a ser concebido não como uma unidade isolada, mas como participante de coletividades cujas práticas o influenciam e são por ele influenciadas, moldadas por experiências compartilhadas, convenções culturais e condições materiais de existência. Essa proposição enfatiza, assim, a tradição sociológica como horizonte teórico.

Já as ações de informação, como observado anteriormente, não se restringem aos modos pelos quais indivíduos ou grupos buscam, acessam ou utilizam a informação, mas abrangem as condições que definem o que será reconhecido como informação válida em determinada situação. Diferentemente das abordagens do comportamento informacional e das práticas informacionais, o foco deixa de ser os sujeitos humanos isoladamente considerados e passa a contemplar agentes, individuais-coletivos, orgânicos e inorgânicos. A análise volta-se, assim, para os dispositivos sociotécnicos produtores de condições de valoração, validação e circulação da informação. Com isso, o sujeito-objeto, considerado coletivamente, não é apenas um usuário ou participante de práticas sociais, mas um ator gnosiológico e político que, em associação com outros atores, participa da constituição das condições de existência da informação. Por meio dessas associações, o sujeito-objeto torna-se um híbrido: sujeito-objeto-humano/não-humano. As ações de informação incorporam questões epistêmicas, éticas e políticas, inscrevendo-se em tradições filosóficas, em diálogo com as ciências humanas e sociais e com outras ciências.

INFORMAÇÃO/DOCUMENTO E ACESSO À REALIDADE EM TRÊS MOVIMENTOS

Em termos analíticos, é possível identificar ao menos três movimentos para compreender as relações entre documento, informação e realidade, sendo que cada um deles pressupõe uma

determinada concepção de realidade, orientada por fundamentos epistemológicos específicos. Os três movimentos descrevem percursos que vão da inscrição à intermediação ou à mediação, cujas trajetórias enfatizam, em menor ou maior grau, o caráter processual, relacional e político da informação e do documento, conforme a base epistemológica mobilizada. Enquanto o caráter processual, no primeiro movimento, aparece associado a uma dimensão de intermediação mecanicista baseada na relação de causa e efeito, observa-se, nos segundo e terceiro movimentos, uma ampliação da compreensão da complexidade envolvida nos processos informacionais.

O primeiro movimento, de orientação positivista, é focado no "dado", concentrando-se na dimensão física da inscrição documental. Nesse nível, a atenção recai sobre o registro, sua preservação e sua circulação em suportes físicos. A realidade é entendida como algo que "está aí", passível de ser capturada e representada. O documento assume a condição de prova autêntica de um fato ou acontecimento. Para compreender a realidade por meio do documento, a perspectiva deposita sua confiança na ideia de neutralidade da intermediação técnica e na autenticidade das fontes. O documento é tomado como fonte ou evidência estável, e a informação nele contida é concebida como o meio pelo qual se chega à representação fiel da realidade.

O segundo movimento admite que a realidade "está próxima", ainda que com acesso não imediato, introduzindo, com efeito, a dimensão contextual e/ou hermenêutica da representação. A realidade continua acessível por meio dos documentos, mas agora é reconhecida como atravessada por intenções, enquadramentos institucionais e relações de poder. O documento deixa de ser somente prova para ser interpretado também como monumento, isto é, como artefato que expressa memórias, valores e disputas simbólicas. O movimento amplia a análise rumo à mediação ao explicitar que os documentos participam da produção de discursos e da legitimação de determinadas versões da realidade, as quais demandam contextualização e interpretação.

O terceiro movimento reconhece que a realidade "está distante", ainda que "esteja aí", algo aparentemente paradoxal. Esse movimento redimensiona a análise para a rastreabilidade das dimensões ou camadas de materialidade das redes sociotécnicas em sua dinâmica. Embora a realidade esteja sempre presente, a noção de distância refere-se ao trabalho construtivista necessário para percorrer e explicitar os processos que a constituem. A teoria ator-rede é uma proposição que expressa esse movimento. Nessa direção, a realidade deixa de ser concebida como algo imediatamente dado ou que apenas necessita ser contextualizada socialmente, passando a ser entendida como efeito relacional de associações entre atores.

Cabe observar que o terceiro movimento não apenas segue o itinerário da inscrição à mediação, mas também conduz a uma compreensão relacional da realidade, na qual a mediação deixa de ser apenas um elemento explicativo para constituir a própria condição de inteligibilidade do real. Essa condição manifesta-se naquilo que Foucault denomina dispositivo (que articula os regimes de verdade, as formações discursivas, os regimes de visibilidade e de governamentalidade), naquilo que Callon e Latour denominam rede sociotécnica e naquilo que Frohmann e González de Gómez denominam regimes de informação, formulação que dialoga com e, em certa medida, integra elementos presentes nos conceitos anteriores.

Um exemplo desse terceiro movimento pode ser pensado quando um usuário insere uma consulta numa ferramenta de inteligência artificial e recebe uma resposta. Este processo tende a ser percebido como um fluxo contínuo de cálculo e lógica – de intermediação –, baseado em modelos estatísticos que "aprendem" regularidades a partir de padrões presentes em grandes conjuntos de dados. Entretanto, essa aparente fluidez conforma o resultado visível ou a ponta do *iceberg* de uma rede sociotécnica complexa, na qual a informação não reside na ferramenta em si, mas emerge de uma série heterogênea e nem sempre linear de mediações que precisam operar simultaneamente. Cabos submarinos, sistemas de

energia elétrica, infraestrutura hídrica para resfriamento de *data centers* e cadeias globais de produção de *chips* compõem parte dessa materialidade frequentemente invisível. A resposta depende da coordenação provisória desses elementos e do próprio desenvolvimento tecnológico da inteligência artificial, que opera com aprendizado de máquina e aprendizado profundo, a partir das interações e da alimentação de dados pelos usuários. A interrupção de qualquer parte desse arranjo sociotécnico compromete ou impede o resultado da busca de informação.

Ao mesmo tempo, a produção da resposta não decorre somente de condicionantes técnicos e tecnológicos. Os regimes produtores da materialidade da informação também são compostos e/ou orientados pela dinâmica de produção e reprodução do capital e por marcos jurídicos, políticas de governança e decisões institucionais que delimitam, orientam e condicionam aquilo que será processado, preservado ou enunciado. Toda ação de informação envolve operações e/ou decisões inscritas em instâncias decisórias, sejam elas previstas em esferas governamentais ou não governamentais, o que afasta qualquer pretensão de neutralidade dos artefatos sociotécnicos, tais como as plataformas que hospedam ferramentas de inteligência artificial e seus algoritmos. A resposta gerada pela inteligência artificial é produzida no cruzamento entre múltiplos interesses e arranjos sociotécnicos.

Faz-se oportuno observar que a informação obtida por meio de uma busca realizada numa ferramenta de inteligência artificial não constitui, por si só, um documento sobre, por exemplo, racismo algorítmico; ela adquire estatuto documental quando passa a integrar redes capazes de estabilizar interpretações, conferir ou questionar validade e reconhecer sua potência para produzir efeitos. A resposta gerada pela inteligência artificial, inicialmente apreendida como uma inscrição informacional decorrente de uma interação sociotécnica, transforma-se em documento quando é mobilizada num circuito institucional-rede, no qual atores – como pessoas que se identificam e/ou defendem

um coletivo ou, simplesmente, exercem sua cidadania, pesquisadores, métodos de análise, movimentos antirracistas, instituições jurídicas, plataformas algorítmicas e os próprios registros produzidos pela ferramenta – estabelecem conexões que lhe conferem reconhecimento como traço material passível de análise num processo de investigação, em litígios entre vítimas e algozes etc. No caso, o viés algorítmico não reside exclusivamente na inscrição produzida pelo sistema, mas na composição heterogênea de relações que envolvem dados, arquiteturas técnicas, atores que alimentam e interagem com as plataformas, práticas de busca, interpretações humanas e maquínicas e instituições que lhe atribuem significado, validade e capacidade de agir e produzir efeitos.

MODOS DE INSTITUCIONALIDADE

Os modos de institucionalidade foram propostos para auxiliar na compreensão dos processos de estabilização relativa de vínculos e de composições sociotécnicas em regimes de materialidade da informação. A proposta surgiu da necessidade de elucidar limitações e potencialidades de práticas envolvidas em redes comunitárias de participação e elaboração de informação, documentos e coleções, como ocorre na documentação popular. Essas práticas envolvem ações participativas que, por vezes, escapam aos circuitos das instituições formais, embora produzam modos próprios de institucionalidade, organização e coordenação. Em todo caso, práticas e arranjos sociotécnicos conectados em redes de relações podem formar diferentes modos de institucionalidade.

As institucionalidades formais correspondem aos arranjos organizacionais caracterizados por regras explícitas, normativas codificadas, hierarquias definidas e/ou mecanismos burocráticos de legitimação. Nessas institucionalidades, a produção, organização e circulação de documentos tendem a ser reguladas por critérios profissionais, técnicos e/ou científicos e por

procedimentos formalizados, como ocorre em arquivos, bibliotecas, museus e órgãos governamentais e organizações privado-corporativas. Em diálogo com Frohmann e com González de Gómez, tais institucionalidades podem ser entendidas como aquelas que se situam em regimes estabilizados, capazes de definir atores legítimos, formas autorizadas de conhecimento e critérios formais de validação da informação/documento.

As institucionalidades informais ocupam uma posição distinta no espectro das formas de organização institucional, sendo constituídas por práticas, costumes, valores compartilhados e organizações não codificadas formalmente. Nesse âmbito estão situadas as iniciativas populares – bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, cooperativas, dentre outras – que emergem de relações comunitárias, movimentos sociais, coletivos culturais e outras experiências participativas e associativas. A relevância dos documentos, nessas circunstâncias, decorre da capacidade comunitária de fortalecer memórias coletivas, identidades e formas de participação e protagonismo. Essa concepção se soma à abordagem relacional da informação ao considerar ações de informação e processos de legitimação que podem ocorrer em espaços não formais ou especializados, ao mesmo tempo em que explicita que a documentalidade depende das instituições-rede que sustentam a circulação de documentos e produzem efeitos em contextos locais ou de alcance mais restrito, ainda que tais instituições-rede sejam informais e aparentemente "espontâneas".

As institucionalidades semiformais ocupam uma posição intermediária entre os dois polos anteriores, combinando elementos de formalização organizacional com a flexibilidade característica das iniciativas participativas e comunitárias. Organizações não governamentais, associações civis e projetos sociais frequentemente operam nesse espaço, articulando procedimentos administrativos e exigências legais com formas mais abertas de participação e engajamento social; nessas zonas de fronteira coexistem diferentes lógicas de validação, memória e

produção de conhecimento. A noção de institucionalidade semiformal permite interpretar, assim, que a documentalidade não deriva exclusivamente do grau de formalização institucional, mas da capacidade de diferentes arranjos sociais produzirem reconhecimento, permanência e protagonismo coletivo.

O recurso heurístico da diferenciação dos modos de institucionalidade pode oferecer maior potencial analítico se for pensado e utilizado em termos de graus ou níveis de formalização. Isso porque, seguindo a lógica subjacente aos próprios modos de institucionalidade, toda conformação em rede carrega consigo algum tipo de institucionalidade. Nesse sentido, talvez fosse mais adequado representar tais conformações coletivas por meio da expressão "instituição-rede", capaz de evidenciar que mesmo arranjos fluidos, descentralizados ou informais produzem regras, expectativas, formas de coordenação e mecanismos de legitimação.

Embora a noção de desinstitucionalização – tal como empregada por Peter Berger e Thomas Luckmann, no livro *A construção social da realidade*, de 1966 – possa ser utilizada para indicar uma escala que vai de formas mais institucionalizadas a modos menos formalizados de organização social, existe o risco de se pressupor que, com tal expressão, apenas as institucionalidades formais constituem meios legítimos ou preferenciais de produção e validação do conhecimento. Tal entendimento poderia deslegitimar iniciativas alternativas ou não especializadas de produção de informações, documentos e coleções.

Ainda assim, diante da complexa mediação entre ignorância e conhecimento, é preciso reconhecer que as institucionalidades formais dispõem, especialmente em contextos democráticos, de mecanismos sociomorais e jurídicos legítimos de controle público, validação e demarcação dos vínculos entre memória, informação e autoridade cognitiva. Essa função torna-se particularmente relevante em cenários marcados pela ausência, insuficiência ou fragilidade de marcos regulatórios, ou ainda por processos de desregulamentação normativa, especialmente em face

da crescente expansão da mediação algorítmica e do poder exercido pelas grandes plataformas digitais (*Big Techs*).

PRODUÇÃO ALTERNATIVA OU NÃO ESPECIALIZADA DE INFORMAÇÃO/DOCUMENTOS/COLEÇÕES

A produção alternativa ou não especializada de informação, de documentos e de coleções ocorre, sobretudo, em espaços ditos populares ou comunitários, em centros de documentação e informação, bibliotecas, arquivos, museus, rádios, editoras, imprensa, websites, canais ou páginas em plataformas digitais, entre outros. Nesses casos, tais práticas podem configurar um modo de produção documentária alternativo, em contraposição à tendência de situar as práticas documentárias exclusivamente nos espaços tradicionais de custódia, controle e acesso. Com isso, amplia-se o alcance das formulações relacionais da informação e do documento ao sugerir que a documentalidade não depende exclusivamente de instituições formalizadas, mas deriva de arranjos coletivos capazes de produzir legitimidade, permanência e reconhecimento mnemônico, bem como de mediar as relações entre conhecimento e ignorância, concebidos não como instâncias antitéticas, mas como condições que frequentemente se entrecruzam e podem atuar como elementos mobilizadores, produtores ou inibidores do protagonismo social.

Nessa direção, em modos de institucionalidade informal ou semiformal, a tríade *memória, conhecimento/ignorância e protagonismo*[24], cujo centro mediacional é composto, pode ser compreendida como um critério preferencial para identificar práticas documentárias orientadas à ampliação da participação de atores.

[24] É mister reconhecer que tal tríade – memória-conhecimento/ignorância-protagonismo –, também pode ser operacionalizada, observada e descrita em institucionalidades formais, embora orientada por finalidades distintas. Essa possibilidade é bem ilustrada pelos conceitos de regimes de informação desenvolvidos por Frohmann e González de Gómez, ainda que esses autores não o formulem exatamente nesses termos.

Mobilizações de coletivos de diferentes orientações podem produzir documentos, coleções e narrativas tanto para ampliar horizontes de conhecimento quanto para reforçar formas de ignorância, silenciamento ou distorção da realidade, de maneira deliberada ou não. Assim, as iniciativas de produção alternativa ou não necessariamente especializada de informação/documentos/coleções constituem um terreno profícuo para a investigação de disputas e de controvérsias, bem como de falsas controvérsias, no qual conhecimento e ignorância coexistem e são mobilizados por diferentes projetos. O aspecto valorativo mediador – conhecimento/ignorância – indica que a mobilização da memória para o protagonismo não garante, por si só, resultados democráticos e/ou emancipatórios balizados pelo saber popular e/ou pelo conhecimento científico. Os parágrafos seguintes exemplificam essa situação ao retomarem diferentes orientações atribuídas ao protagonismo.

A mobilização orientada, ao menos em seu ponto de partida, pela tríade *memória*, *conhecimento* e *protagonismo* pode ser observada na trajetória de movimentos sociais. Exemplos históricos incluem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica na América Latina desde a década de 1970 – num cenário marcado por ditaduras militares e governos autoritários –, e centros de documentação popular, como o CPV (Centro Popular Vergueiro) e o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), ambos em São Paulo, também influenciados por perspectivas de orientação socialista. Nesses espaços, a informação atua como instrumento de conscientização, luta e resistência política; a memória se expressa na preservação coletiva de documentos, como registros de relatos, sons e imagens das lutas sociais. Nesse processo, comunidades e coletivos apropriam-se de informações e saberes para formular e interrogar suas condições de existência, fortalecendo seu protagonismo e subsidiando reivindicações por direitos e por transformação social.

Por outro lado, a mobilização pautada pela tríade *memória*, *ignorância* e *protagonismo* pode ser observada na trajetória de

movimentos sociais de orientação antidemocrática, autoritária e/ou anticientífica, que também operam em institucionalidades informais ou semiformais, como grupos reunidos em torno de determinadas temáticas e articulados por meio de *websites* próprios, mídias sociais ou outros espaços de interação. Em contextos de governos autoritários, tais mobilizações podem ainda encontrar expressão em estruturas formalmente institucionalizadas, algumas delas tão caricatas que parecem pertencer à alegoria desenhada por George Orwell em seu romance *1984*. Exemplos contemporâneos, constituídos em redes que operam de modo alternativo ou em oposição às instituições-rede formais, incluem os movimentos antivacina, nos quais a desinformação e a misinformação são frequentemente mobilizadas como instrumentos de negação e/ou resistência ao conhecimento científico.

Cabe ressaltar que a racionalidade capitalista, orientada pela acumulação e valorização do capital, tende a subordinar outras formas de valor, favorecendo a produção de resultados cujas consequências sociais, éticas ou ambientais são frequentemente desconsideradas. Nessa dinâmica, não são incomuns relações de influência e alinhamentos de interesses entre governos e corporações, como ocorre em determinados setores econômicos, entre eles o farmacêutico; nessas situações, protocolos podem ser negligenciados e decisões tomadas sem o devido respeito aos atores diretamente implicados. Configura um caso em que os implicadores deixam de se colocar "em presença" diante dos implicados, dentre os quais se encontram participantes de pesquisas clínicas, consumidores de fármacos e pessoas submetidas à vacinação. A ausência desses cuidados pode resultar em consequências adversas, por vezes fatais, muitas das quais poderiam ser evitadas. Situações dessa natureza tendem a alimentar hesitações, críticas e desconfianças legítimas no emaranhado entre ciência, vacinas e Estado.

A despeito disso, nos movimentos antivacina, a *memória* é frequentemente mobilizada para resgatar eventos ou efeitos adversos geralmente apresentados de forma descontextualizada,

reforçando dogmas e teorias conspiratórias. Para isso, recorrem a simulacros de cientificidade, buscando conferir aparência de legitimidade a *enunciados enganosos* veiculados em websites, publicações, eventos e outros meios. A partir do montante documental produzido e disseminado na Internet, determinados coletivos apropriam-se de conteúdos agnotológicos para validar suas visões de mundo. Esse processo fortalece formas de *protagonismo* no debate público e, em alguns casos, seus efeitos podem contribuir para a restrição ou mesmo para a negação de direitos fundamentais, dentre os quais se destacam o direito à saúde e o direito à vida.

NÃO-PÚBLICO E NÃO-USUÁRIOS

"Estar em presença", como uma metáfora ou direcionamento ético-político, permite questionar e desacelerar diante de conceitos consolidados que, pela posição epistêmica que ocupam, passam a incorporar aquilo que, ontologicamente, representam. É o caso do conceito de usuário de informação, quando, como categoria, representa sujeitos homogêneos e/ou quando os define como elementos ou "coisas" pertencentes aos sistemas. A proposta relacional que se apresenta a seguir recorre a aspectos da sociologia do social – cuja preocupação, segundo Callon e Latour, recai mais sobre as relações entre humanos do que sobre as associações heterogêneas de atores que compõem coletivos – para refletir sobre como a condição de não-usuário de um sistema ou da própria informação pode resultar tanto de características estruturais do sistema capitalista, como a desigualdade de classe, quanto de práticas e mecanismos de exclusão presentes em determinados universos institucionais.

O "não-usuário por vontade própria" caracteriza-se pela recusa deliberada de utilizar determinados serviços, recursos ou sistemas informacionais, mesmo quando estes se encontram disponíveis. Essa condição pode manifestar-se na preferência por fontes alternativas de informação, como observa Grace McCarthy

no texto "Getting to know your non-users", em 1994; em decisões conscientes de abstenção em contextos específicos, conforme discute M. S. Sridhar em "Non-users and non-use of libraries", publicado em 1994; ou ainda na rejeição deliberada de determinadas fontes e instrumentos de acesso à informação, aspecto abordado por Philip Bryant em "Progress in documentation: the catalogue", em texto de 1980. Diferentemente do usuário potencial, cuja incorporação aos sistemas de informação permanece possível, o não-usuário voluntário mantém-se afastado deles por decisão própria.

A existência do não-usuário tensiona pressupostos fundamentais das instituições informacionais. Afinal, essas instituições costumam justificar sua própria existência pela capacidade de atender às necessidades dos sujeitos; essa justificativa perde força quando determinados indivíduos ou grupos não identificam sentido no uso de tais sistemas. Em alguns casos, eles podem considerá-los dispensáveis; em outros, podem entendê-los como prejudiciais a uma comunidade, a uma causa ou a um projeto coletivo. Também podem concebê-los como meios ou instâncias coniventes com mecanismos de controle, vigilância ou perseguição. Há ainda situações em que os sistemas são vistos como indiferentes a formas de exclusão e desigualdade social. Portanto, a não utilização da informação pode não decorrer necessariamente da ausência ou impossibilidade de acesso ou do simples desinteresse, mas pode resultar de uma posição crítica em relação às instituições informacionais.

O conceito de não-usuário pode, ainda, referir-se a indivíduos ou grupos (não-públicos) que não utilizam determinados serviços, produtos ou recursos informacionais, não necessariamente por escolha própria ou por oposição a posicionamentos de ações institucionais, mas porque são colocados nessa condição por fatores sociais, especialmente de ordem econômica e cultural. A partir de contribuições de autores como os sociólogos Pierre Bourdieu e Jessé Souza, pode-se compreender como as desigualdades sociais produzem distinções

entre aqueles reconhecidos como público e aqueles que permanecem à margem dos circuitos de acesso, apropriação e participação, compondo o que pode ser denominado de não-público. O público tende a ser formado, sobretudo, por segmentos das classes médias, cuja distinção social se relaciona fortemente ao capital cultural, e por grupos economicamente privilegiados, que conjugam maiores volumes de capital econômico e, em diferentes graus, capital cultural. Já a chamada "ralé estrutural", expressão cunhada por Souza, refere-se a grupos submetidos a processos históricos de despossessão material e simbólica, enfrentando obstáculos para acessar, apropriar-se e produzir bens culturais e informacionais socialmente valorizados.

Conforme já assinalado, além das desigualdades de classe, o não-público também pode ser gerado pelas próprias instituições. Dispositivos/equipamentos informacionais e culturais, como bibliotecas, museus, centros de informação públicos e privados podem, ainda que involuntariamente, criar obstáculos que afastam determinados grupos sociais. Essas barreiras incluem problemas de acessibilidade física aos espaços, linguagem excessivamente técnica, práticas culturais excludentes, preconceitos e limitações de acesso a recursos informacionais, dentre outras. O controle da circulação da informação por determinados grupos profissionais ou econômicos também contribui para restringir o acesso de parte da população, reforçando a existência do não-público e ampliando processos de exclusão socioinformacional.

APARATOS SOCIOTÉCNICOS E CONTROLE DE USUÁRIOS E NÃO-USUÁRIOS

Uma característica da vida contemporânea está relacionada à capacidade dos sistemas digitais de produzir representações, antecipar comportamentos e influenciar ou moldar condutas individuais e coletivas. Cada interação – compras, buscas, compartilhamentos ou registros na Web – gera rastros de dados que podem ser coletados e convertidos em informação estratégica

para empresas e interesses políticos diversos. Nessas circunstâncias, algoritmos, bases e bancos de dados e agentes automatizados não se limitam a indexar atores individuais e coletivos, mas também participam de sua modulação, ao definir visibilidades, relevâncias e possibilidades de ação. Constituem arranjos sociotécnicos de produção de conhecimento/ignorância, governo e poder, nos quais humanos e agentes maquínicos participam simultaneamente da geração, alimentação e processamento dos dados. Essas dinâmicas também são discutidas por autores como David Beer, Tarleton Gillespie, Daniel Neyland e Norma Möllers.

A eficácia de tais aparatos não depende exclusivamente da ignorância dos usuários e não-usuários. Desse processo podem emergir conteúdos aparentemente efêmeros, cuja eficiência é anteriormente determinada, calculada e modulada em função dos perfis e das disposições dos destinatários. Estes, como usuários ou não-usuários, deixam de ser somente humanos, podendo ser também robôs – em inglês, *robots*, ou simplesmente *bots*. Os *bots* são programas desenhados para executar tarefas automáticas ou semiautomáticas; em alguns casos, simulam a ação humana em sistemas computacionais mediante algoritmos. Um exemplo da utilização desses recursos pode ser observado no escândalo envolvendo a empresa *Cambridge Analytica*, caso este que veio a público em 2018. Esse episódio está relacionado às eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2016, mais especificamente à campanha do candidato republicano Donald Trump.

A empresa, nessa ação, combinou técnicas numa metodologia híbrida envolvendo psicometria, *big data* e microdirecionamento publicitário. Para isso, reuniu grandes volumes de dados oriundos de registros eleitorais, históricos de consumo, informações demográficas, atividades em mídias sociais e bancos de dados comerciais. Esses dados foram utilizados para construir perfis psicológicos com base no modelo OCEAN, que contempla abertura, conscienciosidade, extroversão, afabilidade e neuroticismo. A partir desses perfis, foram produzidas mensagens

políticas personalizadas; seus conteúdos, imagens e argumentos eram ajustados às características emocionais e comportamentais de grupos ou indivíduos específicos, sendo direcionadas de forma segmentada e personalizada, por meio de *bots* e do Facebook, aos potenciais eleitores. Após serem visualizados, os conteúdos eram removidos sem deixar rastros públicos. O objetivo era aumentar a eficácia da persuasão política, influenciando preferências, mobilizando apoiadores, convencendo indecisos e, em alguns casos, desestimulando a participação eleitoral de grupos favoráveis ao adversário de Trump (o candidato democrata Joe Biden), tornando a comunicação política mais precisa e potencialmente mais eficaz do que estratégias baseadas apenas em critérios demográficos.

Neste caso da *Cambridge Analytica* e em situações similares, a constituição contínua de perfis de interesse decorre da combinação entre a produção massiva de dados, a opacidade dos sistemas que os processam e a capacidade algorítmica de prever e modular comportamentos futuros. Retornando ao argumento inicial, a ignorância não deve ser entendida como uma deficiência individual daqueles que seriam vítimas dessa dinâmica. O que está em jogo, no caso da atuação da *Cambridge Analytica* no Facebook, não é a ignorância como simples falta de conhecimento dos usuários, mas a assimetria entre o que se sabe sobre si e o que os sistemas de dados conseguem inferir a respeito dos interagentes.

Com isso, o não-usuário não se define apenas por sua ignorância e/ou pela ausência de uso das plataformas; ele pode estar fora das plataformas e, com efeito, limitar estrategicamente a captura de seus dados por tais recursos. Ainda assim, mesmo quem não utiliza determinadas plataformas continua sujeito a ser capturado, inferido e (a)listado em bancos de dados, registros administrativos, históricos de consumo, redes de contato e outros sistemas informacionais. Para existir nessa ecologia, ou nessa ontologia digital, tal como aborda Capurro, basta existir em relação a instâncias estatais, consumir produtos e interagir na Web. Assim, nessa trama, o que diferencia o usuário talvez não seja

simplesmente a oposição ao não-usuário, mas a posição ocupada pelo actante humano ou maquínico que, respectivamente, conhece ou é programado para conhecer os mecanismos de captura e, por isso, consegue tornar-se menos previsível ou menos legível para os sistemas de dados.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

> *Sobre a cabeça os aviões / Sob os meus pés os caminhões / Aponta contra os chapadões, meu nariz / Eu organizo o movimento / Eu oriento o carnaval / Eu inauguro o monumento / No planalto central do país.*
> Excerto da canção "Tropicália", de Caetano Veloso, presente em disco homônimo, de 1968, produção e arranjo do maestro Rogério Duprat.

As abordagens relacionais do documento e da informação contribuem para os estudos desenvolvidos no âmbito das ciências da informação e da documentação? Embora a esta altura o leitor já possa, ele próprio, tirar as suas conclusões, importa destacar a capacidade dessas concepções de favorecer, por meio das contribuições da filosofia da informação em diálogo com as ciências humanas e sociais, distintas leituras dos fenômenos e processos informacionais. Ao disponibilizarem um ferramental conceitual e heurístico com potencial para apreender a complexidade dos processos informacionais a partir de diferentes perspectivas teóricas, essas abordagens contribuem para a construção de formulações que não se restringem ao funcionamento dos sistemas nem às articulações interdisciplinares orientadas exclusivamente para esse fim, ainda que tal preocupação permaneça socialmente relevante para a pesquisa, a formação profissional e a atuação em equipamentos e dispositivos

informacionais e culturais e, sobretudo, para a preservação e o acesso à memória e ao conhecimento.

Considerando essas potencialidades, o desdobramento do programa de investigação apresentado incorpora uma preocupação ontomediacional fundamentada nas contribuições de Frohmann sobre as agências documentárias e de González de Gómez acerca das ações de informação. Tomando como argumento-problema as limitações ontológicas subjacentes aos paradigmas da transmissão e do acesso, os quais fundamentam pesquisas e práticas em torno dos sistemas de intermediação da informação, a proposta buscou oferecer subsídios para o reposicionamento de acepções atomistas centradas na autonomia do objeto, do sujeito e dos processos, oferecendo, como contraponto, instrumentos heurísticos para pensar as múltiplas relações que constituem os vínculos entre informação e documento.

A proposta de programa inicial foi ampliada em virtude da influência das ideias articuladas na proposição cosmopolítica desenvolvida por Stengers, principalmente ao suscitar uma desaceleração diante das certezas associadas, neste ensaio, à "pulsão de controle" e ao convidar à reflexão sobre os efeitos dos conceitos, das práticas e dos dispositivos mobilizados nos processos de mediação, especialmente considerando a violência epistêmica e as violências de toda ordem que assolam aqueles que permanecem à margem dos regimes de representação e de tomada de decisão. Esse repertório possibilitou, portanto, estabelecer conexões com questões da contemporaneidade, inclusive por meio do diálogo com outras esferas do pensamento e da produção cultural, diálogo que encontra terreno fértil nas formas alternativas ou não especializadas de produção de informação, documentos e coleções.

À luz dessa abertura e da perspectiva relacional que favorece o diálogo com outras esferas do pensamento e da produção cultural, o modernismo pode constituir um caminho profícuo para a reflexão ontomediacional em diferentes domínios de produção simbólica e intelectual, particularmente no panorama

latino-americano. O modernismo foi um movimento estético-político que, no Brasil, ganhou contornos característicos na Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Teatro Municipal de São Paulo e encabeçada por artistas e intelectuais como Tarsila do Amaral (1886-1973), Oswald de Andrade (1890-1954) e Mário de Andrade (1893-1945), entre outros. As ideias orientadoras do movimento foram sistematizadas anos depois, em 1928, por Oswald de Andrade, em seu *Manifesto antropófago*, também conhecido como manifesto "canibal" ou "canibalista". Nele, Oswald lança a seguinte provocação: "Tupi or not Tupi, that is the question", num jogo de palavras que mobiliza o nome de uma língua de povos originários do continente latino-americano – o Tupi – em diálogo com o célebre verso de Hamlet – "To be or not to be, that is the question" –, de William Shakespeare (1564-1616). No *Manifesto*, eis a orientação: "Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente". Essa proposição sintetiza a força propulsora do movimento de crítica à dependência cultural em relação à Europa e de afirmação de formas próprias de criação estética e intelectual[25].

[25] A tese de doutorado de Denise da Silva de Oliveira, intitulada *Ler sons, imaginar mundos: discotecas nacionais e a institucionalização da fonografia mecânica entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX*, defendida no Ibict em 2025 sob orientação de Gustavo Saldanha, estabelece uma relação entre a dimensão disruptiva do modernismo e o campo informacional. A pesquisa analisa as articulações entre arte, documentação e produção cultural na América Latina, tomando as vanguardas do início do século XX como espaços de experimentação teórica que desafiam dicotomias como técnica e sensibilidade, criação e registro. Com base na obra de Mário de Andrade e nas contribuições de Robert Estivals, adota uma abordagem epistemológico-histórica para demonstrar como autores como o chileno Vicente Huidobro (1893-1948), o uruguaio-espanhol Joaquín Torres-García (1874-1949), o cubano Alejo Carpentier (1904-1980) e o próprio Mário de Andrade reposicionaram a documentação como elemento constitutivo da criação artística, conferindo-lhe dimensões estéticas, simbólicas e políticas. O referencial do trabalho integra a epistemologia da arte e da informação à noção de uma realidade "infomaquínica" e ao papel da documentação na formulação de uma teoria estética do conhecimento. A partir da "esquematologia" de Estivals,

Em consonância com as questões contemporâneas da informação, a obra da filósofa e intelectual pública Maria Nélida González de Gómez expressa preocupações próprias de seu tempo, permitindo estabelecer um diálogo com as inquietações do modernismo da primeira metade do século XX que permanecem atuais. Seu pensamento – sem opor produções intelectuais locais, regionais e globais, mas compreendendo-as a partir de seus atravessamentos e articulações no interior de diferentes regimes – não propõe rejeitar o conhecimento da tradição europeia, mas apropriá-lo e ressignificá-lo com as agendas do Sul. Como uma expressão de suas propostas interventivas e inventivas, as ações de informação não se orientam por dualismos ou essencialismos.

Se, para González de Gómez, é o ator/agente – em suas articulações – quem indica "em que caso a informação é o caso", os desafios impostos pelos regimes emergentes de materialidade, entre os quais se destacam a perda de referenciais diante da opacidade dos algoritmos, o avanço da inteligência artificial e as questões agnotológicas da contemporaneidade, tornam plausível a reformulação da célebre pergunta existencial em termos informacionais: "To be or not to be information: that is the question". Tal interrogação é premente às ciências da informação e da documentação, ao mesmo tempo que ultrapassa seus limites disciplinares ao se inscrever em questões mais amplas diante das incertezas contemporâneas, sobretudo quando se parte do pressuposto de que os atores não possuem uma imanência ontológica prévia, mas se formam nas relações das quais participam e por meio delas.

À luz dessa questão, argumentou-se, ao longo deste ensaio, que a indagação sobre como a informação se torna aquilo que ela

compreende a formação das ideias como um processo praxiológico que integra imaginação, ação cultural e documentação, propondo uma releitura da epistemologia da ciência da informação ancorada nas experiências vanguardistas latino-americanas. Com isso, converte a condição periférica da região em potência epistemológica e reafirma as vanguardas artísticas latino-americanas como fundamento de uma epistemologia crítica, criativa e situada no Sul Global.

é apresenta maior potencial heurístico do que a pergunta acerca do que é a informação, pois permite interpretar as forças que orientam sua produção, seus processos de estabilização e os efeitos epistêmicos, éticos e políticos que resultam dessas relações. Por remeter justamente a tais processos de estabilização, a essa altura, a pergunta "o que é documento" pode sinalizar a presença de sectos secularizados seduzidos pelo "canto da sereia". Cacofonias à parte, tal sedução tende a limitar o entendimento da documentação ao insistir nos pressupostos essencialistas que reduzem a compreensão dessa fascinante tecnologia de tradução e estabilização da informação a uma relação linear de causa e efeito, fazendo com que o documento resultante desse processo seja muitas vezes entendido apenas como um objeto físico, com determinada forma e conteúdo (tematicidade ou *aboutness*), capaz de representar algo e passível de ser controlado como uma "coisa" que compõe um sistema.

A busca por apreender os processos pelos quais a informação "torna-se" aquilo que é permite explorar uma possibilidade interpretativa presente nas línguas que distinguem os verbos "ser" e "estar", como ocorre no português. Essa distinção pode oferecer uma chave analítica para refletir sobre a constituição processual e relacional da informação. Tal distinção entre verbos é inexistente na língua inglesa, na qual ambas as dimensões semânticas são expressas por um único verbo – *to be* –, que adquire diferentes sentidos de acordo com o contexto de uso. Diante disso, o questionamento "To be or not to be information", conforme aqui defendido, sugere a primazia do verbo "estar" sobre o verbo "ser", permitindo refletir sobre o processo do "tornar-se", sem, contudo, desconsiderar o que há de relevante na simetria ôntica pressuposta semanticamente pelo verbo *to be* (simultaneamente "ser" e "estar"). Assim, a informação deve ser entendida menos pelo que ***é*** do que pelos processos relacionais que a fazem ***estar*** onde e quando determinadas condições se articulam para que ela ***se torne*** informação.

Na medida em que se desloca a atenção para os processos contingentes e situados por meio dos quais a informação se configura – reconhecendo-se que ela ocupa apenas momentaneamente sua condição semântica, não possuindo um significado "x" fixo e imutável *a priori* –, a questão "To be or not to be information" explicita as possíveis limitações e dificuldades do atual ferramental fenomenológico para lidar com as incertezas contemporâneas – como bem demonstra a obra de Rafael Capurro, seja nos dilemas apontados em sua leitura da ética da informação, seja nas questões relativas à ontologia digital – e traz à tona a necessidade de refletir sobre novos desafios materiais, em direção, quiçá, a um também novo e talvez inapropriado neologismo: "neomaterialismo". Esse devaneio semântico, com implicações ontomediacionais, remete a um materialismo atento aos valores, às redes, às interações e aos artefatos que compõem os sistemas sociotécnicos, em confronto com os modos hegemônicos e monopolistas de produção de sentido.

Nessa produção de materialidades, a exemplo do que propôs o modernismo brasileiro ao canibalizar as vanguardas europeias para criar uma estética própria, o Sul Global pode devorar e apropriar-se criticamente de epistemes para criar regimes sociotécnicos, apesar das assimetrias e desigualdades regionais. Com uma práxis relacional, o desafio é converter a condição periférica em potência epistemológica, traduzindo-a segundo agendas locais e confrontando colonialismos, monopólios de sentido e, acima de tudo, os mecanismos de produção e propagação de ignorâncias nocivas, mobilizados, por exemplo, por movimentos sociais ou governos autoritários. Afinal, se a informação se constitui nas relações que a ativam e lhe conferem materialidade, há de se esperar que os povos sejam soberanos para decidir, segundo suas demandas e especificidades, quais informações serão mobilizadas, quais redes escolherão compor e quais monumentos inaugurarão no chão de sua terra.

AGRADECIMENTOS

À Luciana de Souza Gracioso, André Vieira de Freitas Araujo, Vinícios Souza de Menezes e Gustavo Silva Saldanha, pelo convite. A Fábio Liberal Ferreira de Santana e a Tatiane Pacanaro Trinca, pela leitura atenta e pelas valiosas sugestões ao manuscrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKINER, N. A theoretical approach to digital colonialism in the context of media imperialism. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATURAL SCIENCE AND RESEARCH, 1., 2024, Durrës, Albânia. **Anais** […]. Durres, Albânia. Hamza, Kandemir, 2024.

ALBERTI, S. J. M. M. Objects and the museum. **Isis**, Chicago, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005.

ALLEN, T. J. Information need and use studies. **ARIST**, [*s. l.*], v. 4, p. 3-29, 1969.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SILVA, R. J.; SANTOS NETO, J. A. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.; RABELLO, R. Invisibilidade: característica do profissional da informação e dos equipamentos informacionais. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 48, n. 3, p. e360064, dec. 2025.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.; RABELLO, R. Usuário e recuperação da informação: hiato ou ditongo? **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. esp., p. 482-495, 2022.

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. A força sem força do livro: biblioclastia em livros de direitos humanos na Universidade de Brasília. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, 2025.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. A materialidade da informação em Bernd Frohmann. **Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación**, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 103-113, jan./jun. 2023.

ANDRADE, O. Manifesto antropófago. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano 1, n. 1, maio 1928.

APPADURAI, A. Introducción: las mercancías y la política del valor. *In*: APPADURAI, A. (ed.). **La vida social de las cosas**: perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo, 1991. p. 17-87.

ARAÚJO, C. A. Á. A contribuição da perspectiva praxiológica para os estudos de usuários. *In*: TANUS, G. F. S. C.; ROCHA, J. A. P.; BERTI, I. C. L. W. (org.). **Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. p. 83-96. (Selo Nyota).

BAUER, W. Documentos. *In*: BAUER, W. **Introducción al estudio de la historia**. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1957. p. 354-377.

BEER, D. The social power of algorithms. Information. **Communication & Society**, London, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BENNETT, T. **The birth of the museum**: history, theory, politics. London: Routledge, 1995. 278 p.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BLOCH, M. **Introdução à história**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, S. (ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, Hoboken, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

CAIDI, N., ALLARD, D.; QUIRKE, L. Information practices of immigrants. **ARIST**, [*s. l.*], v. 44, p. 491-531, 2010.

CALLON, M. Elementos para uma sociologia da tradução: a domesticação das vieiras e dos pescadores da baía de Saint-Brieuc. *In*: ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; COUTINHO, F. A. (org.). **Dossiê Bruno Latour**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 67-95.

CAPURRO, R. La hermenéutica frente al desafío de la técnica digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 235-249, set. 2010.

CARPENTIER, A. En la extrema avanzada: algunas actitudes del surrealismo. **Social**, Havana, n. 12, v. 13, 13 dez. 1928.

CASE, D. O. Information behavior. **ARIST**, [*s. l.*], v. 40, p. 293-327, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COELHO, T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COURTRIGHT, C. Context in information behavior research. **ARIST**, [*s. l.*], v. 41, p. 273-306, 2007.

CRANE, D. Information needs and uses. **ARIST**, [*s. l.*], v. 6, p. 3-39, 1971.

CRAWFORD, S. Information needs and uses. **ARIST**, [*s. l.*], v. 13, p. 61-81, 1978.

DAY, R. E. Neo-documentation's "Copernican Revolution" upon Information Science. **Proceedings from the Document Academy: Proceedings from the 2024 Annual Meeting of the Document Academy**, [*s. l.*], v. 11, n. 2, art. 21, 2024.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **ARIST**, [*s. l.*], v. 21, p. 3- 33, 1986.

EKBIA, H. R.; MAGUITMAN, A. G. Context and relevance: a pragmatic approach. *In*: INTERNATIONAL AND INTERDISCIPLINARY CONFERENCE ON MODELING AND USING CONTEXT, 1., 2001, Berlin. **Proceedings** [...]. Berlin; Heidelberg: Springer, 2001. p. 156-169.

ESTIVALS, R. La schématisation et la dialectique de la création scientifique, artistique et politique (premir essai d'interpretation). **Schéma et schématisation**, [*s. l.*], n. 2, p. 44-59, 1970.

FERRANDO, T. L.; FREITAS, L. S. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: ANCIB; UNESP, 2017.

FERRARIS, M. **Documediality**: on the existence of social objects. Cham: Springer, 2020.

FLORIDI, L. Infoesfera. **Tábula**, Bogotá, n. 16, 2013.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Almedina, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

FREIRE, P. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FROEHLICH, T. J. A not-so-brief account of current information ethics: the ethics of ignorance, missing information, misinformation, disinformation and other forms of deception or incompetence. **BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, [*s. l.*], n. 39, 2017.

FROHMANN, B. **Deflating information**: from science studies to documentation. 2and ed. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

FROHMANN, B. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, [*s. l.*], v. 16, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: Some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, [*s. l.*], v. 42, p. 13-28, 2000.

FROHMANN, B. Documentary ethics, ontology, and politics. **Archival Science**, [*s. l.*], v. 8, n. 165, 2008b.

FROHMANN, B. Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, [*s. l.*], v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

FROHMANN, B. Foucault, Deleuze, and the ethics of digital networks. *In*: FRÜHBAUER, J. J.; HAUSMANNINGER; T.; CAPURRO, R. (ed.). **Localizing the Internet**: ethical aspects in intercultural perspective. München: Fink, 2018.

FROHMANN, B. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In*: SKLARE, R.; LUND, N. W.; VARHEIM, A. (ed.). **A Document (Re)Turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008a.

FROHMANN, B. Reference, representation, and the materiality of documents. *In*: MARTELETO, R. M. *et al.* (org.). **A rede franco-brasileira Mussi**: 16 anos de pesquisas. Brasília: IBICT, 2024.

FROHMANN, B. Revisiting "What is a 'document'?". **Journal of Documentation**, Bingley, v. 65, n. 2, 2009.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. **Proceedings** [...]. Edmonton: CAIS, 1995.

FROHMANN, B. The documentality of Mme Briet's antelope. *In*: PACKER, J.; CROFTS WILEY, S. B. (org.). **Communication matters**: materialist approaches to media, mobility and networks. London: Routledge, 2012. p. 173-182.

FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. *In*: GAY, P. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 63-93.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **§ Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A documentação e o neodocumentalismo. *In*: GRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2011a. p. 23-36.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. *In*: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. (org.). **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: UNESCO, 2009. p. 177-204.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Bibliotecas, símbolos e algoritmos: autoridades epistêmicas, materialidade, institucionalidade e formas simbólicas no regime de informação das plataformas digitais. **Ciência da Informação Express**, Lavras, MG, v. 7, e184, 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Habermas e Foucault: a busca do discurso pós-epistemológico sobre a ciência. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza, v. 22, n. 1, p. 45-56, jan./jun. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 333-346, Número especial, 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-35, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. **O filósofo como intelectual público**: aproximação ao pensamento e trajetória de Rafael Capurro. Rio de Janeiro: [*s. n.*], [20--]. Texto não publicado.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Questões éticas da informação: aportes de Habermas. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R. M. (org.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 2011b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (org.). **Informação**: agentes e intermediação. Brasília, DF: IBICT, 2017.

GONZÁLEZ-TERUEL, A. Referentes teóricos y dimensiones aplicadas en el estudio del usuario de la información. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (org.). **Informação**: agentes e intermediação. Brasília: IBICT, 2017. p. 135-194.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HABERMAS, J. **Fundamentação linguística da Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

HABERMAS, J. O que é pragmática universal? *In*: HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HANSEN, S. L. The user has changed. Has scholarly publishing? **The Scholarly Kitchen**, [*s. l.*], 27 May 2026.

HANSSON, J. The documentality of ethics: codes of library ethics as support of professional practice. **Proceedings from the Document Academy**, [*s. l.*], v. 3, n. 1, p. 1-14, 2016.

HERÁCLITO. **Fragmentos contextualizados**. Trad. Alexandre Costa. São Paulo: Odysseus, 2012.

HERNER, S.; HERNER, M. Information need and use studies in science and technology. **ARIST**, [*s. l.*], v. 2, p. 1-34, 1967.

HEWINS, E. T. Information need and use studies. **ARIST**, [*s. l.*], v. 25, p. 145-172, 1990.

HONDA, H. O conceito freudiano de pulsão (Trieb) e algumas de suas implicações epistemológicas. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 405-422, 2011.

HUIDOBRO, V. La création pure: propos d'esthétique. **L'Esprit Nouveau: Revue Internationale d'Esthétique**, [*s. l.*], n. 7, abril 1921.

JEANSON, F. **L'action culturelle dans la cité**. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

KROGERUS, M.; GRASSEGGER, H. Big Data: Toda democracia será manipulada? Trad. Inês Castilho. **Outras Palavras**: Comunicação Compartilhada e Pós-Capitalismo, [online] 5 fev. 2017.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. 260p. (Debates, 115).

LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Ed. 70, 1999.

LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Ed. 34, 2016.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Ed. 34, 2019.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LIN, N.; GARVEY, W. D. Information need and use studies. **ARIST**, [*s. l.*], v. 7, p. 5-37, 1972.

LIPETZ, B.-A. Information needs and use. **ARIST**, [*s. l.*], v. 5, p. 3-32, 1970.

LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre a colonialidade do ser**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MARTYN, J. Information need and use studies. **ARIST**, [*s. l.*], v. 9, p. 3-23, 1974.

MARX, K. A Mercadoria. *In*: MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política. 3. ed. Trad. de Reginaldo Sant'Anna Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Cap. I, p. 41-93.

MCCARTHY, G. Getting to Know Your Non-Users. **Library Management**, Bradford, v. 15, n. 4, p. 30-34, 1994.

MENZEL, H. Information needs and uses in science and techonology. **ARIST**, [*s. l.*], v. 1, p. 41-46, 1966.

MIGNOLO, W. Los estudios culturales: geopolítica del conocimiento y exigencias-necesidades institucionales. **Revista Iberoamericana**, Pittsburgh, v. 69, n. 203, p. 401-415, 2003.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca centro de cultura. 3. ed. São Caetano do Sul -SP: Ateliê Editorial, 1997.

MOSTAFA, S. P. A documentalidade como conceito filosófico. *In*: GRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (org.). **Ciência da Informação e Documentação**, Campinas: Ed. Alínea, 2011. p. 9-22.

MURGUIA, E. I. Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. *In*: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 17-34.

MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp. 1, 1. sem. 2009.

NEYLAND, D.; MÖLLERS, N. Algorithmic IF … THEN rules and the conditions and consequences of power. **Information, Communication & Society**, London, 2016.

NUNBERG, G. Farewell to the information age. *In*: NUNBERG, G. (ed.). **The future of the book**. Berkeley: University of California Press, 1996. p. 103-138.

NÚÑEZ CONTRERAS, L. Concepto de documento. *In*: HEREDIA HERRERA, A (coord.). **Archivística**: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1981. p. 25-44.

OLIVEIRA, D. S. **Ler sons, imaginar mundos**: discotecas nacionais e a institucionalização da fonografia mecânica entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

PAISLEY, W. Information needs and uses. **ARIST**, [*s. l.*], v. 3, p. 1-30, 1968.

PAULO, L. S.; RABELLO, R. O acervo da vergonha: vozes negras e resistência. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, 2025.

PEARCE, S. M. **Museums, objects and collections**: a cultural study. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1993. 296 p.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 46-92.

PETTIGREW, K. E.; FIDEL, R.; BRUCE, H. Conceptual frameworks in information behavior. **ARIST**, [*s. l.*], v. 35, p. 43-78, 2001.

POMIAN, K. Colecção. *In*: ROMANO, R. (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PROCTOR, R. N. Agnotology: a missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study). *In*: PROCTOR, Robert N.; SCHIEBINGER, Londa (ed.). **Agnotology**: the making and unmaking of ignorance. Stanford: Stanford University Press, 2008. p. 1-33.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências**

sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2009.

RABELLO, R. Documentação popular: proposição de um conceito. **AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, Curitiba, v. 14, 2025.

RABELLO, R. Documento e informação: mediações entre inscrição e realidade. *In*: ALMEIDA, C. C. de; VITTI-RODRIGUES, M. (org.). **Estudos pluridisciplinares da informação**: ciência da informação, ética e linguagem. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2025b. v. 3, p. 33-70.

RABELLO, R. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.

RABELLO, R. Mediação da informação em presença: situacionalidade, transitoriedade e simetria entre implicadores e implicados. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 62-90, 2022.

RABELLO, R. Noções de sujeito em modelos teóricos na Ciência da Informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 23, n. 3, p. 57-71, set./dez. 2013.

RABELLO, R. Studies on Information Users and Non-Users: An Alternative Proposal. **Open Information Science**, Berlin, v. 7, n. 1, p. 20220153, 2023.

RABELLO, R. Sujeito e agência informacional: comportamento, prática e ação. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (org.). **Informação**: agentes e intermediação. Prefácio de Rafael Capurro. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2017. p. 101-152.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-24, out./dez. 2020.

RABELLO, R.; COSTA, M. Information intermediation and mediation in Brazil: paths towards social protagonism. *In*: KRYMSKAYA, A.; HIRSH, S.; RAJU, J. (ed.). **Library and Information Science Education around the**

World: Historical Trends, Current Perspectives and Future Projections. Berlin: De Gruyter Saur, IFLA, [2026?]. Preprint.

RABELLO, R.; GONZÁLEZ-TERUEL, A. Users, Non-users, and the Community: Implications in the Institutional Context of Information Mediation. *In*: KELLY, M. (ed.). **Knowledge, Reading and Culture**: Studies in Information Practice. Berlin: De Gruyter Saur, 2026. p. 107-124.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais** [...]. Marília: FAPESP, 2006.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Prova documental: inscrições e materialidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 7, n. 2, 2014.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto International de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). *In*: RAYWARD, W. B.; ARNAN RIVED, P. **Hasta la documentación electrónica**. 2. ed. Mundarnau, 1995.

RENDÓN ROJAS, M. Á. Ciencia bibliotecológica y de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas: epistemología, metodología e interdisciplina. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 22, n. 44, p. 65-76, 2008.

RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. México: UNAM, 2005.

ROCHA, G. M.; RABELLO, R. Mídias sociais e não-público: estudo no Instagram da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025.

SALDANHA, G. S. O "fabuloso" antílope de Suzanne Briet: a análise e a crítica da análise neodocumentalista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

SANTANA, F. L. F.; RABELLO, R. Genealogia da materialidade: da substância à ontologia documentária. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 19, n. 1, 2026.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the 'umbrella concepts' of information-seeking studies. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SHANKAR, K.; HAKKEN, D.; ØSTERLUND, C. Rethinking documents. *In*: FELT, U.; FOUCHÉ, R. *et al.* (ed.). **The handbook of Science and Technology studies**. 4. ed. Cambridge; London: The MIT Press, 2017. p. 59-85.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *In*: GOMES, H. E. (org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA, S. D. **Curadoria em museus de história natural**: processos disruptivos na comunicação da informação em exposições museológicas de longa duração. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SRIDHAR, M. S. Non-users and non-use of libraries. **Library Science with a Slant to Documentation and Information Studies**, Bangalore, v. 31, n. 3, p. 115-128, 1994.

STENGERS, I. The cosmopolitical proposal. *In*: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (ed.). **Making things public***:* atmospheres of democracy. Massachusetts: MIT Press, 2005. p. 994-1003.

TEN OEVER, N. This is not how we imagined it: technological affordances, economic drivers, and the internet architecture imaginary. **New Media & Society**, London, v. 23, n. 2, p. 344-362, 2021.

TORRES-GARCÍA, J. Vouloir construire. **Cercle et Carré**, [*s. l.*], n. 1, 15 mar. 1930.

VERCELLONE, C. (ed.). **Capitalismo cognitivo**. Roma: Manifestolibri, 2006.

VIGNOLI, R. G.; RABELLO, R.; ALMEIDA, C. C. Informação, misinformação, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1-31, 2021.

WALLERSTEIN, I. The modern world system and evolution. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, p. 512-522, 1995.

WEBER, M. Ação social e relação social. *In*: FORACCHI, M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 139-144.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information science needs a theory of "information actions". **Social Science Information Studies**, [*s. l.*], v. 5, n. 1, p. 11-23, 1985.

WILSON, P. **Second-hand knowledge**: an inquiry into cognitive authority. Westport: Greenwood Press, 1983.

WILSON, T. Human information behavior. **Informing Science Research**, [*s. l.*], v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. New York: Macmillan, 1958.

WOLEDGE, G. "Bibliography" and "Documentation": words and ideas. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 39, n. 4, p. 266-279, 1983.

Como citar

RABELLO, Rodrigo. Abordagens relacionais do documento e da informação: incursões ontomediacionais. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 335-420. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap15.

POSFÁCIO

Solange Puntel Mostafa

Caríssimos,

Tenho vontade de ter a verve da Marilena Chauí para dizer-lhes, agora, que Nélida é nossa mestra de sempre e trabalhou lindamente todos esses anos, mas vocês também trabalharam. Todos os seus leitores também trabalharam muito. 'Pois o que é ler, senão aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro? Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria prima para o trabalho de nossa própria reflexão'. Comparo essas ressonâncias científicas e afetivas do pensamento de Nélida com o livro mencionado por Icléa Thiesen, o já clássico 'Memória e sociedade' que Nélida leu antes de todos nós.

Alguns depoimentos entre os idosos entrevistados são tão embebidos de ternura que nos leva às lágrimas: 'nasci em 1906... (sr. Amadeu); nasci no largo da Sé em 1903 (sr. Abel); nasci em Santa Rita do Passa Quatro em 1904 (sr. Antonio). Esses depoimentos centenários vão se dando até que o sr. Amadeu, defende que mesmo os colegas da fábrica que se perderam na bebida deveriam ser entrevistados por Bosi, pois "eles também trabalharam". O leitor saberá o valor do trabalho para uma intelectual de formação marxista presente nessa banca acadêmica como é o caso de Marilena Chauí; foi com esta frase do sr. Amadeu que Chauí começa arguindo Ecléa sobre memória e sociedade.

O leitor do livro 'O pensamento de Maria Nélida González de Gómez: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas' conhecerá o trabalho primoroso de cada participante desta homenagem. Cada um de nós e todos os que conosco estiverem daqui pra frente estarão comprometidos com esse trabalho.

À Roseli, sempre próxima. Miguel, o amigo internacional da Nélida. Os organizadores do livro: Luciana, André, Vinícios e Gustavo, ao destacarem a delicadeza e gestos humanos da Nélida no eixo IV, ensaístico, fizeram-me lembrar do quão delicado foi o texto-resposta que Nélida preparou para a Transinformação, no diálogo com Miguel Angel. Um simples pedido no telefone fixo de Campinas para o Rio, e nasce uma amizade, que como Miguel confessa no início deste livro, "el destino ya estaba preparado para que nos encontráramos". Quando li o texto-resposta da Nélida, senti o alívio dos editores, tal a delicadeza com que ela abordou seus acordos e desacordos com o convidado do texto "Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología".

Leio nestas ressonâncias afetivas os textos de Evelyn, Juliana, Vinicius, Luciana, Ilemar, Márcia, Marcus Vinícius, Gustavo Henrique, Lourdes, Gustavo Saldanha, Ricardo, Thiara dos Santos e Rodrigo Rabello e em todos sente-se os conceitos de Nélida sendo reapropriados para situações específicas. Bela e emocionante homenagem! De minha parte, confesso que passei a entender melhor todos esses conceitos quando tive mais contato com os educadores e especialmente com a obra do psicólogo russo Lev Vigotiski.

Um aspecto destacado por Thiesen é o primoroso capítulo que Bosi escreve sobre Bergson, no livro Matéria e memória; em poucas páginas Bosi traça o principal da complexa obra bergsoniana. Ao estudar Deleuze, era necessário estudar também um pouco de Bergson. Encontrei uma coletânea do programa da Ufscar que me encantou com uma pergunta-resposta: por que o real é articulado? A pergunta se apresenta na coletânea organizada por Pinto e Marques (2009 p. 35-53) é respondida por François Artaud (*apud* Pinto; Marques, 2009, p. 35-53), mencionando o exemplo bergsoniano da corrida de Aquiles e sua tartaruga, para explicar um paradoxo entre dois eleatas famosos: Zenão e Parmênides. Bergson faz duras críticas a Zenão dizendo que o eleata se divertia com o senso comum desarticulando ao bel prazer, as articulações do real. Ao trazer o eleatismo paradoxal de Bergson

na coletânea da pós graduação de São Carlos, François Arnaud ilumina a contribuição de outro eleata, Parmênides, o filósofo que identifica o pensamento e o ser; "o pensamento enquanto lugar de verdade não poderia estar essencialmente dissociado do ser ou da realidade".

Bergson também prega a univocidade do ser, mas, diferentemente de Parmênides, o ser bergsoniano é articulado, significa movente ou passível de duração. A realidade é uma mas tal unidade é múltipla. O segundo passo de Aquiles já está contido no primeiro virtualmente. Mas há diferença de natureza entre o virtual e o atual. O múltiplo de Bergson se refere às multiplicidades virtuais. Arnaud François (idem, p. 42) esclarece que 'o simples não é o que não contem partes, mas o que apenas contem partes virtuais'. Assim, o filósofo francês da universidade Tolouse II sugere outro grego para se adequar à intuição bergsoniana, Empédocles para quem 'o igual conhece o igual', isto é, seria necessário ser uma coisa para conhecer essa coisa.

Estamos no coração da intuição bergsoniana e de sua afinidade com William James naquela concepção de verdade pragmatista, que considera a verdade um acontecimento e não uma concordância lógica entre as proposições e a realidade. Nesta compreensão do 'real articulado' estão presentes os principais conceitos filosóficos de Bergson, esmiuçados por Deleuze (1999 p. 7) como 'grandes etapas da filosofia bergsoniana: intuição, memória e impulso vital'. Ainda nos anos noventa, Eduardo Murguia era meu parceiro intelectual. E como ele era muito disperso, eu levava o texto da Nélida 'xerocado' para Eduardo reler, após nosso encontro. Eduardo preparava o almoço para nós. Amigo frugal, a salada de abacate já estava pronta, mas o arroz ele fazia na minha presença. Se tivéssemos lido o Glossário Filosófico-Informacional Maria Nélida González de Gómez que Lourdes e Gustavo Saldanha nos apresentam aqui, Eduardo não teria deixado o arroz queimar, tal a atenção que colocamos no texto Representação do conhecimento e conhecimento da

representação... e confesso que ainda estou aprendendo sobre esse texto pois já está quase tudo lá.

Mais tarde junto aos educadores, fui aprendendo mais sobre Vigotiski e também sobre Bergson, pois ambos enfrentaram a crise da psicologia do século XIX, embora de modo distinto. Vigotiski buscou solução científica e materialista, centrada na consciência e na mediação social, enquanto Bergson propôs uma filosofia vitalista e intuitiva, defendendo que a psicologia deveria captar o fluxo da vida interior e da duração.

Na Rússia a crise foi enfrentada com forte influência do marxismo e da ciência experimental embora Vigotiski buscava apoio em Espinosa para pensar as emoções, ao buscar uma psicologia social e histórica. Na França, a crise foi marcada pela tensão entre filosofia vitalista (Bergson) e cientificismo experimental. O leitor encontrará nessas reflexões científicas e afetivas sobre o pensamento de Maria Nélida Gonzales de Gomez também Proust na lista de autores mencionados por Thiesen. E Proust nos leva ao prêmio Nobel de literatura em 2022, Annie Ernaux. Sua presença na festa literária internacional de Paraty (FLIP), RJ chamou atenção de alguns de nós que lá estiveram: o tempo perdido é o tempo vivido. Ninguém perde o tempo. Ao contrário, nós reencontramos o tempo como ensinou Marcel Proust. Assim como Annie Ernaux consulta seu álbum de fotografias para escrever seu livro chamado 'Os Anos', os organizadores desse livro-homenagem consultaram as pesquisas dos orientandos e colegas da homenageada para assim saborear a coexistência dos tempos passado, presente e futuro. Precisamos do passado e do presente para olhar o futuro. Pois somos uma duração.

Marcel Proust e Henri Bergson eram primos por aliança. Bergson se casou com Louise, que era prima de Proust, e esse foi padrinho de casamento do filósofo em 1892. O romancista trazendo a memória involuntária das madeleines e o filósofo fazendo coexistir o tempo na imagem do cone invertido. Ambos implicados no livro que ora temos em mãos. Não é preciso dizer

que Annie Ernaux também é leitora de Proust: 'les photos elles me fascinent, eles sont tellement le temps à l'état pur". O tempo em estado puro! Deleuze falaria em 'tempo em pessoa'. Esse livro-homenagem é nossa redescoberta do tempo.

Na votação eleitoral recente, a mesária veio me buscar na fila, pois enfileirei-me junto aos eleitores na sequência natural de chegada. Entre sorrisos e surpresa, comentei com a mesária que nem me dei conta do direito dos prioritários. A mesária justificou minha distração dizendo que os colegas da fila não me ofereceram o primeiro lugar porque 'a senhora é muito conservada e nem parece'. Respondi: conservada sim, conservadora jamais. Bora lá!

Como citar

MOSTAFA, Solange Puntel. Posfácio. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 425-426. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.posf.

SOBRE AS AUTORIAS

Andre Vieira de Freitas Araujo



Minibiografia: Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela FFC-UNESP. Mestre em História Social pela FFLCH-USP. Doutor em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), com período sanduíche na *Alma Mater Studiorum* – Università di Bologna (UNIBO). Atualmente, é Professor Associado do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (DECIGI/UFPR), coordenador do Curso de Gestão da Informação da UFPR e docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da UFPR (PPGGI-UFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA-USP (PPGCI-ECA-USP).
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/7551780669212379
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3003-7424
E-mail: armarius.araujo@gmail.com

Asy Pepe Sanches Neto



Minibiografia: Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e doutor em Ciência da Informação pela UFF. Atualmente, é pesquisador em Saúde Pública do Laboratório de Informação Científica e

Tecnológica em Saúde (LICTS/ICICT/Fiocruz) e docente do Curso de Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da Fiocruz.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/9950522202026231
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6883-6961
E-mail: asy.sanches@fiocruz.br

Evelyn Goyannes Dill Orrico



Minibiografia: Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharel em Letras Português-Francês pela mesma instituição. Mestra em Linguística pela UFRJ. Doutora em Ciência da Informação pela UFRJ, em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foi Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde atuou também como Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, além de desenvolver trajetória de 23 anos no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS).
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4299342469360586
ORCID: 0000-0003-3121-0839
E-mail: evelynorrico@unirio.br

Gustavo Henrique de Araújo Freire



Minibiografia: Mestre e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Atualmente, é Professor Titular e chefe do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ. Foi bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq no período de 2020 a 2023.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5458344734085444
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9296-2340
E-mail: gustavofreire@facc.ufrj.br

Gustavo Silva Saldanha



Minibiografia: Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do acordo de cooperação entre o IBICT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é pesquisador titular do Instituto

Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCTI), docente permanente do PPGCI IBICT, professor associado da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e docente do Mestrado Interinstitucional (Minter) PPGCI Ibict – Universidade Federal do Tocantins (UFT). É bolsista de Produtividade 1B do CNPq.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/6143079905555041
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-7679-8552
E-mail: gustavosaldanha@ibict.br

Icleia Thiesen



Minibiografia: Graduada em Museologia pelo Museu Histórico Nacional e em Biblioteconomia pela Universidade Santa Úrsula. Mestra pelo CNPq/IBICT e pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora pelo IBICT/UFRJ. Realizou pós-doutorado em Ciência da Informação na Université de Toulouse III Paul Sabatier, França. Atualmente, é Professora Emérita da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, e pesquisadora do CNPq.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/2196624633172103
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3137-8933
E-mail: icleiathiesen@gmail.com

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti



Minibiografia: Graduada em Pedagogia e em Biblioteconomia. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES) na Universidade Lusófona do Porto, Portugal. Atualmente, é pesquisadora adjunta do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT e da UEL.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5248079505422092
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1222-6045
E-mail: christinaberti@ibict.br

Ivanilma de Oliveira Gama



Minibiografia: Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Biblioteconomia pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ). Mestra em Biblioteconomia pela UNIRIO. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é Professora Adjunta A do Departamento de Ciência da Informação da UFF. É bolsista do projeto de pesquisa BN Repositório, da Fundação Biblioteca Nacional.

CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/8702197061119301
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4357-7438
E-mail: ivanilmagama@id.uff.br

Juliana Loureiro Alvim Carvalho



Minibiografia: Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Gestão de Projetos pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Gestão de Documentos e Arquivos pela UNIRIO. Doutora em Ciência da Informação pela UFF. Atualmente, é professora assistente do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e realiza estágio pós-doutoral em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/6441100275049324
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8200-4838
E-mail: juliana.l.carvalho@ufes.br

Luciana de Souza Gracioso



Minibiografia: Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra. Atualmente, é Professora Titular do Departamento de Ciência da

Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS). É bolsista de Produtividade do CNPq.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4898201916360294
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6320-4946
E-mail: luciana@ufscar.br

Lourdes Maria dos Santos



Minibiografia: Graduada em Arquivologia e em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestra em Biblioteconomia pela UNIRIO. Atualmente, atua na gestão de centro de informação e exerce atividades de recuperação e monitoramento de notícias, além da produção de informativos para clientes. Foi bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa entre 2016 e 2018 para o projeto de indexação da coleção de obras completas de Rui Barbosa.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/3848682609794080
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5993-4751
E-mail: lourdes.maria@gmail.com

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano



Minibiografia: Mestra e doutora em História Social. Livre-docente em Gestão da Informação Orgânica. Atualmente, é professora

associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5109503945869909
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5861-9063
E-mail: marcia.pazin@unesp.br

Marcia Feijão de Figueiredo



Minibiografia: Mestra e doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB/UNIRIO) e realiza estágio pós-doutoral no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/6986762652734445
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2341-6637
E-mail: marcia.figueiredo@unirio.br

Marcus Vinícius Pereira-Silva



Minibiografia: Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutor em Ciência da Informação pela UFF. Atualmente, é

pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e docente em programas de pós-graduação da Fiocruz.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5328150521482224
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4135-4011
E-mail: marcus.silva@fiocruz.br

Miguel Ángel Rendón Rojas



Minibiografia: Licenciado e maestro em Filosofía pela Universidad Estatal de Moscú "M. V. Lomonósov". Doctor en Filosofía con especialidad en Lógica pela mesma universidade. Atualmente, é Investigador Titular do Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).
CV Lattes: -
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9206-6511
E-mail: marr@unam.mx

Ricardo M. Pimenta



Minibiografia: Historiador, mestre e doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Realizou estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e pós-doutorado no PACC/UFRJ. Atualmente, é pesquisador titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCTI), chefe da Coordenação de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia

(COEPI), diretor da Escola Nacional de Informação (Enacin/IBICT) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT).
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/0416440515458304
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1612-4126
E-mail: ricardopimenta@ibict.br

Rodrigo Rabello



Minibiografia: Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Doutor em Ciência da Informação pela Unesp. Realizou estágios de pós-doutorado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é professor da Faculdade de Ciência da Informação da UnB e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCInf).
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/3092147925440268
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7217-1608
E-mail: rdgrabello@gmail.com

Rosali Fernandez de Souza



Minibiografia: Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Santa Úrsula. Especialista em Documentação Científica. Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Doutora pela Polytechnic of North London, com título conferido

pelo Council for National Academic Awards (CNAA). Foi pesquisadora titular do IBICT/MCTI e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação IBICT-UFRJ.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/1722582102636346
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0890-7999
E-mail: rosalifs@gmail.com

Solange Puntel Mostafa



Minibiografia: Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos. Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Doutora em Educação (Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou pós-doutorado na Inglaterra, em Londres. Atualmente, é professora da Universidade de São Paulo (USP), vinculada à FFCLRP, no curso de Ciências da Informação e da Documentação.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/8365892972397703
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8063-6516
E-mail: solangemostafa3@gmail.com

Thiara dos Santos Alves



Minibiografia: Mestra e doutora em Ciência da Informação. Realizou estágio pós-doutoral em Ciência da Informação, em 2026, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

(Unesp), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001. Atualmente, está vinculada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/7232379230371423
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5168-6530
E-mail: thialves@yahoo.com.br

Vinícios Souza de Menezes



Minibiografia: Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ciência da Informação pela UFBA. Doutor em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ. Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFS e pesquisador da Rede Brasoc. Foi pesquisador-bolsista da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil.
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/1035639338519262
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4511-4477
E-mail: menezesvinicios@gmail.com

Refletindo sobre o passar dos anos, considero que este livro, seus múltiplos capítulos, ilustra perfeitamente a relevante trajetória de Nélida como professora, pesquisadora, palestrante e autora de inúmeras obras, principalmente no Brasil e em países da América Latina.

Este livro retrata o legado de uma personalidade marcante do PPGCI do Ibict. É leitura fascinante como registro histórico, ao mesmo tempo motivador e incentivador para a atual e para as futuras gerações de pesquisadores em Ciência da Informação. É ler para crer! Boa leitura!

Rosali Fernandez de Souza
Prefaciadora

978-65-82912-45-0